SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS FACULDADE DE LETRAS

ELISANDRA FILETTI-MOURA

OBJETOS IMPLÍCITOS NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO FALADO EM GOIÁS: UMA ABORDAGEM FUNCIONAL

GOIÂNIA

2014

sistema de bibliotecas ufg

UFG

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[ ] Dissertação** **[x] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Elisandra Filetti Moura				
E-mail:	Elisandra.filetti@yahoo.com.br				
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? [x]Sim [ ] Não					
Vínculo empregatício do autor CEPAE/UFG					
Agência de fomento:				Sigla:	
País:		UF:		CNPJ:	
Título:					
Palavras-chave:	Objetos implícitos; Transitividade, Gramática Funcional, Língua Falada				
Título em outra língua:	Implicit Objects in Contemporary Portuguese spoken in Goiás: a functionalist approach (Inglês) Objets implicites en portugais contemporains parlées dans Goiás: une approche fonctionnaliste (Francês)				
Palavras-chave em outra língua: Implicts objects, Transitivity, Functional Grammar, Spoken language		Objets implicites, Transitivité, Grammaire Fonctionelle, Langue parlée			
Área de concentração:	Estudos Linguísticos				
Data defesa: (05/12/2014)					
Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística					
Orientador (a):	Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb Galvão				
E-mail:	Vcasseb2@gmail.com				
Co-orientador (a):*					
E-mail:					

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização,

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

_____ Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do (a) autor (a)

ELISANDRA FILETTI-MOURA

OBJETOS IMPLÍCITOS NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO FALADO EM GOIÁS: UMA ABORDAGEM FUNCIONAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos

Área de concentração: Estudos Linguísticos

Linha de pesquisa: L. P. 4 Descrição e análise de línguas

Orientadora: Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb-Galvão

GOIÂNIA

2014

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Filetti-Moura, Elisandra
Objetos Implícitos no Português Contemporâneo Falado em Goiás: uma abordagem funcional [manuscrito] / Elisandra Filetti-Moura. - 2014.
203 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb Galvão.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL) , Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia, 2014.
Bibliografia.
Inclui siglas, mapas, abreviaturas, símbolos, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Objetos implícitos. 2. Transitividade. 3. Gramática Funcional. 4. Gramática Discursivo-Funcional. 5. Língua Falada. I. Casseb Galvão, Vânia Cristina , orient. II. Título.

ELISANDRA FILETTI-MOURA

OBJETOS IMPLÍCITOS NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO FALADO EM GOIÁS: UMA ABORDAGEM FUNCIONAL

Tese defendida no Curso de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Estudos Literários, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás para a obtenção do grau de Doutor, em 05 de dezembro de 2014, e avaliada pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes professores: Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb Galvão – (Letras/UFG) Presidente da Banca; Profa. Dra. Maria Angélica Furtado da Cunha – (UFRN); Prof. Dr. José Romerito Silva (UFRN); Profa. Dra. Sílvia Lúcia Bigonjal Braggio (Letras/UFG); Prof. Dr. Sinval Martins Sousa Filho (Letras/UFG); Profa. Dra. Eliane Marquez da Fonseca Fernandes (Letras/UFG) – Suplente.

RESUMO

Este trabalho propõe-se a analisar os Objetos Implícitos no Português Falado em Goiás, a partir de uma concepção funcionalista de linguagem, fundamentado nos trabalhos de HOPPER e THOMPSON (1980, 2001); DIK (1989, 1997); HENGEVELD e MACKENZIE (2008); GARCÍA VELASCO e PORTERO MUÑOZ (2002), entre outros. O estudo dos Objetos Implícitos apoia-se em trabalhos que discutem o fenômeno de Transitividade, assim como em pesquisas acerca do comportamento de Objetos Implícitos no Português do Brasil e em outras línguas naturais. Esses fenômenos são oriundos de uma intenção pragmática dos falantes, que desencadeiam a produção e recepção dos fenômenos linguísticos, de acordo com as condições gramaticais disponíveis numa dada língua. Assim, considera-se que o sistema linguístico, como um todo, é orientado por condições pragmáticas que organizam gramaticalmente as línguas. O fenômeno da Transitividade verbal é fundamental para o entendimento dos Objetos Implícitos, pois apresenta uma *noção escalar*, contínua e não categórica, segundo a qual graus de Transitividade refletem também a saliência cognitiva dos conhecimentos e das experiências vivenciadas pelos falantes. A seleção ou não de um argumento verbal para a posição objeto parece transcender os limites oracionais, estendendo-se a todo o contexto discursivo. Assim, procurou-se explicar como a produção de Objetos Implícitos, assim como a recuperação do sentido dessa categoria implícita, por parte dos falantes, é processada na gramática do Português do Brasil. Para isso, foi utilizado o *corpus* "O Português Contemporâneo Falado em Goiás". Os dados relativos aos Objetos Implícitos incidem sobre orações transitivas diretas, a partir das quais se estabeleceu a subdivisão dos Objetos Implícitos em definidos e indefinidos. A distribuição nessas duas grandes classes permitiu analisar de que modo o referente desses elementos implícitos pode ser retomado na interação. Além disso, foi desenvolvida uma discussão acerca do modo como a Gramática Funcional (DIK, 1989, 1997) e a Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008) apresentam suporte teórico para a análise dos Objetos Implícitos, a partir de uma orientação pragmático-discursiva desse fenômeno. Os Objetos Implícitos na fala goiana são representados por 65,45% de Objetos Implícitos Definidos, cuja referência anafórica pode ser encontrada no contexto linguístico, e por 34, 55% de Objetos Implícitos Indefinidos, cuja referência pode ser depreendida, mediante inferenciação ou a partir de termos de natureza indefinda com os quais o element implícito estabelece relação temática. Compreender o modo como ocorrências são motivadas discursivamente, observando-se como os graus de Transitividade, em unidades discursivas maiores que a oração, são fundamentais para uma leitura mais ampla do fenômeno e como sua ocorrência nas camadas linguísticas, favorece a interpretação dos Objetos Implícitos como as estratégias de interlocução dos falantes no Português Goiano Falado.

Palavras-chave: Objetos Implícitos, Transitividade, Língua Falada, Gramática Funcional, Gramática Discursivo-Funcional

ABSTRACT

This paper proposes to examine the Implicit Objects in the Portuguese spoken in Goias, from a functionalist conception of language, based on the work of Hopper and Thompson (1980, 2001); Dik (1989, 1997); Hengeveld and Mackenzie (2008); García Velasco and Portero Muñoz (2002), among others. The study of Implicit Objects is supported by the studies that discusses the Transitive phenomenon, as well as research on the Implicit Object behavior in Brazilian Portuguese and in others natural languages. These phenomena come from a pragmatic intention´s speakers that trigger the production and reception of linguistic phenomena, according to the grammatical terms available in a given language. Thus, it is considered that the language system as a whole is guided by pragmatic conditions grammatically organizes the languages. The phenomenon of verbal transitivity is fundamental to the understanding of Implicit Objects, its presents a notion scale, continuous and not categorical, according to which degrees of Transitive also reflect the cognitive salience of knowledge and experiences of the speakers. The selection or not a verbal argument to the object position seems to transcend the limits of a sentence, extending throughout the discursive context. So, we tried to explain how the production of Implicit Objects, as well as the recovery of the sense of the implicit elements, by the speakers, is processed in the grammar of the Brazilian Portuguese. For this, we used the corpus "The Contemporary Portuguese spoken in Goias." The Data on Implicit Objects focus on direct transitive sentences, from which settled the subdivision of Implicit Objects in definite and indefinite. The distribution in these two great classes allowed us to analyze how the referent of these implicit elements can be resumed at the interaction. Furthmore, we developed a discussion about how to Functional Grammar (DIK, 1989, 1997) and the Functional Discourse Grammar (Hengeveld and Mackenzie, 2008) have theoretical support for the analysis of Implicit Objects, from a pragmatic and discoursive orientation of this phenomenon. The Implicit Objects in the Goiás speech are represented by 65.45% Defined Implicit Objects, whose anaphoric reference can be found in the linguistic context, and by 34, 55% of Implicit Objects white noise, to which reference can be deduced by inference or from terms of undefined nature with which the implicit element establishes thematic relationship. Understand how events are motivated discoursive, noting how the degrees of transitivity in larger discursive units that prayer is central to a broader reading of the phenomenon and how their occurrence in the language layers, promotes the interpretation of Implicit Objects as the dialogue strategies of Portuguese spoken in Goias.

Keywords: Implicit Objects, Transitivity, Spoken Language, Functional Grammar, Functional Discourse Grammar

RESUMÉ

Cette investigacion se propose d'examiner les objets implicites dans les Portugais du Brésil, parlés dans Goias, sur une conception fonctionnaliste de la langue, et sur la base du travail de Hopper et Thompson (1980, 2001); Dik (1989, 1997); Hengeveld et Mackenzie (2008); García Velasco et Portero Muñoz (2002), entre autres. L'étude des objets implicites est étayée par des travails qui traitent du phénomène transitive, ainsi que la recherche sur le comportement d'objet implicite au Portugais du Brésil et dans d'autres langues naturelles. Ces phénomènes proviennent d'une intention pragmatique du interlocuteurs qui déclenchent la production et la réception des phénomènes linguistiques, selon les termes grammaticaux disponibles dans une langue donnée. Ainsi, il est considéré que le système de langage dans son ensemble est guidé par des conditions pragmatiques qui organisent grammaticalement les langues. Le phénomène de la transitivité verbale est essentielle à la compréhension des objets implicites, il présente une échelle de notion, continue et non catégorique, selon laquelle degrés de transitive reflètent également la saillance cognitive de la connaissance et des expériences des parleurs. La sélection ou non d´un argument verbale à la position de l'objet semble transcender les limites sentencielles, se étendant à travers du context discursif. Donc, nous avons essayé d'expliquer comment la production d'objets implicites, ainsi que la reprise du sens de les elements implicites, par les interlocuteurs, sont traitées dans la grammaire du Portugais du Brésil. Pour cela, nous avons utilisé le *corpus* "Les Portugais Contemporain Parlé a Goias." Les données sur les objets implicites se concentrent sur les sentences transitives directes, à partir de laquelles sont installés la subdivision des objets implicites dans définis et indéfinis. La distribution dans ces deux grandes classes nous a permis d'analyser la façon dont le référent de ces éléments implicites peut être repris dans l'interaction. En outre, nous avons développé une discussion sur la façon de Grammaire Fonctionnelle (DIK, 1989, 1997) et la Grammaire Discursive Fonctionnelle (Hengeveld et Mackenzie, 2008) ont un support théorique pour l'analyse des objets implicites, d'une orientation pragmatique –discursif de ce phénomène. Les objets implicites dans la parole em Goias sont représentés par 65,45% des objets implicites définies, dont la référence anaphorique peut être trouvée dans le contexte linguistique, et de 34, 55% des objets implicites indéfinies, à laquelle référence peuvent être déduites par inference ou à partir de termes de nature indéfinies avec laquelle l'élément implicite établit le rapport thématique. Comprendre comment les événements sont motivés discoursivement, notant la manière dont les degrés de transitivité en unités discursives plus grandes que la sentence est au centre d'une interprétation plus large du phénomène et comment leur présence dans les couches linguistiques favorise l'interprétation des objets implicites et des stratégies de dialogue de au Portugais Parlé a Goiás.

Mots clés: Objects Implicites, Transitivité, Langue Parlée, Grammaire Fonctionnel, Grammaire Discursif-Fonctionnel.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, que se manifesta em todas as coisas e em todos os momentos.

À **Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb-Galvão**, pela orientação singular, pelo respeito a meu trabalho e por partilhar sua compreensão sobre a linguagem no âmbito da pesquisa que se construiu, nestes últimos anos.

À **Profa. Dra. Maria Angélica Furtado da Cunha**, por ter gentilmente aceito participar de minha banca examinadora e por partilhar seu conhecimento acerca da Transitividade e do sistema linguístico.

Ao **Prof. Dr. José Romerito Silva**, por ter gentilmente aceito participar de minha banca examinadora de defesa de tese; pela avaliação cuidadosa.

À **Profa. Dra. Sílvia Lúcia Bigonjal Braggio**, por ter contribuído para meus estudos iniciais em Linguística, e por, recentemente, ter me proporcionado condições de reflexão sobre a linguagem, que foram e serão fundamentais à minha formação como pesquisadora.

Ao **Prof. Dr. Sinval Martins Sousa Filho**, por apresentar valiosas considerações a este trabalho, por ser sempre um interlocutor disposto a dialogar.

À **Profa. Dra. Eliane Marquez da Fonseca Fernandes**, por participar desta banca, como suplente, e por contribuir de maneira significativa com comentários e indicações bibliográficas que muito enriqueceram este trabalho.

Ao **Grupo de Estudos Funcionalistas**, nas pessoas de **Lennie Aryete Bertoque**, **Déborah Magalhães Barros** e **Leosmar Silva,** pelas contribuições e pelos trabalhos desenvolvidos, que contribuíram para a construção do meu. Aos demais colegas do **GEF**, **Rodriana**, **Gorete**, **Célia** e **Milcinele**, pela solidariedade e amizade.

A minha família, em nome de meus pais, **Luiz** e **Geralda;** a meu marido, **Alex**, por confiar em meu desempenho e por me acolher sempre que necessário. A meus sogros, **Sebastião** e **Elizabete**, família nova que tão bem me acolheu.

A minhas amigas, **Deusa**, **Fernanda**, **Fátima**, **Ilse**, **Karol**, **Gene, Marta** e a meu amigo **Cláudio,** pelo companheirismo, incentive e carinho.

À **Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás** por permitir o desenvolvimento da presente pesquisa e me oferecer condições dignas de formação.

Ao **Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação** da Universidade Federal de Goiás, por confiar que meu trabalho contribuirá para o crescimento dessa unidade.

Agradeço imensamente a todos aqueles que contribuíram para este trabalho com comentários, indicações bibliográficas fundamentais. Agradecimentos especiais, pelo interesse e pelas indicações de leitura muito pertinentes: **Profa. Dra. Flávia H. Vale, Prof. Dr. Daniel García Velasco, Profa. Dra. Taísa Peres de Oliveira.**

Dedico este trabalho a meus pais, Luiz e Geralda, e a você, Alex, com todo amor.

The essence of language is human activity – activity on the part of one individual to make himself understood by another, and activity on the part of that other to understand what was in the mind of the first. These two individuals, the producer and the recipient of language, or as we may more conveniently call them the speaker and the hearer, and their relations to one another, should never lost sight of if we want understand the nature of language and of that part of language and of that part of language which is dealt with in grammar. (JESPERSEN, O. *The Philosophy of Grammar, 1948, p. 2)*

LISTA DE FIGURAS, QUADROS, ESQUEMAS, MAPAS E TABELAS

Figuras

Figura 1 – Gradação Semântico-Pragmática (LANGACKER, 2013) p. 33
Figura 2 – Caminho da Estrada Real de Pitangui - MG p. 100
Figura 3 – Tipologia do Estado de Coisas (DIK, 1989) p. 116
Figura 4 – *Continuum* relativo à polaridade da ação p. 123
Figura 5 - *Continuum* relativo às ações no mundo físico e mental p. 123

Quadros

Quadro 1 – Hierarquia de Funções Semânticas (DIK, 1989) p. 48
Quadro 2 – Organização Hierarquica da GDF (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008) p. 51
Quadro 3 – Modelo da abordagem hierárquica (KROON, 1997) p. 53
Quadro 4 – Parâmetro 1 de Transitividade p. 65
Quadro 5 – Exemplo de *Continuum* Verbal p. 67
Quadro 6 – Funções semânticas do Objeto (DIK, 1997) p. 73
Quadro 7 – Macro-funções do Sujeito e do Objeto (DOWTY, 1991) p. 74
Quadro 8 – Tipos de Objetos Nulos (GARCIA VELASCO e PORTERO MUÑOZ, 2002) p. 88
Quadro 9 – Escala de recuperação de objetos (GARCIA VELASCO e PORTERO MUÑOZ, 2002) p.91
Quadro 10 – Tipos de objetos verbais p. 93
Quadro 11 – Parâmetros de Transitividade p. 113
Quadro 12– Parâmetros de Transitividade p. 114
Quadro 13 – Tipos Semânticos Verbais p. 128
Quadro 14 – Funções Semânticas do Sujeito p. 130
Quadro 15 – Funções Semânticas do Objeto p. 131
Quadro 16 – Funções Semânticas do Sujeito no *corpus* p. 134
Quadro 17 - Funções Semânticas do Objeto no *corpus* p. 135
Quadro 18 – Ocorrências de Foco nos dados p. 157
Quadro 19 - Perspectiva da GDF p. 159
Quadro 20 – Aspectos do Componente Contextual p. 164
Quadro 21 – Modelo de Interação no Nível Interpessoal (KROON, 1997) p. 168
Quadro 22 – Manifestação dos Objetos Implícitos nas camadas gramaticais p. 169
Quadro 23 – Modelo de Organização Top-down da Gramática p. 183

Esquemas

Esquema 1 - Síntese do Modelo Cooperativo de Comunicação Humana p. 34
Esquema 2 - Modelo de interação verbal de Simon Dik (1989) p. 36

Mapas

Mapa 1 - Mapa Antigo da Província de Goiás (1848) p. 101

Tabelas

Tabela 1 - Estrutura Hierárquica da oração p. 40
Tabela 2 - Dados sobre objetos diretos em verbos transitivos p. 92
Tabela 3 - Graus de Transitividade em verbos com objetos Definidos e Indefinidos p. 116
Tabela 4 - Graus de Transitividade e as ocorrências de Objetos Implícitos Definidos e Indefinidos p. 118
Tabela 5 - Tipos de orações encontrados no *corpus* p. 125
Tabela 6 - Orações Transitivas Diretas: OD realizado sintaticamente x Objeto Direto Implícito p. 127
Tabela 7 - Objetos implícitos em orações transitivas no Português Goiano p. 138
Tabela 8 - Tipos de Objetos Implícitos: Definidos e Indefinidos no *corpus* p. 148
Tabela 9 - Tipos de Objetos Definidos no Português Goiano Falado p. 141

Gráficos

Gráfico 1 - Graus de Transitividade e as ocorrências de Objetos Implícitos Definidos e Indefinidos p. 118
Gráfico 2 - Distribuição de Tipos de Orações no *corpus* Fala Goiana p. 126
Gráfico 3 - Ocorrências de OD realizado e OD implícito p. 127
Gráfico 4 - Tipos de Objetos Implícitos no *Corpus* p. 140
Gráfico 5 - Tipos de Objetos Implícitos Definidos p. 141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agente .	Ag
Argumento 1	Arg1
Argumento 2	Arg2
Auxiliar	Aux
Beneficiário	Ben
Controle	Cont
Dinâmico	Din
Direção	Dir
EAP	Estrutura Argumental Preferida
Experienciador	Exp
Foco	Foc
Força	Forc/Fo
Hierarquia de Função Semântica	HFS
ILL	Ilocução
Instrumento	Instr
Interlocutor	P2
Locativo	Loc
Locutor	P1
Meta ou Objetivo	Go
Objeto	Obj
Paciente	Pac
Português do Brasil	PB
Processado	Proc
Pronome arbitrário	Pro arb
Pronome	Pro ou pro
Recebedor	Rec
SFH	Hierarquia de Funções Semânticas
Sintagma Nominal	SN
Sintagma Nominal 1	SN1
Sintagma Nominal 2	SN2
Sintagma Verbal	SV/Sv
SoA	Estado de Coisa
Gramática Funcional	GF
Gramática Discursivo-Funcional	GDF
Gramática Gerativa	GG

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 16

CAPÍTULO 1
Bases teóricas dos Objetos Implícitos e o fenômeno da Transitividade ……. 19

1.0 Fundamentação teórica..... 19

1.1 A Transitividade pelo viés da Gramática Gerativa: fenômeno essencialmente sintático 20

1.2 Um histórico sobre a abordagem dos objetos nulos no Português do Brasil 24

1.3 Arcabouço Teórico: Princípios Funcionalistas Gerais e a Gramática Funcional de Simon Dik 28

1.4 O papel das funções pragmáticas 35

1.5 A estrutura de predicado 37

1.6 A estrutura subjacente da oração 39

1.7 A Gramática: constituição em camadas 41

1.8 Funções sintáticas e semânticas do Sujeito e do Objeto na Gramática Funcional ……. 42

1.9 O escopo da Transitividade na interface de funções sintático-semânticas e Pragmáticas 44

1.9.1 Papeis semânticos e tipos verbais 45

1.9.2 A Gramática Discursivo Funcional (GDF)..... 49

1.9.3 Tipos de alinhamento 53

1.9.4 A Transitividade na Gramática Funcional: uma noção gradient da Transitividade 55

1.9.5 A Transitividade como propriedade oracional..... 60

1.9.6 Considerações finais do capítulo 68

CAPÍTULO 2 – OBJETOS IMPLÍCITOS NOS ESTUDOS FUNCIONALISTAS .. 69

2.0.Introdução…… 69

2.1 A atribuição de objeto verbal e a noção de *continuum*. 74
2.2 "Apagamentos de objetos" – o que dizem os funcionalistas 81
2.3 Considerações finais do capítulo 93

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS 95
3.1. Os estudos de descrição em língua falada no Brasil 95
3.2 Formação sócio-histórica do Português Goiano 97
3.3 Constituição do *corpus* de análise 101
3.4 O *corpus* de língua falada em Goiás 102
3.5 A coleta e a transcrição dos dados 103
3.6 Dados do *corpus O Português Contemporâneo Falado em Goiás* 105
3.7 Critérios de análise 108

CAPITULO 4 – OBJETOS IMPLÍCITOS NA FALA GOIANA 109
4.0. I Parte: Critérios sintático-semânticos 109
4.1 Análise de dados: Parte I – Critérios Sintático-Semânticos 111
4.1.1.Critério 1: Graus de Transitividade: ponto de partida da análise 111
4.1.2. Critério 2: Tipos de orações encontradas no *corpus* 124
4.1.3. Critério 3: Orações Transitivas Diretas 126
4.1.4. Critério 4: Os papeis semânticos de Sujeito e Objeto em Orações Transitivas Diretas 129
4.1.5. Critério 5: Localização do argumento objeto 136
4.1.6. Critério 6: Tipos de Objetos Implícitos 137
4.1.7. Critério 7: Objetos Implícitos Definidos e Indefinidos 139
4.1.8. Critério 8: Objetos Implícitos Definidos 140
4.1.9. Critério 9: Objetos Implícitos Indefinidos 145

CAPÍTULO 5

Parte II – Critérios pragmático-discursivos na análise de Objetos Implícitos na fala goiana 151

5.1. Critérios Pragmático-Discursivos..... 151

5.2. Planos discursivos de Figura/Fundo e Tópico/Foco..... 153

5.3. A ideia de *Contexto* na GDF..... 158

5.4. O Princípio da Transitividade na Gramática..... 169

5.5. Como os Objetos Implícitos Definidos e Indefinidos ocorrem na gramática..... 172

5.6. Condições para recuperação dos referentes de Objeto Implícito ……178

5.7. Algumas propostas ……..181

CONSIDERAÇÕES FINAIS 185

REFERÊNCIAS..... 191

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o uso de Objetos Implícitos em Orações Transitivas Diretas no Português do Brasil, na fala goiana. Subjaz a esse fenômeno a supressão do objeto no ambiente oracional, o estabelecimento de diversas estratégias pragmático-discursivas e semânticas que vão além do *Princípio de Economia Linguística*[1], segundo o qual os "apagamentos" sintáticos, entre outros, tem por objetivo tornar a língua mais fluida.

Para analisar como os Objetos Implícitos se comportam no Português Goiano, recorro ao *corpus* de língua falada "O Português Contemporâneo Falado em Goiás". Esse projeto de pesquisa, sobre a fala goiana, foi desenvolvido pelo Grupo de Estudos Funcionalistas – GEF, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG), sob coordenação da professora Dra. Vânia Cristina Casseb Galvão e tem por objetivo descrever e analisar o falar goiano, de modo que esse projeto contribui significativamente para a descrição do Português do Brasil.

Neste trabalho, foi verificado se algumas variáveis como *tipo verbal, papéis semânticos, relações de referência (anáfora, por exemplo), funções pragmáticas (tópico/foco), ordem dos constituintes* podem interferir na ocorrência de Objetos Implícitos como complementos oracionais que são suprimidos morfossintática e fonologicamente. Procura-se observar se esse fenômeno está sujeito às intervenções pragmático-discursivas que os falantes fazem sobre o conteúdo suprimido.

Procurei, assim, responder às seguintes perguntas:

1. Quais são os verbos que tendem a selecionar Objetos Implícitos?

2. Os verbos, cujos objetos são apagados, são mais abstratos do que aqueles que selecionam objetos realizados sintaticamente? Como se isso se mostra nos dados de fala?

3. Como se processa a recuperação do sentido dos objetos nulos, a partir da perspectiva dos falantes?

4. Em que casos a possibilidade de recuperação dos Objetos Implícitos deve-se a relações de encadeamento referencial, como anáfora associativa, e envolve conhecimento partilhado?

5. Os Objetos Implícitos definidos e indefinidos atuam diferentemente na

[1] O Princípio de Economia Linguística é um princípio geral das línguas, segundo o qual os componentes sintático e fonológico eliminam redundâncias do ato de fala, com o objetivo de tornar o fluxo linguístico mais fluido, envolvendo menor esforço dos falantes. (Cf. MARTINET, 1963).

gramática?

6. O que possibilita, cognitivamente, no processo de interpretação do Objeto Implícito, recuperar os traços formais e o sentido dessa categoria?

7. Quem contribui para construir o esquema mental que mapeia os sentidos produzidos na ausência do objeto?

8. De que maneira este trabalho contribui para os estudos teóricos funcionalistas, como a Gramática Discursivo-Funcional?

A partir da ideia de que o domínio da linguagem é fundamental para o exercício da individualidade em sociedade, o uso que o falante faz da língua relaciona-se a suas necessidades expressivas como narrar acontecimentos, refletir sobre suas experiências no mundo. Tomar o outro como interlocutor é o que motiva constantemente o falante para o exercício do pensamento e da linguagem. Considerando que esta pesquisa se propõe, principalmente, a analisar os Objetos Implícitos no Português Falado em Goiás, a proposição desta tese reside na primeira hipótese:

Hipótese Geral

A implicitação e a recuperação dos objetos verbais podem ser resultado de estratégias do locutor para desencadear no interlocutor ações de convencimento, desvio de informação, estabelecimento de conexões com outros conhecimentos partilhados, assim como economia linguística.

Outras hipóteses:

I- Como a Transitividade é considerada, na perspectiva funcional, um processo central que envolve todo o sistema gramatical e ora atua no nível da oração, ora afeta toda a proposição ou mesmo o texto, determinando ocorrências de Objetos Implícitos.

II- Um objeto só pode ser considerado nulo, de fato, se ocorrer um processo de intransitivização verbal, o que definitivamente apaga os traços nominais e referenciais do objeto, ocasionando uma estrutura intransitiva.

III- Do ponto de vista interativo, não há objetos nulos, apenas Objetos Implícitos

Nesse sentido, compreender o comportamento dos Objetos Implícitos nas

gramáticas das línguas é necessária a fim de que se discuta esse fenômeno a partir da língua em uso. A Gramática Funcional, de uma forma geral, tem apontado um caminho de interdependência dos níveis gramaticais, discutindo o grau de imbricamento dos domínios linguísticos, cognitivos e discursivos, o que permite uma análise ampla dos fenômenos linguísticos.

A investigação sobre implicitação de objetos permitirá uma compreensão mais apurada do funcionamento das línguas, da maneira como os falantes empreendem suas escolhas, e, sobretudo, como se organiza o sistema linguístico ao envolver, simultaneamente, processos de alteração de valência, preenchimento ou não de casas argumentais, recuperação de sentido dos elementos suprimidos, que envolvem ordenamentos estruturais nos variados níveis linguísticos.

Este trabalho centra-se numa concepção funcionalista de linguagem, o que implica considerar aspectos relacionados a questões sociais, cognitivas e discursivas. Considerando que os falantes de uma língua partilham conhecimentos linguísticos, culturais, qual o propósito de ser produzido um Objeto Implícito (definido ou indefinido) no processo de interação? Como é possível ao interlocutor compreender e recuperar o sentido de um Objeto Implícito? Que níveis linguísticos estão envolvidos nesse processo, e como esse processo se relaciona com o nível cognitivo?

A partir desses questionamentos é que os Objetos Implícitos foram analisados conforme o arcabouço da Gramática Funcional de Dik (1989,1997) e da Gramática Discursivo Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008), bem como de outras abordagens funcionalistas (HOPPER e THOMPSON, 1980, 2001; GARCÍA VELASCO E PORTERO MUÑOZ, 2002), entre outras abordagens acerca da Transitividade e dos Objetos Implícitos nas línguas naturais.

CAPITULO 1

Bases teóricas dos Objetos Implícitos e o fenômeno da Transitividade

1.0.Fundamentação Teórica

O presente capítulo apresenta a base teórica na qual esta tese se baseia, ao tratar do fenômeno de Objetos Implícitos no Português do Brasil (doravante PB). Para isso, foi realizada uma síntese de algumas abordagens teóricas acerca da Transitividade, porque se trata de um fenômeno de amplo espectro, que conduz a atribuição de objetos e a configuração morfossintática dos verbos.

A Gramática Gerativa[2] é uma teoria que dedicou especial atenção ao caso de objetos nulos (omissão de SN2), como fenômeno oriundo da atuação da Transitividade na gramática, assim como a Gramática Funcional e Gramática Discursivo Funcional apresentam reflexões sobre esse fenômeno (Cf. DIK, 1989, 1997; HENGEVELD e MACKENZIE, 2008; HOPPER E THOMPSON, 1980, 2001; GARCIA VELASCO e PORTERO MUÑOZ, 2002).

A concepção de linguagem que orienta este trabalho defende que a língua é, por natureza social, motivada pela interação dos falantes que expressam, por meio da língua, seus propósitos comunicativos. Essa intenção comunicativa é viabilizada por processos cognitivos gerais que desencadeiam os processos linguísticos de maneira peculiar em cada língua.

Os fatos gramaticais estudados não podem ser vistos apenas como movimentos de um sistema gramatical abstrato sem qualquer relação com aspectos cognitivos e culturais

[2] A menção feita aos estudos gerativistas no corpo desta tese deve-se à necessidade de se evidenciar os estudos mais proeminentes acerca da Transitividade e de Objetos Implícitos, durante boa parte do século XX. Essa referência também permite um contraponto à análise funcionalista que aqui apresento acerca de aspectos gramaticais como a influência de aspectos pragmático-discursivos na seleção e uso dos objetos implícitos, entre outros. A Gramática Gerativa elege um falante-ouvinte ideal. Seus dados baseiam-se em dados de intuição linguística de pesquisadores e não tem por objetivo verificar sua validade no uso, pois a GG se preocupa em analisar a competência de um falante-ouvinte ideal, ou seja, os mecanismos abstratos representados pela Gramática Universal, que permitem ao falante desenvolver uma língua. Nessa concepção, o falante nasce predisposto geneticamente a desenvolver suas habilidades linguísticas, mediante a faculdade de linguagem ou Gramática Universal, que é, portanto, de natureza inata. As variações do uso fazem parte de um outro sistema – o de Desempenho – que está sujeito às irregularidades linguísticas e não é objeto de estudo da Gramática Gerativa.

(GOLDBERG, 1995, 2006; LANGACKER, 1980; 2013; TOMASELLO, 1999, 2008). Essa perspectiva de aproximação de domínios é, ao mesmo tempo, ambiciosa e necessária. O avanço dos estudos linguísticos, cognitivos e sociais têm como propósito maior a compreensão da capacidade humana de interagir, seja do ponto de vista cultural ou do funcionamento da mente e do uso linguístico. Explicar a relação entre tais domínios parece ser um árduo caminho, porém necessário para entender a complexidade humana.

A seguir, apresento uma breve referência a alguns trabalhos clássicos sobre Transitividade e o que a Gramática Gerativa (GG) denomina *apagamento de objetos*, assim como alguns estudos variacionistas e funcionalistas sobre o Português do Brasil. Esse histórico sobre os estudos realizados acerca de objetos nulos na Gramática Gerativa permite estabelecer um contraponto para a análise funcionalista desenvolvida neste trabalho.

1.1. A Transitividade pelo viés da Gramática Gerativa: fenômeno essencialmente sintático

A Transitividade tem despertado um interesse muito grande em diversas teorias linguísticas, principalmente por ser um fenômeno norteador das relações internas à gramática de uma língua. A seleção de argumentos é vista pela Gramática Gerativa (CHOMSKY, 1965) em termos de um fenômeno de subcategorização, no qual o verbo seleciona seu objeto, um fenômeno de natureza exclusivamente sintática.

A Gramática Gerativa (CHOMSKY, 1965; 1981) recorre a sentenças criadas com base na intuição dos pesquisadores que as expõem a alguns falantes para testar a gramaticalidade e aceitabilidade dessas sentenças, observando-se a regularidade dos fenômenos pesquisados. Essa abordagem metodológica dos dados parece ser frágil, uma vez que não se pode garantir um padrão geral, acerca da aceitabilidade de tais sentenças, pois não se verifica sua recorrência no uso linguístico. Esse talvez seja um dos pontos mais questionáveis em relação à metodologia gerativista.

Assim, para a Gramática Gerativa, a língua é um sistema de regras que gera um número infinito de sentenças gramaticais. O componente sintático é autônomo e soberano em relação aos demais componentes. Assim, um fenômeno como o da Transitividade, é essencialmente sintático, pois o componente sintático é que determina as relações de sequenciamento e seleção de argumentos, assim como a ordenação desses elementos na oração.

A Gramática Gerativa tem se pautado pela ideia binária de organização sintática da oração, o que se estende à Transitividade, delimitando-a em termos de subcategorização ou não de objetos verbais (CHOMSKY, 1965; 1981). Para a Gramática Gerativa, é o verbo que seleciona o tipo de sintagma nominal ou preposicional, por exemplo, como complemento e controla todo processo de atribuição de Caso, de papéis temáticos etc.

Chomsky (1981) trata a relação de subcategorização da seguinte maneira: um verbo tem disponível em sua entrada lexical informações a respeito dos parâmetros que determinam sua Transitividade, ou seja, cabe ao verbo selecionar uma posição argumental que deverá ser preenchida ou não por um objeto (SN_2), e este receberá o papel temático (paciente/objeto afetado), assim como o sujeito (SN_1) também recebe o papel de agente, caracterizando o evento como transitivo. Sendo assim, um verbo pode selecionar um SN objeto que, por sua vez, pode aparecer explicitamente na estrutura sintática ou pode ser apagado – caso de objetos nulos – essa operação deixa na estrutura sintática um vestígio [t], que pode permitir a retomada anafórica de um termo, por exemplo.

Quando a posição argumental do objeto é saturada, ocorre um processo de *intransitivização* do verbo. Assim, surge, dentro do quadro gerativista, uma preocupação maior com o papel da subcategorização de objetos na estrutura argumental[3], o que ocasiona a mudança de Transitividade do verbo, quando este aceita tal processo. O postulado acerca da existência de vazios nas línguas surge, categorialmente, no âmbito da Gramática Gerativa, com a *Teoria de Regência e Ligação* (CHOMSKY, 1981).

Essa possibilidade de realização argumental permitiu aos estudos gerativistas analisarem o objeto nulo[4], sob duas perspectivas:

(I) o objeto nulo de interpretação definida e anafórica e
o objeto nulo de interpretação indefinida ou arbitrária (*pro-arb*)

Esses dois tipos de categorias nulas têm sido descritos nas línguas que admitem

[3] É importante trazer o conceito de **objeto.** As teorias gramaticais o abordam de várias maneiras, definindo- o ora sintaticamente, ora semanticamente. Do ponto de vista sintático, prototipicamente, um objeto verbal é um SN ou Oração que preenche a posição argumental 2 de um verbo. Evidentemente que a essa relação gramatical são também atribuídos traços semânticos.

[4] **Objeto nulo –** É um conceito utilizado pela Gramática Gerativa e, por alguns autores funcionalistas (GARCÍA VELASCO e PORTERO MUÑOZ , 2002; CONNOLY, 1997), que consiste em um apagamento do objeto verbal na estrutura superficial da oração, deixando um vestígio na estrutura argumental.

apagamento de objeto, d.e acordo com a Gramática Gerativa, como o Português do Brasil, ao Italiano, (exemplo (1a)), em oposição a línguas como o Inglês, que não admitem a supressão de objeto, como exemplifica (1b).

(1) a. Isso conduz ∅ à seguinte conclusão

b.*This leads ∅ to the following conclusion. (RIZZI, 1986)

Uma tipologia acerca dos objetos nulos nas línguas naturais é defendida por diversas abordagens teóricas, muitas de cunho gerativista (HUANG (1984), RAPOSO (1986), GALVES (1989), RIZZI (1986, 2005)). O objeto nulo é estruturalmente um objeto verbal que pode ser entendido como toda e qualquer estrutura sintagmática ou oracional que preencha uma posição argumental projetada por um predicador verbal. Observemos os exemplos a seguir.

(2)a. João comprou um apartamento novo de 250 m^2. [SN_1 V $_{COMPRAR}$ SN_2]

b. Esperemos que o remédio comece a fazer efeito. [ϕ SN_1 V $_{ESPERAR}$ O']

Na oração (2a**)**, o objeto do verbo *comprar* é um sintagma nominal SN [um apartamento novo de 250 m^2] que é subcategorizado por V [*comprar*]. Já em (2b**)**, o SV [*esperar*] seleciona uma oração encaixada que funciona como objeto oracional [$_{O'}$ que o remédio comece a fazer efeito]. Em termos de função complementizadora, tanto o SN quanto a Oração exercem a mesma função sintática: preencher a posição argumental aberta, contribuindo para que a ação transitiva do verbo seja finalizada, isto é, o verbo propague seu domínio sobre o objeto.

Partindo da ideia de que a estrutura oracional é formada por casas argumentais que devem, *a priori*, ser preenchidas por conteúdos informacionais expressos por sintagmas ou orações, essas lacunas argumentais podem ser então preenchidas ou não por $SN_{sujeito,}$ em relação à primeira casa argumental, ou por SN $_{objeto}$ na segunda casa argumental.

Alguns autores como Huang (1984) têm se dedicado a estudar casos de objetos nulos no Chinês e os caracterizam em termos de uma *variável*, cuja referência é mencionada previamente no discurso (contexto situacional). Esse tipo de categoria é possível em

Português, como em Chinês. O exemplo (3a) demonstra esse tipo de categoria. Já outros autores como Rizzi (1986), pesquisando os objetos nulos no Italiano, defendem a existência de um *objeto nulo pro-arb*, que atribui uma interpretação genérica e arbitrária a seu referente, como em (3b).

(3) a. Você viu a Sofia?[5]
-Não vi __t.

b. Questo conduce __ alla seguinte concluzione /Isso conduz__***pro-arb*** **(*alguém/algo*)** à seguinte conclusão.

(RIZZI, 1986)

No exemplo (3a), a posição objeto de *ver* encontra-se vazia sintática e fonologicamente. A recuperação do objeto é possível porque há um vestígio, uma variável [t] que carrega traços gerais de [3ª pessoa, singular, + definido]. Nesses casos, o elemento referencial ao qual o objeto nulo se reporta está imediatamente localizado no contexto oracional anterior. Por exemplo, o SN [a Sofia] pode ser recuperado por meio dos traços de [3ª pessoa, singular], carregados por [t]. Por outro lado, em (3b), as informações que o falante possui para recuperar o objeto nulo residem em traços mais genéricos de um pronominal nulo, singular, arbitrário, 3ª pessoa (algo ou alguém), caracterizando uma interpretação indefinida.

A estrutura sintática das línguas é abstrata, uma espécie de constructo estrutural aberto que pode ser preenchido totalmente ou não. É essa possibilidade de realização que permite às línguas licenciarem objetos implícitos. O que importa, nesse sentido, é saber como e por quê.

A delimitação desses dois tipos de objeto os restringe em relação a aspectos gerais da organização sintático-semântica mas não explica o que leva os falantes a acionarem categorias nulas e como seus sentidos são recuperados.

A próxima seção, apresenta alguns trabalhos relevantes sobre apagamento de objetos que têm motivado as pesquisas no Português do Brasil (PB). Alguns desses trabalhos apresentam, além de uma abordagem sociolinguística, abordagens de outras linhas como a gerativista e a funcionalista, apresentando um panorama do comportamento de

[5] Os exemplos citados, ao longo do texto, que pertecem a algum autor será assinalado, bem como os exemplos retirados do *corpus O Português Contemporâneo Falado em Goiás*. Os demais são exemplos construídos por mim.

objetos verbais no PB.

1.2. Um histórico sobre a abordagem dos objetos nulos no Português do Brasil

Alguns dos mais representativos estudos sobre objetos nulos no Português do Brasil são os de Duarte (1986), sob uma perspectiva sócio-variacionista, assim como os Perini (1995), em relação à perspectiva funcional e os trabalhos de Cyrino (1994, 1996, 1997), Nunes (1989), Kato (1999, 2011), dentre outros, sob uma perspectiva gerativista.

Duarte (1986) empreende uma pesquisa de natureza sociolinguística, evidenciando que fatores sociais como escolaridade e faixa etária são variantes significativas para se delimitar a ocorrência de objetos nulos. Segundo seus resultados, o falante de maior escolaridade utiliza um objeto nulo com traço [+animado], enquanto o falante de menor escolaridade tende a preencher a casa argumental com um pronome lexical, normalmente um pronome pessoal, como se pode perceber em (4).

(4) a. Você viu o João?-Eu não vi_____.
(falante escolarizado)

b. Eu não vi **ele**, não.
(falante menos escolarizado)

A estratégia do falante escolarizado é evitar uma forma desprestigiada como a usada pelo falante menos escolarizado (4b), ao empregar um pronome lexical na posição objeto. Além dos critérios sociolinguísticos, Duarte elenca as condições sintáticas que favorecem o apagamento de objeto: se o elemento antecedente é uma sentença, há uma maior incidência de objetos nulos, com uso quase categórico quando o traço do objeto refere-se a um elemento [- animado].

Em sua pesquisa, Duarte conclui que o uso do clítico em português é cada vez mais escasso, em detrimento da ocorrência de objetos nulos, em casos de falantes escolarizados, e do uso de pronomes lexicais, por parte de falantes menos escolarizados.

As observações realizadas por Cyrino (1996), com base na pesquisa de Duarte (1986), põem em discussão a distinção entre "apagamento de objeto" e "elipse de VP". Para a autora, o apagamento de objeto consiste em casos nos quais o SN_2 é suprimido da

oração, já a elipse de VP ou SV ocorre quando toda uma estrutura sentencial é apagada e não há correspondência entre os verbos:

(5)a. João descascou a banana, mas Pedro não descascou ∅
b. João descascou a banana, mas Pedro não comeu ∅

Os exemplos apresentados por Duarte (1986) indicam que quando há uma correlação entre os verbos, como em (5a), o apagamento de objeto é licenciado no Português Europeu e no Português do Brasil. Já (5b), apenas é possível e gramatical no Português do Brasil, quando os verbos são distintos.

Cyrino defende a ideia de que o Português do Brasil é uma língua de objeto nulo [- específico, -referencial], diferentemente do Português Europeu, cujo objeto nulo é [+ específico, - animado], motivado por elipse sentencial. A autora afirma que o objeto nulo é um tipo de elipse. Para ela, esse tipo de objeto surgiu da queda do clítico neutro **o** em construções em que a elipse era uma opção (Cf. CYRINO, 1996: p. 230). Assim, quanto mais os traços do objeto forem [+ animado, +específico, +referencial] menor será a ocorrência de objetos nulos. Dito de outro modo, os traços [- animado, - específico, - referencial] favorecem os objetos nulos.

Os dados diacrônicos de Cyrino indicam que um objeto nulo com antecedente [+ animado] apresentaria traços [+específico e referencial], o que nem sempre ocorre nos dados. Mas quando o antecedente é [-específico], pode ocorrer um objeto nulo com antecedente [+ animado], como ilustra o exemplo (6) de Duarte (1986:13):

(6) A FEBEM é um dos elos dessa corrente que cria o menor infrator, não é ela o único responsável, o único elo que cria ∅, e como tal ela não consegue recuperar ∅.

O exemplo (6) demonstra uma preferência pelo não uso do clítico na posição objeto no Português do Brasil, que é ocupada por um objeto nulo. Segundo os dados de Cyrino, 88,3% dos objetos nulos ocorrem com antecedentes [-animados, específicos ou não].

Para a autora, o fato de haver uma mudança no sistema de clíticos do PB leva à preferência pela elipse sentencial de verbos proposicionais, como também atesta Nunes

(1993). O objeto nulo surge como uma opção para esse tipo de realização argumental, principalmente aqueles que envolvem reconstrução com antecedente [-animado], ou seja, para aqueles que estabelecem relações de referência.

A alteração nos parâmetros de realização de objetos no Português do Brasil salienta um novo padrão de usos dessas categorias, segundo o qual os clíticos têm sido menos usados pelos falantes do PB, que têm optado por preencher a posição objeto com um pronome de 3ª pessoa, em alguns casos, ou optam pela omissão do objeto.

Raposo (1986) e Rizzi (1986) argumentam que se pode encontrar nas línguas dois tipos de objetos nulos: um estruturalmente realizado como *categoria vazia* e outro cujo objeto é *saturado sintaticamente*, categorizado mediante um processo de *intransitivização* ou *incorporação verbal* (Cf. BAKER, 1988).

Seguindo esses pressupostos, Filetti (1999, 2000, 2008) analisou objetos nulos no PB e os distribuiu em dois conjuntos, formados por: *verbos de atividade* e *verbos psicológicos*. O primeiro grupo compreende verbos que parecem envolver um processo de *incorporação verbal*, sendo intransitivizados previamente no componente lexical. O segundo grupo compreende verbos que admitem uma categoria vazia, um apagamento no nível sintático-fonológico, configurado por um objeto nulo, cuja recuperação é possível a partir do contexto linguístico imediato.

A análise de Filetti (op. cit.) postula que verbos de atividade como *dançar* são os verbos propícios à intransitivização, enquanto verbos psicológicos como *preocupar* admitem uma categoria nula, *pro-arb* [um pronome arbitrário, genérico, + humano, + indefinida] (Cf. FILETTI, 1999: p. 88). Assim, verbos psicológicos apresentam objetos nulos cuja referência não pode ser recuperada imediatamente no contexto da oração, e trazem traços de um pronominal nulo arbitrário, indefinido.

O comportamento de objetos nulos no Português do Brasil, segundo Filetti, pode ser explicado com base nesses dois tipos de objetos nulos: os de referência definida (7a), recuperáveis a partir do contexto linguístico imediato; e os de referência indefinida (7b), que podem explicar a gramaticalidade de frases como "Isso conduz_ pro arb à seguinte conclusão", mediante uma categoria pronominal, de natureza indefinida, que tem um caráter arbitrário e genérico.

Apesar de os trabalhos gerativistas acima citados fazerem alguma referência ao contexto situacional, discursivo, este é pouco salientado e não é interesse da análise gerativista. Os trabalhos de Rizzi (1986) e Filetti (1999) defendem a autonomia e

supremacia do componente sintático sobre os demais níveis linguísticos. Portanto, o contexto pragmático-discursivo não é considerado relevante para as análises gerativistas.

Assim, na Gramática Gerativa, a Transitividade é tratada como um fenômeno exclusivamente sintático, sendo a Sintaxe um componente autônomo e responsável pelo preenchimento da estrutura argumental, mediante subcategorização – fenômeno de interface léxico-sintaxe. Embora a relação entre verbo e objeto seja extremamente importante para a realização oracional, não parece ser um fenômeno regulado apenas por regras sintáticas, se forem considerados os diversos usos transitivos dos verbos nas línguas. As pesquisas funcionalistas contestam essa perspectiva binária da Transitividade, considerando-a um processo gramatical complexo, não restrito apenas à sintaxe.

Perini (1995), por outro lado, se contrapõe à ideia binária de Transitividade defendida pela gramática normativa e pela Gramática Gerativa. O autor propõe a existência de três tipos verbais: os que exigem objeto direto, os que recusam objeto direto e aqueles que aceitam "livremente" (opcionalmente) o objeto direto. Assim, o autor entende que esses traços são listados previamente no léxico e são os *frames* que determinam a ocorrência ou não de objeto. Essa perspectiva adotada por Perini caracteriza a Transitividade e a atribuição de objeto como um processo sintático-semântico, embora apresente uma influência de traços semânticos na seleção dos objetos verbais.

A discussão em torno dos critérios internos à gramática ou externos a ela no processamento da Transitividade tem sido bastante profícua e não é uma preocupação apenas de teorias gerativistas, mas também interessa às abordagens que elegem o uso como cenário natural da criatividade linguística dos falantes. Nesse sentido, a seção seguinte traz para esta discussão os pressupostos funcionalistas que têm envolvido a caracterização de uma teoria baseada no uso e que pretende pensar fenômenos como a Transitividade, a seleção de argumentos nas línguas, motivada e estruturada conforme as necessidades interacionais dos falantes.

A seguir, são apresentados os princípios teóricos funcionalistas, aos quais recorro para amparar a análise que aqui se faz.

1.3. Arcabouço teórico: Princípios Funcionalistas Gerais e a Gramática Funcional de Simon Dik

Os estudos funcionalistas entendem a língua como um sistema social, interativo, moldado pelo uso que os falantes fazem dessa língua. Assim, a descrição e análise funcionalista enfocam a relação entre forma e função como determinantes da estruturação grammatical. Nesse sentido, a gramática exibe o dinamismo do uso linguístico, respeitando as intenções dos falantes, observando princípios gerais e fundamentais como a *iconicidade* (relação forma/função).

O Princípio da Marcação Linguística refere-se à presença/ausência de uma propriedade relative a uma dada categoria linguística, cuja complexidade estrutural evidencial a frequência dos itens gramaticais, bem como a complexidade de processos cognitivos, como o inferencial, assim como o estatuto informacional e a linearidade dos fatos linguísticos.

Esses princípios delineiam toda e qualquer base de análise funcionalista que tem sido traduzida sob uma diversidade de teorias que enfocam e analisam a língua em uso como a Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1961), a Gramática Funcional (DIK, 1989, 1997), entre outras.

A Gramática Funcional (GF), especialmente a de origem holandesa, proposta por Simon Dik (1989; 1997), assim como outros autores que dialogam com essa vertente (NEVES (1997, 1999); HENGEVELD (1989); CAMACHO (2006, 2007); PEZZATTI (1998) são um dos pilares teóricos deste trabalho.

A Gramática Funcional de Dik sustenta-se com base no princípio de que a língua é um sistema dinâmico, estruturado em camadas, que se constituem em torno dos usos que os falantes fazem da língua para expressar seus diversos propósitos comunicativos (DIK, 1989), como salientado anteriormente.

Estão envolvidos no processo de interação funções da linguagem (Cf. HALLIDAY, 1985), a fluidez das categorias linguísticas, os papéis semânticos, desempenhados pelas formas gramaticais, assim como diversos processos linguístico- cognitivos como gramaticalização, conceptualização, entre outros.

A esse respeito, Neves enfatiza que

> a expressão linguística não pode ser analisada autonomamente sem a consideração de que ela é função, de um lado, da intenção e da informação pragmática do falante, e, de outro, da informação pragmática do destinatário, bem

> como de sua conjetura sobre qual tenha sido a intenção comunicativa do falante. Quando o falante diz algo, ele tem uma **intenção comunicativa, um plano mental** relativo a alguma modificação na informação pragmática do destinatário, e isso vai determinar escolhas na formulação linguística: a formulação tem de ser capaz de provocar no destinatário o desejo de modificação da informação pragmática tal como a pretendeu o falante, e este, por sua vez, tem de ter sido capaz de antecipar a interpretação que sua formulação poderia obter daquele destinatário, naquele determinado estado de informação pragmática. (NEVES, 1997, p. 16) (Grifo meu)

A discussão apresentada em Neves (op. cit.) ilustra claramente a compreensão acerca do processo de interação linguística, que envolve a maneira como a informação é tratada pelos falantes, ou mesmo quando é relevante omiti-la, reelaborá-la, de modo a atingir os propósitos interacionais dos falantes. Assim sendo, a interação dos falantes pressupõe um jogo entre informações partilhadas e informações novas que se alternam no discurso, assim como sofrem inclusões, reformulações no nível gramatical e semântico, de modo que as expressões linguísticas evidenciem não somente o conteúdo, mas a configuração estrutural que os falantes atribuem às suas expressões. Todas essas modulações envolvem a mobilização dos diversos níveis linguísticos e, sobretudo, convergem para o uso contextualizado no discurso.

Do ponto de vista da organização do sistema linguístico, a interface dos níveis gramaticais expressa o movimento organizacional do próprio sistema linguístico e do modo como as estratégias comunicativas permitem os usos que os falantes fazem da língua. Essa perspectiva enriquece a ideia de que os fenômenos linguísticos, embora possam se localizar em camadas específicas da gramática de uma língua, refletem o funcionamento dinâmico de todo o sistema gramatical, motivado pragmaticamente.

Compreender o funcionamento desses componentes é ambição de todo funcionalista e, espero contribuir para elucidar como a produção e a recepção de Objetos Implícitos acionam os sistemas linguístico e cognitivo, elucidando que estratégias são aplicadas a essas ações e que percurso o falante e o ouvinte desenvolvem para produzir e compreender o conteúdo comunicativo veiculado.

Dik (1989, 1997) defende que há um fator intencional fortemente marcado nesse processo de construção e reconstrução das expressões linguísticas. O autor faz uma análise de como o locutor e o interlocutor (re) elaboram o conteúdo linguístico produzido. É nesse intervalo de tempo – entre a produção de um Objeto Implícito pelo locutor – e sua **recepção ⇒ interpretação ⇒reelaboração** – que pretendo deter a análise de tais categorias.

Dik se propõe a apresentar uma adequação tipológica das línguas, cujas regras e

princípios podem ser a elas aplicados, por meio de uma adequação de natureza pragmática, baseada no uso efetivo da língua e ainda buscando uma adequação psicológica, posto que o uso da língua evidencia mecanismos psico-cognitivos envolvidos em seu processamento.
Dik assim concebe a língua:

> é em primeiro lugar conceptualizada como um instrumento de interação social entre seres humanos, usa com a intenção de estabelecer relações comunicativas. A partir deste paradigma, tenta-se revelar a instrumentalidade da língua no que diz respeito ao que as pessoas fazem e alcançam com a interação social. Uma língua natural, em outras palavras, é vista como uma parte integrada da competência comunicativa de NLU –competência do usuário de uma língua natural. (DIK, 1989, p. 3)[6] [Tradução minha].

O modelo de *interação* de uma língua natural (NLU) de Dik diz respeito à competência do falante, e como modelo se constitui a partir de funções dispostas hierarquicamente que demonstram as capacidades cognitivas e linguísticas acionadas pelos falantes na interação comunicativa, tais como:

a) capacidade linguística - promove a produção e compreensão de inúmeras expressões gramaticais aplicadas a diversas situações de fala;

b)capacidade epistêmica[7] - responsável por construir, manter e explorar o conhecimento do qual se derivam as expressões linguísticas;

c) capacidade lógica - organiza partes do conhecimento necessário à interpretação linguística;

d) capacidade perceptual - apreende o ambiente que envolve, por sua vez, a percepção transferida às expressões linguísticas;

e) capacidade social - ampara a organização individual numa situação comunicativa.

Todas essas capacidades são inteiramente dependentes umas das outras e ajudam a promover o funcionamento da interação falante-ouvinte. Com base nesses princípios, uma teoria funcionalista de linguagem deve considerar as capacidades sociocognitivas envolvidas na interação, de modo a delimitar seu objeto de estudo – a língua em uso -, assim como a abordagem teórico-metodológica utilizada. Desse modo, é possível instituir o paradigma a partir do qual a Gramática Funcional desenvolve-se como uma teoria de linguagem: a língua

[6] […] A language is in the first place conceptualized as an instrument of social interaction among human beings, used with the intention of establishing communicative relationships. Within this paradigm one attempsts to reveal the instrumentality of language with respect to what people do and achieve with it in social interaction. A natural language, in other words, is seen as an integrated part of the communicative competence of NLU. (DIK, 1989. P. 3)

[7] **Capacidade epistêmica** – capacidade que se reporta ao conhecimento acerca de um estado de coisas.

constitui uma esfera social de linguagem como um instrumento primordial de interação humana, estabelecendo relações de diversas naturezas, contextualizadas em situações singulares de interação social.

A interação, portanto, é mediada pela seleção de formas gramaticais, textuais e discursivas que permitem organizar o sistema linguístico em favor dos objetivos interacionais dos falantes, de modo que eles possam moldar e criar novas formas ou atribuir novos usos àquelas formas já existentes. Sendo assim, o sistema gramatical de uma língua configura-se dinamicamente, é fluido e criativo, uma vez que esse sistema se movimenta em direção à produção de sentido que melhor represente a intenção comunicativa dos falantes.

A Gramática Funcional constitui-se, portanto, como um constructo de regras e princípios que conduzem o sistema gramatical de uma língua natural mediante pressões do uso.

Dik (1989) afirma que o paradigma da teoria funcionalista só pode ser entendido por meio da aceitação de que o componente pragmático é responsável por desencadear o fluxo linguístico e que a integração dos demais componentes estabelece uma perspectiva de análise linguística contextualizada, sobretudo, representando uma perspectiva filosófica acerca da natureza da linguagem, segundo a qual o homem é constituído pelo uso da linguagem e, assim sendo, a língua constrói-se socialmente, assim como busca atender às necessidades comunicativas de seus falantes.

A Gramática Funcional estabelece um diálogo próximo com a Linguística Cognitiva, que tem por objetivo compreender como as operações mentais constituem o significado. A base da linguística cognitivo-funcional entende que a linguagem está sujeita à renovação constante, sendo um fenômeno de interface dos domínios cognitivo, cultural e linguístico. Ao usar a língua, os indivíduos recorrem a *processos gerais* que envolvem *esquemas mentais* (Cf. LANGACKER, 2013, TOMASELLO, 2008; GOLDBERG, 2006).

Tomasello (2008) é um dos principais autores que contribuem para a divulgação da Linguística Cognitiva, segundo a qual o uso constituído na interação é que possibilita a expressão e defesa dos pontos de vista dos interlocutores que, na interação, partilham, interferem e reestruturam o conhecimento de mundo acionado. A cultura se dá a partir desse processo de construção e reconstrução das percepções individuais e dos conhecimentos próprios de cada sociedade.

A noção de *competência comunicativa* (TOMASELLO, 2008) é importante por

estabelecer a ligação entre os planos pragmático-discursivo e o cognitivo, o que justifica o fato de as línguas apresentarem instabilidade e irregularidades que se ajustam mediante as necessidades interacionais implementadas pelos falantes. Nesse sentido, a língua é um sistema motivado, não arbitrário.

A Gramática Cognitivista estabelece o sistema linguístico como representação mental da experiência dos indivíduos com a língua, manifestadas no uso. Em outros termos, o uso da língua é motivado cognitiva e socialmente, e associa a constituição dos padrões gramaticais de uma língua às vivências dos falantes. Compreender o sistema linguístico como manifestação do sistema cognitivo tem contribuído para se pensar como a mente "pensa o mundo" da linguagem, que, por sua vez, também pensa o mundo exterior ao homem.

A figura 1, a seguir, exemplifica a posição de Langacker (2013) a respeito da função interativa da linguagem, segundo a qual a construção do significado é resultado de uma interface semântico-pragmática que se manifesta em termos de uma interface:

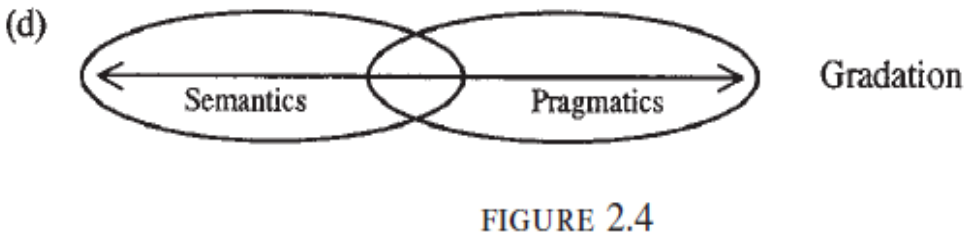


Figura 1. *Gradação semântico-pragmática* [LANGACKER, 2013, p. 41].

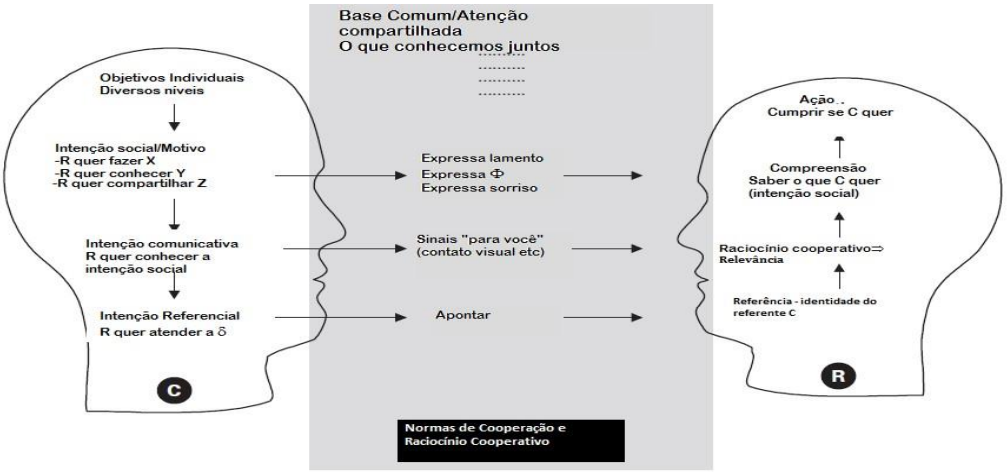
O significado, para a Gramática Cognitiva, é resultado de conceptualizações que envolvem processos semióticos, imagéticos, localizados num tempo e num espaço. Essas propriedades em intersecção promovem o dinamismo linguístico e auxiliam o entendimento da estrutura conceptual. A experiência permite ao falante esquematizar cognitivamente o mundo que ele apreende e então categoriza gramaticalmente. Isso significa que, ao mesmo tempo em que o homem percebe o mundo, essa percepção pode ser manifestada linguisticamente. Ao formular linguisticamente sua percepção do mundo, o falante pensa sobre as coisas e sobre a própria linguagem.

Pensar a conceptualização da linguagem favorece uma abordagem ampla dos processos linguístico-cognitivos que embasam processos como *formulação* e *codificação*

linguística, ampliando o escopo de análise para um nível superior que é o da interface não só dos componentes gramaticais, mas também dos sistemas mais abstratos como o cognitivo, além de sistemas macroestruturais como o sociocultural.

Tomasello (2013) também apresenta pontos em comum com a teoria funcionalista de Dik, pois entende que há uma condição psicológica que sustenta a comunicação dos indivíduos assim como uma "intencionalidade compartilhada". Habilidades cognitivas socialmente motivadas são materializadas no uso linguístico. Assim o modelo de Tomasello propõe uma abordagem da gramática que demonstre que a linguagem tem uma natureza filogenética assim como ontogenética[8]. Esse é um modelo que visa à compreensão das condições básicas de surgimento e uso da linguagem, paralelamente ao desenvolvimento do homem social (HYMES, 1974; DURKEIM, 1975; WEBER, 1991).

O modelo de interação proposto por Tomasello (2013, p. 98) pode ser melhor compreendido por meio do seguinte esquema:



Esquema 1 – *Síntese do Modelo Cooperativo de Comunicação Humana* **[**Adaptado de Tomasello (2013, p. 98)].

O esquema anterior evidencia a compreensão de Tomasello acerca da *cooperação* dos falantes na construção do significado e da comunicação entre os homens. A hipótese

[8] *Filogênese* – Filogênese estuda a história da evolução humana, da constituição dos seres humanos como sujeitos cognitivos. Termo relacionado ao progresso da espécie humana, desde a origem da vida até a forma que os Homens assumem na atualidade. Um dos maiores representantes dessa linha é Charles Darwin (1809-1882).
Ontogênese - O conhecimento é encarado como um processo de modificações e adaptações dos seres vivos ao meio. O sentido ontogenético remete ao desenvolvimento do indivíduo, desde a concepção até ao final da vida. Jean Piaget (1896-1980) é um dos criadores dessa abordagem do conhecimento.

central de Tomasello é a de que a aquisição e o desenvolvimento de competências linguísticas humanas são processos sócio-biológicos envolvendo habilidades sociocognitivas humanas de formulação linguística e de compartilhamento de intencionalidade, assim como condições de participação dos falantes em atividades sócio-comunicativas, historicamente estabelecidas, com indivíduos humanos linguística e simbolicamente competentes.

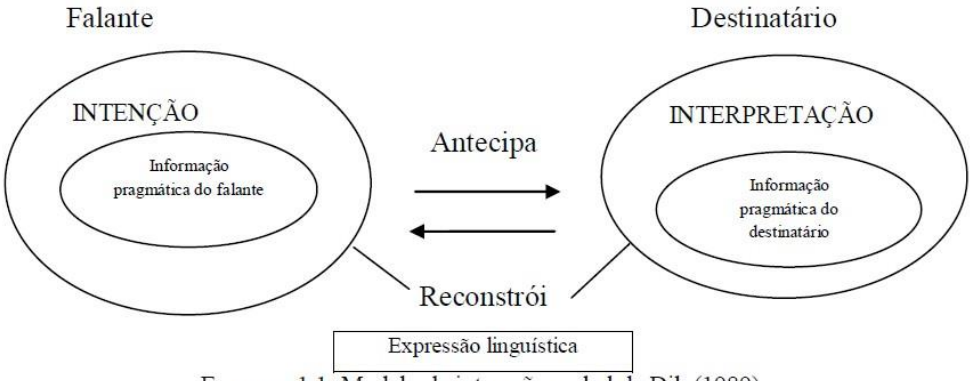
A teoria de aquisição da linguagem, baseada no uso, vem sendo desenvolvida no interior de uma análise mais ampla sobre a evolução da cognição humana (TOMASELLO, 1999). Essa análise tem proposto que a cognição humana é o produto co-evolutivo de adaptações biológicas específicas à cognição primata e de atividades de colaboração relacionadas à cognição cultural (por exemplo, a criação e o uso de símbolos linguísticos e matemáticos, artefatos culturais, tecnologias, práticas culturais e instituições sociais).

Esse modelo de evolução da cognição humana tem buscado conciliar, em um mesmo quadro conceitual, aspectos filogenéticos, ontogenéticos e culturais (TOMASELLO, 2013), ao mesmo tempo em que critica a prática tradicional, dentro das ciências humanas e sociais, de se estabelecer uma cisão entre os aspectos biologicamente herdados e os culturalmente aprendidos na abordagem da cognição humana, o que contribui para uma compreensão mais ampla dos processos gramaticais.

O modelo proposto por Tomasello reforça a ideia de como a interação humana é fundamental para o desenvolvimento das línguas e de nossa própria espécie. Trata-se de um modelo que busca entender as condições que motivam essa interação linguística. Entretanto, não se propõe a aprofundar-se nas motivações pragmáticas que levam os interlocutores a adotarem estratégias linguísticas específicas nas línguas, até mesmo porque este autor se preocupa com um sistema cognitivo pré-verbal.

Pensando uma correlação com o modelo de Dik (1989), percebe-se como os interlocutores exercem papéis equivalentes na cena discursiva, antecipando e reconstruindo o que se diz, como exemplifica o modelo exposto a seguir.

No esquema 2, é apresentado o modelo de interação verbal proposto por Dik (1989: p. 8):



Esquema 1.1: Modelo de interação verbal de Dik (1989)

Esquema 2. *Modelo de interação verbal de Simon Dik (1989).* [Adaptado].

O modelo de Dik se diferencia, por sua vez, do modelo de comunicação proposto por Roman Jakobson (1970), segundo o qual a produção linguística era vista a partir de uma única perspectiva: a do emissor ou a do receptor. Dik (1989), diferentemente, põe em evidência o fato de que tanto locutor quanto interlocutor são responsáveis por formular e reformular as expressões linguísticas, com base na informação pragmática que partilham e tentam, simultaneamente ao ato de fala, reconstruir tal informação de maneira a interpretar a situação enunciativa ou a tornar mais clara sua argumentação.

Para evidenciar essa relação interativa, a Gramática Funcional de Dik propõe que as camadas ou níveis da gramática designem funções próprias, mas interdependentes. A atribuição de funções pragmáticas, por exemplo, expressa essencialmente a atividade cooperativa entre interlocutores. Nesse sentido, a gramática de uma língua expressa certas condições ou regras motivadas por "gatilhos" pragmáticos que desencadeiam processos de formulação linguística específicos.

Essa função pode ser melhor compreendida na seção seguinte.

1.4 O papel das funções pragmáticas

A gramática em uso é a materialização das forças pragmáticas, de acordo com os propósitos comunicativos dos falantes. Por isso, as funções pragmáticas são tão importantes para a Gramática Funcional. As informações pragmáticas são representações do uso que os falantes fazem a partir da conceptualização acerca do mundo. As pressões do uso, envolvendo as representações semântico-pragmáticas, emolduram a sintaxe, que, conjuntamente constitui o discurso.

Para Dik (1989), a informação pragmática pode ter um caráter geral, situacional e contextual. O falante organiza suas expressões e espera de que o interlocutor as assimile e as processe de modo que novas informações situacionais e contextuais sejam postas em jogo, desenvolvendo, assim, a interação comunicativa. Desse modo, a relação entre informações dadas e novas são alternadas, podendo modificar ou não a posição inicialmente adotada pelos interlocutores.

As funções pragmáticas (PEZZATTI, 1994) como *tópico* e *foco* são atribuídas de acordo com o "status informacional" dos elementos na oração em seu contexto comunicativo, por isso, muitas das propriedades linguísticas são também determinadas pela informação contextual. As funções pragmáticas envolvem um conjunto de crenças, conhecimentos partilhados pelos falantes e dão suporte à organização gramatical.

É durante o processo enunciativo que os interlocutores distribuem as informações em diferentes funções (foco, tópico, tema) que se alternam conforme as necessidades de interação. O Tópico, por exemplo, ocupa a posição mais à esquerda do verbo e indica a informação sobre a qual se predica alguma coisa. Por vezes, pode coincidir com o sujeito: *Ele* veio de muito longe. O Foco, por sua vez, representa uma informação relevante para o contexto. É essencial, no contexto da interação, por poder ser incluída como uma informação que servirá de algum modo ao interlocutor: "Na manhã de segunda-feira, *diversos caixas eletrônicos amanheceram quebrados"*. Neste caso, a informação relevante é o fato de caixas eletrônicos terem sido destruídos.

Para Dik, quando o falante interage com o interlocutor, este reconstrói a informação recebida. Se a informação deve ser alterada, modificada, o falante inicia o turno seguinte a partir da informação já conhecida, dada e acrescenta a essa informação dados novos. Esse jogo entre informações dadas e novas constitui o domínio pragmático da topicalidade e da focalidade. A topicalidade refere-se às informações que são dadas e que ocorrem no primeiro plano da oração, em destaque. Já a focalidade refere-se às informações novas e salientes apresentadas ao interlocutor (Cf. Neves, 2004).

A informação pragmática envolve assim uma percepção do mundo real, cultural e do mundo fictício; envolve também a informação situacional, referente à percepção das experiências dos falantes e à informação contextual, relativa às expressões metalinguísticas próprias da interação. Nesse sentido, as funções pragmáticas de *tópico* e de *foco* não estão necessariamente relacionadas às funções sintáticas de sujeito e objeto, de maneira equivalente, mas sim intimamente relacionadas ao modo como a informação é disposta na interação.

No discurso, uma maneira de se identificar o tópico é encontrando o *assunto* sobre o

qual se fala, enquanto o *foco* é encontrado a partir de alguns elementos como a proeminência prosódica, a ocupação de uma posição especial na oração, a presença de partículas especiais marcando sua relevância etc. Sintaticamente, o tópico é representado por um sintagma nominal deslocado para primeira posição à esquerda do núcleo verbal. Assim, ao usar um tópico, o falante tende a antecipar o assunto tratado, garantindo, discursivamente, a atenção do interlocutor. O foco dá relevo a uma informação já compartilhada.

Essas noções são fundamentais para o entendimento das motivações para o apagamento de objetos, pois é a partir da relação entre informações novas e já mencionadas no discurso que os falantes avaliam quais dessas informações podem ser omitidas e com que efeito.

O funcionamento do sistema gramatical, as combinações sintático-semânticas e pragmáticas possíveis constituirão objeto de atenção no tratamento da implicitude de objetos verbais, tema desta tese.

1.5 A estrutura de predicado

O predicado na tradição gramatical é uma unidade linguística sobre a qual se focaliza propriedades, relações expressas pelos termos que exercem funções sintáticas e semânticas, que representam os fatos do mundo.

Para Neves (2010, p. 13), "o predicado – que designa propriedades ou relações – se aplica a um certo número de termos que se refere a entidades, produzindo uma predicação que designa um estado de coisas, ou seja, uma codificação linguística que o falante faz da situação". Essa definição de Neves expressa claramente o papel desses níveis (o predicado e a predicação) nas línguas, demonstrando que a constituição formal e funcional do predicado e da predicação é primeiramente estruturada pelos termos contidos no léxico que são organizados semanticamente pela sintaxe.

Para Castilho (2010: p. 397) os predicados podem ser subdivididos em cinco tipos:

1. **Agentivo –** no qual um agente modifica um dado objeto: ' X faz Y'.
2. **Experiencial –** exprime propriedades de natureza perceptual, cognitiva ou estados afetivos: 'X sabe/pensa/ama Y'
3. **Locativos –** estabelece uma relação não dinâmica de localização espacial: 'X

está em/ é de Y'.

4. **Possessivo ou transferência de posse:** 'X tem/possui/recebe Y de/ a Z.
5. **Causativo –** um argumento designa a entidade que sofre mudança de estado ou lugar: 'X abre/destrói Y'.

Essa subdivisão, proposta por Castilho (2010), baseia-se em critérios semânticos para classificar alguns tipos verbais, mas, como salienta o autor, uma descrição exaustiva dos tipos de verbos nem sempre consegue corresponder à infinidade de possibilidades que surgem nas línguas.

Dik (1989, p. 49) define a **predicação nuclear** como um conjunto de *estados de coisas* que representam a "concepção de algo que pode ser em algum mundo possível" (Dik, 1989, 89). Os estados de coisas podem indicar semanticamente processos, experiências, ações, estados etc.

Na Gramática Funcional, as construções gramaticais estão envolvidas por propriedades semânticas que englobam as regras de expressão que, por sua vez, organizam o sistema gramatical das línguas, em geral. O sistema gramatical é estruturado por regras subjacentes que desencadeiam regras de expressão de modo que os constituintes gramaticais se organizem na superfície gramatical em forma de orações ou unidades maiores. A *predicação*, por outro lado, se estabelece no nível semântico (Representacional) e atribui propriedades aos referentes discursivos. Nesse sentido, um verbo, ao predicar, transfere traços semânticos que lhe são inerentes aos seus argumentos e à predicação, por sua vez, retratando os estados de coisas por meio da estrutura argumental.

Considerando a existência da relação entre as camadas linguísticas, como prevê o modelo de Dik (1989), a construção da estrutura subjacente de uma oração envolve a presença de um **predicado**, composto por um número de termos (x) e pela designação de propriedades ou relações (f), e os termos, por sua vez, representam entidades do mundo. Trata-se de uma representação abstrata de um *estado de coisas* (e) que se materializa hierarquicamente em formas linguísticas. Assim, numa oração como O *Rio de Janeiro sediará as Olimpíadas de 2016,* é prevista uma predicação básica, constituída por um estado de coisas, segundo o qual *os jogos olímpicos ocorrerão na cidade do Rio de Janeiro* (um dos estados de coisas possíveis).

Esse estado de coisas é representado pela estrutura oracional que, por sua vez, é composta de termos que sustentam papéis semânticos, sintáticos, pragmáticos. Assim, a oração formulada acima envolve termos que desempenham funções como $Suj_{.Loc}$ (*Rio de*

Janeiro) e Objeto (*as olimpíadas de 2016*).

O predicado, segundo a Gramática Funcional, se estrutura da seguinte maneira:

-No **Nível 0**, estão os *termos* que se referem a entidades; no **Nível 1**, está o *predicador* que designa relações e propriedades; no **Nível 2** constitui-se a *predicação*, responsável pela designação de um *estado de coisas (SoA)*[9] e pela codificação linguística; já no **Nível 3**, hierarquicamente superior, encontra-se a *proposição*, que designa um fato possível, e por fim, no **Nível 4**, a proposição encontra-se cercada por *forças ilocucionárias*, constituindo os *atos de fala*, como demonstra a Tabela 1:

Unidade Estrutural	Tipos de entidade	Ordem	Variável
Oração	Ato de fala	4	E_i, E_j
Proposição	Fato possível	3	X_i , X_j
Predicação	Estado de coisas	2	e_i, e_j
Predicado	Propriedades/relação	1	x_i, x_j
Termos	Entidade	0	f_i, f_j

Tabela 1: *Estrutura Hierárquica da oração* (Adaptado de Dik (1989, p. 49)).

O movimento que ordena a formulação linguística está subordinado a regras específicas de cada nível, por meio das quais os itens lexicais passam e tornam-se unidades mais complexas, o que ocorre à medida que os falantes estabelecem estratégias de organização do discurso, motivadas pela relação com o interlocutor e pensando nos efeitos de sentido que pretendem causar.

1.6. A estrutura subjacente da oração

Para Dik (1989, p. 71-72), o núcleo da estrutura subjacente de uma oração é um nível formado pela *predicação*, que se divide em outros três subníveis: *predicação nuclear*, formada pelo predicador e seus argumentos; *predicação central*, formada pelo predicador, argumentos, operadores de predicados e satélites e a *predicação estendida*, formada pela predicação nuclear, os SoA e operadores.

[9] **Estado de coisas** – representação linguística elaborada pelo falante a partir de uma situação existente no mundo.

As possibilidades combinatórias do predicado são viabilizadas pela relação entre as molduras de predicados (*frames*) e relações valenciais dos predicadores. São os *frames* que codificam propriedades sintático-semânticas, assim como exibem a forma fonológica final do predicado. Dik utiliza um exemplo que explicita como os *frames* constituem a estrutura argumental do verbo *give/dar*:

(7) John give the book to Mary
'João deu o livro a Maria'
$(d1x_i$: book (x_j): $give_V$ (the boy)$_{Ag}$ $(x_i)_{Go}$ (the girl)$_{Rec}$)

Os argumentos exigidos pelo verbo na predicação nuclear, além de apresentar um movimento flexível na oração, estão sujeitos ao modo como as línguas configuram sua sintaxe, o que pode permitir, por exemplo, o apagamento ou não de objetos. Da mesma maneira que algumas línguas permitem essa omissão de objetos, o sistema pode licenciar a recuperação dos referentes e reconstruir o sentido desses objetos, a partir do contexto gramatical ou situacional. Trata-se de operações complexas envolvendo graus de Transitividade e valência verbal.

É importante ressaltar que o verbo é uma categoria que tem papel fundamental na constituição do predicado, pois é a partir dele que o processo de atribuição de funções semânticas e sintáticas se instaura. Segundo Cançado (2013), os verbos podem ser divididos em classes, que são estabelecidas conforme suas características lexicais. Podem indicar *estado*, quando o processo não se desenrola ao longo do tempo; *atividade*, quando esse processo é desenvolvido, ao longo do tempo, sem indicar um ponto de conclusão do evento. Podem ainda indicar *accomplishment (realização)*, se o evento se desenvolve ao longo do tempo e denota início, meio e fim desse evento. Por último, denota *achievement* (realização), quando o evento é pontual e não se desenvolve ao longo do tempo. (Cf. CANÇADO *et alli*, 2013, p. 74).

Essa classificação semântica dos verbos contribui para uma descrição de como os eventos podem ser representados, sendo possível estabelecer em que ponto do processo verbal incide a interpretação do evento se total ou parcialmente. Essa compreensão é importante porque permite diferenciar, por exemplo, traços relativos à pontualidade ou perfectividade dos verbos.

1.7. A Gramática: constituição em camadas

A organização da gramática em camadas, como propõe Dik (1989), constitui uma formulação fundamental para se entender a riqueza do sistema linguístico e das relações gramaticais nesses níveis, como por exemplo, a Transitividade[10], uma vez que um sintagma, uma oração ou mesmo uma construção podem atuar de maneiras diferentes em camadas distintas.

A organização do conhecimento linguístico é feita por meio de *frames* (molduras cognitivas, sintático-semânticas que etiquetam as funções desempenhadas pelos elementos linguísticos) que se referem a uma espécie de representação mental das ações e de eventos linguísticos que, juntamente com um repertório cultural, são associados a um dado conteúdo e traduzem essa relação em eventos de fala.

Ao salientar a relação entre representações cognitivas e gramaticais aliadas ao conhecimento de mundo, Dik (1989) já estabelecia a importância das condições discursivas para o entendimento das funções gramaticais de sujeito e objeto, por exemplo, ou, em âmbito maior, das relações de Transitividade expressas pela Gramática.

A teoria da Gramática Funcional de Dik (1989,1997) apresenta uma perspectiva de análise *bottom up*, segundo a qual a organização gramatical parte da oração em direção ao ato discursivo. No entanto, o interesse da Gramática Funcional não se concentra apenas nos aspectos constitutivos da oração, mas sim na correlação entre a formulação e a codificação linguísticas. Isso significa que a Gramática Funcional de Dik, ao partir da análise oracional, entende que a interação linguística ocorre em níveis hierárquicos maiores que a oração e sua teoria prima por considerar a interface dos níveis organizacionais da Gramática, não sendo possível separar, no uso, forma e função.

A Gramática Funcional compreende que a motivação que orientadora dos fenômenos gramaticais é de origem pragmática, interacional. Portanto, uma vez mais, é o uso que legitima os papéis gramaticais.

---

[10] **Transitividade –** termo advindo do latim "*transitivus*" que significa o que vai além, que é transmitido. Gramaticalmente se refere a relação de transferência da atividade de uma agente sobre um paciente que é afetado ou modificado pela ação.

1.8. As funções sintáticas e semânticas de Sujeito e Objeto na Gramática Funcional

Na perspectiva adotada por Dik (1989, 1997), a Sintaxe é determinada, em primeiro lugar, pelo subsistema pragmático e, posteriormente, pelo semântico. São as condições de uso, as intenções comunicativas dos falantes que emolduram a informação que é codificada pelos falantes no nível morfossintático e semântico. Assim, a expressão das funções sintáticas de Sujeito e Objeto são reguladas por essas forças pragmáticas que estão submetidas aos propósitos comunicativos dos falantes.

Segundo Camacho,

> a base da GF (Dik, 1989) é o inventário das predicações nucleares, que se obtêm mediante a inserção de termos nas posições argumentais de um predicador verbal. Um de seus aspectos mais instigantes é o de que as funções de Sujeito e de Objeto devem ser consideradas sinalizadores da perspectiva que a forma do enunciado projeta sobre um nível superior ao da predicação nuclear, em que satélites podem ser inseridos, a que se pode denominar predicação central *(core predication).* Assim, saber a que funções semânticas são atribuídos os constituintes Sujeito e Objeto representa um passo importante para descobrir a hierarquia temática que predomina numa língua. (CAMACHO, 1999, p. 147)

É a hierarquia de funções semânticas que especifica ou estabelece a ordem preferencial dos argumentos numa língua ou quais funções semânticas estão acessíveis para serem atribuídas às funções sintáticas de sujeito/objeto, delimitando a frequência com que essas funções são utilizadas. Uma crítica que se faz à teoria da Gramática Funcional de Dik (1989) é que as funções de sujeito e de objeto são definidas em termos de funções semânticas, e não em termos de propriedades morfossintáticas. Talvez essa definição semântica das funções sintáticas envolva uma tentativa de explicar como funciona a estrutura argumental, ou seja, como as casas argumentais abertas são preenchidas e que fenômenos estão associados a elas, uma vez que as funções sintáticas parecem ser mais abstratas, não se modificam.

O sujeito, por exemplo, pode ser posposto ao verbo ou o objeto pode anteceder o sujeito, em algumas línguas, mas essas funções são primordiais. No entanto, o papel semântico que exercem pode variar de acordo com a necessidade comunicativa, sendo ora o sujeito paciente, ora agente. Talvez o fato de os papéis semânticos atribuídos às casas argumentais serem mais variados, tenha orientado uma definição semântica das funções de sujeito e objeto.

Em termos organizacionais da gramática, a função sujeito define a perspectiva que desencadeia a predicação, pois estabelece como o estado de coisas deve ser entendido a partir

do SN_1 que normalmente preenche a primeira posição argumental. O objeto, por sua vez, carrega a perspectiva secundária e relativa àquele estado de coisas. Parece ser, portanto, decorrente da informação estabelecida inicialmente pelo sujeito. Por exemplo, funções como *meta* e *recipiente*, entre outras, são atribuídas ao objeto e carregam, por sua vez, informações novas ou reelaboradas que permitem aos interlocutores utilizarem-nas durante todo o fluxo comunicativo.

Para Camacho (1999, p. 165), os predicadores definem os *esquemas de predicado*, estruturas que definem a forma de atribuição dos argumentos na estrutura oracional, conforme Dik (1989). A estrutura do argumento é especificada em termos de sua função semântica. A estrutura de predicado carrega informações relevantes como a forma do predicador (verbos de ação, processo etc); a categoria do predicador (verbo, adjetivo ou nome); a valência argumental[11] e o papel semântico dos argumentos, além das funções pragmáticas exercidas pelos argumentos na oração.

As funções de Sujeito e Objeto são relevantes para a gramática, uma vez que definem o nível de organização das funções semânticas e pragmáticas e distribuem o conteúdo na oração, pois estabelecem pólos do escopo da informação exposta na cena discursiva. A esse respeito, Dik (1989, p. 235) afirma que

> "a atribuição de Objeto opera nas estruturas nas quais o Sujeito tenha sido fixado no primeiro argumento. Não esperamos que a atribuição de Objeto seja distintiva nas línguas que não têm possibilidade de atribuição de Sujeito. A atribuição de Sujeito sem Objeto, entretanto, é bem possível".[12]

A Gramática Funcional dá um valor essencial aos diferentes tipos de estado de coisas (SoA) representados pelas funções específicas de sujeito e objeto. Segundo Guerrero Medina (2003), a Gramática Funcional é restritiva em relação às funções sintáticas, elencando apenas as de sujeito e objeto.

Para a autora, essas noções são delimitadas por uma noção de *perspectiva* e não por critérios morfossintáticos. Essas noções são determinadas pela perspectiva atribuída à relação

---

[11] Valor relativo ao número de casas que o predicador abre: monovalente (apenas um argumento), bivalente (dois argumentos) etc.

[12] Obj assignment operates on structures in which Subj has been fixed on the first argument. Accordingly, we do not expect Obj assignment to be distinctive in languages which have no Subj assignment possibilities. Subj assignment without Obj assignment, however, is quite possible.

ativa/passiva, incluindo também a noção de "mudança dativa". Na verdade, a noção de *perspectiva* é vista como uma condição para a atribuição das funções de sujeito e objeto. Para Siewierska (1991: p. 74), "as diferenças na perspectiva surgem apenas entre predicações que representam o mesmo SoA". Assim, a atribuição de Sujeito e Objeto são sensíveis, pelo menos, a uma questão de perspectiva, de um ponto de vista que determina sua atribuição nas línguas.

Outro fator importante para se entender a Transitividade é em relação à ordem dos constituintes, marcada pragmaticamente. A respeito das posições argumentais de sujeito e objeto, Dik afirma:

> enquanto somente poucas línguas têm sido descritas em detalhe a esse respeito, [acerca das posições de foco em orações finais no Checo] – seus padrões de ordenação, entretanto, permitem algumas tentativas de generalizações: [a] tais posições especiais múltiplas tipicamente ocorrem em línguas nas quais os sistemas de Suj./Obj. não são ou somente foram fracamente desenvolvidos. A explicação para isso é que Suj. e Obj. são tipicamente ligados a posições específicas, de modo que a ordenação do constituinte Suj. será principalmente determinada por fatores pragmáticos. Em tais línguas, tipicamente encontramos mais "liberdade" de ordenação dos constituintes ou um conjunto mais rico de "posições especiais" pragmaticamente monitoradas e um conjunto rico de regras para explicar essas posições. (DIK, 1989, p. 365)

Os padrões de ordenamento nas línguas podem ser dados pela posição em que sujeito/objeto ocorrem, mas essas posições são passíveis de interferências pragmáticas que alteram o padrão de preenchimento das casas argumentais nas línguas, e línguas como o Latim, por exemplo, não ficavam "presas" à ordenação. Assim, a sintaxe não pode ser o único componente responsável pelo preenchimento ou não das casas argumentais nas línguas, como defende a Gramática Gerativa, por exemplo.

1.9. O escopo da Transitividade na interface de funções sintático-semântico e pragmáticas

Como já dito anteriormente, a interrelação de funções semânticas, sintáticas e pragmáticas, segundo a Gramática Funcional, caracteriza-a como uma teoria geral acerca das regras e padrões que regem a organização gramatical das línguas naturais a partir do uso contextualizado.

Para Neves (2006: p.38), no nível da oração, os processos e relações, bem como os argumentos se organizam semanticamente por meio do sistema de *Transitividade*, enquanto no nível textual, a coesão assume a tarefa de ordenar as unidades textuais. Para Castilho (2011, p. 396), "a Transitividade é a propriedade gramatical mais importante do

verbo. Ela estrutura a sentença quando seleciona os argumentos aos quais atribui caso e papéis semânticos".

1.9.1. Os papéis semânticos e os tipos verbais

A classificação semântica dos tipos verbais, assim como a dos papéis semânticos que os argumentos carregam não são suficientes para descrever todas as possibilidades de realização dos argumentos, mas são um norteamento indicativo da existência da diversidade desses tipos semânticos encontrados nas línguas.

Os verbos, em geral, tendem a expressar os eventos conforme a participação ou não de actantes na cena discursiva, ou mesmo trazem aspectos do significado contido em sua raiz etimológica a fim de caracterizar a manifestação dos eventos linguísticos. Tais traços (Cf. BARROS, 2012) podem identificar o papel dos participantes na cena enunciativa, como se vê a seguir:

-Ação – expressa uma atividade física ou não realizada por um sujeito controlador, agente. Os verbos de ação podem denotar também atividade mental, como verbos de percepção como *sentir, ver, perceber*.

-Processo - expressa um evento ou uma sucessão de eventos que afetam um sujeito paciente, como em 'Ana *adquiriu* fortes dores nas costas'.

-Estado – implica verbos que expressam uma propriedade ou atributo, cujo sujeito é o suporte de tais atributos ou propriedades.

É importante dizer que as várias possibilidades de construção dos predicados, da Transitividade e sua incidência sobre os argumentos verbais são resultado de operações, realizadas pelas intenções linguísticas dos falantes, que salientam um movimento de organização dos predicados e da predicação que ora exerce sua força sobre o verbo e seu objeto, ora exerce pressão sobre o sujeito, ora sobre toda a oração. Talvez por isso a Transitividade nas línguas, a realização ou não de objetos seja diversa, pois além de depender do que os falantes desejam expressar, deve estar também condicionada aos fatores de organização da estrutura argumental em cada língua.

Na construção da Transitividade, as diversas funções semânticas manifestadas por papéis como agente, beneficiário, meta, entre outras, assim como as funções sintáticas de sujeito/objeto materializam linguisticamente estados de coisas, fatos possíveis e atos de fala.

Nesse sentido, os papéis semânticos expressam a combinação dos traços semânticos construídos entre predicado e seus argumentos e sua manifestação discursiva no mundo. Conjuntamente com as funções sintáticas e semânticas, as funções pragmáticas carregam e determinam o *status* informacional da predicação, o modo como a informação deve ser expressa, recorrendo às funções como *tópico* e *foco* para tornar saliente o conteúdo relevante à interação. A confluência das funções semântico-pragmáticas permite o estabelecimento dos diferentes graus de Transitividade numa língua, como defendido por Hopper e Thompson (1980).

Para Dik (1989), são os traços semânticos como [+/- dinâmico, +/- télico, +/- momentâneo, +/- controle, +/- experiência] que são traços inerentes ao verbo e auxiliam o entendimento dos papéis semânticos desempenhados pelas funções sintáticas de Sujeito e Objeto nas línguas. Aliadas a elas, as funções semânticas nucleares determinam como cada argumento se comporta ao ocupar uma dada posição sintática. São elas:

Agente –controla a ação, atividade ou realização;
Posicionador –controla a posição;
Força – é uma entidade não controladora que instiga o desenvolvimento de um processo dinâmico ou de mudança;
Processado – entidade que sofre um Processo;
Zero – entidade envolvida num Estado;
Meta - entidade afetada por uma operação sob ação de um controlador, posicionador ou força;
Recipiente – entidade para a qual algo é transferido;
Locativo – lugar em que algo se localiza;
Direção – ponto para o qual algo se direciona ou é dirigido;
Fonte – ponto de origem a partir do qual algo é movido ou se move;
Referência – ponto de localização com o qual um elemento estabelece uma relação.

Os papéis semânticos são variados e exercem influência sobre o modo como são expressos os papéis sintáticos nas línguas, manifestados também na diversidade dos tipos de objeto que pode evidenciar relações entre pessoa e coisa afetados pela ação, originando um resultado ou indicando ainda a direção para a qual se dirige o sujeito. Do ponto de vista semântico, a Transitividade prototípica é definida por propriedades do agente, do paciente e dos verbos de ação envolvidos, assim como do ponto de vista sintático o objeto direto ocupa,

em geral, a segunda casa argumental. (Cf. Furtado da Cunha et al, 2006.)

Conforme Dik, a organização dos papéis semânticos é governada pela *Hierarquia de Funções Semânticas (*SFH*)*:

	Agente > Meta > Recipiente > Beneficiário > Instrumento > Locativo > Tempo													
Subj	+	>	+	>	+	>	+	>	+	>	+	>	+	
Obj	+	>	+	>	+	>	+	>	+	>	+	>	+	

Quadro 1. *Hierarquia de Funções Semânticas* (DIK, 1989)

A noção de *perspectiva*, como já apresentado, parece ser fundamental para o modo como a estrutura linguística é construída, pois insere a figura do locutor e do interlocutor na cena discursiva e lhes atribui a responsabilidade por conduzir a interação, moldada de acordo com suas intenções, seu modo de construir o que pretendem dizer. E, principalmente, porque ao se descrever fatos linguísticos mediante o uso, a Transitividade não é mais vista apenas como um fenômeno abstrato-conceitual, mas, sobretudo, como produto da intencionalidade, de processos cognitivos que se manifestam gramaticalmente nos jogos empreendidos pelos falantes. Assim, os papéis semânticos de verbos e argumentos se modificam à medida que as necessidades interacionais surgem. A delimitação dos papéis semânticos exercidos pelos argumentos verbais em nível sintático proporciona o licenciamento semântico dos argumentos envolvidos.

Alguns autores, como Camacho (2006), criticam o fato de a Gramática Funcional de Dik centralizar-se nas funções sintáticas de sujeito e objeto, dando a essas funções uma importância primordial. Essa escolha não é aleatória, se retomarmos historicamente os estudos de linguagem. A oração constituiu sempre objeto de estudo de diversas abordagens da língua e as funções de sujeito e objeto retomam a antiga dicotomia entre sujeito e predicado como unidades sintagmáticas que se referem aos interlocutores, assim como ao conteúdo apresentado.

O falante age sobre a linguagem, observa o mundo que o cerca e tenta descrever linguisticamente o que observa dos fatos do mundo e dos fatos de linguagem. Essa descrição, a representação desse estado de coisas se manifesta na configuração dos objetos verbais e na rede de informações desencadeadas a partir desse olhar subjetivo e único.

Nesse sentido, Sujeito e Objeto apresentam uma correlação. O sujeito apreende o objeto e a função do objeto é ser "apreensível" pelo sujeito, segundo Hessen (1999, p. 20). Assim como o sujeito apreende o objeto, esses dois argumentos são apreensíveis pela oração, o que, de fato, corrobora a ideia de que a Transitividade é oracional.

É importante ter em mente que quando se fala em sujeito e objeto, fala-se em funções gramaticais (GREENBERG, 1966), em estruturas abstratas. Na abordagem funcionalista, normalmente o sujeito corresponde à função pragmática de Tópico e o objeto à função pragmática de Foco. O fato de algumas línguas anteporem o objeto ao sujeito, como no caso das línguas ergativas, parece ser uma determinação pragmática que se configura morfossintaticamente.

A atribuição de Caso acusativo à posição objeto em Português é um fenômeno sintático que determina que uma estrutura prototípica transitiva evidencie a ordem SVO. O fato de essa ordem ser alterada é também motivado por fatores pragmáticos, oriundos das necessidades interativas dos falantes. Nesse sentido, a localização de um objeto verbal à direita do verbo obedece ao critério de sequenciamento dessa ordem prototipicamente transitiva, evidenciando desde um uso mais prototípico a um menos prototípico. O próprio Objeto Implícito, ou o completo esvaziamento da estrutura argumental, pode levar à alteração da valência verbal (Cf. BAKER, 1988).

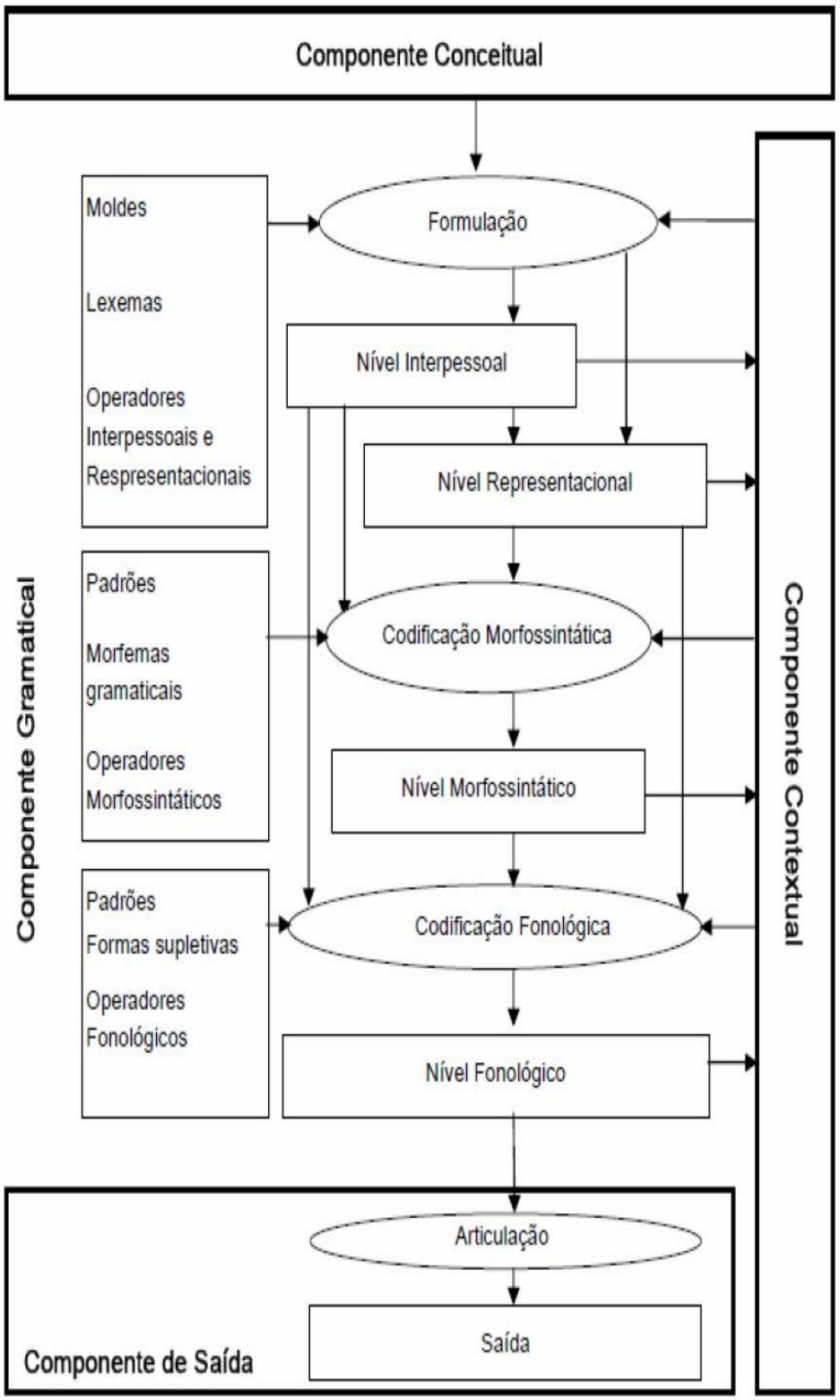
O modo como são preenchidas as estruturas argumentais envolve, portanto, um jogo estratégico no uso de valências, de funções semânticas, pragmáticas e estabelecimentos de relações referenciais que desencadeiam efeitos de sentido num nível hierárquico ainda mais alto, como o textual. (Cf. CASSEB GALVÃO, 2011).

Muitos estudos gramaticais têm sido amparados pelos princípios propostos por Dik e têm servido a inúmeras descrições linguísticas nos últimos vinte anos, como se pode observar ao longo deste trabalho. Entretanto, outros estudos (CAMACHO, 1997, GARCÍA VELASCO e HENGEVELD, 2002) consideram que há uma lacuna deixada na Gramática Funcional: o fato de funções pragmático-discursivas determinarem o delineamento de todo o sistema gramatical. Essa ideia tem levado à elaboração de um modelo chamado *Gramática Discursivo Funcional* (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008), cujos princípios são apresentados a seguir.

1.9.2. A Gramática Discursivo Funcional (GDF)

A Gramática Discursivo Funcional (GDF), proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), é baseada na Gramática Funcional de Dik (1989, 1997) e está organizada em quatro níveis de análise, que se situam no Componente Gramatical. Um nível é responsável pelas motivações pragmáticas (Nível Interpessoal), outro responsável pelas motivações semânticas no âmbito da Formulação linguística (Nível Representacional). Outros dois níveis são responsáveis pela codificação linguística, sendo representados pelo Nível Morfossintático, que organiza formalmente as categorias linguísticas e o Nível Fonológico, responsável pela estruturação fonológica e o componente linguístico de saída.

O quadro 2, a seguir, retrata a organização da gramática, conforme os princípios da Gramática Discursivo-Funcional:



Quadro 2 – *Organização hierárquica da Gramática Discursivo-Funcional* (HENGEVELD E MACKENZIE, 2008, p. 13)

A Gramática Discursivo Funcional toma como unidade de análise o *ato discursivo.* Assim, os objetos de análise linguística podem tanto ser unidades maiores ou menores do que a oração. No **componente gramatical** existem três outros componentes: o *conceitual* (no qual surge a intenção comunicativa), o *contextual* (no qual são arregimentadas as informações partilhadas socioculturalmente pelos falantes) e o *componente de saída* (que traduz fonologicamente o ato discursivo em estruturas fonéticas). Nesse sentido, a produção linguística do falante se inicia com uma intenção comunicativa que perpassa as camadas de formulação e codificação linguísticas até o componente de saída, configurando o ato discursivo (núcleo da predicação).

O funcionamento da gramática é dinâmico e implica uma análise do ato discursivo de maneira que os aspectos gramaticais sejam organizados e estejam a serviço das intenções comunicativas dos falantes. Segundo Hengeveld e Mackenzie, a operação de formulação envolve

> duas análises do ato discursivo processado nos Níveis Interpessoal e Representacional que descrevem todos os aspectos gramaticais do ato discursivo relativos à pragmática e à semântica. Esses níveis operam com três tipos de primitivos: moldes, lexemas e operadores primários. No Nível Interpessoal, os moldes arrolam os recursos gramaticais disponíveis em cada língua. Os operadores primários do Nível Interpessoal, por exemplo. O núcleo do ato discursivo é o conteúdo comunicado (C), que contém um conjunto de subatos: subatos de atribuição (T) e subatos de referência (R). Uma fórmula como (+i+s RI)TOP quer dizer: "Um subato de referência que tem a função pragmática de Tópico e operadores de identificabilidade (± i) e de especificidade (± s) com valor positivo". (HENGEVELD e MACKENZIE, 2009, ps.183-4) [Adaptado].

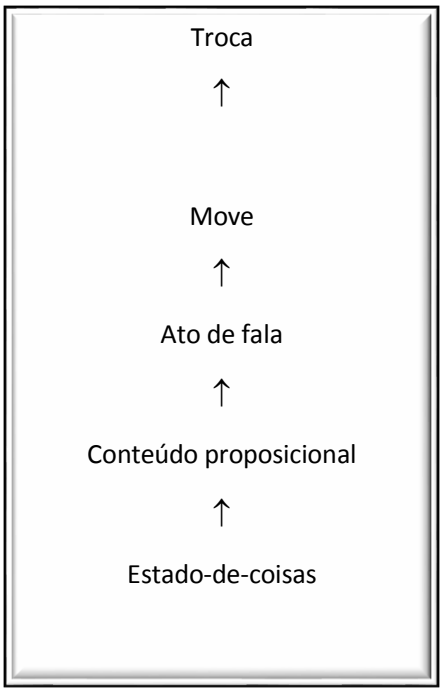
Ainda sobre a organização dos níveis, o Nível Representacional apresenta moldes que indicam quais recursos gramaticais estão disponíveis em cada língua para o estabelecimento de distinções semânticas como animado x inanimado, de funções semânticas como agente, paciente, recipiente, lugar; etc. Esse nível é responsável por introduzir grande parte dos lexemas, advérbios modificadores do conteúdo proposicional, assim como estão presentes nesse nível relações entre propriedades (f) e argumentos (x,
—, sendo o núcleo do ato discursivo a predicação (e)).

Os níveis responsáveis pela codificação são: o Nível Morfossintático, que opera com primitivos (morfemas, formas auxiliares, operadores) e o Nível Fonológico, que lida com fonemas, com a prosódia etc. Por exemplo, funções sintáticas como sujeito e objeto, quando relevantes às línguas, são marcadas no nível Morfossintático.

Assim, nos termos da Gramática Discursivo-Funcional, um processo relevante, para se compreender como o predicado organiza seus elementos em termos de unidades morfossintáticas, é o conceito de *alinhamento*, que pode ser entendido como um modo de se dispor os argumentos de um predicado em estruturas formais, de modo que as funções gramaticais reflitam a camada em que surgem e exercem tal função.

A perspectiva *top-down* de organização gramatical da Gramática Discursivo-Funcional evidencia uma orientação de articulação dos níveis linguísticos que se organizam de tal maneira que os aspectos pragmáticos governam a semântica, que, por sua vez, governam a morfossintaxe, assim como todos esses níveis promovem a forma fonológica. Assim, a Gramática Discursivo-Funcional analisa os fatos linguísticos situados no discurso e mantém a orientação hierárquica da gramática.

Souza (2006: p.10), reproduz o diagrama criado por Kroon (1997: p. 27), ao exemplificar como o modelo de Hengeveld e Mackenzie para a Gramática Discursivo-Funcional se apresenta também como um *continuum:*



Quadro 3 - *O modelo da abordagem hierárquica (*KROON, 1997*)*

Esse esquema pressupõe, que numa estrutura de troca, de interação, o *move*, como menor unidade livre de discurso estabeleça essa troca, sendo o *move* composto de atos de

fala, que se subdividem em ato central e atos subsidiários e assim por diante. A troca discursiva envolve um move *iniciante* (falante A) e um move de *reação* (falante B). A interação compreende a articulação do módulo pragmático, da mensagem e o módulo gramatical.

Como afirma Dik (1989, 1997), as estruturas gramaticais são mediadoras que intervêm na formulação do conteúdo até sua codificação linguística. Assim, a interação movimenta o conteúdo discursivo que é traduzido em forma de predicados que, por sua vez, adquirem estatuto social, adequando-se às condições de realização dessa interação. (Cf. SOUZA, 2006, p. 10-13).

O componente conceitual é o responsável pela formalização das intenções comunicativas dos falantes, mediante conceptualizações, formação de esquemas mentais que tentam descrever ao interlocutor a apreensão que o falante tem do mundo real, fictício ou metalinguístico.

Para demonstrar como os componentes gramaticais se articulam discursivamente, Hengeveld e Mackenzie (2012) apresentam o conceito de *alinhamento* que busca explicar a coesão entre o módulo gramatical e o cognitivo, como se descreve a seguir.

1.9.3. Tipos de alinhamento

Na Gramática Discursivo Funcional, *alinhamento* designa um mapeamento de unidades pragmáticas e semânticas que se "traduzem" em unidades morfossintáticas, isto é, a forma gramatical de um item é motivada a partir das informações pragmático- semânticas, do propósito comunicativo dos falantes. Para Foley (2005), o modo como os argumentos semânticos são realizados morfossintaticamente pelo verbo ainda é um problema que merece atenção.

O alinhamento lexical de argumentos também recorre às funções de Sujeito e Objeto, vistas por muitas teorias como universais. Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 185) propõem três tipos de alinhamento:

> *Alinhamento interpessoal* – a organização morfossintática reflete a organização do nível interpessoal, mediante funções de Tópico, Foco e de propriedades referenciais como identificabilidade e especificidade.

> *Alinhamento representacional* – o nível morfossintático reflete a organização arquitetônica do nível representacional mediante funções semânticas como agente/paciente, assim como elementos de designação como animado, pessoa gramatical etc.
> *Alinhamento morfossintático* – o nível morfossintático exibe sua própria organização e diz respeito ao arranjo das funções de sujeito e objeto, à ordem dos constituintes etc.

O alinhamento dos níveis gramaticais, em termos descritivos, permite que as línguas sejam analisadas de acordo com os princípios que regem cada nível, cada camada linguística, assim como possam ser identificados processos de interface desses níveis. Os fatores interpessoais, representacionais e morfossintáticos podem predominar individualmente em algumas línguas, assim como podem atuar conjuntamente em outras.

Hengeveld e Mackenzie apresentam uma questão relevante: como as línguas "escolhem" os argumentos que vão se tornar Sujeito ou Objeto?

> Hengeveld e Mackenzie (2008) argumentam que se essas escolhas fossem determinadas inteiramente nos Níveis Interpessoal e Representacional, não haveria necessidade de se postular funções sintáticas, o que parece ser coerente, pois é na sintaxe que as funções de sujeito e objeto se manifestam, cada uma a seu modo nas línguas. Os autores acreditam que a atribuição das funções Sujeito e Objeto ocorra fora da gramática, no componente contextual.

Ao citarem Bolkestein (1985) e Bolkestein e Risselada (1987), Hengeveld e Mackenzie concordam que um fator crucial para se determinar as funções de Sujeito e Objeto seja o da coesão textual. Bolkestein e Risselada descobriram a existência de uma relação entre a atribuição de Sujeito em Latim e o fato de esses elementos já terem sido mencionados no discurso precedente ou poderem ser deduzidos do conteúdo discursivo. Essa informação se armazenaria, portanto, no componente contextual e poderia ser invocada no processo de codificação morfossintática. (Cf. HENGEVELD e MACKENZIE, 2009, p. 202).

Os exemplos de Bolkestein e Risselada (1987) são retomados aqui:

(8)a. Busco una casa.
procurar-1.SG.PRS INDEF casa
'Estou procurando uma casa'

b. Busco una secretaria.
procurar-1.SG.PRS INDEF secretária 'Estou
à procura de uma secretaria'

c. Busco a una secretaria.
procurar-1.SG.PRS HUM.SPEC.U INDEF secretária
'Estou à procura de uma secretaria'

Em (8a), a oração expressa uma referência não-específica (fator interpessoal), apropriada ao gênero textual *anúncio*. Em (8b), a referência é específica e significa que o falante está procurando uma pessoa cujos atributos são pré-determinados. Esses exemplos demonstram que o modo como se designa algo envolve vários graus de animacidade, de especificidade nas línguas.

A proposta da Gramática Discursivo-Funcional, em relação ao alinhamento das camadas linguísticas, diz respeito ao modo como o alinhamento estabelece uma organização interna dos níveis e sua relação com os demais. Finalmente, o alinhamento morfossintático se impõe diante dos outros níveis, e, segundo Hengeveld e Mackenzie, esse tipo de alinhamento só é desfavorecido quando numa língua as funções sintáticas estão ausentes, por isso a existência delas contribui fortemente para a organização das línguas.

A próxima seção é dedicada à exposição dos estudos de Transitividade sob a ótica funcionalista, expondo as bases teóricas que fundamentam a análise dos Objetos Implícitos no Português Goiano.

1.9.4 A Transitividade na Gramática Funcional (HOPPER e THOMPSON, 1980): uma noção gradiente

A Transitividade é um fenômeno extremamente estudado e muito há o que se descobrir a seu respeito. Configura-se como um fenômeno importante das relações

internas e externas à gramática de uma língua, como uma espécie de força motriz que desencadeia diversas possibilidades de estruturação valencial nas línguas, além de se expandir para outros níveis gramaticais.

A apresentação da Transitividade, de acordo com a perspectiva funcionalista, é importante, pois se trata de um fenômeno complexo, cujo uso é bastante variado e afeta toda a organização linguística. Assim, para a Gramática Funcional e para as demais teorias funcionalistas, a Transitividade é um fenômeno de interface dos componentes gramaticais que determina a seleção ou não de objetos verbais. Estabelece-se uma organização que parte de ocorrências mais prototípicas, a menos prototípicas que envolvem uma transferência de traços semânticos desde o primeiro argumento até o último.

A partir dos estudos de Hopper e Thompson (1980), os estudos funcionalistas sobre Transitividade passaram a reconhecê-la como um fenômeno escalar que incide sobre toda a oração. Para diferenciar ocorrências transitivas prototípicas de não prototípicas, recorro ao *corpus* do *Português Contemporâneo Falado em Goiás*:

> (9) Já tinha trabalho num outro garimpo né… o garimpo de chupadera… qu/es fala… de céu aberto… esse é de túnel… você desce como se tivesse descendo dentro de uma cisterna…i lá você entra pra dentro do túnel… dentro do túnel… e lá que você **retira** ∅ … que você extrai o material (REF.) pra moê no munho pra extrai o metal (REF.) né… o oro (REF.)…[...] ele pegô e mim falô assim ó cê já trabalhô no garimpo… falei não… cê **conhece** ∅ … falei não… falei eu quero **conhecê** ∅ … e eu quero trabalhá… ele falô assim é desse jeito q/eu tô precisano…

No trecho, *retirar* surge com um Objeto Implícito e é produzido por alguém que se encontra no contexto de um garimpo, em busca de "ouro". Na sequência narrativa, o verbo *extrair* reforça a ideia de ação estendida sobre um objeto semanticamente relativo a 'ouro' e também expresso como "metal", o que evidencia uma ação transitiva prototípica. Os demais exemplos com o verbo *conhecer* denotam outros casos de apagamento de objeto, nos quais a ação é menos prototípica e se refere a um processo de aprendizagem sobre questões relativas ao garimpo.

Esses dois casos demonstram tipos diferentes de ocorrências de objetos no Português

Goiano Falado e que têm sido bastante recorrentes nas demais variedades linguísticas no Brasil. Na fala, segundo Furtado da Cunha (2006), parece haver uma tendência a se eliminar o paciente/objeto da cena verbal, pois pode ser recuperado a partir do contexto situacional ou já não é relevante para aquele estado de coisas.

Said Ali (1971: p. 165) também já salientava os usos opcionais dos objetos verbais e como eles interferem na Transitividade dos verbos no português do Brasil. As motivações para o apagamento desses objetos e as condições estruturais e discursivas que as sustentam serão discutidas ao longo desta tese. Considerando as condições de atribuição de objetos nas línguas, Medina (2003) afirma que, para Dik (1997: p. 259), a identidade dos estados de coisas não é condição suficiente para se reconhecer a relevância da seleção de objetos. Estes devem ter alguma "codificação" e "propriedades comportamentais" (Cf. KEENNAN, 1976, p. 324-325) que determinem seu acionamento.

Dik (1989: p. 51) também considera a existência de forças que atuam em pontos específicos da gramática, motivadas por escolhas que o falante faz e que dão início à produção de determinados fenômenos gramaticais. Nesse sentido, é possível admitir que a Transitividade não seja um fenômeno que incida somente sobre o sintagma verbal, mas sobre toda a expressão linguística, o que implicaria que os usos de verbos e seus objetos sejam determinados por *graus de Transitividade*, como de fato defendem Hopper e Thompson (1980).

A partir da mudança de perspectiva sobre a Transitividade e dos critérios sintático-semânticos, propostos por Hopper e Thompson (1980), como outros autores funcionalistas como Givón (1993, 2001), Noailly (1997), García Velasco e Portero Muñoz (2002), Blanco (2004), Schwenter (2007) têm se dedicado a estudar a Transitividade e outros fenômenos decorrentes dela. Esses estudos têm buscado depreender padrões gerais que orientam os apagamentos de objetos em diversas línguas naturais, bem como tentam explicar as condições gramaticais e contextuais que motivam tais usos.

A força construtiva do predicado e seu semantismo são exibidos em diferentes tipos de construções sintáticas: verbos sem valência, monovalentes, bivalentes, trivalentes etc - evidenciam diferentes Transitividades (aumento e redução da *diátese* gramatical), modificando o jogo de papéis semânticos. A estrutura valencial é fundamentalmente dinâmica e determina processos como *transitivização* e *detranstivização*[13]. É a valência

[13] **Transitivização** – processo pelo qual um verbo intransitivo passa a mais transitivo. Exemplo: João *morreu* uma trágica morte.
Detransitividade – processo a partir do qual uma oração mais ativa torna-se semanticamente menos ativa e

verbal o princípio que caracteriza os verbos como *transitivos* (diretos e indiretos) e *intransitivos.*

Givón (1993) defende que a descrição de orações simples deve considerar quais os tipos semânticos verbais, os tipos de orações, os papéis semânticos dos participantes envolvidos, assim como a ordem das palavras, sua constituição morfológica, para se entender os processos de Transitividade. Desse modo, os papéis exercidos pelos argumentos estão intrinsecamente relacionados à maneira como os objetos verbais se constituem sintaticamente.

Do ponto de vista semântico, a Gramática Funcional tem assumido a existência de uma moldura de predicado (*predicate frame*) que carrega os traços e as condições de realização transitiva dos verbos. Alguns autores colocam esse constructo em cheque e propõem uma alteração em sua concepção. García Velasco e Hengeveld (2002) entendem que as molduras de predicado são representações de significado abstrato sujeitas a "regras de ligação" que estabelecem a relação entre Léxico, Semântica e Sintaxe. Para esses autores, a relação entre estruturas semânticas e sintáticas não é isomórfica, ou seja, não há correspondência entre uma forma e um significado, o que implica economia do sistema.

A análise que os autores fazem mostra que não somente estruturas sintático-semânticas podem não ser isomórficas, como a seleção do significado de argumentos na sintaxe tem o efeito de perfilar referentes desses argumentos (FILLMORE, 1968, 1 9 8 8 , 2 0 0 3 ; LANGACKER, 1991). A realização sintática não é meramente "expressiva", mas também semântica.

García Velasco e Hengeveld (2002, p. 53) entendem que "a estrutura argumental de uma oração designa um estado de coisas (SoA) que contém informações essenciais à predicação nuclear, expressando principalmente o padrão preferencial de ordenamento das orações numa língua".

A noção de *continuum*, também defendida por Givón (1990, 1993, 2001), expressa como a estrutura interna de alguns verbos requerem determinados tipos semânticos de objetos, o que demonstra a importância desses aspectos na seleção e atribuição da função objeto. A moldura semântica de um verbo exerce controle sobre a realização do complemento verbal e, principalmente, sobre a estrutura oracional. Para o autor, a Transitividade tem uma origem semântica.

---

menos transitiva. Exemplo: 'João *comprou* pneus novos para o carro' [+ ativa] e 'Os pneus do carro de João furaram' [- ativo]

Dik (1989), assim como Givón (1993), considera que a base semântica da gramática é um nível fundamental na seleção de papéis temáticos desempenhados pelos argumentos, assim como dos tipos verbais envolvidos na seleção de sujeito e objeto.

Neste momento, após essas considerações, é importante ressaltar um conceito proposto por Hopper e Thompson (1980) que é fundamental para a compreensão da Transitividade: o conceito de *estrutura transitiva prototípica*. Segundo os autores, uma estrutura transitiva prototípica seria aquela que atenderia a dez critérios estabelecidos: a existência de dois participantes da ação verbal, verbo de ação, aspecto perfectivo (ação concluída), verbo pontual (ação não durativa), sujeito intencional, oração afirmativa, oração *realis* (modo indicativo), sujeito agente, objeto afetado e individuado.

Para Hopper e Thompson, a Transitividade é uma propriedade oracional, escalar. Mas, se essas propriedades atingem todo o sistema oracional, a Transitividade deve estar relacionada a todos os seus constituintes e não incidir apenas localmente na relação entre verbo e objeto.

A seleção de um objeto verbal desperta questionamentos acerca do papel dos argumentos e da relação de preenchimento da posição de objeto em função do contexto linguístico que os acomoda. Essas condições levantam alguns problemas:

1) Como categorizar gramaticalmente verbos que apresentam usos transitivos e intransitivos no Português do Brasil?
2) Ao apresentar usos transitivos distintos, em contextos específicos, os verbos apresentam entradas lexicais também distintas?
3) Por que o sistema gramatical das línguas permite Objetos Implícitos?

Uma abordagem funcionalista da Transitividade verbal não pode deixar de considerar a fluidez do uso linguístico e por isso não encerra numa única etiqueta o valor atribuído a um verbo. Assim como todo o sistema gramatical, verbos e objetos estão sujeitos a interferências pragmáticas, acomodam-se às condições comunicativas estabelecidas no momento de interação. Portanto, analisar um verbo como transitivo ou intransitivo significa atualizar o uso que os falantes fazem dele num contexto linguístico específico, único.

Neves (1997) argumenta que a Transitividade está intimamente relacionada com a formação de planos discursivos. Os planos de *figura (foreground)* e *fundo (background)* expressam os propósitos comunicativos dos falantes. Assim como Halliday (1985), Neves defende que a Transitividade também se estende ao plano textual, de modo que "a relevância comunicativa governa a escolha das estruturas oracionais, determinando a

"coluna dorsal" do texto, ordenada temporalmente segundo os princípios de iconicidade" (NEVES, 1997, p. 27)

Os princípios funcionalistas de iconicidade, fluidez das categorias são reflexos de esquemas cognitivos (Cf. LANGACKER, 2013; GOLDBERG, 2006) que amparam o acionamento de processos e relações que se manifestam por meio das categorias gramaticais nas línguas. A Gramática manifesta tais processos de natureza cognitiva mediante processos gramaticais como a Transitividade, evidenciando relações imagético- linguísticas, no sentido de que orientam diversas outras manifestações linguísticas como ordem de palavras, referenciação etc.

1.9.4.1. A Transitividade como propriedade oracional

A Transitividade tem intrigado a muitos linguistas nas últimas décadas, principalmente porque o uso dos verbos transitivos canônicos implica também uma gama diversa de outros usos, evidenciando uma certa flexibilidade na maneira como o falante codificar as orações. Além disso, todas essas possibilidades expressivas trazem à tona um fenômeno tão complexo quanto a própria Transitividade que é a omissão de objetos. A descrição e análise desse fenômeno ganha espaço relevante nas pesquisas gerativistas e funcionalistas nos últimos 30 anos.

Sob o ponto de vista funcionalista, Hopper e Thompson (1980), em seu clássico artigo *Transitivity in grammar and discourse*, reafirmam a ideia de que a Transitividade é um fenômeno *escalar*, *contínuo* e *não categórico*, segundo o qual **graus de Transitividade** refletem a **saliência cognitiva** dos conhecimentos e das experiências vivenciadas pelos falantes. Nesse sentido, a Transitividade é percebida como uma propriedade complexa que envolve todo o funcionamento do sistema linguístico.

A partir dos princípios estabelecidos por Hopper e Thompson, diversos autores propõem uma abordagem da Transitividade influenciada por aspectos pragmático-discursivos. Duranti (1997) defende uma análise que una a tipologia das línguas aos aspectos discursivos, de modo que essa união poderia fornecer evidências a respeito dos aspectos universais das gramáticas existentes. Esse autor salienta a importância da Transitividade ser estudada a partir dessas condições, reforçando a proposta de Hopper e Thompson (1980):

> Combinando tipologia linguística à análise discursiva (neste caso, principalmente baseada no discurso escrito) Hopper e Thompson (1980) apresentaram um complexo argumento, em favor da noção de **Transitividade** como uma dimensão universal da gramática. Eles mostraram que, se pensarmos a Transitividade como uma propriedade de orações que compartilham certos tipos de traços semânticos e pragmáticos, estaremos aptos a explicar por que as línguas usam os mesmos dispositivos morfológicos e sintáticos para construções que de algum modo parecem não relacionadas, e podem não usar os mesmos dispositivos morfológicos e sintáticos para construções que parecem similares. A partir de uma compreensão pré-teórica da Transitividade como "uma propriedade global da oração, de modo que a atividade é" carregada' ou 'transferida' de um agente para um paciente", eles introduziram uma série de **parâmetros**, que são traços semântico-pragmáticos de orações transitivas[14]. (DURANTI, 1997: p. 193) (Tradução minha).

Duranti afirma que o trabalho de Hopper e Thompson (1980) apresenta uma mudança de paradigma em relação ao tratamento da Transitividade, considerando-a como uma "dimensão universal da gramática", manifestada como uma propriedade oracional composta de certos traços semânticos e pragmáticos, que podem permitir uma explicação dos usos morfossintáticos, e permitir uma análise sistemática do fenômeno da Transitividade nas línguas.

De fato, o trabalho de Hopper e Thompson (1980) foi fundamental para nortear as análises posteriores acerca do funcionamento da Transitividade nas línguas naturais, especialmente para as pesquisas de natureza funcionalista.

Nesse momento, é importante observar que a mudança proposta por Hopper e Thompson (1980), em relação ao tratamento da Transitividade, quando comparada a outras abordagens gerativistas ou mesmo à da Gramática Tradicional, evidencia uma série de fatores que envolvem esse processo complexo de interconexão dos componentes gramaticais. Essa complexidade transparece na descrição de eventos materializados no uso, na interação, portanto sujeitos à intencionalidade dos interlocutores, o que até então era tratado como um fenômeno estritamente sintático-semântico.

A primeira diferença apresentada por Hopper e Thompson, em relação às

---

[14] Combining language typólosgy with discourse analysis (in this case mostly based on written discourse) Hopper and Thompson (1980) presented a complex argument in favor of the notion of **transitivity** as a universal dimension of grammar. They showed that if we think of transitivity as a property of clauses that share certain types of semantic and pragmatic features, we are able to explain why languages may use the same morphological and syntactic devices for constructions that would otherwise seem quite unrelated and may not use the same morphological and syntactic devices for constructions that would otherwise seem quite similar. Starting from a pre-theoretical understanding of transitivity as "a global property of an entire clause, such that an activity is 'carried-over' or 'transferred' from an agent to a patient," they introduced a number of **parameters**, that is, semantico-pragmatic features of transitive clauses.

abordagens realizadas até então, é o fato de a Transitividade ser uma propriedade oracional, transferida prototipicamente de um agente a um paciente. Se um verbo tem a propriedade [+ télico], a probabilidade de se realizar o objeto verbal é maior, pois este é um caso de Transitividade alta, quando vista a partir da ideia de um *continuum* [+/- transitivo]. Assim, um argumento objeto será marcado se for [+ individualizado, +referencial, + definido], como em *Mário furou a bola* [$SN_{suj.ag.}$ $SV_{v\ ação}$ $SN_{obj.\ afetado}$].

Como se pode depreender, a seleção de objetos verbais não é determinada exclusivamente pelo sintagma verbal, pois Verbo/Objeto estão sujeitos às condições de estabelecimento da *Estrutura Argumental Preferida* – EAP – (Cf. DU BOIS, 1985, p. 349; NEVES, 1994; entre outros), segundo a qual as línguas codificam padrões linguísticos usados pelos falantes na oração, isto é, as casas argumentais, preenchidas por sujeito/objeto, refletem traços presentes em toda a estrutura oracional e acomodam-se às condições de uso.

As condições contextuais e estruturais também contribuem para o licenciamento da supressão de Sujeito ou de Objeto.

As línguas expressam padrões preferenciais quanto à alocação de sintagmas nominais nas posições de sujeito e objeto, o que as caracteriza como línguas que apresentam as seguintes configurações tipológicas:

- (S) referindo-se ao sujeito de verbos intransitivos, ou seja, apresentando um único argumento (monoargumentais);
- (A) referindo-se a sujeitos de orações transitivas, envolvendo dois argumentos (biargumentais);
- (O) referindo-se a objetos de verbos transitivos ou bitransitivos e
- (I) caracterizando objetos indiretos de verbos bitransitivos, constituindo uma estrutura de três argumentos verbais (triargumentais).

Hopper e Thompson (1980) definem a estrutura argumental prototípica de uma oração a partir da composição de dois argumentos nucleares: [Sujeito + Objeto], acompanhados de suas respectivas funções semânticas [Agente + Objeto Afetado], como exemplificado em (10):

(10) Os madeireiros cortaram mognos centenários

1o argumento Verbo 2o argumento

Sujeito agente V. ação Obj. Paciente afetado

Oração Transitiva Prototípica

Em (10), o verbo *cortar* é um verbo semanticamente agentivo. Seleciona dois argumentos oracionais: um *sujeito* *agente* (Os madeireiros), e um *paciente* *afetado* (mognos centenários), que ocupam as posições sintáticas de sujeito e objeto, respectivamente.

As dimensões semânticas escalares, que subjazem à gramática na ordenação dos complementos, podem ser demonstradas pelas classes verbais independentemente. Entretanto, a escala exibe um contínuo que evidencia o modo como a Transitividade se estabelece em graus, como se pode perceber nos diferentes usos transitivos das orações.

A Transitividade prototípica, tal como descrevem Hopper e Thompson, é portanto, representada por estados de coisas que envolvem um **agente, verbos de ação** e um **objeto afetado.**

(11) As árvores foram cortadas por madeireiros.

Em (11), a forma passive da oração exibe uma mudança na perspectiva do evento descrito. Nessa estrutura, o objeto da oração, que estava na voz ativa em (10), passa a ocupar a posição de sujeito em (11), embora continue sendo o objeto afetado pela ação de *cortar.* Isso significa que as funções sintático-semântico e pragmáticas, desempenhadas por verbo e objeto podem ser alteradas, de acordo com o contexto e o propósito dos falantes, o que pode modificar também a Transitividade da oração. Assim, um verbo transitivo pode tornar-se intransitivo e vice-versa.

A alternância na Transitividade oracional implica um movimento que enreda *intencionalidade* do locutor, *natureza do verbo, papéis semânticos* assim como *funções pragmáticas* desempenhadas não somente pelo objeto verbal, mas também pelo sujeito, em suma, por toda a oração, como preconiza Hopper e Thompson. Para se entender a natureza gradiente da Transitividade, os autores propuseram dez parâmetros sintático-semânticos que exemplificam os graus de transferência da ação verbal e podem ser vistos no quadro 4, a seguir:

Critérios	**Transitividade alta**	**Transitividade baixa**
1. Participantes	Dois ou mais	Um
2. Cinese	Ação	Não ação
3. Aspecto	Perfectivo	Não perfectivo
4. Pontualidade	Pontual	Não pontual
5.Intencionalidade do sujeito	Intencional (volição/ controle)	Não intencional
6. Polaridade da ação	Afirmativa	Negativa
7. Modalidade da oração	*Realis*	*Irrealis*
8. Agentividade do sujeito	Agentivo	Não agentivo
9. Afetamento do objeto	Afetado	Não afetado
10.Individualização do objeto	Individualizado	Não individualizado

Quadro 4 – Parâmetro **1** de Transitividade [Adaptado de HOPPER E THOMPSON, 1980].

Os parâmetros propostos por Hopper e Thompson (1980) foram decisivos, na época, para se alterar o olhar investigativo a respeito da Transitividade. Esta se estende ao contexto oracional, afetando todo o conteúdo envolvido, orientada principalmente por princípios de natureza pragmática e interacional.

A respeito da seleção de argumentos, Hopper e Thompson afirmam:

> A Transitividade, então… pode ser quebrada em suas partes componentes, cada uma focalizando uma diferente faceta desse transporte de uma parte diferente da oração. Tomadas juntas, elas permitem orações que podem ser caracterizadas como mais ou menos Transitivas: os traços mais oracionais estão na coluna mais "alta" na lista de A-J, e quanto mais transitivos eles são, mais próximos estão da Transitividade cardeal. (HOPPER e THOMPSON, 1980, p. 253)

A Transitividade é, portanto, um processo escalar, hierárquico, que evidencia a relação entre evento prototípico x graus menores e específicos de prototipicidade. Esses parâmetros revelam a Transitividade não somente envolvendo uma relação hierárquica entre os elementos oracionais, assim como apresenta um panorama das possibilidades de realização de tal fenômeno num *continuum*. Exemplo:

(12) a. João pescou o peixe.

b. João pescou ∅.

c. João pescou na sala de aula.

d. Você pescou o que eu disse?

Nas orações apresentadas, (12a) exibe uma estrutura mais prototípica, pois envolve um sujeito agente, um verbo de ação e um objeto afetado, individuado, modo *realis*, conforme predizem os parâmetros de Hopper e Thompson. Em (12b), o objeto é omitido, podendo ser um caso de apagamento de objeto, constituindo uma estrutura monovalente, intransitiva ou intransitivizada ou uma oração com Objeto Implícito deslocado de seu contexto.

É interessante notar que a variante metafórica de "João pescou/cochilou" traz no sentido básico do verbo uma relação entre o ato de *pescar* e *cochilar*, uma vez que 'a pesca' envolve um período de espera considerável, o que cognitivamente leva o falante a associar o termo *pescar* a *cochilar*, que é decorrente do fato de se ficar um tempo sem nada fazer. Os processos de metaforização são permitidos porque a transitividade é escalar e revela um contínuo entre formas mais prototípicas, no caso do verbo *pescar*, um verbo de ação, a formas menos prototípicas, mais abstratas como é o caso de *pescar* na acepção de 'cochilar'.

Em termos semânticos, *pescar* é uma ação que envolve "tirar da água um ser aquático comestível". Já em (12c) e (12d), os usos metaforizados do verbo indicam respectivamente *dormir* e *captar*. Nesses casos, um processo de abstratização se instalou e o verbo *pescar* se tornou outro, embora carregue o traço original de "processo que é exige que o sujeito esteja em repouso para que ocorra, tal como no ato da pesca". A relação semântica estabelecida entre os dois usos partem dessa ideia de que o repouso, o silêncio propiciam a pesca ou propicia o cochilo, conforme o uso mais abstrato de *pescar*.

Em termos de graus de Transitividade, ao serem dispostos num *continuum*, os usos de *pescar* esboçam um processo de abstratização, embora seu comportamento sintático se mantenha. Em (15d), o uso de *pescar* imprime uma ideia semelhante a "compreender", alterando o tipo de objeto exigido e requerendo a presença de uma oração encaixada.

Observando essas ocorrências, percebe-se melhor a transição de um verbo tipicamente de ação a um mais abstrato, de natureza cognitiva:

Pescar			
Forma prototípica>	**Estágio 1**	**> Estágio 2**	**> Estágio 3**
Verbo de ação, VTD direto, modo *realis*, intencional, dois participantes, modo *realis*, aspecto télico, ação pontual, objeto afetado e individuado	Verbo de ação, ON, modo realis, intencional	Abstratização > intransitivização Mudança de sentido *pescar* >*cochilar* Verbo processual, modo realis, não intencional	Verbo cognitivo Metaforização *Pescar > entender* Verbo processual, de cognição, modo realis, não intencional

Quadro 5 – Exemplo de *Continuum Verbal*

Além dos papéis semânticos desempenhados pelos objetos verbais, parece ser produtiva a alteração da Transitividade de um verbo mediante processos como metaforização, abstratização, evidenciado nas etapas apresentadas no quadro 5, entre outros. A tese de Silva (2011) salienta como esses processos são produtivos no Português Goiano, ao se referirem a "deslizamentos funcionais produtivos que se direcionam para a gramática – *gramaticalização*[15] - ou para o discurso - *discursivização*" [16](SILVA, 2011, p. 191).

No capítulo 4, ao analisar as ocorrências de Objetos Implícitos no Português Goiano falado, retornarei a esse ponto que parece ser relevante para a presente discussão.

De uma maneira geral, a proposta clássica de Hopper e Thompson (1980) incide sobre a apresentação de critérios para a análise da Transitividade que possam ser aplicados a qualquer língua natural. Desse modo, de acordo com os parâmetros sugeridos, a Transitividade de uma oração é mais alta, mais prototípica, quando envolve dois participantes, está em modo *realis*, aspecto télico, acabado, ação pontual, favorece o afetamento do objeto e sua individuação (Cf. FURTADO DA CUNHA e OLIVEIRA, et al,

[15] *Gramaticalização* - Hopper & Traugott (2003) apresentam duas definições relativas à gramaticalização: (i) Um quadro de investigação diacrônica e sincrônica para o estudo das relações entre léxico, de construção, e materiais gramaticais nas línguas, tanto em línguas particulares e como em abordagens translinguísticas. (ii) Um termo que se refere à mudança pela qual itens lexicais e construções têm em certos contextos linguísticos para servir a funções gramaticais.

[16] *Discursivização* - processo de mudança que leva determinados elementos linguísticos a serem usados para reorganizar o discurso, quando suas restrições de linearidade se perdem em função da improvisação típica da fala, ou para preencher o vazio comunicativo causado por essa perda (MARTELOTTA e ALCÂNTARA, 1996, p. 277).

2003; CUNHA e SOUZA, 2007).

Posteriormente, Hopper e Thompson (2001) retomam a discussão proposta na década de 1980, direcionando a análise e a abordagem metodológica relativa à Transitividade. Consideram que, em dados conversacionais, a noção de *frames* não parece ser tão relevante para o processamento da linguagem, como se previa. Os autores se contrapõem à ideia de que as estruturas dos frames são "fixas", defendendo uma natureza flexível advinda de generalizações geradas a partir da interação linguística.

Furtado da Cunha e Souza (2007) salienta que as discussões funcionalistas em torno da Transitividade, com base em Hopper e Thompson, tem delimitado de maneira oposta ao modo como as abordagens gerativistas têm analisado a Transitividade. Dentre essas delimitações está o fato de a Transitividade não ser uma propriedade inerente dos verbos, estar sujeita ao uso e permitir uma oscilação entre usos transitivos e intransitivos. Nem sempre o objeto direto é o paciente da ação verbal, já que nem toda construção transitiva é prototípica. Percebe-se que a interface dos componentes gramaticais propicia a alternância de usos transitivos, motivados pelo uso linguístico e que se estabelecem num *continuum*.

A manifestação dos usos transitivos, envolvendo a seleção de sujeito e objeto, motivaram o estudo das estruturas argumentais nas línguas (Cf. FILLMORE, 1968, DIK, 1989, JACKENDOFF, 1990, LANGACKER, 1987; SIWIERSKA, 1991), embora a ideia de estrutura argumental seja complexa, pois os dados atestados por Hopper e Thompson (2001: p. 41) determinam a existência de variados usos verbais, sugerindo que não podem ser analisados somente com base na estrutura argumental. Outra descoberta diz respeito a quão fluida é a fronteira entre predicados de um ou dois participantes. Essas descobertas revelam a necessidade de uma metodologia quantitativa que descreva a variedade de estruturas argumentais nas línguas, podendo estabelecer certas generalizações que permitam capturar as possibilidades combinatórias das estruturas argumentais.

Segundo Hopper e Thompson (2001), mais importante do que a estrutura argumental são os casos de "apagamento de objeto" (*object-deletion*) no Inglês. Verbos cuja valência exige dois argumentos têm apresentado apenas um, ou seja, o segundo argumento tem sido omitido. Uma evidência importante relacionada pelos autores é o fato de os "falantes conhecerem o conjunto de formas expressas de acordo com os diferentes sentidos que elas têm". (HOPPER E THOMPSON, 2001: p. 43). Assim, o que se depreende das propostas de Hopper e Thompson é que a Transitividade deve ser investigada em dados orais e que os apagamentos de objeto podem elucidar as razões do preenchimento argumental ser flexível nas línguas.

1.9.5 Considerações finais do capítulo

Ao finalizar a presente discussão, é importante ressaltar alguns pontos:

1) a Transitividade, sob uma perspectiva funcional de linguagem, passa a ser vista como uma noção escalar que, além de considerar o fenômeno de seleção e categorização de argumentos oracionais, propõe uma abordagem desse fenômeno sujeito a alterações, variações, típicas do uso e da natureza dinâmica do próprio sistema linguístico;

2) Considerando a situação de fala, motivações de origem pragmática desencadeiam uma diversidade de usos transitivos das orações. É a partir dessa compreensão de gramática, segundo a qual o uso determina a forma linguística, que pretendo desenvolver as reflexões que apresento nesta tese.

É importante também ressaltar que o artigo de Hopper & Thompson (1980) foi fundamental para alterar a perspectiva de análise do fenômeno da Transitividade, antes percebido como propriedade do verbo, passando a um mecanismo maior de organização da oração e da gramática como um todo. Essa alteração de paradigma vem reforçar a importância de se tratar os dados linguísticos a partir de uma interface dos níveis gramaticais, o que consiste numa percepção mais ampla do funcionamento da gramática, assim como o direcionamento dado pelos autores para se averiguar as ocorrências transitivas em dados de língua falada.

No Capítulo 2, discutirei como os estudos funcionalistas têm tratado a omissão de objeto no âmbito da gramática, direcionando a análise para seu tema central.

CAPITULO 2

Objetos Implícitos nos estudos funcionalistas

2.0 Introdução

No capítulo anterior, foram apresentados alguns direcionamentos a respeito da concepção teórica que fundamenta este trabalho, especialmente no que se refere à proposta de Hopper e Thompson (1980), acerca dos princípios que envolvem a Transitividade, e de outros autores funcionalistas. Neste capítulo, como um desdobramento do anterior, serão apresentados os trabalhos funcionalistas acerca da implicitação de objetos verbais no Português do Brasil, a partir da variante goiana, que será um ponto de partida dessa investigação que se estenderá a uma reflexão sobre outras variedades do PB, de maneira que se possa entender o funcionamento desse fenômeno na gramática das línguas.

Um dos pressupostos desta tese reside na ideia de que o dialeto goiano, como uma variante que apresenta aspectos singulars que podem contribuir para uma maior compreensão do Português Brasileiro. Alguns estudos recentes sobre o Português Falado em Goiás têm sido desenvolvidos no sentido de descrever e analisar a fala goiana (BERTOQUE, 2014, BARROS, 2011, SILVA, 2010, entre outros).

A inserção dos estudos sobre a fala goiana certamente contribuirá para a compreensão do comportamento do Português Popular Falado, somando-se aos trabalhos já empreendidos pela Gramática do Português Falado (CASTILHO, 2002).

É a partir da descrição da fala goiana que serão discutidos estudos desenvolvidos sobre Objetos Implícitos numa perspectiva funcional, principalmente considerando-se os princípios de análise, propostos em Hopper e Thompson (1980), aqui descritos como um norteamento da análise que se desenvolve nesta tese.

A discussão acerca da existência de categorias nulas[17] tem sido bastante produtiva no âmbito da Gramática Gerativa, por exemplo. No entanto, as teorias funcionalistas

[17] O estudo das categorias nulas surge no âmbito da Gramática Gerativa e é bastante explorado nesse modelo. Entretanto, alguns autores funcionalistas (Hopper e Thompson (1980) Givón (1993, 2001), Noailly (1997), García Velasco e Portero Muñoz (2002), Blanco (2004), Schwenter (2007)) têm trazido essa discussão para as análises funcionalistas nos últimos anos.

tradicionais não têm se dedicado a esse tema como os estudos formalistas. A perspectiva funcionalista entende que os falantes diversos criam mecanismos para preencher as "lacunas" linguísticas, de alguma maneira. Esse é um ponto crucial para ser abordado nesta tese, uma vez que discutirei, no âmbito da Gramática Funcional e Gramática Discursivo-Funcional, como é possível abordar o fenômeno de omissão de objeto no Português do Brasil.

As considerações teórico-empíricas, acerca de Objetos Implícitos, têm fomentado reflexões nos mais diversos trabalhos sobre a relação entre Transitividade e seleção argumental de objetos, assim como sobre o que leva os falantes a omitirem ou não esse objeto. Aliada a isso, a presente investigação traz à tona um questionamento a respeito de como as línguas licenciam ou não tal fenômeno e, sobretudo, que mecanismos permitem aos interlocutores recuperarem o conteúdo de uma categoria que foi implicitada.

Uma reflexão importante a se fazer é identificar o papel da intenção comunicativa no uso e na recuperação desses Objetos Implícitos. O Princípio de Economia Linguística leva à fluidez do discurso, evidentemente, porque condensa o conteúdo fonológico e sintático a elementos essenciais à compreensão do que é dito. Entretanto, nem sempre as supressões nas línguas manifestam-se porque há uma necessidade de o falante ser mais sucinto. Ao contrário, os "apagamentos" de sujeito e objeto nas línguas causam também efeitos de sentido diversos, tais como valorizar uma informação, mesmo omitindo-a, essa informação pode ser relevante à progressão discursiva, assim como a omissão de uma informação pode solicitar a colaboração do interlocutor, entre outras estratégias argumentativas.

Se considerarmos que a implicitação de objetos é motivada pragmaticamente, faz-se necessário discutir como esses objetos implícitos se manifestam no discurso, pois para se entender a omissão de um objeto verbal é necessário que os dados linguísticos, principalmente os de fala, sejam abordados a partir de uma perspectiva da língua em uso, não somente limitada à estrutura oracional, mas torna-se importante considerar outras dimensões de natureza linguístico-cognitiva, assim como o contexto discursivo envolto na omissão de objeto.

São as condições pragmáticas e interlocutivas que delimitam se uma informação é ou não relevante a um dado discurso. E uma teoria linguística que admite tal influência tende a ser mais abrangente na descrição dos fenômenos linguísticos.

A ideia de uma gramática motivada por forças pragmáticas já se fazia presente na teoria proposta por Simon Dik (1989, 1997), que concebe a gramática estruturada com base nas relações funcionais que se sustentam mediante as unidades do discurso. Para Dik, o

discurso é resultado de práticas interativas dos falantes que produzem as expressões linguísticas com base em informações contextuais e situacionais representadas no uso da língua.

Embora a gramática de Dik (1989) tome a oração como unidade básica de análise, a proposta da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD E MACKENZIE, 2008) é orientada por manifestações discursivas, que, no entanto, não chega a analisar unidades maiores que a oração, deixando ainda muitas questões dessa natureza a serem respondidas.

Esse entendimento está presente no trabalho de outros autores como, TRAUGOTT (1989); HALLIDAY (1976, 1985) que têm entendido processos de discursivização, subjetificação, gramaticalização, como fenômenos de base discursiva que se desenvolvem ao longo do tempo e delimitam a maneira como se organizam as gramáticas. A partir de diversas abordagens funcionais, o papel do discurso tem sido cada vez mais preponderante nas descrições e análises dos fenômenos linguísticos e essa abordagem tem também se estendido aos estudos sobre Objetos Implícitos.

Nesse sentido, uma abordagem discursiva dos Objetos Implícitos, assim como de outros fenômenos, amplia o tratamento das teorias linguísticas para uma dimensão mais próxima da interação. Antes de introduzir os estudos sobre Objetos Implícitos, é importante retomar a noção gramatical de *objeto*.

O Objeto Direto (OD), segundo argumento de verbos transitivos, o Objeto Indireto (OIND), segundo argumento de verbos transitivos indiretos e os Objetos Duplos (ODIND), argumentos de verbos bitransitivos, são conceitos que merecem destaque. Dentre esses tipos de objeto, o tipo mais canônico é o OD. Segundo a disposição oracional de línguas SVO como o Português do Brasil, a posição prototípica desse objeto é a segunda casa aberta pelo verbo, localizada à sua direita. Essa ordem, segundo Pezatti (1994, p.50) é responsável pela progressão discursiva. No entanto, em sua pesquisa, Pezatti constata a co-ocorrência de uma ordem VS no Português Falado. Esse tipo de construção tem por objetivo apresentar um tópico novo, criando um "cenário para o desenvolvimento do discurso". O modo como a ordem de palavras se manifesta interfere consideravelmente nos tipos de objetos implícitos.

Nesse sentido, o objeto verbal, como categoria, é fundamental para a condição de *acessibilidade* – capacidade que permite um termo ser o alvo numa operação gramatical, na qual o objeto pode apresentar algumas das seguintes funções semânticas subjacentes:

Objetivo >	**Recebedor>**	**Beneficiário>**	**Instrumento>**	**Locativo**

Quadro 6. *Funções semânticas dos objetos* (DIK, 1997: p. 369)

Os exemplos seguintes ilustram as funções acima descritas:

(13) a. Marina ganhou [*o prêmio das olimpíadas de português*] OBJ.
b. João comprou [um anel INSTR. [a Lígia BENEF.]]
c. Jo limpou [o jardim LOC.]

As orações em (13) exemplificam como os papéis semânticos exercidos pelos objetos verbais podem se manifestar. O fato de haver variação nos diferentes modos de realização argumental nas línguas parece ser motivado pela interface dos componentes gramaticais e demonstra um amplo espectro de como se realizam as estruturas transitivas nas línguas naturais.

Diante dessa diversidade, um problema que se apresenta é como analisar Objetos Implícitos indefinidos (-específicos, -referenciais) e definidos (+específicos, + referenciais), como exposto em Olsen e Resnik (1997). Os exemplos dos autores, a seguir, revelam dois tipos de Objetos Implícitos:

(14) a. Benjamin cooked [something] this morning.
[Ben cozinhou [algo] esta manhã] (interpretação indefinida)

b. Benjamin won [the game] this morning.
[Ben ganhou [o jogo] esta manhã]. (interpretação definida)

Em Inglês, assim como no Português do Brasil, os verbos *cozinhar* (*to cook*) e *ganhar* (*to win*) comportam-se, em geral, da mesma maneira. No caso de (14a), o objeto pode ser omitido e está relacionado às ações de *cozinhar* e *ganhar*. O problema que se coloca é por que e quando essa omissão é autorizada e que tipo de interpretação gera: definida ou indefinida.

Dowty (1991), a partir de Foley e Van Valin (1984), defende a existência de duas macro-funções, que cognitivamente determinam a estrutura argumental: a Proto-Agente e a

Proto-Paciente. Essas funções são definidas em termos de *protótipos* e assinalam diversas propriedades relativas aos papeis argumentais nas línguas:

> um argumento de um verbo pode ter qualquer um dos dois proto-papéis (ou ambos) em graus variáveis, de acordo com o número de vínculos que cada espécie verbal permite. Ambas as classes de argumentos verbais (correspondentes aos tradicionais papéis temáticos e a outras classes também) seguem automaticamente a 'hierarquia de papéis'. Ao examinar as ocorrências do "mesmo" verbo com diferentes configurações argumentais, em predicados psicológicos e alternância de objetos oblíquos como *pulverizar*/*rodar* pode-se argumentar que os proto-papéis atuam como padrões na aprendizagem de significados lexicais[18] (DOWTY, 1991, p. 547).

Isso significa que as macro-funções semânticas atribuídas aos argumentos verbais apresentam uma forte motivação cognitiva que é acionada juntamente com a definição dos significados dos termos que preenchem linguisticamente as posições argumentais.
A seguir, o quadro 7 traz as características dessas duas macro-funções:

Propriedades do Proto-Agente:	**Propriedades do Proto-Paciente**
Envolvimento volitivo no evento ou estado	O paciente sofre mudança de Estado
Sem ciência (e/ou percepção)	Tema incrementado
Causando um evento ou mudança de estado em outro participante	Causalmente afetado por um outro participante
Movimento (em relação à posição de um outro participante)	Estacionário em relação ao movimento do outro participante
Existe independentemente do evento nomeado pelo verbo	Não existe independentemente do evento ou não em todos os eventos

Quadro 7 - *Macro-funções do Sujeito e do Objeto* (DOWTY, 1991)

O estabelecimento de macro-funções, como as propostas por Dowty, coincide com a proposta de Hopper e Thompson (1980), uma vez que também considera propriedades

[18] an argument of a verb may bear either of the two proto-roles (or both) to varying degrees, according to the number of entailments of each kind the verb gives it. Both fine-grained and coarse-grained classes of verbal arguments (corresponding to traditional thematic roles and other classes as well) follow automatically, as do desired 'role hierarchies'. By examining occurrences of the 'same' verb with different argument configurations-e.g. two forms of psych predicates and object-oblique alternations as in the familiar spray/llolad class-it can also be argued that proto-roles act as defaults in the learning of lexical meanings. (DOWTY, 1991, p. 547)

semânticas do sujeito e do objeto, envolvidas na projeção de argumentos, tais como os traços de volição, afetamento, entre outros.

2.1. A atribuição do objeto verbal e a noção de *continuum*

As investigações linguísticas sobre fenômenos gramaticais diversos se detiveram, ao longo das últimas décadas, no âmbito da oração, por considerá-la uma unidade gramatical na qual se manifesta uma série de outros fenômenos fonológicos, semânticos e pragmáticos, da mesma forma que a Transitividade era uma propriedade circunscrita ao verbo.

Pensar uma teoria linguística que, além de toda a complexidade arquitetônica dos níveis linguísticos, seja capaz de descrever o uso, a partir de propósitos comunicativos desencadeados pelos sistemas linguístico-cognitivos, requer um modelo sofisticado de linguagem que possibilite depreender a relação entre os fenômenos gramaticais e as forças motrizes que os desencadeiam.

Muitas pesquisas desenvolvidas nos últimos tempos têm contribuído para se pensar uma teoria de gramática que explique discursivamente a organização gramatical, o papel do sujeito e do objeto, por exemplo. A ideia de um *continuum*, como o de Transitividade, defendida por Hopper e Thompson (1980), expressa de maneira bastante contundente o modo como os estudos funcionalistas passam a ser orientados por uma perspectiva "discursiva" da Transitividade, assim como descrevem o sistema de uso nas línguas. Isso permitiu levar o tratamento dos Objetos Implícitos a uma outra dimensão gramatical que até então não era aventada: a abordagem do discurso pela gramática.

As premissas da teoria de Hopper e Thompson (1980) foram apresentadas, em termos gerais, no Capítulo 1 desta tese. No entanto, dialogar com elas permite que se retome alguns pontos importantes, no sentido de relacioná-los às pesquisas recentes sobre as relações de atribuição ou não de objeto.

O primeiro trabalho de Hopper e Thompson (1980) já assinalava a importância do discurso na constituição da Transitividade. No entanto, não apresentou maiores desdobramentos sobre como essa relação seria possível.

Para salientar a compreensão dos autores sobre a Transitividade[17], a citação abaixo

[17] […] the languages universally possess morphosyntactic structures which reflect the degree of Transitivity of a clause. The pervasiveness of these devices and their similarity across languages seem to demand an explanation in a higer-lever, functional framework. In other words, we assume that a linguistic universal

reitera os parâmetros propostos pelos autores:

> As línguas universalmente possuem estruturas morfossintáticas que refletem os graus de Transitividade de uma oração. Um universal linguístico origina-se em uma função pragmática geral e que o universal não está explicado até esta função ter sido isolada e relacionada ao que é universal. Sem a conexão com uma função comunicativa, componentes separados da Transitividade têm se comportado somente numa relação arbitrária um a um; nós necessitamos deuma razão do porquê destes componentes semântico – gramaticais serem selecionados. (HOPPER e THOMPSON, 1980, p. 280). [Adaptado].

A razão à qual Hopper e Thompson se remetem é a natureza interacional, contextual e discursiva do uso linguístico, que evidencia relações icônicas, que dizem respeito ao modo como cada estrutura transitiva se acomoda à seleção de argumentos, de funções sintático-semânticas e pragmáticas. Essa relação icônica é expressa na relação estabelecida entre verbo e seus argumentos e que se estende por todo o ato de fala, embora em seu artigo, os autores não tratem da relação entre seleção ou não de objeto, sob essa perspectiva.

Hopper e Thompson (2001) enfatizam que as noções de *figura* e *fundo* são fundamentais para a distinção dos graus de Transitividade nas línguas, uma vez que objetos em primeiro plano (figura) tendem a ser mais explicitados, sendo considerados mais "puros" do que os que estão no fundo. E essas relações, por si só, representam uma perspectiva pragmático-discursiva de linguagem.

Hopper e Thompson afirmam que o relevo das informações expostas ora como figura, ora como fundo (Cf. GONÇALVES, 2004), estão sujeitas às avaliações feitas pelos falantes acerca do modo como pretendem apresentar o que têm a dizer.

A mudança de enfoque dos fatos gramaticais, tratados antes apenas como circunscritos ao nível sintático-semântico faz com que eles possam ser vistos como inter-relacionados, fluidos.

Diversos trabalhos (MITTWOCH, 1982; BRISSON, 1994) observaram que construções com Objetos Implícitos apresentam restrições especiais e que a omissão de objeto parece ser típica, e, o objeto é normalmente inferível, pelo menos parcialmente, a partir da semântica do verbo.

Brisson (1994, p. 97) entende que para se licenciar a ocorrência de objetos é

---

originates ina general pragmatic function, and that the universal is not explained until this function has been isolated and related to the universal. Without the connection to a communicative function, the separate components of the Transitivity relationship have only an arbitrary relationship to each other; we lack a reason why thes semantic-grammatical components, rather than others, should be selected. (HOPPER e THOMPSON, 1980. P. 280) [Adaptado].

necessário que: 1) haja uma condição gramatical, segundo a qual os argumentos sejam expressos estruturalmente; 2) o licenciamento de objetos deva ser compreendido por meio do contexto. Essas condições expressas por Brisson apontam novamente para a existência de uma interface do Nível Morfossintático com o Componente Contextual na gramática das línguas.

Dentre as abordagens mais recentes, acerca da Transitividade, está a de Hopper e Thompson (2001), na qua los autores se dedicam aos a partir de dados de fala do inglês, ampliando e discutindo os parâmetros de Transitividade. Constataram que o número de orações transitivas na fala é extremamente pequeno e que a análise dos dados de fala é fundamental para o entendimento das gramáticas das línguas. Além dos parâmetros propostos acerca da Transitividade escalar, esse artigo de Hopper e Thompson (2001) ratifica a necessidade de se ampliar a análise da Transitividade para dados de fala, contextualizados discursivamente.

Nos dados, analisados por Hopper e Thompson (op. cit.), há uma "tendência" maior para a ocorrência de estruturas intransitivas. Já o número de orações com um único participante ocorre em 73% dos casos, evidenciando, portanto, uma baixa Transitividade, porque há apenas um argumento preenchido (sujeito) e ausência completa de um possível segundo argumento.

Das orações com dois participantes (A_1 e A_2), encontradas no *corpus* analisado – transitivas prototípicas − (27%) apresentam alguns índices de alta Transitividade como traço + *humano, objeto afetado e individuado*. Entretanto, o parâmetro de *pontualidade* é falho. Assim, os autores concluem que não há uma Transitividade alta, em cem por cento dos casos. Dessa maneira, Hopper e Thompson (2001) discutem como os parâmetros já estabelecidos em 1980 se comportam em dados de fala.

Sintetizando a proposta de Hopper e Thompson (2001), pode-se dizer que os autores propõem que existe um esquema cardeal transitivo que é conhecido dos falantes, mas as condições que permitem o acionamento desse esquema são baixas nos dados do inglês. As orações de baixa Transitividade são mais comuns em contextos intersubjetivos, por isso, fluidos.

Seguindo uma linha de pensamento semelhante, García Velasco e Portero Muñoz (2002) empreendem uma análise dos objetos nulos, em Inglês, sob a perspectiva da Gramática Funcional de Dik (1989, 1997), enfatizando a necessidade de se explicar como a recuperação do sentido dos Objetos Implícitos se instaura, a partir da perspectiva dos falantes. Segundo os autores, só é possível compreender esse processo por meio de uma análise que

contemple aspectos pragmático-discursivos, provavelmente mais facilmente encontráveis em dados de fala. Os traços de definitude/indefinitude parecem ser também determinantes para o surgimento de Objetos Implícitos.

Hopper e Thompson (2001) preocuparam-se em delimitar como os parâmetros (pontualidade, sujeito agente, verbo de ação etc), propostos por eles, interferem no processamento da Transitividade. Nos dados de fala, os autores afirmam que orações que mostram objetos com *aspecto télico* e *individuado* são mais transitivas do que as que não o possuem, porque o traço de definitude governa grande parte do mapeamento entre a estrutura sintática e a lexical. Esse processo envolve uma espécie de "projeção" dos traços [+/- transitivos] na posição de objeto e sobre toda a oração, em maior ou menor grau.

Olsen e Resnik (1997) também se centram apenas nos critérios de *individuação* e *telicidade,* como parâmetros consistentes para a delimitação da Transitividade mais alta.

Vejamos alguns exemplos discutidos pelos autores:

(15) a.Benjamin loaded the truck with the hay.
[Ben carregou o caminhão com o feno]

b.Benjamin loaded the hay on the truck.
[Ben carregou de feno o caminhão]

c.Benjamin ran.
[Ben correu].

d.Benjamin ate his eggs. [télico, realização]

[Ben comeu os ovos dele] [télico, realização]

e.Benjamin ate. [Indefinido, atélico, atividade]
[Ben comeu] [Indefinido, télico, atividade].

Nas orações (15a) e (15b), a disposição do objeto verbal depende da perspectiva com

a qual o falante descreve os estados de coisas. Em (18a), o caminhão-recipiente é preenchido pelo conteúdo *feno*. Em (15b), o 'feno' é a informação mais relevante, o foco. Já em (15c), a ação incide sobre si mesma, não evidenciando qualquer transposição além de sua fronteira.

Em (15d), observa-se que o sujeito agente, ao *comer os ovos*, apresenta a realização de uma ação completa, por isso, télica, acabada. Em (15e), a ação é vista como uma atividade, um evento que se desenvolve ao longo do tempo indefinidamente. Não se localiza especificamente num dado momento. A descrição desse evento tem por objetivo ressaltar o evento simplesmente. Assim, torna-se importante distinguir eventos de *realização* [+ conclusa, + télica] dos de *atividade* [- conclusa, - télica] (Cf. FILLMORE, 1968; GARCÍA VELASCO e PORTERO MUÑOZ, 2002).

Uma atividade envolve a causa de um evento ou uma modificação desse evento. No caso de *comer*, antes, essa ação não havia sido iniciada, portanto, não existia. A realização, por sua vez, implica um resultado, isto é, uma ação desenvolvida atinge um outro elemento que altera o estado inicial do evento, implicando um resultado, como demonstra o exemplo (15a/15d), no qual "os ovos são comidos por Ben".

García Velasco e Portero Muñoz também afirmam que Objetos Implícitos surgem em contextos de baixa Transitividade, assim como afirmam Olsen e Resnik (1997). Em geral, os Objetos Implícitos envolvem atividades não télicas, inconclusas, enquanto a realização de objetos parece ter um caráter mais télico e definido, o que aproxima esses verbos de natureza não télica de verbos intransitivos.

Um critério importante selecionado pelos autores é a natureza *definida* e *indefinida* dos objetos e sua correlação ao traço de *telicidade*. Embora não seja ditto, em nenhum dos textos aqui apresentados, os Objetos Implícitos parecem deixar na estrutura argumental algum tipo de informação morfossintática (traço), semelhantemente à noção gerativista de *vestígio*[19] (CHOMSKY, 1981; RAPOSO, 1986; RIZZI, 1990), que, em alguns casos, permite a interpretação/recuperação do objeto omitido, a partir do contexto situacional, do significado do verbo ou a partir de algum referente no discurso prévio ou posterior.

[19] **Teoria dos vestígios** – No quadro da Teoria de Regência e Ligação (CHOMSKY, 1981), a elipse de um argumento implica um processo de validação do espaço vazio, da estrutura argumental, e de recuperação da informação que ocupava esse espaço e envolve no âmbito da teoria, uma ideia de movimento dos elementos da oração. Nesse sentido, não apenas os NPs realizados, mas também as categorias nulas devem ser licenciadas gramaticalmente. Assim, a forma elíptica carrega todos os traços do NP de origem, menos a realização fonética. Àqueles constituintes nulos que podem ser recuperados semanticamente e possuem referentes no contexto linguístico próximo recebem o nome de *anáforas*, aos que não são recuperáveis, atribui-se a ocorrência de um processo de intransitivização, ou seja, de mudança valencial do verbo.

As informações de naureza pragmática, sintática e semântica ficam presentes na estrutura oracional, sintagmática, mesmo diante de um caso de supressão. É essa reminiscência estrutural, semântica, de conhecimento do funcionamento da língua que permite aos falantes reavivarem estruturas elididadas, como é o caso dos Objetos Implícitos.

Pensando a correlação das condições semânticas, a respeito da Transitividade e dos tipos de Objetos Implícitos, Mittwoch (1997) defende que verbos inerentemente télicos apresentam uma restrição que os impede de selecionar um Objeto Implícito Indefinido, uma vez que essas construções com devem ser interpretadas como *atividade*. O traço de indefinição carregado pelo objeto parece se estender por todo o enunciado, mesmo quando o objeto é omitido sintaticamente.

Os Objetos Implícitos Indefinidos estão, portanto, relacionados a parâmetros como [-télico, +indefinido, +genérico, +atividade, -anafórico, -referencial], enquanto os objetos definidos expressam parâmetros como [+télico, +definido, + específico, +realização, +anafórico, +referencial]. Essa distinção pode ser fundamental na abordagem dos dados deste trabalho.

Por outro lado, Mittwoch (1997) também observa, numa nota de rodapé, que Objetos Implícitos indefinidos podem ter também uma interpretação télica num contexto apropriado, como em "*I won´t have dinner with you: I have already eaten/ Eu não quero jantar com você: eu já jantei"*.

As línguas que apresentam essa possibilidade de alternarem parâmetros télicos/não télicos demonstram a necessidade de serem melhor estudadas, pois essa alternância evidencia uma flexibilidade na maneira como as línguas arregimentam os parâmetros de Transitividade, implicando uma fluidez no uso desses parâmetros. No *corpus* em análise nesta tese, isso será um dos aspectos observados em relação à fala goiana.

De acordo com essas abordagens, os Objetos Implícitos se apresentam num *continuum,* estabelecido entre objetos plenamente realizados, objetos implícitos e apagamentos de objetos, podendo levar, em alguns casos, à mudança de valência dos verbos (intransitivização) - orações com Objetos Implícitos Ddefinidos se comportam mais como transitivas télicas, e Objetos Implícitos Iindefinidos se comportam mais como intransitivas não télicas. (Cf. OLSEN e RESNIK, 1997: p. 4)

Outro fator importante na análise da Transitividade é a ideia de *continuum* (RESNIK, 1996). Ele salienta a necessidade de uma clara explicação teórica acerca das restrições de seleção de verbo- objeto. Para isso, recorre ao trabalho já mencionado de Hopper e Thompson (1980), reforçando a hipótese de que os Objetos Implícitos sejam analisados a

partir de um *continuum*[20]:

> o critério de seleção e aspecto dos Objetos Implícitos são explicados pelo trabalho de Hopper e Thompson (1980, p. 1). Nós colocamos os Objetos Implícitos do inglês num *continuum* de Transitividade, com construções com Objetos Implícitos indefinidos (1a) próximos a intransitivas, e construções com Objetos Implícitos definidos (1b), próximos a construções transitivas. (OLSEN e RESNIK, 1996, p. 1) [Tradução minha].

O esquema abaixo pode dar uma ideia do *continuum*, que proponho acerca dos Objetos Implícitos:

Objetos sintaticamente realizados> objetos implícitos definidos>objetos implícitos indefinidos> ∅								
+**Transitivo**	>	>	>	>	>	>	>	>	**- Transitivo**

Esquema 4 - *Continuum* de objetos verbais

O esquema 4 reforça a ideia de num *continuum*, demonstrando uma gradiência entre objetos sintaticamente realizados e os graus de ocorrência de objetos implícitos até o caso de uma mudança de valência verbal (+transitiva> -transitiva). Por se tartar de uma gradação, é possível dizer que os usos de Objetos Implícitos parecem ser decorrentes também deserá retomada posteriormente para fins de análise.

Segundo o raciocínio de Hopper e Thompson (2001), quanto mais fortemente um verbo seleciona seu objeto, maior informação sobre ele é carregada pelo verbo, o que ocasiona a *individuação* do objeto, ou seja, o fato de o objeto apresentar traços definidos e referenciais. Assim, quanto mais individuado, maior será o efeito da ação verbal sobre o objeto.

No experimento realizado por Olsen e Resnik (1997), há uma forte conexão entre seleção verbal e Objetos Implícitos, mostrando que na análise do *corpus* escolhido há uma significativa correlação estatística entre *força preferencial seletiva do verbo* (o grau de individuação do objeto que o verbo permite) e sua *frequência de ocorrência* numa construção de Objeto Implícito.

Sendo um *continuum*, a Transitividade não pode mais ser vista como um processo que atua na relação entre seleção intrínseca do SN_{objeto} por um $V_{predicador\ verbal}$ no léxico, apenas.

20 We locate English implicit object constructions on a continuum of transitivity, with indefinite implicit object constructions (1a) closer to intransitives, and definite implicit object constructions (1b) closer to transitives. Our account unifies the apparently disparate aspectual and selectional criteria for these constructions and provides additional evidence for distinguishing indefinite and definite implicit objects (OLSEN e RESNIK, 1996, p. 1).

Deve-se considerar as forças pragmático-semânticas que interferem na estrutura argumental de uma dada língua e, sobretudo, deve-se considerar os padrões de intencionalidade dos falantes ao realizarem ou não os objetos verbais.

O trabalho de Resnik (1993, 1996), de García Velasco e Portero Muñoz (2002), bem como a proposta de Hopper e Thompson (2001), resvalam sobre a fronteira da gramática estrutural com o campo discursivo. A localização das orações no *continuum* transitivo está correlacionada ao conhecimento de mundo expresso pelas informações adicionadas ao discurso, caracterizando a seleção de argumentos. Para Du Bois (2003), as orações tendem a se restringir diante da presença de um SN que ocupe a posição objeto. Assim, do ponto de vista pragmático, elas são portadoras de informação nova que normalmente ocorre na posição objeto.

A presente seção apresentou algumas reflexões de autores funcionalistas a respeito da hipótese de *continuum*, proposta por Hopper e Thompson (1980, 2001) e de pesquisas sobre Objetos Implícitos. Na seção seguinte, será discutido como a Gramática Funcional tem concebido a noção de *apagamento de objetos* e qual a perspectiva de abordagem dessa categoria. A delimitação do modo como se trata essa ideia de 'apagamento' de objetos é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada.

2.2. "Apagamentos de objetos" – o que dizem os funcionalistas

Para Cornish (2005), formas zero e apagamentos argumentais não são reconhecidos pelo modelo da Gramática Funcional, pois as formas "apagadas" não são derivadas de uma representação subjacente de um termo que preencheria a posição argumental (Cf. CORNISH 1999, 2002a). De acordo com o autor, formas zero têm propriedades que não são predicáveis a partir de termos ou predicados, pois as posições argumentais preenchidas por itens lexicais não são idênticas àquelas que foram apagadas. (CORNISH, 2005, p. 30-31)

A recuperação do referente, segundo Cornish, parece exigir uma representação do Objeto Implícito, no Nível Interpessoal, que solicita dos Componentes Contextual e Cognitivo, informações para o estabelecimento da referência desse objeto nulo. Além de Cornish, alguns autores funcionalistas adotam o conceito de objetos nulos para representar a omissão de objetos verbais. Dentre eles, García Velasco e Portero Muñoz (2003) e Schwenter (2006, 2007).

A respeito dos usos de objetos diretos nulos nas variantes espanholas da América do

Sul, Schwenter (2006) traz resultados interessantes:

> O objeto direto se refere muito frequentemente a seres inanimados, coisas ou conceitos abstratos; são completamente afetados pela ação do verbo; um objeto direto usualmente não tem energia nem vontade e geralmente sofre alguma mudança de estado provocada pela energia de um agente, via Transitividade do verbo. Uma coisa é mais fácil de mudar do que um ser humano, portanto uma entidade não humana parece representar o protótipo de objeto direto melhor do que um humano... (SCHWENTER, 2006, p. 23)[21]

Schwenter (2006) delimita as circunstâncias de ocorrência dos objetos diretos que se identificam com seres inanimados, representando coisas ou ideias abstratas que são afetadas pelo evento em curso. Ao dizer que um objeto direto não tem "energia nem vontade" e que pode "mudar de estado", o autor apresenta o controle que o sujeito da oração transitiva prototípica tem sobre a descrição do evento, pois é a partir do sujeito que se inicia o evento comunicativo que se estende sobre o objeto verbal, nos casos prototípicos.

Nesses casos, o controle incide mais "facilmente" sobre tudo o que não é humano, ou seja, sobre o que não é dotado de vontade, e, portanto, a Transitividade, por excelência, se refere basicamente à ação de um ser volitivo sobre algo passível de transformação [-volitivo]. Essa é a essência do conceito de Transitividade.

Em seus artigos, Schwenter et all (2002, 2006, 2007) discutem e comparam dados dos objetos nulos em variantes de língua espanhola e do Português do Brasil, ambas na modalidade falada. Esses dados são relevantes porque apresentam uma perspectiva translinguística sobre a omissão de objetos. Para isso, os autores se atêm à forma pela qual objetos diretos anafóricos (definidos) se comportam nas duas línguas, como expressa o exemplo abaixo, retirado de Schwenter (2006):

(16) a. Juan compró un libro nuevo. Ayer **lo/*Ø** trajo a clase. (Espanhol "padrão")
'Juan bought a new book. Yesterday he brought it to class.'

b. O João comprou um livro novo. Ontem ele trouxe **Ø** à aula. (Português do Brasil)

[21] DO refers very frequently to inanimate beings, things or abstract concepts, fully affected by the action of the verb; a DO usually has neither energy nor volition and it usually undergoes some change of state, provoked by the energy of the agent via the transitivity of the verb. A thing is easier to change than a human being, therefore a non-human entity seems to represent the prototype of a DO better than a human… (SCHWENTER, 2006, p. 23)

c. O João comprou um livro novo. Ontem trouxe-**o** à aula. (Português Europeu)

Em (16a), há uma alternância, no Espanhol padrão, quanto à implicitação do objeto e a realização do clítico *-lo.* No caso da substituição referencial do pronome *-lo* pelo SN *livro* tem-se uma relação anafórica mais direta, enquanto que, no caso do apagamento de objeto, essa mesma relação vai se distanciando como num *continuum*, justamente porque o pronome é [+ referencial] do que o vazio [ϕ], o implícito. O mesmo parece ocorrer nos casos do Português do Brasil e do Português Europeu. Entretanto, o padrão de cada variedade opta por um modo de realização do objeto verbal.

É reconhecido o fato de que Objetos Implícitos no Português do Brasil são um fenômeno de bastante interesse e, a partir desses estudos, tem-se chegado à conclusão de que o PB, dentre as línguas românicas, é uma língua que se mostra diferente das demais, *pois aceita que os objetos diretos anafóricos tenham referentes definidos e indefinidos*. Isso significa que o fato de um objeto verbal ser omitido da estrutura argumental não se relaciona tão fortemente ao tipo semântico a que o referente pertence, pois ou o referente é claramente legitimado na interação face a face, ou se trata de um referente mais geral, ou então é partilhado sociocognitivamente com os falantes.

Schwenter e Silva (2002) argumentam que existe um claro *continuum* que ordena os graus de aceitabilidade dos objetos diretos nulos no PB, delimitados pelos traços de *animacidade* e *especificidade*, quando relacionados a uma 3ª pessoa. Parece tratar-se de uma relação entre o que é específico e o que pode ser generalizado (Cf. GOLDBERG, 2006; LANGACKER, 2013). A referência real ou fictícia é estabelecida no nível discursivo, já a referência mais generalizada parece ser estabelecida num plano cognitivo. Assim, para Schwenter (2006), os traços de definitude e especificidade são uma espécie de *dimensão*, assim como as classes de objetos de natureza definida e indefinida.

A análise estatística empregada por Schwenter revela que a diferença entre objetos animados e não específicos é significativa. Entretanto, não aponta evidência de que a especificidade afete objetos de natureza inanimada. Nesse sentido, o traço de animacidade serve como um "primeiro filtro", segundo o autor, para que a forma de objeto direto anafórico se estabeleça e só depois entra em questão o traço de especificidade. Um exemplo disso é o fato de que a primeira e segunda pessoas do discurso serem menos genéricas que as de terceira pessoa, uma vez que carregam os traços de [+ humano, + animado,

+ específico], justamente por constituírem os interlocutores do evento de fala.

A referência dos elementos implícitos se estabelece discursivamente e instaura um tipo definido ou indefinido de objeto. Parece que a caracterização definida ou indefinida do objeto está sujeita ao contrato em tempo real estabelecido pelos falantes, no sentido de que a alternância entre tópico/foco parece determinar a natureza dos referentes de Objetos Implícitos. E essa alternância só pode ser verificada a partir de uma amostra linguística maior do que a oração. Esse é um critério pertinente que poderá ser checado nos dados para o Português Goiano.

A conclusão da pesquisa de Schwenter e Silva (2002) sobre o PB é que essa língua é uma variedade que exibe uma distinção entre os tipos de objetos diretos anafóricos: os animados, humanos e específicos são codificados como objetos explícitos, os demais se manifestam como nulos. O processo de "apagamento" de objetos parece ser frequente, mas não obrigatório, quando o referente do OD (objeto direto) é uma **proposição** em vez de uma **entidade** como em "*ya te Ø dije"* e "*ya te lodije",* sendo formas alternativas.

Choi (2000) afirma que no espanhol falado no Paraguai, em Assunção, por exemplo, a "omissão de clíticos objeto direto prevalece na fala de **todas as classes sociais, entre falantes de espanhol bilíngues e monolíngues".** (CHOI, 2000, p. 536). Os resultados obtidos por Choi revelam que formas nulas são extremamente comuns para objetos diretos [-humano] nesta variedade. O grau de bilinguismo dos falantes não é um fator relevante, pois os 5 falantes monolíngues na amostra usaram formas nulas em 90% do tempo; 7 dos falantes bilíngues menos escolarizados usaram formas nulas em 98% do tempo.

Esses resultados sugerem que há um novo sistema anafórico de codificação de objetos diretos em Quiteño e no Espanhol Paraguaio: a atribuição de traços animados (primordialmente humanos) são codificados por *le(s) – leísmo –*, enquanto inanimados são codificados preferencialmente por [Ø]. (Cf. SCHWENTER, 2006, p. 26)

Nos dados obtidos entre o PB e as variedades do espanhol, é possível concluir que os objetos nulos são uma opção não marcada em relação aos objetos diretos de natureza anafórica.

Considerar os tipos de Objetos Implícitos e relacioná-los à possibilidade de serem recuperados ou não pelos interlocutores é um dos principais eixos desta tese. Os traços fundamentais de objetos nulos definidos/indefinidos, anafóricos/não anafóricos, recuperáveis a partir do contexto sintático/pragmático consistem em parâmetros fundamentais, aliados àqueles propostos por Hopper e Thompson (1980, 2001) para delimitar o fenômeno de

Objetos Implícitos no Português do Brasil, pois correlacionam expressam como movimentos cognitivos, pragmático-discursivos exercem alterações na dinâmica dos usos verbais e seus argumentos, das expressões valenciais nas línguas.

O trabalho de García Velasco e Portero Muñoz (2002) evidencia a importância dos aspectos pragmáticos para a configuração da Transitividade como informações dadas e informações novas e como elas exercem influência na manifestação de Objetos Implícitos. Para esses autores, a presença ou a ausência de um objeto verbal pode afetar o *estado de coisas* (SoA) representado, como demonstra um dos exemplos apresentados pelos autores:

(17) a. John is eating (denota atividade)
b. John is eating an apple (denota realização)

García Velasco e Portero Muñoz (2002: p. 7)

O exemplo (16a) expressa uma *atividade* que se encerra em si mesma. *Comer* revela uma ação que, num dado contexto, não necessita explicitar o objeto afetado pela ação, pois este pode ser depreendido do contexto ou faz parte do conhecimento enciclopédico do interlocutor, como uma atividade geral, ordinária. Baker (1988) considera que, nesses casos, ocorre um processo de *incorporação* (aglutinação do SN pelo SV), o que torna a oração intransitiva.

Segundo García Velasco e Portero Muñoz (2002: p. 4), o segundo argumento de (a) pode ser chamado de *argumento inerente*, pois ele expressa uma faceta intrínseca da estrutura verbal e não se refere especificamente a nenhum participante do evento, caracterizando, assim, a natureza da ação verbal mais do que uma referência aos argumentos verbais. A intransitivização do verbo leva a uma pressuposição do tipo de objeto a que se refere a ação, a algo geral, indeterminado [V $_{comer}$ SN $_{algo}$].

Já em (17b), a oração é transitiva e expressa uma *realização*, uma ação desenvolvida por um agente sobre um objeto que é afetado por essa ação. Forma prototipicamente transitiva. As duas orações se distinguem, portanto, quanto ao grau de extensão da ação sobre um objeto. Assim, em (17a) a ação não é transferida para um objeto claramente. A intenção do falante é pôr em relevo a própria ação. Em (17b), a ação estende-se para além do verbo, transformando o objeto comestível (a maçã) em um objeto afetado (a maçã comida) pela ação do sujeito. Nesse caso, o falante quer dar relevo à ação sobre um dado objeto do mundo. Quase sempre que se abrem lacunas na estrutura argumental, abre-se também uma opção

para o interlocutor preencher essa lacuna. Às vezes, é possível preenchê-la, outras não.

O preenchimento das casas argumentais na estrutura sintática é uma ação sempre esperada pelos interlocutores, em relação à manutenção do fluxo informacional. O que parece inusitado, à primeira vista, é que haja informações omitidas num processo comunicativo. Espera-se que o fluxo comunicativo forneça o maior número possível de informações, por isso a estrutura transitiva prototípica envolve sempre dois participantes. Entretanto, o discurso não é linear nem previsível e a interação envolve outros tipos de estratégias, de ocorrências de lapsos, inclusive, que nem sempre permitem que a expressão daquilo que os interlocutores intencionam dizer seja clara.

É importante salientar que a presença explícita de um objeto verbal na oração marca o ponto final daquele ato de fala. Se o conteúdo ali contido for ainda tópico do discurso seguinte, ele estará presente mediante outras formas de apresentação, por meio de uma paráfrase ou qualquer outra estratégia discursiva.

Conforme observam García Velasco e Portero Muñoz (2002), as ocorrências dos objetos nulos em Inglês evidenciam a existência de dois tipos de apagamento de objeto: os de natureza *lexical* e os de natureza *discursiva*. E citam Rice (1987) a respeito do caráter [+/- específico] dos Objetos Implícitos[22]:

> Objetos que podem ser omitidos tendem a ser aqueles cujo conteúdo lexical é mais provável de ser dado pelo sentido do verbo. Objetos Implícitos são geralmente restritos a complementos com baixo grau de independência semântica do verbo. Há muitos verbos cujos Objetos Implícitos são claramente entendidos porque são inferidos de um número restrito, se não exclusivo, de possibilidades. (RICE, 1987: 203-204)

Em sua análise, García Velasco e Portero Muñoz relatam que o fato de objetos nulos serem influenciados por fatores semânticos, lexicais e discursivos/contextuais também motivou autores como Fillmore (1986), Allerton (1985) e Rice (op. cit) a também defenderem a existência de uma omissão de objetos de natureza lexical e contextual. Nesse sentido, a análise de García Velasco e Portero Muñoz (2002) amplia bastante a discussão a respeito da natureza discursiva da Transitividade verbal, pois propõe a necessidade de se analisar esses casos sob uma perspectiva discursivo-pragmática.

[22] Objects that can be omitted tend to be those whose lexical content is most probable given the meaning of the verb. Omitted objects are generally understood because they are inferred from a very narrow, if not exclusive, range of possibilities. (RICE, 1988, P.203-204)

Fillmore (1986, p. 96) já classificava os objetos nulos[23] em **definidos e indefinidos,** o que levou García Velasco e Portero Muñoz (2002) a adotar a seguinte divisão:

Objetos Nulos[20]

Objetos nulos	Definidos	Indefinidos
	Lexicais	Discursivos/contextuais

Quadro 8 – *Tipos de Objetos Nulos* [Cf. García Velasco e Portero Muñoz (2002)] [Adaptado].

Fillmore (1986) revela a distinção entre os tipos de objetos nulos[24]:

> Um teste para a distinção entre Complementos nulos indefinidos (INC)/Complementos nulos definidos é determinar se eles soam estranho a um falante que admite ignorar a identidade do referente de um sintagma apagado. Não é estranho dizer coisas como "Ele estava comendo; Eu pergunto o que ele estava comendo"; mas é estranho dizer coisas como "Eles encontraram; Eu perguntei o que eles encontraram". A omissão de objeto na estrutura de superfície intransitiva do verbo *comer* é indefinida; a omissão de objeto na estrutura de superfície intransitiva do verbo *encontrar* é definida. O ponto é que não se questiona sobre o que já se sabe. (FILLMORE, 1986, p. 96) [Tradução minha].

Em relação aos usos das orações, citadas por Fillmore (1986), cuja interpretação em Inglês é considerada pelo autor como indefinida/definida, no Português do Brasil, adquirem uma interpretação [+ indefinida], pois, nessas orações, o objeto omitido parece se remeter a "algo comido ou encontrado". Uma vez mais a distribuição desses traços nas línguas parece se dar de maneira diferente.

García Velasco e Portero Muñoz (2002, p. 8) sugerem que, ao se omitir um objeto verbal, o objeto omitido torna-se *foco* da expressão. Assim, fatores como estrutura semântica,

[23] Neste trabalho, adotarei a notação *Objetos Implícitos* no lugar de *objetos nulos*, por entender que objetos nulos referem-se a casos de intransitivização que evidenciam a não possibilidade de recuperação do referente no contexto.

[24] One test for the INC/DNC distinction has to do with determining whether it would sound odd for a speaker to admit ignorance of the identity of the referent of the missing phrase. It´s not odd to say things like, "He was eating; I wonder what he was eating"; but it is odd to say things like "They found out; I wonder what they found out". The missing object of the surface-intransitive verb EAT is indefinite; the missing object of the surface-intransitive verb FIND OUT is definite. The point is that one does not wonder about what one already knows. (FILLMORE, 1986, p. 96)

intenção comunicativa do falante, *status* referencial do objeto e conhecimento de mundo são parâmetros salientados ao se perceber a ausência do segundo argumento verbal, indicando que os Objetos Implícitos são resultado de muitas forças agindo conjuntamente na gramática.

Do ponto de vista semântico, atividades como *comer* indicam eventos comuns do cotidiano e não exigem, necessariamente, a presença do objeto verbal, uma vez que as ações consideradas habituais são compartilhadas pelos falantes porque são básicas e o entendimento do objeto pode ser pressuposto, mas nem sempre o que já é compartilhado pode ser prescindido.

A distinção entre os tipos de objetos nulos indefinidos e definidos se dá com base na possibilidade de se recuperar a referência do elemento omitido. Os objetos nulos indefinidos, segundo os autores, não podem ser recuperados a partir do contexto, enquanto o referente dos objetos nulos definidos, em termos de Fillmore, podem ser recuperados porque a informação relativa ao objeto pode ser depreendida do contexto linguístico ou extralinguístico. (Cf. García Velasco e Portero Muñoz,

A respeito desse traço indefinido, García Velasco e Portero Muñoz (2002, p. 8) argumentam:

> Parece que os verbos que permitem a transição de realização para atividade correspondem a verbos que selecionam objetos indefinidos, que podem ser considerados lexicais e consequentemente influenciados pelo tipo e natureza do objeto verbal e da classe semântica a que pertence. Uma possível linha de investigação pode ser estabelecer as circunstâncias sob as quais um verbo pode tomar o caráter de atividade. Para Allerton (1975:214), se a atividade descrita pelo verbo pode ser autossuficiente, então a omissão é possível: o apagamento indefinido parece se aplicar a verbos cuja atividade pode ser vista como suficiente sem um objeto. Verbos do Inglês como *clean, cook, drive* (veículos motores), *examine* 'testar academicamente', *hunt, paint, read, sew, think (about)*, são todos suscetíveis ao apagamento de objeto indefinido. (GARCÍA VELASCO e PORTERO MUÑOZ 2002, p. 8)[25]

Os autores elencam, em seu artigo, uma série de hipóteses acerca das ocorrências de objetos nulos em Inglês e para a identificação da natureza indefinida dos Objetos Implícitos recorrem à seguinte hipótese: objetos indefinidos não apresentam referentes recuperáveis no contexto linguístico ou extralinguístico. (GARCIA VELASCO E PORTERO MUÑOZ,

[25] It seems that those verbs which allow the transition from accomplishment to activity might correspond to IO-verbs. That is, the IO type of omission can be considered to be lexical in nature, and therefore influenced by both the type and nature of the verbal object and the semantic class of the verb itself. A possible line of investigation might then be to establish the circumstances under which a verb can take an activity reading. As Allerton (1975: 214) notes, if the activity denoted by the verb can be seen as self-sufficient, then omission is possible:
Indefinite deletion seems to apply to verbs whose activity may be viewed as self-sufficient without an object. Thus English verbs, such as *clean, cook, drive* (motor vehicles), *examine* 'test academically', *hunt, paint, read, sew, think (about)* are all susceptible to indefinite object-deletion

2002, p. 9)

Assim, os referentes de Objetos Implícitos indefinidos dos verbos acima citados não podem ser recuperados do ambiente linguístico em que são gerados. As demais hipóteses levantadas pelos autores buscam delimitar como os Objetos Implícitos se comportam em Inglês e, para isso, circunscrevem os objetos nulos em relação à sua localização no ambiente linguístico, à localização do referente, ao fato de não serem entidades de primeira ordem e, por isso, admitirem maior omissão, e como ao estarem sob a influência do contexto situacional, o que os leva a se tornar, inclusive, entidades de primeira ordem (termos).

Os autores, portanto, confirmam suas hipóteses com base na análise do *Corpus Nacional Britânico* (*British National Corpus*) e concluem que

> com base nos dados, a omissão de objeto indefinido serve para transformar um estado de coisas Realização em Atividade, mudando o foco da sentença para o processo verbal. Entretanto, parece óbvio que nem todos os verbos admitam esse processo. Se o foco numa atividade é a ação verbal em si mesma, sobre os participantes, os verbos cujos objetos cujos objetos são retirados de um leque restrito de possibilidades serão prováveis candidatos a transportar os objetos compreendidos. (GARCÍA VELASCO e PORTERO MUÑOZ 2002, p. 9)[26] (Tradução minha).

Os Objetos Implícitos, em termos de García Velasco e Portero Muñoz (2002), parecem promover uma mudança na organização do evento que o falante tem na mente. Dessa maneira, a omissão de tal objeto constitui uma estratégia econômica e eficiente para mudar o tipo de *estado de coisas* (SoA).

A relação entre omissão de objetos distingue duas áreas gramaticais envolvidas no processamento dos objetos nulos: a lexical e a discursiva. García Velasco e Portero Muñoz (2002) consideram que os fatores lexicais são mais acessíveis a uma teoria gramatical e que as referências feitas a fatores discursivos pelas teorias linguísticas têm sido tratadas de maneira superficial.

García Velasco e Portero Muñoz (2002) elencam alguns critérios que parecem estar envolvidos no processo de omissão de objetos: o fato de o objeto verbal apresentar a *informação nova*, como já mencionado neste capítulo, ou seja, ser o **foco** da oração, assim como o *tipo de SoA* envolvido (Realização ou Atividade), como expressa o exemplo dos autores,

[26] […]on the basis of these data, that IO omission serves to turn an Accomplishment SoA into an Activity one, shifting the focus of the sentence to the verbal process. However, it is obvious that not all verbs admit this process. If the focus in an activity is the verbal action itself, rather than the result or effect upon the participants, those verbs whose objects are drawn from a restricted range of possibilities will be likely candidates to take understood objects. (GARCÍA VELASCO e PORTERO MUÑOZ 2002, p. 9)

a seguir:

(18) a. He ate a plate of spaghetti in ten minutes (accomplishment/realização)
b. He ate spaghetti for ten minutes (activity/atividade)

Dessa maneira, pode-se dizer que há diferentes tipos de recuperação dos Objetos Implícitos:

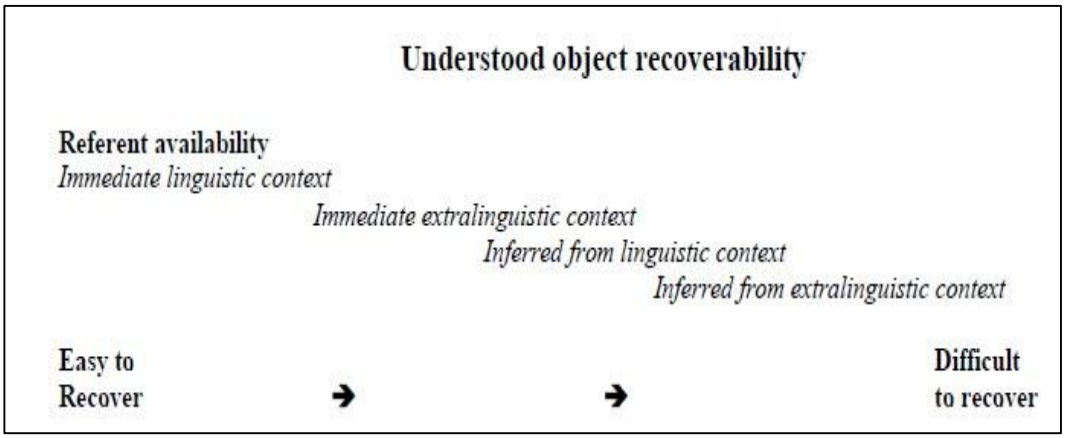
1) objetos que podem ser recuperados a partir do contexto linguístico imediato;

2) objetos que podem ser inferidos a partir do contexto extralinguístico.

Os dois tipos de recuperação de sentido dos Objetos Implícitos referem-se àqueles [+ lexicais], presentes no contexto linguístico e àqueles [+ discursivos], inferidos do conhecimento de mundo do interlocutor.

Há alguns casos de omissão de objeto, menos convencionais, que podem tomar lugar quando uma situação comunicativa específica permite a recuperação do objeto. Nesse caso, pode-se pensar numa *escala de recuperação* de objetos, conforme os autores, expressa por diferentes graus, como exemplifica o quadro 9, na sequência.

Escala de Recuperação de Objetos



Quadro 9 - *Escala de Recuperação de Objetos* **(**GARCÍA VELASCO E PORTERO MUÑOZ (2002: p.14)

O quadro 9 sugere que, quanto mais à esquerda do *continuum* um Objeto Implícito estiver, estará mais próximo do contexto linguístico imediato e assim o conteúdo do Objeto

Implícito será mais facilmente recuperável. Nesse caso, o apagamento sintático parece ser permitido porque a recuperação semântica e fonológica do Objeto Implícito é possível, uma vez que seu referente encontra-se no ambiente linguístico circunvizinho.

Para o Português do Brasil, o trabalho de Blanco (2004), baseado nas premissas de García Velasco e Portero Muñoz, confirma também que o tipo de estado de coisas pode contribuir para a omissão estrutural do objeto verbal. Além desses critérios, a especificidade ou não do objeto, isto é, se o objeto pode ser inferido a partir da semântica do verbo ou do contexto discursivo, também parece contribuir para que o objeto seja mais facilmente omitido.

Um dos trabalhos relevantes para o Português do Brasil, sob o viés funcionalista, é o de Furtado da Cunha (2008). A autora retoma muitos dos princípios, propostos por Hopper e Thompson, assim como por García Velasco e Portero Muñoz (2002), em sua análise acerca dos objetos zeros de verbos transitivos. Para ela, a Transitividade é um fenômeno sintático-semântico e há uma diversidade de tipos de *objetos zero*, como ela denomina Objetos Implícitos. A distinção que a autora faz para esses tipos coincide e assegura a divisão que apresentarei também em relação aos tipos de objetos diretos plenos e implícitos no Português Goiano.

Furtado da Cunha (2007:4) divide os objetos diretos de verbos transitivos em: Objeto Direto Explícito, Objeto Direto Zero Anafórico, Objeto Direto Zero Inferido, Objeto Direto Oracional e Complexo V+ Objeto Direto. Os dados utilizados pela autora são do *corpus* Discurso e Gramática e indicam que há um índice significativo de supressão de objeto nos dados, como indica a Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 - *Dados sobre objetos diretos em verbos transitivos*

Tipo de Objeto	Fala	Escrita
Objeto Direto Explícito	671 (56%)	132 (79%)
Objeto Direto Zero Anafórico	159 (13%)	8 (5%)
Objeto Direto Zero Inferido	128 (11%)	4 (2%)
Objeto Direto Oracional	130 (11%)	16 (10%)
Complexo V + OD	104 (9%)	7 (4%)

Fonte: (Furtado da Cunha, 2008: p. 4) [Adaptado].

Na sequência, apresento apenas algumas das características apresentadas por Furtado da Cunha, a respeito dos tipos de objetos diretos que serão utilizadas em minha

análise:

Tipo de Objeto	
Objeto Direto Realizado	Prototípico, posição pós-verbal, informação nova - foco do enunciado, paciente/objeto afetado, definido, informação nova
Objeto Direto implícito definido e anafórico	Não prototípico, informação dada, definido, previsto pelo ambiente linguístico, anafórico
Objeto Direto implícito indefinido	Não prototípico, informação dada, indefinido, previsto pela semântica do verbo ou inferido

Quadro 10 – *Tipos de objetos verbais*

A complexidade no uso de Objetos Implícitos é significativa, pois indica que a estrutura argumental sintática e a estrutura argumental semântica, conforme Furtado da Cunha (2007) adverte, nem sempre coincidem no uso de uma dada oração, uma vez que sua manifestação discursiva é motivada pragmaticamente. Portanto, não se pode depreender um uso verbal de um Objeto Implícito com base apenas na estrutura argumental.

Embora tenham particularidades no uso dessas duas categorias que merecem ser estudadas do ponto de vista das situações de interação locutor/interlocutor, García Velasco e Portero Muñoz (2002) consideram que os Objetos Implícitos podem servir a propósitos comunicativos diferentes. Os Objetos Implícitos indefinidos auxiliam o falante a reorganizar a apresentação de um estado de coisas, enquanto os Objetos Implícitos definidos configuram um transporte mais econômico de informação, por serem definidos, contextuais e anafóricos.

Assim, García Velasco e Portero Muñoz defendem que a análise de objetos nulos deva ser amplamente estudada no âmbito da Gramática Funcional (DIK, 1989, 1997) e também em sua versão mais recente, a Gramática Discursivo Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008), observando-se fatores pragmático-discursivos que envolvam tais omissões, assim como há a necessidade de se comparar os dados linguísticos pesquisados por eles aos de outras línguas.

Se é possível dizer que Objetos Implícitos definidos e indefinidos operam na interface do nível representacional (semântico) com os componentes interpessoal

(pragmático) e cognitivo, então, os Objetos Implícitos Indefinidos pertenceriam à interface do nível representacional com o cognitivo, enquanto os objetos nulos definidos pertenceriam à interação do componente morfossintático com o representacional. Essa hipótese parece ser interessante e deve ser testada em relação aos Objetos Implícitos no PB.

De maneira geral, essa hipótese pode ser relacionada a outras hipóteses levantadas na Introdução desta tese, ao se observar o papel dos Objetos Implícitos como estratégias retóricas de interação.

2.3. Considerações finais do capítulo

A Gramática Funcional de Simon Dik (1989,1997) já salientava a importância da informação pragmática para a compreensão dos fatos linguísticos amparados pelo uso. Na construção discursiva, o falante toma muitas decisões que não afetam somente a oração, mas o discurso como um todo ou parte dele. E é com base em tais pressupostos teóricos que defendo a abordagem dos Objetos Implícitos, a partir de uma concepção funcional-discursiva de linguagem, amparada por uma teoria que revele a organização a partir do uso linguístico, o que certamente fornecerá pistas sobre o modo como as gramáticas das línguas naturais definem os parâmetros que organizam a estrutura argumental das orações, o fluxo comunicativo.

A importância da informação pragmática para a compreensão dos fatos linguísticos é ilustrada pela relação estabelecida entre o *conhecimento prévio* (linguístico e não linguístico) e o *conhecimento imediato* (situacional e contextual) na interação comunicativa. Desse modo, ao se admitir a interrelação dos Componentes Interpessoal (pragmático), Representacional (semântico) e Morfossintático, é fundamental que uma teoria de gramática trate as ocorrências linguísticas a partir de unidades maiores que a oração, entendendo o funcionamento dessa gramática a partir da interface dos componentes linguísticos e extralinguísticos, a partir de uma organização descendente, conforme salienta Camacho (2006, p. 13).

Sendo a Gramática Discursivo-Funcional uma gramática motivada pragmaticamente, não poderia deixar de estabelecer relações com os estudos cognitivistas, uma vez que a gramática de usos revela uma força pré-verbal que orienta cognitivamente e socioculturalmente a forma com que as gramáticas são construídas pelos falantes. Em termos cognitivos, a cena enunciativa representa uma estrutura conceptual baseada nas experiências dos falantes, que revelam esquemas mentais e gramaticais que permitem as

ocorrências linguísticas. As práticas de linguagem reveladas pela interação social representam os procedimentos cognitivos da espécie humana com propósitos claramente interativos (THOMPSON, 2002; TOMASELLO, 2003)

A Transitividade constitui um hiper-fenômeno complexo, que desencadeia consequências em diferentes áreas da gramática. Do ponto de vista do léxico, a natureza e os tipos de objeto, assim como a classe semântica dos verbos são elementos acionados para a ocorrência do fenômeno, assim como o *status* informacional do objeto e suas possíveis relações anafóricas revelam os tipos sintáticos de objetos realizados ou não na estrutura argumental.

Furtado da Cunha (2008, p. 9), ao citar Goldberg (2001), afirma que o *Princípio da Implicitação de Objeto* normalmente se dá em ambiente de proeminência discursiva baixa. O apagamento do paciente ocorre quando sua interpretação é irrelevante para a cena discursiva. Os elementos focais, por sua vez, devem se manter presentes, por constituírem informação relevante. No entanto, alguns argumentos de natureza tópica podem ser omitidos, se estiverem ativos na mente dos falantes.

Assim sendo, a partir das considerações teóricas realizadas até o presente momento, sob escopo dos diversos trabalhos funcionalistas aqui citados, bem como da Gramática Funcional (DIK, 1989; 1997) e da Gramática Discursivo Funcional (HENGEVELD, MACKENZIE, 2008), retomo a proposta desta tese, que é estabelecer uma análise dos Objetos Implícitos do Português do Brasil, partindo das ocorrências na fala goiana, de modo a analisar sua motivação discursiva e as condições de "recuperação" desses objetos na interação comunicativa. Essa discussão será melhor desenvolvida nos capítulos 3, 4 e 5, a seguir.

CAPÍTULO 3

Aspectos Metodológicos

3.0. Introdução

O presente capítulo apresenta os princípios metodológicos que orientaram a constituição do *corpus*, a discussão dos dados, assim como uma breve contextualização sócio- histórica do Português Goiano e do Português do Brasil.

O objeto de estudo desta tese são os Objetos Implícitos de orações transitivas diretas do Português Goiano, oriundos do *corpus* de língua falada *O Português Goiano Contemporâneo Falado em Goiás.* Na pesquisa aqui apresentada, busca-se entender como os Objetos Implícitos se comportam na fala goiana, são produzidos e como é possível a recuperação de seu sentido por parte do interlocutor. Além das condições sintático-semânticas envolvidas na produção desse tipo de objeto, busca-se analisar as condições gramaticais que permitem a recuperação do sentido desses Objetos Implícitos por parte do interlocutor.

Para isso, apresento neste capítulo as bases metodológicas que orientaram a coleta, descrição e análise dos Objetos Implícitos no *corpus* em questão e, pretendo, posteriormente, discutir os resultados com base nos princípios funcionalistas já apresentados nos capítulos anteriores.

A delimitação das variáveis envolvidas na produção e recepção de Objetos Implícitos na fala goiana permitirá discutir a natureza e os usos da Transitividade verbal nessa língua, comparando seus usos com outros resultados obtidos pelos estudos já citados acerca de Objetos Implícitos em outras línguas naturais.

Todo o tratamento dos dados aqui analisados é amparado pela concepção de que a língua é um sistema dinâmico, em que os falantes interagem mediante o uso de uma língua natural, descrevendo e analisando o mundo externo, bem como o mundo criado pela linguagem.

3.1. Os estudos de descrição em língua falada no Brasil

Os estudos sobre língua falada no Brasil têm se desenvolvido muito a partir de 1970. Esse direcionamento dos estudos linguísticos motivou o desenvolvimento de muitos projetos de língua falada como o projeto de estudo da *Norma Urbana Culta*, entre outros. A publicação de diversas gramáticas, enfocando perspectivas teóricas diferentes, também desencadeou a preocupação com a natureza oral da língua portuguesa no Brasil.

Todos esses projetos de pesquisa e gramáticas compreendem que a língua falada é a primeira manifestação linguística a qual recorremos para nos comunicar. Sujeita a variações e a transformações, a língua falada é dinâmica, fluida e aberta a alterações, à polissemia entre tantas outras características que tornam a língua falada um objeto de estudo rico e complexo.

As pesquisas já empreendidas pelo Projeto *O Português Goiano Contemporâneo Falado* tem atestado a riqueza e multiplicidade de fenômenos singulares a essa variedade, mas também contribui para uma maior compreensão da gramática do Português do Brasil, como um todo. Nesse sentido, a presente pesquisa é amparada por essa base sociocultural e linguística que, historicamente, vem construindo o falar goiano e que me permite investigar o modo goiano de omitir objetos, de estruturar a gramática em função de suas necessidades comunicativas.

A descrição da língua falada exige a definição de critérios próprios que permitam perceber a língua em sua manifestação viva, em tempo real e composta de interrupções, vazios, sons esparsos que constituem o fluxo linguístico. Selecionar os sujeitos de pesquisa, as condições de coleta de dados, as variáveis que delimitarão o objeto de estudo são condições fundamentais para se descrever e analisar metodologicamente os conjuntos de dados ou *corpus* linguístico.

A ideia de *vazio* é importante para se entender o fenômeno dos objetos implícitos, pois implica um movimento duplo na gramática: o de autorização de uma estrutura esvaziada sintática e fonologicamente e o de replicação, ou seja, de restituição semântica desse elemento elíptico, possibilitando sua identificação e compreensão. Essa ideia permite pressupor a existência de traços na estrutura superficial que permitam a recuperação do sentido do elemento implícito.

A noção de *vazio* surge nas Ciências Exatas (Física, Matemática), como um postulado que, desde Isaac Newton (1642-1727), têm intrigado aos pesquisadores. Dentre as diversas abordagens do assunto, uma das mais discutidas é a de Albert Einstein (1879- 1955)

que, a partir da *Teoria da Relatividade*, afirmou a existência do *vácuo (vazio)*. Segundo Einstein, o espaço vazio consistia num espaço sem qualquer tipo de matéria. Com o avanço da Física Quântica, passou-se a compreender o espaço vazio não como uma estrutura rígida, mas como um estado constante de movimento e esse movimento pode originar a matéria... Assim, de acordo com a Física Quântica, o vazio não existe, o que há é uma flutuação de energia promovida pelas partículas de matéria. Em termos linguísticos, pode-se dizer que há um espraiamento da força pragmática e dos traços semânticos sobre todo o enunciado.

Mas o que essa incursão sobre matéria/espaço pode contribuir para o desenvolvimento desta tese?

Ora, se se pensar que as coisas do mundo, as abstrações que fazemos servem de analogia para outros sistemas e áreas do conhecimento, é possível afirmar que, provavelmente, essa discussão nas Ciências Exatas tenha influenciado o desenvolvimento das teorias linguísticas que se "ocupam" dos vazios gramaticais, dos objetos nulos/implícitos, o que torna fundamental discutir essas posições em relação ao funcionamento do sistema linguístico. Assim como na Física, o conceito de vazio também não é pacífico nas teorias linguísticas.

As Gramáticas do Português Falado, nesse âmbito, surgem da necessidade de se aprimorarem as condições de análise de língua falada, ampliando o que foi feito pelo Projeto NURC (Norma Urbana Culta do Brasil, 1970). Esse projeto nasceu sob a coordenação do professor Dr. Ataliba Teixeira de Castilho que, juntamente com outros linguistas renomados, empreenderam o projeto de se criar a primeira gramática do Português Falado, fato inédito até então.

Os grupos de trabalho estabelecidos recorrem ao *corpus* do NURC (Norma Urbana Culta) e passam a investigar outros fatos que ainda não foram devidamente identificados e são subdivididos em áreas da linguagem como Fonética e Fonologia, Morfologia, Sintaxe das Classes de Palavras, Sintaxe das Relações Gramaticais e Organização Textual-Discursiva. Desses grupos de trabalho se organizaram algumas gramáticas[27], nas quais linguistas brasileiros renomados apresentam as concepções teóricas acerca dos mais variados fenômenos linguísticos no Português do Brasil.

[27] Eis algumas das gramáticas sobre o Português Brasileiro:
PERINI, M. A. *Gramática do Português Brasileiro*. Parábola, São Paulo, 2010, 366 pp.
CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. Contexto, São Paulo, 2010, 768 pp.
NEVES, M.H. M. *Gramática de Usos do Português*. Unesp, São Paulo, 2000, 1037 pp.

Atualmente, os projetos de descrição e análise da língua falada no Brasil pretendem descrever não somente aspectos da gramática contemporânea, mas também correlacionar os fatos linguísticos encontrados na fala a aspectos de natureza sócio- histórica e cognitivos.

A *Gramática do Português Falado* constitui um dos grandes projetos empreendidos na contemporaneidade e adota o texto como unidade básica de ensino; a produção de discursos contextualizados; a noção de que os textos distribuem-se num contínuo de gêneros estáveis, com características próprias e organizados socialmente; evidenciando uma atenção para a língua em uso, dando atenção especial para a produção e a compreensão do texto escrito e oral. Além disso, torna-se necessária a explicitação da noção de linguagem adotada, com ênfase em aspectos sociais e históricos, assim como ressalta-se uma preocupação com respeito à variedade de usos da língua e da variação linguística (Cf. CAMACHO, 2010).

No âmbito desses projetos e de uma valorização da língua falada, surge o Projeto "O Português Goiano Contemporâneo Falado", cujo *corpus* é utilizado para a análise dos Objetos Implícitos na fala goiana e a partir do qual estabeleço considerações teóricas acerca desses objetos no Português do Brasil.

A seguir, busco contextualizar o Português Goiano Falado diante de sua história.

3.2. Formação sócio-histórica do Português Goiano

A expansão da língua portuguesa e sua constituição no Centro-Oeste brasileiro teve como pano de fundo a expansão das Entradas e Bandeiras, pois, até então, diante da presença de portugueses no Brasil, não havia uma presença sistemática de portugueses nas terras indígenas que ali existiam. Os bandeirantes, a partir do século XVI, já iniciaram o reconhecimento das terras do interior da Colônia e a exploração de suas riquezas e minérios. Essa exploração e tomada de território acabou por dizimar milhares de indígenas de diversas etnias, restando apenas algumas delas nos dias de hoje.

As Bandeiras tinham por objetivo ultrapassar a barreira da Serra do Mar que, no início da colonização portuguesa constituiu um obstáculo, juntamente com a resistência dos grupos indígenas que tinham suas terras e habitantes dizimados. Os indígenas remanescentes muitas vezes eram "colonizados" e passavam a integrar os grupos de bandeirantes como escravos. Algumas das Bandeiras tinham por objetivo ainda capturar indígenas para trabalho escravo, além de buscar por metais e pedras preciosas, assim como

os bandeirantes combatiam índios pela posse das terras.

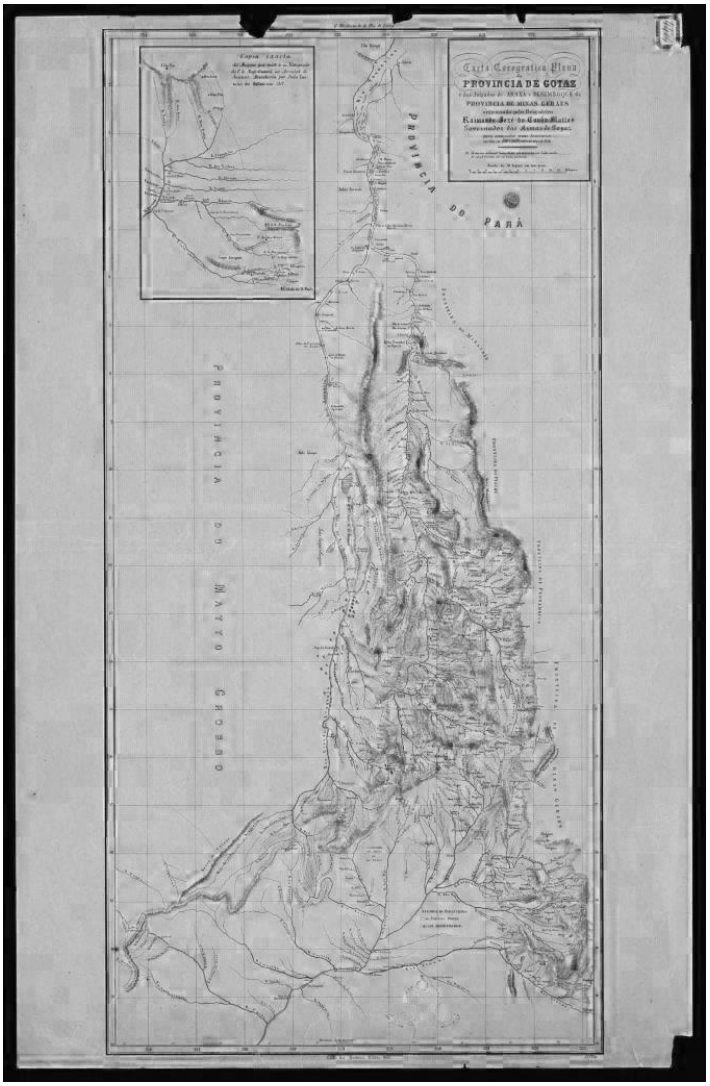
Figura 2. *Caminho da Estrada Real de Pitangui* – MG (2005)

Com o avanço das Bandeiras, Foi encontrado ouro no território de Vila Boa de Goiás, região que pertencia à Capitania de São Paulo e, somente a partir de 1749, constituiu-se como Capitania independente.

Segundo Teixeira Neto (2009, p.8), a rede de caminhos tinha por finalidade interligar os antigos arraiais do ouro, que tinham como principais pontos de convergência as cidades de Pirenópolis - GO, antiga Villa Boa de Goiás e Natividade - TO. Fez-se o caminho de tropas e boiadas.

A mineração em Goiás durou de 1750-1770, aproximadamente, e então a atividade mineira entrou em decadência. Somente em 1818, por decreto real, Vila Boa de Goiás tornou-se Cidade de Goiás, cuja economia passou a se concentrar na pecuária e agricultura.

A Cidade de Goiás tornou-se capital do Estado de Goiás em 1891, como se pode observar no mapa a seguir:



Mapa 1. Mapa Antigo da Província de Goiás (1848)

Décadas depois, por motivos políticos que norteavam o governo de Getúlio Vargas, em 1933, a capital goiana foi transferida da Cidade de Goiás para a Goiânia, fundada sob o governo estadual de Pedro Ludovico Teixeira, que imprimiu uma nova percepção do estado, a partir do layout moderno da nova capital. As palavras de Pedro Ludovico Teixeira sobre a nova capital foram:

> A cidade moderna é o repositório de todos os afetos do homem. Ali tem ele o seu lar, a sua família, os seus amigos, as reservas para a sua subsistência e os focos para a sua cultura. A cidade moderna educa e civiliza. É o fator mais valioso para reforçar a homogeneidade das pátrias." (SEGPLAN, 2012. Trecho do discurso de Pedro Ludovico no dia da fundação oficial de Goiânia)

Com o surgimento de rodovias atuais como a BR-153, a BR-060 e a BR-364, substituem-se os traçados antigos dos caminhos das bandeiras imperiais que ligavam, de maneira rudimentar, o interior de Goiás às cidades grandes como São Paulo. Goiás, na atualidade, torna-se um estado próspero e essas mudanças todas são refletidas na constituição sociolinguística de seu povo.

Dessa trajetória, permanecem as cidades históricas goianas, sendo que, recentemente, a cidade de Goiás foi tombada como Patrimônio Cultural e Histórico Mundial conforme a Unesco e da qual se origina parte dos inquéritos sobre o falar goiano.

A história e desenvolvimento do Português Goiano se desenvolveu a partir das Bandeiras, com o povoamento da região Centro-Oeste, que comportou um processo multidialetal de origem indígena, cuja influência se diluiu diante das dizimações étnicas. As bases de origem portuguesa e africana foram aos poucos se solidificando com a expansão do estado de Goiás, constituindo as bases para o desenvolvimento da fala goiana nos dias atuais.

O processo de consolidação desse dialeto goiano pode ser encontrado nos documentos históricos, na literatura regionalista, nas festas religiosas e nos trabalhos cada vez mais frequentes sobre a constituição da fala goiana.

Trata-se de um momento histórico diferenciado para o estado de Goiás assim como de seus habitantes, pois, do ponto de vista socioeconômico, sociolinguístico, o falar goiano tem sido objeto de estudos variados, sob variadas vertentes, o que tem contribuído substancialmente para a afirmação da identidade goiana na contemporaneidade.

Fazer referência à história de formação do estado de Goiás é fundamental para contextualizar a importância de se descrever a fala goiana. A fala é também história de um povo e sua identidade cultural e linguística vai se construindo em meio a todas as transformações políticas, de ampliação territorial e do domínio de outros habitantes do local, muitas vezes subjugados pelo poder do mais forte. Sob essas condições, a partir do contato com diversas comunidades de fala se constituiu o Português Goiano, representado por um dos seus variados aspectos gramaticais, como a omissão de objetos em verbos transitivos no Português Goiano Contemporâneo Falado.

A seguir, são apresentados os critérios de descrição e análise que orientam a presente pesquisa.

3.3. A constituição do *corpus* de análise

Os dados relativos aos Objetos Implícitos, utilizados nesta tese, são predominantemente dados de língua falada, especialmente porque se objetiva analisar as ocorrências de Objetos Implícitos em situações de espontaneidade linguística. Essa condição leva a uma maior variedade no uso dos recursos linguísticos, bem como à possibilidade de implicitação desses objetos, além de envolver também o processo de retomada dos referentes dos Objetos Implícitos pelos interlocutores.

A utilização do *corpus* do Português Contemporâneo Falado em Goiás torna-se uma importante base de comparação para os resultados já obtidos por outras pesquisas, sobre objetos implícitos no Português do Brasil, pois a fala goiana é uma variedade ainda pouco estudada e alguns trabalhos desenvolvidos (SILVA, 2012; BARROS, 2012) têm ressaltado a riqueza de fenômenos gramaticais nessa variante do PB, o que justifica sua escolha como material de análise.

Semelhantemente ao trabalho desenvolvido pelos pesquisadores do projeto NURC (Norma Urbana Culta), o projeto Fala Goiana busca descrever e analisar fenômenos gramaticais diversos na variedade goiana, porque a abordagem de novos dados pode atestar a pertinência das análises feitas para o Português do Brasil pode apontar novos caminhos para a análise linguística na atualidade.

A comparação dos dados obtidos, a partir da fala goiana, com os dados publicados nos diversos trabalhos sobre Objetos Implícitos poderá apontar direcionamentos teórico-metodológicos que amparem as análises feitas sobre tal fenômeno. A dinamicidade da língua falada permite uma aferição mais ampla do uso que os falantes fazem das categorias implícitas e, acima de tudo, a recorrência a dados de língua falada evidencia o a natureza da pesquisa funcionalista, baseada no uso linguístico e nas condições de interação dos falantes.

A constituição do *corpus Fala Goiana* envolve métodos e recursos sociolinguísticos, propostos por Labov (1972) e que, na medida do possível, se adequam à identificação dos contextos em que os Objetos Implícitos ocorrem, assim como suas respectivas posições nos sintagmas e em unidades menores ou unidades maiores de análise (*moves*, episódios etc.) podem ocorrer.

Ainda no que se refere à constituição da base de dados, classificaram-se as ocorrências, segundo critérios sintáticos, semântico-pragmáticos e discursivos que

permitissem: a) definir combinações de fatores estruturais indicadoras da implicitação de objeto, b) determinar a interrelação dos componentes sintático, semântico e pragmático na ocorrência desses objetos, c) analisar as relações de recuperação do sentido desse Objeto Implícito na situação de fala.

3.4. O *corpus* de língua falada em Goiás

O projeto *O português contemporâneo falado em Goiás (Fala Goiana)* é um projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos Funcionalistas – GEF - há mais de dez anos. O grupo se concentra na Faculdade de Letras da UFG, e é coordenado pela professora Dra. Vânia Cristina Casseb Galvão. O *Fala Goiana* constitui-se a partir de um conjunto de projetos que envolvem teoria e análise linguística, sob uma orientação funcionalista. Tem por objetivo investigar fenômenos inerentes ao português do Brasil, enfocando o português popular goiano contemporâneo na modalidade falada, tendo como princípio as variedades linguísticas visíveis na fala goiana e que possam indicar algumas facetas do português do Brasil.

O projeto *Português Contemporâneo Falado em Goiás* se propõe a documentar e analisar o português falado em Goiás, observando os fatores da constituição social e cultural das comunidades de fala envolvidas, relacionados com os fenômenos de mudança linguística. Assim, ele deverá compor um conjunto significativo de informações com vistas a caracterizar a variante do português falada no estado de Goiás sob a perspectiva da descrição e da análise funcionalista, a fim de apontar o estágio atual da língua falada nesta parte do território brasileiro, tendo como parâmetro o português do Brasil, em especial a variante culta.

Por meio de uma orientação funcionalista, especialmente amparada nos trabalhos da Gramática Funcional de Simon Dik (1989, 1997) e da Gramática Funcional do Discurso (GDF), de Hengenveld e Mackenzie (2005), o projeto baseia-se na concepção de que a língua é uma atividade por natureza interativa, e que as categorias linguísticas de caráter discursivo, sintático, semântico e lexical estão à disposição da produção de sentido que se manifesta na língua, a partir de uma atividade de cooperação múltipla dos falantes, e, é por isso, que a língua constitui um sistema dinâmico, inacabado, fluido, em constante processo de variação e mudança.

O projeto, portanto, se atenta para os processos de mudança linguística que se direcionam à gramática ou ao discurso, possibilitando investigações que promovam um

norteamento da variante goiana em diversos aspectos. Nesse sentido, a documentação e a análise do português falado em Goiás considera como relevantes a organização sociocultural das comunidades de fala envolvidas, considerando-se a constituição social e cultural das comunidades de fala envolvidas e organiza um banco de dados no qual as amostras da fala goiana são atualizadas para constituir um *corpus* significativo dessa variante. Como ponto de partida inicial, escolheu-se Goiânia e a Cidade de Goiás por representarem a atual e antiga capital do Estado de Goiás e por ser Goiânia a representação contemporânea que se faz da história de Goiás, assim como a Cidade de Goiás ou Goiás Velho representar as tradições e as condições que permitiram a consolidação do estado como se apresenta hoje.

As abordagens funcionalistas holandesa, americanas, representadas por Dik (1989, 1997), Givón (1984, 1990, 1992, 1995,) e Halliday (1985) buscam entender como os falantes de determinada comunidade linguística utilizam a língua de modo eficiente e, para isso, elegem a língua em uso que representa uma faceta da língua em tempo real, sem muita limitação de regras de como o falante deve se comportar, deixando-o mais à vontade para estruturar sua fala. Para a coleta e a transcrição dos dados do projeto *Fala Goiana* são utilizados postulados da Sociolinguística laboviana, especialmente, conforme Labov (1972) e Mollica e Braga (2004).

O *corpus* que sustenta esta pesquisa se configura a partir do uso dos falantes goianos, do perfil social dos sujeitos de pesquisa assim como dos inquéritos. Os princípios sociolinguísticos preveem que os dados de língua falada aparentemente constituem um 'caos' que a investigação linguística busca compreender e categorizar. Na verdade, esse 'caos' é representado pelo uso espontâneo da fala, sujeita a interferências do interlocutor, a lapsos e a estruturas incompletas porque ocorre no momento em que os falantes elaboram a linguagem em busca de uma interação mais fiel a seus propósitos comunicativos. As estruturas incompletas, as sobreposições de vozes são naturais à natureza dinâmica da fala e por isso constituem objeto de interesse investigativo.

3.5. A coleta e a transcrição dos dados

Os objetivos do projeto *Fala Goiana* partiram da investigação de dados que exibiam a língua em uso, como afirmado anteriormente. O aporte metodológico da sociolinguística laboviana ampara o modo como os dados são coletados em situações interativas estimuladas

pelos pesquisadores envolvidos no projeto.

Os sujeitos de pesquisa foram escolhidos aleatoriamente e se enquadraram no perfil definido pelo projeto, como se verifica a seguir.

a) Comunidades de fala

O sujeito deve pertencer à cidade de Goiânia ou à cidade de Goiás, tendo nascido em uma das duas cidades ou tenha vivido nela a partir de seus doze anos de idade. Essa idade foi estipulada como limite para que o falante apresente, em sua fala, características típicas do dialeto goiano. Devem apresentar escolaridade básica até 9 anos, constituindo um recorte epistemológico que permita averiguar as ocorrências populares da língua sem muitas interferências da escolaridade formal.

Para a escolha dessas duas comunidades foram considerados alguns fatores. Além do fato de serem duas capitais historicamente constituídas, a cidade de Goiânia concentra a maior comunidade de fala do estado, apresentando-se como uma cidade contemporânea, em pleno desenvolvimento e que tem recebido um número considerável de imigrantes. A cidade de Goiás, por sua vez, é mais antiga, conserva fortes valores culturais e exerceu influência na formação de muitas cidades do estado e, além disso, dialoga com suas tradições a partir de uma constituição também contemporânea, pois tem abrigado sobretudo eventos culturais como as atividades da Semana Santa e do Festival de Cinema e Vídeo Ambientais (FICA) que a tornam cenário de interesse histórico-cultural da atualidade.

b) *Os sujeitos de pesquisa*

Os sujeitos de pesquisa são homens e mulheres com escolaridade variando entre zero e nove anos, divididos em três faixas etárias: menos de trinta anos; de trinta a cinquenta e cinco anos e acima de cinquenta e cinco anos. São selecionados no mínimo quatro colaboradores de cada sexo e de cada uma das faixas etárias.

c) Os inquéritos

São constituídos por entrevistas com documentador ou *fala monitorada*, de maneira a conduzir os sujeitos a relatarem suas experiências vividas. Todos eles são informados

de que participarão de uma pesquisa a respeito das vivências dos habitants das respectivas cidades e que deverão se ater às histórias que envolvem sua vida nesses ambientes. Essa conversa é gravada e são sigilosas as identidades dos participantes da pesquisa, de modo que eles sentem-se à vontade para participar da investigação.

O diálogo é estimulado pelo pesquisador que procura interferir pouco no relato que se instala. Quando o pesquisador resolve interferir tem o objetivo de estimular o participante a desenvolver os temas cotidianos de sua vida, que vão desde seu nascimento, a fatos relevantes da vida do sujeito pesquisado. As gravações duram cerca de 60 minutos e são realizadas em locais mais adequados à condição do entrevistado, desde que esse ambiente seja livre de interrupções e ruídos.

A coleta e descrição dos inquéritos do Fala Goiana iniciaram-se no ano de 2005 e foram transcritos até o ano de 2011. Segue as normas de transcrição do NURC - Projeto da Norma Urbana Culta do Estado de São Paulo – (Cf. KOCH, 2003), que foi um dos projetos mais representativos das pesquisas em língua falada e estabeleceu critérios pensados para esse tipo de transcrição, marcando as inferências, pausas, prosódia, entre outros fatores naturais ao uso da língua e necessários para se proceder a uma análise de todo o sistema de fala.

3.6. Dados do *corpus O Português Contemporâneo Falado em Goiás*

A investigação sobre os Objetos Implícitos no Português Goiano selecionou 1210 orações transitivas diretas presentes no *corpus* Fala Goiana. Essas orações, seus verbos e objetos, foram descritos e analisados a partir de critérios sintático-semânticos e pragmático-discursivos, considerando-se princípios e categorias, conforme a teoria funcionalista (DIK, 1989, 1997; HENGEVELD e MACKENZIE, 2008) que se sustentam no pressuposto de que a língua é um sistema dinâmico, moldado pelo uso construído pelos falantes, com base em suas necessidades expressivas, comunicativas e interacionais, de modo a estruturar o discurso em função dessas necessidades. Foram selecionados parâmetros sintático-semântico e pragmáticos para a análise do fenômeno em questão.

A abordagem analítica dos Objetos Implícitos parte da consideração de que os fenômenos linguísticos são decorrentes de uma integração dos níveis linguísticos. Por isso, entende-se que a análise dos Objetos Implícitos deva ser realizada a partir de uma perspectiva que parta de fatores pragmático-discursivos que motivam a manifestação sintático-semântica das categorias gramaticais.

Para a análise dos Objetos Implícitos na fala goiana, entende-se a língua em uso

acionada por regras e princípios que organizam os níveis gramaticais, interdependentes, cuja interface ou fronteira permite alguns fenômenos como o dos Objetos Implícitos.

Os objetos verbais constituem o outro pólo da estrutura argumental oracional. A relação entre o verbo e seus argumentos, na estrutura argumental, manifesta-se mediante informações explícitas ou implícitas. Assim, a própria estrutura sintática das línguas prevê como possibilidade de uso a omissão dos argumentos oracionais. No entanto, o fluxo comunicativo prevê que informações sejam exibidas da maneira mais eficiente possível, pois são elas que mantém a interação em curso. Por isso, o apagamento de objeto ou de sujeito é tema recorrente nos estudos linguísticos porque exercem um fascínio sobre as teorias que se propõem a analisá-los, uma vez que são previstos pelo sistema gramatical, mas não são a regra vigente.

Na fala goiana, bem como no Português do Brasil como um todo, a análise da omissão de objetos ainda desperta interesse justamente por ser um fenômeno que envolve estratégias linguístico-cognitivas em seu uso. O fato de causarem um efeito inusitado na língua desperta o interesse por se entender as motivações de seu uso. Dessa maneira, o objeto de estudo desta tese incide sobre os Objetos Implícitos Definidos e Indefinidos de orações transitivas.

A noção de definitude e indefinitude, carregada pelos objetos verbais, diz respeito à carga de semântico-pragmática relacionada à interpretação que tais categorias fomentam. Os Objetos Implícitos definidos permitem uma *interpretação de natureza definida* atribuída a um objeto, realizado ou não sintaticamente, cuja referência é mais explicitamente reconhecível pelos falantes no contexto linguístico. Por outro lado, os Objetos Implícitos indefinidos permitem uma *interpretação de natureza indefinida* do objeto verbal, cuja referência pode ser inferida pelo falante, uma vez que essa referência é mais abstrata e não se encontra localizada no ambiente linguístico, ao menos no imediato.

Essa distinção é fundamental para entendermos as categorias que defino como identificadoras dos tipos de Objetos Implícitos nas línguas e se baseia nas discussões teóricas empreendidas por Allerton (1981), García Velasco e Portero Muñoz (2002).

As orações, a seguir, podem exemplificar como as referências definidas e indefinidas categorizam os Objetos Implícitos:

(19) a. Ju disse que a tv a cabo está fora do ar. Desse jeito, ninguém vai assinar ∅ mais

b. O excesso de cobrança de Lia desmotiva ∅

Em (19a), o objeto implícito de *assinar* tem uma referência definida, anafórica, imediatamente recuperável a partir do contexto linguístico anterior, enquanto em (19b), o Objeto Implícito do verbo *desmotivar* pode se referir a uma entidade indefinida, abstrata, diferente de *Lia*. O OI em *desmotivar* só pode se referir a um elemento indefinido, com traço humano como 'alguém'.

As ocorrências de *objetos definidos* e *indefinidos* constituem as duas classes semânticas gerais que norteiam a análise desses tipos de objetos no Português Goiano, bem como constituem um parâmetro de comparação do fenômeno de implicitação de objetos no Português do Brasil.

Outros critérios elencados foram a *posição do objeto na oração*, os *tipos de verbos* que favorecem as omissões, os *traços de animacidade e não animacidade*, além da possibilidade de *recuperação do sentido desses Objetos Implícitos no ambiente linguístico*, se *anafóricos* ou *catafóricos*.

Tomou-se como ponto de partida da análise as ocorrências transitivas das orações, conforme Hopper e Thompson, o que permitiu estabelecer os graus de Transitividade de tais ocorrências.

3.7. Critérios de análise

Os dados utilizados nesta pesquisa são oriundos do *corpus* do Português Goiano Contemporâneo Falado do qual foram selecionados 6 inquéritos correspondentes a falantes do sexo feminino e masculino, com escolaridade básica de até 9 anos. Foram contabilizadas **1210** ocorrências de orações transitivas com objetos realizados sintaticamente. Ainda foram encontradas **45** ocorrências de orações transitivas indiretas e **26** de orações bitransitivas, que não serão analisadas neste trabalho. O *corpus* total apresenta cerca de 20.000 palavras.

A análise dos dados, neste trabalho, foi dividida em duas partes, por motivos meramente metodológicos, a fim de se demonstrar a ocorrência do fenômeno de Objetos Implícitos nas camadas linguísticas, embora o uso seja efeito do funcionamento do sistema como um todo.

I – Parte da análise- Critérios sintático-semânticos

A delimitação do objeto de estudo partiu, primeiramente, do estabelecimento dos seguintes critérios:

- Ocorrência de orações transitivas diretas com Objeto Realizado sintaticamente e orações transitivas diretas com Objetos Implícitos;
- Localização dos referentes dos Objetos Implícitos no contexto linguístico;
- Tipos de orações selecionadas para análise: Orações Transitivas Diretas;
- Tipos semânticos verbais;
- Funções semânticas de Sujeito e Objeto;
- Tipos semânticos de Objetos Implícitos: Objetos Implícitos Definidos e Indefinidos;

II Parte da Análise - Critérios Pragmático-Discursivos

- As funções pragmáticas de tópico-foco
- *Status* informacional: informação nova e informação dada
- Plano discursivo: figura-fundo

Esses são os critérios elegidos para proceder à análise dos Objetos Implícitos no Português Goiano. Para efeito de delimitação da análise, foram escolhidos critérios de natureza sintático-semântica, assim como critérios pragmático-discursivos, uma vez que o enfoque da análise recai sobre as condições de formulação e recepção dos objetos nulos a partir da oração. A influência de processos morfofonológicos é também importantes para o entendimento do fenômeno de implicitação de objetos e estes serão acionados à medida que for necessário recorrer a eles.

O próximo capítulo se deterá na análise dos dados, a partir dos critérios estabelecidos.

CAPÍTULO 4

Objetos Implícitos na fala goiana

4.0.Introdução

Nesta primeira parte da análise, apresento uma descrição relativa aos dados encontrados no *corpus* "O Português Contemporâneo Falado em Goiás" a respeito das condições sintático-semânticas que amparam a ocorrência de Objetos Implícitos no Português Goiano. Procurei relacionar categorias sintáticas e semânticas a fim de verificar quais aspectos estruturais contribuem para a omissão de objeto, assim como que aspectos do significado das formas envolvidas (tipo de orações, papéis semânticos, tipos verbais, entre outros) corroboram e são significativos para a produção e recepção de Objetos Implícitos.

A descrição dos contextos de ocorrência dos Objetos Implícitos parte dos parâmetros de Transitividade, propostos por Hopper e Thompson (1980), que caracterizam os graus de Transitividade nas orações do Português Goiano. Em seguida, discuto algumas das ocorrências de Objetos Implícitos Definidos e Indefinidos encontrados no *corpus*, a partir de critérios estabelecidos por García Velasco e Portero Muñoz (2002).

A primeira parte da análise procurou delimitar no *corpus* as orações transitivas diretas que apresentam objetos verbais realizados sintaticamente assim como as que apresentam Objetos Implícitos, caracterizados semanticamente como definidos e indefinidos. Esses critérios podem contribuir para o entendimento acerca da recuperação de sentido dos Objetos Implícitos, considerando-se os contextos em que ocorrem. Objetiva-se analisar como os OI se comportam nos níveis Morfossintático e Representacional, de tal modo que seja possível identificar as condições estruturais desses níveis que permitam a omissão dos objetos verbais na estrutura argumental, oracional.

A segunda parte da análise, por sua vez, a ser apresentada no capítulo 5, propõe a investigação das condições pragmático-discursivas envolvidas na produção e recepção dos Objetos Implícitos, conforme a teoria da Gramática Funcional (DIK, 1989, 1997), na Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008), assim como em outros autores funcionalistas tais como Hopper e Thompson (1980, 2001) ; Givón (1993, 2001), Noailly (1997), García Velasco e Portero Muñoz (2002), Schwenter (2007), entre outros, cujos trabalhos orientam a presente análise e direcionam o tratamento dos Objetos

Implícitos a partir de uma perspectiva, na qual o uso determina as condições de funcionamento da língua.

Essa subdivisão metodológica não estabelece uma hierarquia em relação à ordem de importância dos níveis gramaticais nas ocorrências de Objetos Implícitos no PB. Ao contrário, compartilho da ideia de que a gramática das línguas exibe uma orientação *top down*, segundo a qual os fatos linguísticos são decorrentes de condições pragmáticas os desencadeiam. Assim, defendo que a interface dos níveis gramaticais propiciam a fluidez dos processos gramaticais nas línguas, inclusive promovem a incidência de Objetos Implícitos, por exemplo, nas variadas camadas linguísticas.

Essa perspectiva permite estabelecer a hipótese geral de que os Objetos Implícitos nas línguas naturais são meios eficazes de estabelecimento e recepção da informação na interação face-a-face. Constituem estratégias intencionais dos falantes que manipulam o conteúdo linguístico, a fim de garantir diversos efeitos de sentido pretendidos, tais como desviar o foco de atenção de algum conteúdo comunicado, tornar o discurso mais coeso, manipulando a quantidade e qualidade das informações apresentadas ao interlocutor.

No que se refere à interpretação desses elementos implícitos, o interlocutor ao reativar o conteúdo implicitado, recuperando não somente o conteúdo do objeto, mas pode inferir os propósitos que levam o locutor a omitir certas informações e não outras, podendo assim dar vida aos processos de argumentação, de acionamento da visão de mundo que ambos os falantes partilham na interação comunicativa.

Critérios como *status informacional do objeto (informação nova e dada)* e apresentação da informação no plano discursivo (*figura* e *fundo*) são fundamentais para se determiner, no turno conversacional, quais informações são relevantes ou não e, sobretudo, entender que o poder que o falante exerce sobre o que é dito interfere nas relações sociointeracionais, políticas e culturais. O homem, ao dominar uma dada informação, exerce poder sobre o outro, pois determina as condições do contrato comunicativo. Por outro lado, o homem que é capaz de prever os propósitos argumentativos de seu interlocutor torna-se apto a dialogar, a questionar, enfim, a exercer seu papel na interação.

Por fim, proponho um tratamento dos Objetos Implícitos, a partir de uma abordagem pragmático-discursiva da gramática, evidenciando fenômenos que incidem sobre níveis hierárquicos mais altos da gramática, como as relações anafóricas, que permitem a recuperação da informação omitida e a distribuição de turnos conversacionais, por exemplo.

Os falantes são igualmente ativos na interação. O que distingue seus papéis é o fato de ora se colocarem como locutores, ora como interlocutores. A ideia de que o interlocutor

é passivo diante da ação discursiva do locutor é equivocada. A interação é dialógica e partilhada. Assim, nos casos de omissão de informação, desde que seja permitido, o interlocutor se esforçará por recuperá-la porque isso o mantém ativo na interação.

No âmbito da Gramática Discursivo Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008), é possível propor que a análise dos Objetos Implícitos seja determinada, a partir dos propósitos comunicativos dos falantes, podendo delimitar, nos dados de fala, os níveis gramaticais envolvidos na produção e recepção dessas categorias, determinando os esquemas de predicados, as relações entre os argumentos, as relações interpessoais entre os falantes e como isso se manifesta no nível retórico, responsável pelas relações de expressão e defesa de pontos de vista (HENGEVELD E MACKENZIE, 2008; SOUZA, 2008).

Assim, a informação pragmática pode ser caracterizada por meio de três módulos que envolvem o *módulo pragmático*, responsável pela construção da realidade social que aciona todos os domínios essenciais para a interação; o *módulo da mensagem*, de caráter metalinguístico, envolve o conteúdo discursivo expresso e o *módulo gramatical*, responsável pela articulação dos esquemas de predicado.

A organização da gramática em níveis representa os meios pelos quais os termos, as construções assinalam configurações pragmáticas (relações interpessoais) e semânticas (do plano representacional) que se materializam em configurações morfossintáticas e fonológicas nas línguas. São esses processos de formulação e recepção do conteúdo de Objetos Implícitos que merecem ser analisados conforme o arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional.

4.1. Análise de dados: Parte I – Critérios Sintático-Semânticos

Para a análise quantitativa dos dados foram propostos alguns critérios que abarcassem as condições de acionamento dos Objetos Implícitos no Português Goiano falado. Como exposto anteriormente, o primeiro critério selecionado diz respeito aos traços de Transitividade que caracterizam a fala goiana.

4.1.1. **Critério 1:** Graus de Transitividade segundo os parâmetros de Hopper e Thompson (1980): ponto de partida da análise

As considerações, apresentadas a seguir, tem por objetivo descrever como a

análise dos Objetos Implícitos no Português Goiano foi desenvolvida. O ponto de partida da análise foi verificar como as orações Transitivas Diretas se comportavam em relação aos critérios propostos por Hopper e Thompson (1980), de forma a medir os graus de Transitividade envolvidos nos casos de omissão de objeto na fala goiana, ou seja, se os Objetos Implícitos tendem a aparecer em orações com baixa Transitividade. Apresento, a seguir, um resultado estatístico das orações analisadas quanto ao grau de Transitividade e exemplifico com orações de baixo e alto grau.

A aferição dos parâmetros de Transitividade às orações do *corpus* Fala Goiana, indica que, em geral, a Transitividade tende a ser de moderada a alta (valores entre 5-8), mesmo dentre as orações que possuem Objetos Implícitos. Traços como *individuação do objeto*, manifestação do *aspecto perfectivo* ou *imperfectivo* dos verbos, *afetamento* do *objeto* e *intencionalidade* do *sujeito* parecem ser, dentre os dez parâmetros propostos por Hopper e Thompson (1980), os que mais se destacam e delineiam as diferentes ocorrências transitivas no *corpus* analisado.

O trecho do *corpus*, a seguir, exemplifica como se manifestam os graus de Transitividade na fala goiana:

> (20) mas é igual eu falei mãe... mãe no dia que eu pegá meu diploma eu acho que eu vô chorá tanto... ((risos))... porque foi algo assim... tão difícil de **consegui** ∅ né... i ela fala i:: assim... por exemplo o meu... o meu netbook quem me deu foi minha madrinha... que ela falô assim... não você... luta muito... e você **precisa** ∅ ... (FG, I3, L, F,)

Na sequência, a atribuição dos parâmetros de transitividade:

Parâmetros	**Constituição dos parâmetros**	**Alta**	**Baixa**
1.Participantes	mais de um		1
2.cinese	Ação		1
3.Aspecto verbal	Perf./imperf.		1
4.Pontualidade verbal	Efeito do verbo sobre o objeto		1
5.Intencionalidade	Sujeito Volicional		1
6.Polaridade da ação	Afirm./Neg.	1	
7.Modalidade	*Realis/irrealis*		1
8. Agentividade do sujeito	+/- agente	1	
9. Afetamento do objeto	+/-paciente/objeto afetado		1
10.Individuação do objeto	+/- referencial		1
Grau de Transitividade		2	8

Quadro 11: Parâmetros de Transitividade (verbo *conseguir*)

O verbo *conseguir* expressa a realização de um desejo do falante em obter algo. Nessa oração, ao serem aplicados os dez parâmetros de Transitividade, evidencia-se uma Transitividade baixa (grau 8) e isso pode ser explicado pelo fato de o evento demonstrar uma modalidade *irrealis*, uma condição ainda não realizada daquilo que deseja o falante. Ao se tentar recuperar o referente do objeto verbal, encontra-se o termo 'diploma', exposto anteriormente no contexto discursivo, o que caracteriza o Objeto Implícito como definido e anafórico.

Embora os verbos transitivos indiretos não sejam objeto de estudo, nesta tese, o verbo *precisar* exemplifica como a transitividade se comporta na fala goiana. Em (20), *Precisar* é um verbo condicional, expressa uma situação ou circunstância momentânea do falante que, no caso em questão, foi satisfeita por meio da aquisição do *netbook*, como se pode ver no exemplo (21) e no quadro 12, a seguir.

(21) o meu <u>netbook</u> (REF)quem me deu foi minha madrinha... que ela falô assim... não você... luta muito... e você **precisa** ∅ ... (FG, I3, L, F)

Parâmetros	**Constituição dos parâmetros**	**Alta**	**Baixa**
1.Participantes	mais de um		1
2.cinese	Ação		1
3.Aspecto verbal	Perf./imperf.		1
4.Pontualidade verbal	Efeito do verbo sobre o objeto		1
5.Intencionalidade	Sujeito Volicional		1
6.Polaridade da ação	Afirm./Neg.	1	
7.Modalidade	*Realis/irrealis*		1
8. Agentividade do sujeito	+/- agente		1
9. Afetamento do objeto	+/-paciente/objeto afetado		1
10.Individuação do objeto	+/- referencial		1
Grau de Transitividade		2	9

Quadro 12: Parâmetros de Transitividade (verbo *precisar*)

No caso de *precisar*, a omissão do objeto enfatiza a necessidade de o participante ter um computador para seus estudos. A omissão do objeto, nesse sentido, enfoca a real necessidade de se ter um *netbook*. Como essa necessidade é constatada por outras pessoas e o computador é ofertado pela tia, o que está em jogo não é o fato de o falante receber o computador como presente, mas a condição que motivou a oferta do presente (*notebook*). O foco incide não sobre o objeto, mas sobre todo o acontecimento (*precisar* de *x*). E isso manifesta uma Transitividade muito baixa.

Os traços semânticos dos participantes da oração, assim como do verbo, são condições primeiras para desencadearem a variabilidade nos usos transitivos. E uma análise exaustiva desses traços nas línguas naturais provavelmente evidenciará uma multiplicidade de situações em que a Transitividade variará enormemente. Isso parece ser um fato em relação às orações na fala goiana e no Português do Brasil como um todo. Os quadros anteriores trouxeram alguns exemplos do comportamento dos parâmetros de Transitividade nos dados em análise e foi a partir da atribuição desses parâmetros que se pôde verificar que, na fala goiana, a Transitividade tende a ser alta, como atestam os dados apresentados.

Segundo Dik (1989), os estados de coisas podem ser representados por Ações, Processos, Posição e Estado que envolvem respectivamente os traços [± dinâmico, ± controle, ±télico]. Esses traços dizem respeito à semântica interna da predicação que se estabelece a partir da combinação desses parâmetros. Assim, a constituição da Transitividade de uma oração está sujeita à combinação dos traços semânticos como dinamicidade, controle, por exemplo, que determinam a ocorrência ou não de um tipo de estado de coisas semelhante ao

esquema proposto por Dik (1989), em relação aos estados de coisas. As relações combinatórias possíveis podem ser observadas na Figura 3, a seguir.

Tipologia do Estado de Coisas

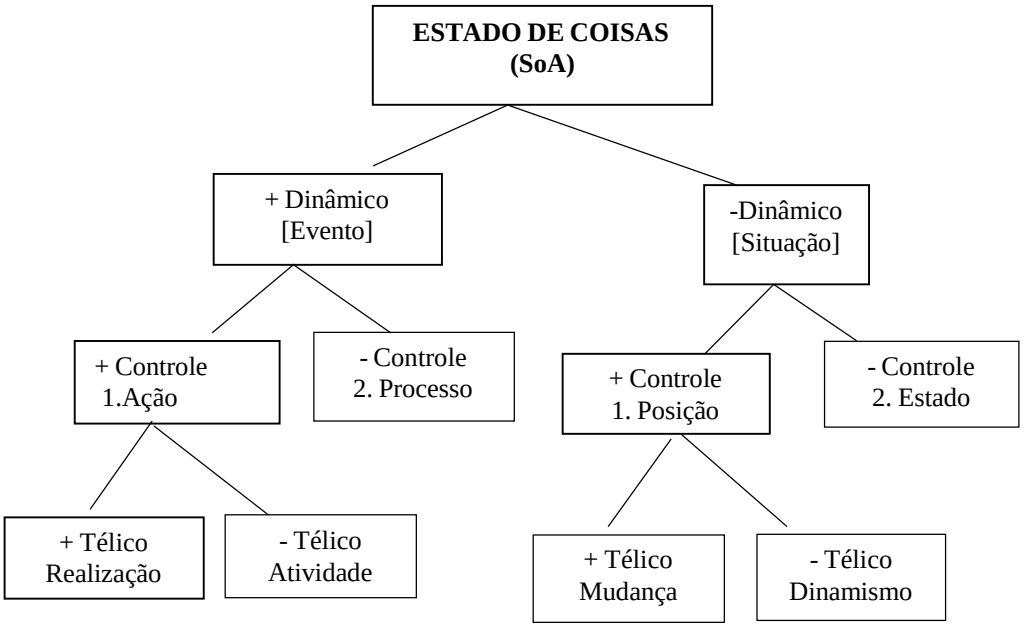


Figura 3 - Tipologia de Estado de Coisas (SoA – DIK, 1989)

Os traços semânticos são fundamentais para se entender a Transitividade como uma força propulsora e gerenciadora dos elementos oracionais, manifestada por meio das relações combinatórias desses traços semânticos que ora se concentram no verbo e no evento, ora são transferidos ao sujeito à oração, afetando-os de maneira parcial ou completa.

É importante entender que a distribuição dos parâmetros de Transitividade nesses dados varia relativamente e tende a identificar **valores transitivos médios** – 5 a 7 pontos – e **valores transitivos altos** – de 8 a 10, embora os casos de baixa Transitividade ocorram, como demonstra a Tabela 3:

Graus de Transitividade em verbos com objetos definidos e indefinidos

VERBOS	Part. 1, 2 (-/+)	Cinese +/- Ação	Aspct. +/- Perfect	Pont. +/- Durat.	Polar. +/- Posit.	Modal. +/- Real	Afetam do Obj. +/- Afet.	Agentividade do Suj. +/- Agente	Natureza do Suj. +/- Intencional	Individuação do Obj. +/- Refer.	Graus de Transitividade		
											Alta.	Media	Baixa
Objetos definidos													
Devolver	-	+	+	-	+	-	+	-	-	+			3
Alisar	-	+	+	-	+	+	+	+	+	+	8		
Injeitar	-	+	-	+	+	-	+	+	+	+		7	
Abalar	-	-	-	-	-	+	+	+	-	+			4
Atender/abrir	-	+	-	-	+	-	+	-	-	+			4
Aposentar	-	+	+	-	+	+	+	+	+	+	8		
Achar/encontrar	-	-	+	-	+	+	-	-	+	+		5	
Escolher	-	+	-	-	+	+	+	+	+	+		7	
Querer	-	-	-	-	+	+	-	-	-	+			3
Estranhar	-	-	-	-	+	+	+	-	-	+			4
Tratar/curar	-	+	-	-	+	+	+	+	+	+		6	
Carrear	-	+	-	+	+	+	+	+	+	+	8		
Desarriar	-	+	-	+	+	+	+	+	+	+	8		
Escrever	-	+	+	+	+	+	+	+	+	+	9		
Aguentar	-	-	-	+	+	-	+	-	-	+			4
Garrar receber/ passar a receber	-	-	-	+	+	+	+	-	-	+		5	
Plantar	-	+	-	+	+	+	+	+	+	+	8		
Objetos Indefinidos													
Saber	-	-	+	+	+	+	-	-	-	+		5	
Fazer	-	+	+	+	-	+	+	+	+	+	8		
Querer aprender	-	-	-	-	+	-	+	+	+	+		7	
Surpreender	-	-	-	-	+	-	-	-	-	+			2
Falar	-	+	-	-	-	+	-	+	+	+		5	
Beber	-		+	+	-	+	+	+	+	+	8		
Incentivar	-	+	-	+	+	+	+	+	+	+	8		
Conciliar (algo)	-	-	-	-	+	-	-	-	-	+			2
Criar	-	+	-	+	+	+	+	+	+	+	8		
Aceitar	-	-	+	+	+	+	+	-	-	+		6	

Tabela 3 – *Graus de Transitividade em verbos com Objetos Definidos e Indefinidos* (*Corpus O Português Contemporâneo Falado em Goiás – 2005-2011)*

Os números estabelecidos no intervalo de 0 a 4 representam ocorrências verbais de baixa Transitividade. Os números cujo intervalo varia de 5-7 correspondem à Transitividade média, enquanto os valores entre 8-10 representam Transitividade alta. Os verbos representados na Tabela 3 são apenas um demonstrativo do comportamento transitivo das

orações na fala goiana, como se pode observar nos exemplos de (22 a 24):

> (22) […] nessa fase dos dezessete anos no Santa Helena... que que se lembra de bom... o que que se fazia nessa época...? Inf. ah::... eu comecei a *conhecer* tipo assim... *os namoradim*...
>
> (23) […[Doc. você *conheceu ele* onde?
> Inf. *Conheci* ∅ na igreja... na igreja... foi na igreja de C ... foi na igreja de C... foi meu primeiro namorado...
>
> (24) Doc. então pelo jeito foi a maior emoção que você já teve na sua vida no dia do nascimento da sua filha?
> Inf. ah isso ai foi memu viu ((risos)) é uma <u>emoção</u> das mais maravilhosa que a gente tem... isso ai é uma coisa boa demais da conta num tem nem como *explicá* ∅

Como se pode perceber, os exemplos apresentados demonstram o modo como a transitividade se mostra variada nos dados, envolvendo expressões de mais transitivas, com ocorrência de OD explícito e ocorrências de Objetos Implícitos, como em (23) e (24).

Para efeitos de delimitação metodológica, contabilizou-se apenas uma ocorrência relativa a cada verbo, cujos objetos apresentam natureza definida e indefinida. A restrição do número de verbos utilizados para a determinação dos graus de Transitividade se deve ao fato de que alguns verbos apresentam várias ocorrências com significado aproximado. Por exemplo, houve diversas ocorrências do verbo *comprar*. Tomei como parâmetro as ocorrências mais representativas, como amostra daquele verbo, a fim de medir o grau de Transitividade exposto na Tabela 3. A Tabela 4 e o Gráfico 1, a seguir, demonstram o intercruzamento relativo ao grau de Transitividade e as ocorrências de Objetos Implícitos definidos e indefinidos:

Graus de Transitividade e as ocorrências de Objetos Implícitos Definidos e Indefinidos

GRAUS DE TRANSITIVIDADE NÚMERO DE VERBOS NO *CORPUS* FALA	**VALOR %**					
	Transitividade Alta		**Transitividade Média**		**Transitividade Baixa**	
Verbos com Objeto Implícito Definido	**42**	**34,7%**	**35**	**28,9%**	**8**	**6,6%**
Verbos com Objeto Implícito Indefinido	**10**	**8,3%**	**17**	**14%**	**8**	**6,6%**
Total de Orações em Relação ao Grau de Transitividade	**121**				**100%**	

Tabela 4- *Graus de Transitividade e as ocorrências de Objetos Implícitos Definidos e Indefinidos*

Foram encontradas 121 ocorrências de orações transitivas diretas com Objeto Implícito. Dessas 121 ocorrências gerais, 42 (34,7%) apresentam Objetos Implícitos Definidos que lideram os casos de **alta transitividade,** e apenas 10 (8,3%) ocorreram com Objetos Implícitos Indefinidos. Em relação aos valores de **média transitividade,** os Objetos Definidos representam (28,9%) e em relação aos valores de **baixa transitividade**, já os valores relativos aos índices de Objetos Definidos e Indefinidos representam o mesmo índice (6%).

Vejamos como esses índices se comportam no gráfico abaixo.

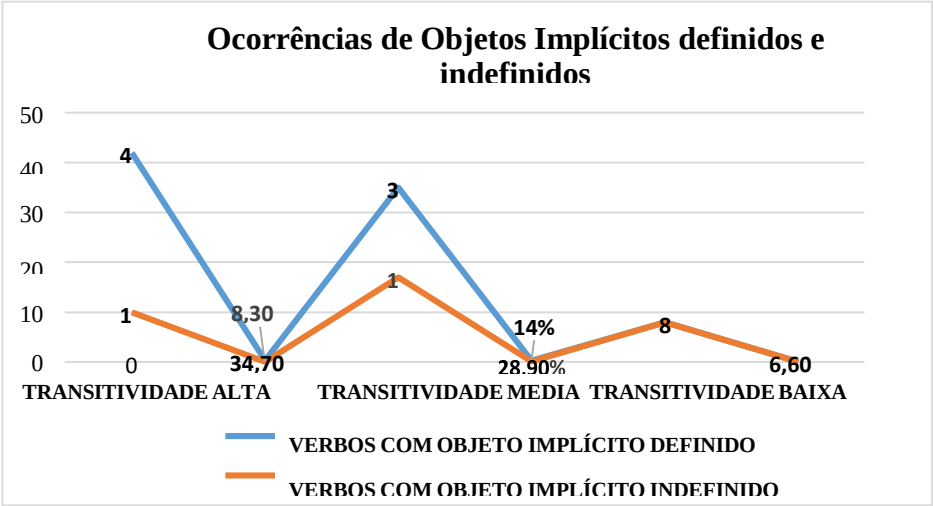


Gráfico 1 - *Objetos Implícitos definidos e indefinidos*

A Tabela 4 e o Gráfico 1 representam os graus de Transitividade no Português Goiano, em relação às ocorrências verbais e seus complementos de natureza definida e indefinida. As linhas alaranjadas mostram a oscilação entre Transitividade média e baixa, com índices entre 28,9% para Objetos Definidos e 14% para Objetos Indefinidos.

O índice geral de ocorrência dos Objetos Implícitos no *corpus* fica restrito a casos de Transitividade alta e média, em relação ao **Grupo de Objetos Implícitos Definidos**. O **grupo de Objetos Implícitos Indefinidos** expressa graus de Transitividade de médio a baixo. A concentração de Objetos Implícitos de natureza definida pode ser explicada pelo fato de os **Objetos Implícitos Definidos** apresentarem uma referência anafórica, contextual, o que permite mais facilmente ao interlocutor recuperar o estatuto referencial do objeto no contexto discursivo, como se pode observar a seguir.

> (25) Doc. E <u>lenha</u> **(REF)** vocês buscam também ô não?
> Inf. Não... sempre compra né? agora assim quando tem um… as pessoa que co… que mexe com construção… aí dá os… as madera né? aí a gente pega… mais sempre compra ∅ de carrocero… tem os carrocero que **vendi** ∅ né? que junta a lenha pra **vendê** ∅ … é difícil que… ficá berano aquele forno ali queimano… (FG, INQ 1, F)

No exemplo (25), o referente '*lenha'* está presente no contexto linguístico imediato,

o que permite uma interpretação anafórica para o Objeto Implícito de *vender*.

No caso dos **Objetos Implícitos Indefinidos**, como em (26), a seguir, é descrita uma situação discursiva mais abstrata, cuja referência é bastante tênue, mas possivelmente recuperável pelo contexto de compra e venda de artigos. Esse referente, ao qual o Objeto Implícito indefinido se liga, é bastante genérico, envolve entidades realmente fluidas semanticamente, como pronomes indefinidos 'tudo', 'algo' e 'alguém' e, quando se remetem ao pronome indefinido 'isso', tendem a retomar uma ideia apresentada anteriormente no discurso, mas que também foi diluída, de modo a ser recuperada por meio de uma inferência do interlocutor.

> (26) Inf. A cidade em Goiás deferençô muito… qui… eu sô do tempo que… gente… tudo (**Ref.**) que gente **queria vendê** ∅… tinha que **trazê** ∅ aí no mercado… (**INQ. 7, JC, M**)

As interpretações indefinidas de um objeto surgem do esmaecimento dos traços lexicais do complemento verbal. O interlocutor, na cena enunciativa, ao se deparar com tal situação, busca interpretar o conteúdo presente ou ausente na casa argumental vazia. Essa situação envolve uma avaliação sobre o que é vendido, uma vez que quem vende, vende algo. Essa interpretação indefinida, embora contextualizada num ambiente linguístico, leva o interlocutor a buscar preencher a casa argumental vazia, procurando seu referente no próprio discurso. Em alguns casos, a referência se perde completamente, em outros apenas parcialmente, pois em muitos casos a manutenção do tema discutido leva o interlocutor a pressupor o assunto e, consequentemente, a recuperar o sentido do objeto apagado.

Na interação face a face, os planos de *figura* e *fundo* alternam-se na estrutura discursiva e podem se localizar nos diferentes níveis gramaticais. No caso da implicitação de Objeto Indefinido, o vazio (∅) permite a interpretação imprecisa, manifestada morfossintaticamente através dos traços de [**3ª pessoa, + genérico, + indefinido**]. No entanto, a busca pelo contexto discursive, que envolve a produção dessa implicitação, pode-se perceber uma correlação semântica e discursiva com o tema tratado. Esses encadeamentos referenciais, em níveis distintos da gramática, demonstram que a construção da referência é fundamental para a manutenção do tópico discursivo e mesmo em ambientes de imprecisão linguística, o falante se esforça cognitivamente para se manter ativo na interação.

A amostra (27), retirado do *corpus* Fala Goiana, apresenta outro exemplo de Objeto Implícito Indefinido:

(27) Inf. Di lá meu pai… mudô pra Mossamedes pra pô nóis na escola… mais eu tava com seis anos… i::: era o mais novo da famia… osotro **aprendeu aprendeu [**∅,**OD Ind, +gen. , result.,+ disc.**]] mais… eu quase _num aprendi nada (**Ref.**)… (**INQ. 7, JC, M)**

As ocorrências do verbo *aprender* surgem, primeiramente, com a omissão do objeto que pode ser relacionado ao fato de que *aprender* pressupõe adquirir cognitivamente um conhecimento *x*. Nesse caso, o ato de aprender revela uma referência genérica relativa ao 'saber que se aprende na escola'. A repetição de *aprender* ressalta a condição de sucesso por parte de seus irmãos e, na sequência discursiva, o verbo *aprender* já surge com um objeto expresso sintaticamente, novamente exibindo uma referência genérica, marcada pelo pronome indefinido 'nada'. Pode-se dizer então que essa referência genérica, indefinida, é atribuída, num primeiro momento da fala, para indicar uma avaliação do locutor em relação à sua aprendizagem escolar que não foi promissora em comparação a seus familiares. A serialização do verbo *aprender* enfoca o processo de aprendizagem, não o conteúdo.

Os traços de indefinitude, marcados morfossintaticamente, podem sugerir uma intransitivização do verbo *aprender*. Já na segunda manifestação do verbo *aprender* este surge com o objeto direto explícito. O objeto também carrega traços de indefinitude, mais do que isso, o pronome indefinido 'nada' tende a reforçar a ideia de fracasso escolar do locutor.

Os parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980) foram fundamentais para direcionar a análise dos Objetos Implícitos do Português Goiano Falado porque estabelecem os princípios que envolvem a oração em termos de Transitividade e assim permitem evidenciar o funcionamento dos objetos verbais. Por esse motivo, é que tomei os parâmetros de Transitividade para verificar como as orações do Português Goiano se comportariam.

Considerando essa discussão, a respeito da pertinência dos parâmetros de Hopper e Thompson (1980) para a manifestação da Transitividade na fala goiana, é possível aventar algumas das condições que favorecem os Objetos Implícitos:

1) A variabilidade na distribuição dos parâmetros de Transitividade, assim como no surgimento de Objetos Implícitos, revela a motivação pragmática de necessidades comunicativas dos falantes a respeito da configuração sintática das orações;

2) Os verbos ou orações não podem ser classificados categoricamente como transitivos ou intransitivos. Há uma gradação que envolve os usos transitivos, permitindo que ora estejam num pólo do *continuum*, ora estejam no outro, como já apontado por Hopper e Thompson.

3) Há alguns parâmetros que se destacam em relação aos diferentes graus de Transitividade, como já apontado por alguns autores (GARCÍA VELASCO E PORTERO MUÑOZ (2002); FURTADO DA CUNHA, 2003). Parâmetros como *individuação* e *afetamento do objeto,* assim como o aspecto télico ou atélico do verbo que atuam diretamente nos casos em que não se dá uma transferência de ação propriamente dita sobre o objeto.

Quando a Transitividade deixa de ser alta e o verbo vai se distanciando no *continuum*, os verbos de ação vão neutralizando seus traços agentivos e assumem formas mais abstratas, metafóricas. É como se o processo de Transitividade deixasse de ser visto como uma representação externa de um eventoao falante e se tornasse um processo interno ao falante, à medida que a Transitividade torna- se mais baixa. A localização dos verbos no *continuum* [**± transitivo]** pode evidenciar alteração semântica, alteração configuracional da oração como ordem dos constituintes ou ambos os processos, além de tantos outros como desbotamento semântico, gramaticalização etc.

Os contínuos apresentados, a seguir, buscam exemplificar como a gradação entre traços semânticos verbais estão envolvidos, que caracterizam situações mais concretas e externas ao indivíduo, até situações completamente internas ou mentais dos falantes:

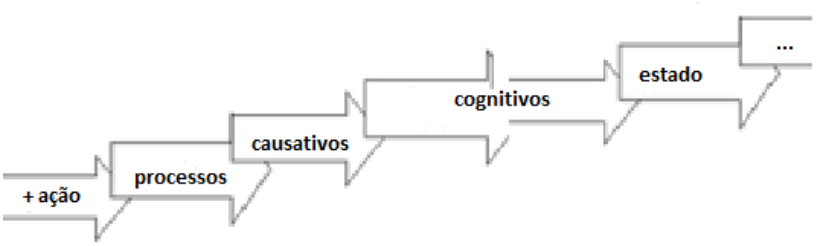


Figura 4. *Continuum* relativo à polaridade da ação

É importante ressaltar que, do ponto de vista morfossintático, o *continuum* pode evidenciar desde formas verbais [+ concretas], verbos de ação, até[– concretas], partindo inclusive para formas que evidenciam uma mudança categorial, resultando de processos de gramaticalização. Assim, uma forma pode perder seus traços plenos como o verbo *ir* em Ana foi à festa de formatura, na qual *ir* indica um movimento, passando pela perda desses traços plenos e se torna auxiliar em Ana vai se sentir constrangida com a homenagem.

A seguir, um outro *continuum* relativo ao modo como os processos linguísticos incidem sobre o mundo físico e cognitivo:

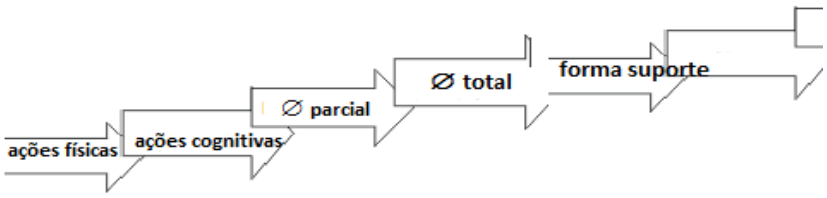


Figura 5. *Continuum* relativo às ações no mundo físico e mental

Observando-se esses contínuos, constata-se que a direcionalidade dos processos linguístico-cognitivos parte de formas mais concretas a mais genéricas, sendo esvaziadas ou adquirindo novas configurações sintático-semânticas: [+ concretas > + abstratas, + genéricas > ∅].

A alteração configuracional sintática e semântica das formas verbais determina a gradiência transitiva das orações, partindo de uma forma mais prototípica para uma menos prototípica, como se observa em orações do tipo de "*André comeu toda a sobremesa",* na qual ocorre a transferência da ação sobre o objeto, que deixa de existir no mundo, ou em casos como "*A janela abriu",* que evidencia uma incidência da força transitiva na relação entre V-

objeto, mais particularmente sobre o objeto que passa a ocupar a posição de primeiro argumento, estabelecendo uma estrutura ergativa[28].

Em termos funcionalistas, o fato de o objeto verbal ocupar a posição de sujeito em estruturas ergativizadas é motivada por fatores pragmáticos, como a intenção comunicativa, que alteram a configuração oracional, a Transitividade sintática e semântica dos componentes oracionais. Aparentemente, a estrutura verbal, ao ser intransitivizada, desloca o objeto e focaliza o SN 2 – *a janela.* Trata-se de um caso em que a força transitiva incide sobre V-obj., estabelecendo uma inversão na ordem de apresentação dos argumentos.

Casos como esse exemplificam como os parâmetros sintático-semânticos, propostos por Hopper e Thompson (2001), podem contribuir para uma abordagem discursivo-pragmática da Transitividade. Isso se verifica em outro parâmetro proposto por esses autores como o de *intencionalidade do sujeito*, que apresenta a interferência direta das condições pragmáticas, interacionais sobre o delineamento [±] transitivo das orações.

A ideia de *continuum* defendida por Hopper e Thompson (1980) explica a diversidade dos usos transitivos, esclarece os casos de opcionalidade na gramática das línguas, ou seja, propõe a inclusão do nível pragmático, interpessoal, nos estudos gramaticais.

Os casos de transitivização/intransitivização verbais são resultado dos arranjos de parâmetros e traços sintático-semânticos e pragmáticos envolvidos de modo que cada construção transitiva resulta num produto do uso que os falantes fazem da língua. Observar cada construção como singular permite ter uma compreensão ampla do uso linguístico e como este afeta a organização gramatical.

4.1.2. Critério 2: Tipos de orações encontradas no *corpus*

O conteúdo dos inquéritos retirados do *corpus* utilizado está repleto de marcas orais, culturais do povo goiano e representa de maneira significativa os aspectos sociolinguísticos e culturais que caracterizam o modo de vida do goiano.

A seleção de dados para esta pesquisa reside num total de **1281** orações, incluindo orações Transitivas Diretas, Transitivas Indiretas (**45** ocorrências) e Bitransitivas (apenas **26**

[28] *Ergativização* – segundo Cançado (2000: p. 3), a ergativização é uma propriedade de verbos transitivos diretos em que o sujeito é omitido, deixando aberta a posição que normalmente ocupa. Ao fazer isso, carrega consigo o argumento interno (A2) que passa a ocupar a posição de sujeito.

ocorrências), das quais foram extraídas **1210** ocorrências de orações Transitivas Diretas, objeto de estudo deste trabalho. Desse montante de **1210** orações, **883** apresentam *Objetos sintaticamente realizados*, enquanto **327** orações apresentaram *Objetos Implícitos*. O *corpus* total apresenta cerca de 20.000 palavras.

Essa primeira triagem foi realizada contabilizando-se os casos de presença x ausência de objetos, bem como a seleção incidiu apenas sobre as orações transitivas diretas, observando-se os casos de transitivas indiretas e bitransitivas, como se pode perceber na Tabela 5.

Tipos de orações encontrados no *corpus*

Orações	**Ocorrências**	**%**
Número de orações transitivas no *corpus*	1210	94,4%
Transitivas diretas com Objeto realizado sintaticamente	883	68,9 %
Transitivas diretas com Objeto Implícito	327	27, 024%
Transitivas indiretas	45	3,5%
Bitransitivas	26	2%
Número Total de orações	**1281**	**100%**

Tabela 5 –*Tipos de orações encontradas no corpus*

O Gráfico 2 ilustra o modo como se distribuem as orações transitivas e bitransitivas no *corpus*:

Distribuição de tipos de orações no *corpus* Fala Goiana

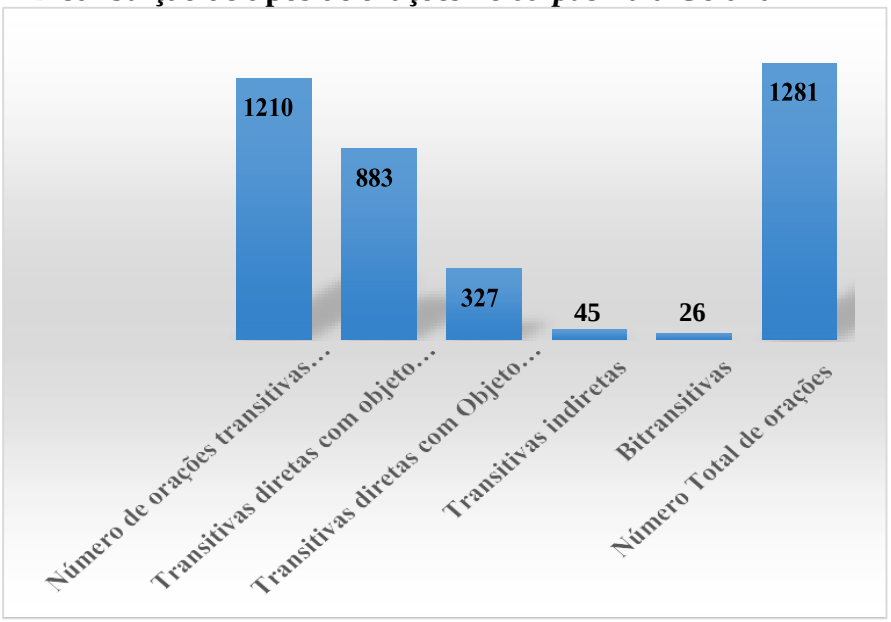


Gráfico 2 – Distribuição de tipos de orações no *corpus* Fala Goiana

A análise dos dados focalizou especialmente as orações transitivas diretas que têm o objeto suprimido. Os dados relativos aos outros tipos de realização argumental como os que ocorrem em transitivas indiretas e bitransitivas foram consideradas variáveis indiretamente relacionadas aos Objetos Implícitos, pois o escopo da análise se centra nos casos em que a transferência da ação ou do processo verbal incide diretamente sobre o SN2 (objeto), que, por sua vez, representa o maior número de ocorrências no *corpus*.

Os casos de objetos indiretos, assim como dos de duplo objeto ou bitransitivos, apresentam questões relativas ao apagamento de complementos preposicionados que envolvem uma discussão acerca do que é de fato argumento ou o que é satélite no Português do Brasil. Além disso, envolvem discussões acerca da atribuição de Caso (dativo>acusativo)[29], mudança de diátese (como em casos ergativização: *O prego furou o pneu/O pneu furou*), o que implicaria um estudo aprofundado dessas ocorrências no *corpus* utilizado.

4.1.3. Critério 3: Orações transitivas diretas

Em todos os seis inquéritos analisados, foram encontradas (**883**) orações

[29] Para uma discussão mais detalhada ver Scher (1996) e Salles (2003).

Transitivas Diretas com objeto direto realizado sintaticamente, as orações que admitem Objeto Implícito foram agrupadas e formam (**327**) ocorrências. A Tabela 6 informa esses resultados:

Orações Transitivas Diretas: Objeto Direto realizado sintaticamente x Objeto Direto Implícito

Orações	**Ocorrências**	**%**
Transitivas diretas com OD sintaticamente realizado	883	72,09 %
Transitiva com omissão de SN2	327	27, 02%
Total de orações transitivas	1210	100 %

Tabela 6 – *Orações Transitivas Diretas*: *OD realizado sintaticamente x Objeto Direto Implícito*

Com base nos dados relativos aos Objetos Implícitos, estabeleceu-se dois grupos: 1) Objetos Diretos Sintaticamente Realizados e 2) Objetos Implícitos, conforme Gráfico 3:

Ocorrências de OD realizado e OD implícito

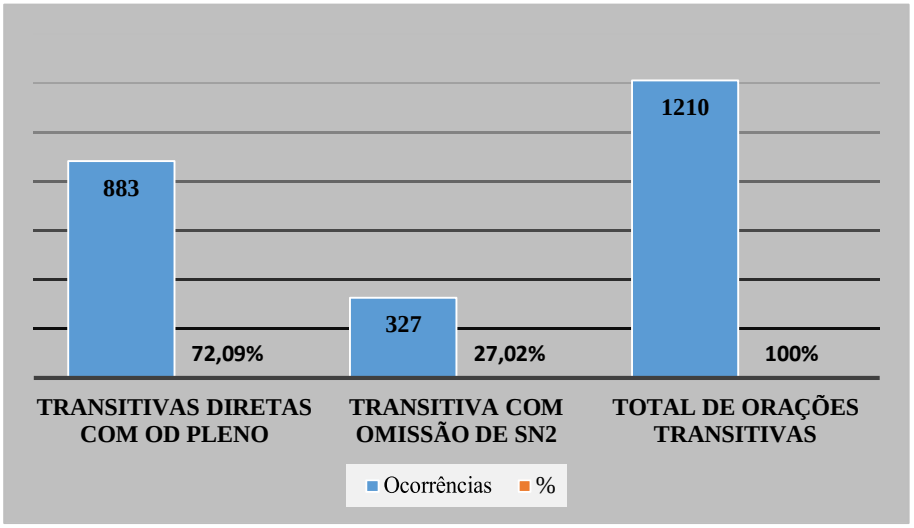


Gráfico 3 – Ocorrências de OD realizado e OD implícito

As orações com OD sintaticamente realizados correspondem a **72**% das orações do *corpus*, um número significativo de realização de SN2, enquanto **27**% das orações têm OD

implícitos. Embora, os dados relativos a Objetos Implícitos sejam inferiores a **50**%, o que já era esperado, ainda assim constituem dados importantes para se refletir acerca dos motivos do falante em suprimir uma informação e, ao mesmo tempo, o interlocutor ser capaz de interpretar tal informação.

Outros fatores considerados importantes para a delimitação dos Objetos Implícitos dizem respeito aos *tipos de verbos* e *tipos de papéis semânticos* de Sujeito e Objeto, uma vez que os traços semânticos dessas categorias contribuem para a constituição da Transitividade oracional. Após a identificação dos tipos de orações que licenciam a implicitação de objetos, elencou-se os tipos semânticos de verbos que envolvem tal fenômeno. O quadro 13 abaixo exemplifica algumas das ocorrências encontradas no Fala Goiana:

Tipos Semânticos de Verbos – Fala Goiana

Tipos verbais	**Exemplos**
Ação	Matar, bater, quebrar, derreter,
Resultativos	Construir, criar, fazer
Processo	Dançar, cantar, falar, olhar, ler, cuidar, carregar,
Cognitivos	Saber, pensar, entender, aprender, esquecer
Sensação	Ver, ouvir, sentir, observar, perceber
Psicológicos	Sentir, gostar, amar, odiar
Elocução	Falar, dizer, contar, comentar, chamar, discutir

Quadro 13 – Tipos Semânticos Verbais (FILETTI, 2014)

A natureza semântica dos verbos tem se mostrado importante para determinar as atribuições das funções sintáticas nas orações. A organização da informação pode ser disposta de maneiras diferentes ao esboçar intenções específicas dos falantes. Assim, um verbo numa dada construção pode carregar traços de alto grau de atividade, enquanto outros ressaltam traços mais estativos, atributivos. Dessa maneira, os traços semânticos inerentes aos verbos interferem nos tipos de argumentos selecionados por esse predicador. Nesse sentido, os verbos de ação referem-se a um evento que ocorre no mundo e, por sua vez, interferem na estrutura original da entidade afetada e envolvida por essa ação. Os verbos resultativos estão relacionados a ações que incidem sobre uma entidade, transformando-a completamente, o que resulta numa nova entidade. E os verbos processuais envolvem eventos ou sucessão

de eventos que afetam um sujeito paciente, experimentador ou beneficiário, exibindo um traço [+ din.].

Os verbos cognitivos, por sua vez, representam operações mentais relativas a capacidades de avaliação, síntese, análise, conhecimento, compreensão e aplicação das habilidades mentais a situações ou fatos. Dessa maneira, vão se constituindo linguisticamente os estados de coisas que representam as perspectivas dos falantes sobre os fatos exteriores.

Já os verbos de percepção têm uma natureza evidencial, pois é por meio da percepção sensorial que se apreende o mundo externo. Portanto, esses verbos têm uma característica dêitica, de relacionar uma percepção do mundo a uma imagem semiótica. Os verbos psicológicos ou de emoção, por exemplo, expressam um caráter emocional, exibem um sujeito e objeto Experienciador (*amar, preocupar)*, apresentam, conforme Cançado (1996), propriedades inerentes à estrutura argumental. E, por fim, os verbos de elocução, de natureza discursiva, estabelecem ligação entre enunciados e expressam traços de subjetividade, de avaliação do sujeito sobre o conteúdo comunicado.

As nuances verbais, semelhantes as dos núcleos nominais, sinalizam os efeitos de sentido que a língua, como representação, extrai dos eventos no mundo, explicitam os fenômenos físicos, as experiências básicas do homem, assim como referem-se a experiências abstratas próprias do mundo da linguagem.

Pensando no modo como se estabelecem essas relações entre a representação das experiências concretas e abstratas na língua, é que se torna importante estabelecer os traços de significado que envolvem as funções sintáticas de sujeito e objeto.

4.1.4. Critério 4: Os papéis semânticos de sujeito e objeto em orações transitivas diretas

As atitudes ou perspectivas, a partir das quais o falante dá forma ao conteúdo objetivo, são os elementos que veiculam o significado na oração. Em outras palavras, as situações existenciais vivenciadas pelo homem podem ser concebidas semanticamente como estados, processos ou ações que se traduzem linguisticamente nas relações gramaticais. Dessa maneira, pode-se afirmar que a organização discursiva é simultaneamente semântica, sintática e pragmática. Essa perspectiva é adotada por Arrais (1983):

> propomos uma formulação mais precisa: os verbos se apresentam em determinadas categorias semânticas, que propiciam certas relações características com os nomes a que se associam; as categorias e relações

> verbais é que determinam, por sua vez, as funções semânticas dos argumentos. Ora, as diferentes categorizações existenciais expressas na frase, como vimos, estão estreitamente vinculadas à natureza do predicador, mas muitas vezes são determinadas pelo próprio contexto ou pelas características léxico-semânticas dos argumentos envolvidos. (ARRAIS, 1983, p. 82)

Funções como Sujeito e Objeto são importantes porque constituem o espaço de apresentação/retomada de informações relevantes para a manutenção da interação. Sintaticamente, dão suporte a essas informações que são originadas a partir da intenção comunicativa do falante que, ao escolher um predicador verbal, traz junto a ele uma infinidade de possibilidades semânticas, que combinadas às condições de realização dos argumentos dão origem à predicação. A maneira como os traços semânticos dos argumentos se combinam aos traços semânticos do predicador caracterizam a Transitividade da oração, estabelecendo assim a configuração de certos tipos de estruturas sintáticas e de papéis temáticos que Sujeito e Objeto exibem, como nos quadros 14 e 15. Os exemplos contidos nos quadros seguintes são representações, elaboradas por mim, para demonstrar as funções semânticas de Sujeito e Objeto.

Funções semânticas do sujeito

Funções Semânticas de Sujeito	**Exemplos**
Agente	*João* Ag. cortou *a cortina* Afet.
Experienciador	*João* exp. comentou *o jogo* Tema
Beneficiário	*João* Benef. recebeu a *herança* Meta
Causa	*O vulcão* caus.matou *centena de pessoas*Afet
Tema	*Os escândalos* tema envolveram *politicos renomados*Afet.
Meta	*O prêmio da loteria* meta foi entregue ao ganhador
Fonte	Os *arquivos da ditadura* fonte foram abertos ao público

Quadro 14 – *Funções semânticas prototípicas do sujeito*

O próximo quadro exemplifica as funções semânticas prototípicas de objeto direto:

Funções semânticas prototípicas do objeto

Funções Semânticas do objeto	**Exemplos**
Objeto Afetado	Maria assou *o frango* Objeto Afetado
Tema	O médico defendeu *sua hipótese* tema
Beneficiário	Maria molhou *as plantas* beneficiário
Meta	Maria conseguiu *uma bolsa de estudos* meta
Resultado	Os alunos receberam *o diploma do Ensino Médio* resultado
Causa	João encontrou o vazamento Causa no banheiro
Posicionador	João vendeu-se Pos. ao capitalismo

Quadro 15 – *Funções semânticas prototípicas do objeto*

As funções semânticas, como já mencionado neste trabalho, referem-se aos papéis temáticos desempenhados pelos argumentos na oração. Dik (1989, p.79) estabelece uma hierarquia de papéis semânticos para a função de sujeito e objeto. Neste momento, será retomada apenas as funções em um *continuum* que são relativas ao objeto verbal:

Objeto >Meta > Posicionador> Beneficiário > instrumento > locativo> tempo

O direcionamento dessas funções parte de uma forma mais marcada a uma menos marcada. A hierarquia dos componentes gramaticais se estabelece a partir de um gatilho pragmático que parece determinar a atribuição das funções anteriormente mencionadas e, não necessariamente, seguem o *continuum* acima estabelecido, dadas as particularidades de cada língua natural. Gramaticalmente, a estrutura semântica é fundamental para a atribuição da estrutura sintática.

Segundo Camacho (1999, p.164), as motivações que levaram Dik a postular a *Hierarquia de Funções Semânticas* embasam-se na ideia de que os predicados têm uma direcionalidade prototípica, que é determinada psicologicamente. Essas condições corroboram o princípio de *iconicidade* (HAIMAN, 1980) que expressa saliência cognitiva por representar linguisticamente os eventos do mundo.

Assim como a estrutura argumental dos verbos é variável, as possibilidades de

realização dos papéis semânticos de sujeito e objeto também podem variar e são motivados por condições sócio-comunicativas. Nesse sentido, não se pode esperar que as estruturas argumentais sejam fixas e categóricas. Embora, do ponto de vista do uso existam formas mais prototípicas, não se pode deixar de considerar para a descrição e análise os usos eventuais, menos frequentes das formas linguísticas.

O estudo dos papéis semânticos[30] nas línguas tem apresentado uma faceta complementar às funções sintáticas de sujeito e objeto, pois ressalta as diferentes possibilidades de realização dos eventos no mundo. Assim como os eventos são múltiplos, os papéis desempenhados pelos actantes também assumem configurações específicas, determinadas pelas situações que descrevem linguisticamente.

Os eventos podem caracterizar mais do que ações. Podem representar o afetamento de uma parte do objeto, podem caracterizar sentimentos, emoções, processos mentais, percepções dos falantes sobre o mundo material ou ficcional. E mesmo quando a língua representa eventos do mundo, essa representação se dá a partir da percepção individual e social dos falantes.

A noção de papéis semânticos tem sido bastante discutida e, por vezes, criticada pelo fato de não se poder elencar números definidos de funções para situações específicas da língua. A origem da discussão sobre os papéis semânticos dos argumentos nasceu sob o tratamento dessas funções como funções primitivas trazidas pelo predicador (verbo, adjetivo) na entrada lexical. Assim, um verbo como *quebrar* traria à estrutura subjacente os traços de verbo causativo, envolvendo um agente externo e um objeto afetado.

Outros traços relevantes ao papel de sujeito, como Controle e Volição, são atribuídos a entidades agentivas, que indicam controle [± cont.] não tem relação direta com o traço volicional [±vol.], mas relaciona-se à capacidade que uma entidade tem de controlar ou não o evento verbal descrito por um SoA (estado de coisas). Assim, o que permite a uma categoria exercer o controle sobre o processo verbal é o fato de poder iniciar o processo verbal, constituindo uma entidade [+ animada]. Ao contrário do controle, a volição representa uma ação consciente do indivíduo ao iniciar a uma ação.

Segundo Dik (1989), a função Experienciador [Exp.] está relacionada à função Meta [Go] porque implica o fato de um indivíduo ter de experienciar cognitivamente um

[30] A respeito dos concietos ue as teorias apresentam sobre papéis semânticos, pode-se consultar as noções de *Casos Semânticos Profundos* (FILLMORE, 1968), *Papéis Semânticos* (GIVÓN, 1990), *Relações Temáticas* (JACKENDOFF, 1072, 1983, 1990) e *Papéis Temáticos* (DOWTY, 1989, 1991).

acontecimento. Essa experiência vivenciada pelo falante pode produzir uma mudança interna, relacionada a sua percepção de valores, sentimentos. Já papéis como Paciente [Pat] e Meta [Go] referem-se a mudanças externas ocasionadas por um agente. O Agente [Ag.], por outro lado, é quem inicia a ação e esta pode refletir, então, sobre um Paciente ou sobre a Meta. A diferença entre as entidades recebedoras da ação é a atribuição do traço [+anim.] ao Paciente, enquanto o traço [-anim.] é atribuído à função Meta.

Funções como Causa [Caus.] ou Força [Fo], como requer Dik (1989), são atribuídas a entidades que não controlam um evento. Normalmente são relacionadas a fenômenos da natureza (*trovejar*, *chover*, *nevar*) ou a fenômenos ocasionados por algum agente não humano, personificado como *explosão*, *desabamento*, entre outros. Envolve traços [- anim., -cont.], pois o foco da ação se concentra nela mesma, como exemplifica a frase da revista *Veja*, acerca do desabamento de um prédio no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2012: "um prédio de vinte andares, no Centro do Rio de Janeiro, *ruiu* e levou abaixo duas construções vizinhas."

Na oração, o verbo *ruir* não exibe o agente causativo porque este parece se relacionar a uma ação externa, desconhecida, provavelmente ligada às condições de preservação do imóvel, gerando assim uma construção causativa.

A função Posicionador está relacionada a um processo verbal que tem origem na entidade envolvida e incide sobre ela mesma. Essa função, pode demonstrar controle ou não sobre o modo como a ação se desenvolve. No caso do verbo *aposentar-se*, na fala goiana, é comum o apagamento do pronome reflexivo, uma vez que o falante pressupõe que nesse tipo de evento a ação incide sobre quem a inicia, podendo indicar que o sujeito teve intenção de se aposentar ou seu tempo de serviço determina sua 'aposentadoria'. (Cf. BARROS, 2011).

Verbos que selecionam uma função Beneficiário exibem uma entidade recebedora [± anim.] para a qual algo é transferido, sendo a entidade recebedora [± anim.] e que passa por uma mudança de condição.

Essa exposição vem reforçar a importância dos papéis semânticos na atribuição das funções de sujeito e objeto. A partir da classificação quanto aos tipos de verbos, passou-se à classificação dos Papéis semânticos de sujeito e objeto, como se pode observar nos quadros 16 e 17**,** que apresentam exemplos do *corpus* estudado:

Papéis semânticos do sujeito no *corpus*

Papéis semânticos do sujeito	**Exemplos**
Agente	(28) aí **nois** [ag] comprô mais longe
Beneficiário	(29) **ela**[**benef.**]garrô recebê **[∅]**
Experienciador	(30) **ela** [**Exp.**] num guentô… morreu… im noventa e quatro
Meta	(31)... meu pai comprô **um lote** [**Meta**] onde a gente mora hoje
Fonte	(32)... foi quando eli começo a ouvi tal... gostá de rock asism também aí ficava nissu aí foi aí queu conheci essis amigus meu Evandru pessoal passava do **colégio** [**So**] lá pra estudá
Causa	(33)quando **ele** [**Caus.**] engravidô ela... ficô muito ruim da pressão né? vivia no médico…

Quadro 16 – *Papéis semânticos do sujeito*

Observa-se que os papéis semânticos atribuídos ao Sujeito variam enormemente e o estabelecimento desses papéis são oriundos da natureza do sujeito e estão relacionadas aos outros dois núcleos da oração, o sintagma verbal e o sintagma nominal objeto.

O quadro 17 traz alguns exemplos das funções semânticas que os objetos diretos implícitos expressam:

Papéis semânticos dos objetos

Papéis semânticos do objeto	**Exemplos**
Objeto afetado	(34)… lá no município de Mossamede… ele vinha aqui… no carro de boi (Ref.)… i… **desarriava[∅,afet.,]**… lá dentro do pátio do mercado
Resultado	(35) Aí ela pegô… foi lá no banco…**pagô [∅ , Result.]**…e troxe pra ele… no INSS…

Meta	(36) ele feis a aposentadoria (Ref.)… no INSS… e **ela** [garrô recebe SN[∅, **Meta**]] traveis
Beneficiário	(37) a eu queria ter uma nova oportunidade (Ref.)... ((risos))... mas Deus já **deu** SN[∅ [SP [∅, benef.] né...( )...
Causa	(38) Aí::: num… num teve jeito não… repetiu a crise (Ref.) nela…ela num **guentô** SN **[∅, Caus.,**]… morreu…
Tema	(39) eu fiz um feedback pra podê tá passando na semana que vem... sobre::... sobre a questão da conversa... de todas as metas que nós (Ref.) estamos projetando pra esse semestre... desenvolvimento tanto na parte:: de:: na parte que é da faculdade seria pedagógica de ensino... de **incentivá**... [∅, +tema] i também projeto sociais pra tá entregando nos processos de enfermagem na sociedade também...
Posicionador	(40) é::... aí a:: igreja me:: tipo assim... me (Ref.) contratou pra:: registrar minha carteira pra eu (Ref.) poder **aposentar** [∅, +posic.] ...
Locativo	(41) É::: A **Serra Dourada**… agora pra **descê** [∅, Loc.] tinha que descê tinha… tinha tirá do animal e descê nas costas até descê em baxo aí torná pô ( ) aí::: grande dificuldade… nóis deu muitas viagem…

Quadro 17 – *Papéis semânticos dos objetos*

A importância de se elencar os tipos verbais e os tipos de papéis semânticos em relação às funções de sujeito e objeto reside no fato de que as combinações estruturais e semânticas nas orações refletem estados de coisas únicos e singulares. Cada enunciado pode se manifestar pleno de redes de relações semânticas, embora as funções sintáticas permaneçam as mesmas.

A discussão que se apresenta para os Objetos Implícitos no Português do Brasil revela que a diversidade de papéis semânticos também expressa a possiblidade de verbos pertencerem a mais de uma classe semântica. Esse jogo de posições, sentidos e funções é que tornam a linguagem interessante à análise e nos permite dizer que somos seres criativos em termos linguísticos.

A distribuição das funções semânticas de sujeito e, sobretudo as de objeto, que são importantes para este trabalho, apresentam-se de maneira variada no corpus, embora apresentem uma tendência acarretada pelo tipo semântico verbal. As orações formadas por verbos de ação tendem a apresentar na posição objeto funções como paciente, objeto afetado

ou *processado*. A atribuição dessas funções deve-se aos traços semânticos de cada SN2 [± animado, ± humano]. Alguns verbos processuais como *receber* ocorrem com a função *meta* em SN2, mas também podem ocorrer com *tema*, quando se referem a atividades cognitivas como *incentivar.*

O fato de ser possível depreender os traços semânticos ainda remanescentes em toda a oração e não somente na casa argumental do objeto é uma das pistas que permitem ao interlocutor elaborar estratégias de identificação e interpretação da categoria vazia em posição objeto. Na verdade, as condições fonológicas, morfológicas, sintático- semânticas, todas em conjunto, fornecem pistas para que o interlocutor arregimente as informações temáticas e gramaticais disponíveis e necessárias para manter o fio condutor do fluxo comunicativo.

A produção e recepção das categorias vazias são produto de dois movimentos e intenções interacionais distintas, por um lado, e altamente implicadas, por outro. Na verdade, esboçam a relação dialógica da interação, em que locutor/interlocutor alternam posições discursivas para o desenvolvimento da interação.

O locutor ao produzir um Objeto Implícito pode ter em mente facilitar o fluxo comunicativo, economizando em informações que julga serem partilhadas pelo interlocutor, ou pode produzir tais implícitos como forma de persuadir o interlocutor a se focalizar num argumento, hipótese que parece se confirmar.

Ao assumir a posição de interlocutor, o falante passa a acompanhar o desenvolvimento dos tópicos informacionais propostos pelo locutor. Interfere, contribui, mas, também, busca interpretar, sobretudo, o que é dito ou não dito. O processo de argumentação, então, se instaura e enquanto o locutor procura apresentar argumentos consistentes e persuadir o interlocutor a aderir à sua posição, o interlocutor processa todo o conteúdo emitido, avalia, compara esses argumentos com os conhecimentos que têm armazenados e então assume a posição do locutor ou se contrapõe a ela.

Os implícitos no discurso ou mesmo os silêncios são altamente instigantes ao interlocutor, pois exigem dele atenção e sutileza ao tentar interpretar o que é dito, e, principalmente o que não é dito. Embora envolvam entidades distintas linguisticamente, os objetos implícitos atuam em Níveis diferentes da Gramática.

Ao demonstrar domínio sobre a sequência de informações apresentadas, estabelecendo coesão discursiva, o interlocutor também se mostra capaz de entender o que linguisticamente não é expresso, o que o leva a "ler nas entrelinhas". Os vazios sintáticos ou proposicionais são vistos pelo interlocutor como possibilidades de recuperar informações, mas também de ressaltar informações que possam ser úteis à interação, num

momento propício.

Essas estratégias parecem ser motivadoras do estudo que aqui se apresenta. A delimitação dos objetos em classes, como Objetos Definidos e Indefinidos, tem por objetivo delinear quais tipos de implicitação de objeto podem configurar as situações de recuperação de sentido acima descritas ou quais não. Há ainda outros fatores relevantes que parecem interferir nas ocorrências de Objetos Implícitos, como se verá a seguir.

4.1.5. Critério 5: Localização do argumento objeto

Nos inquéritos analisados, em geral, o objeto verbal, em orações transitivas, tende a se localizar à direita do verbo, embora também surjam à esquerda do verbo, sendo topicalizado (PEZZATTI, 1998). Apenas 33 orações, de 6 inquéritos, apresentam objetos em posição pré-verbal:

(42) a. Essa aqui são… esses poema qu/eu… mandei escrevê (FG, INQ. 7)
b. meu vô e minha vó por parte de mãe eu vi uma vez praticamente que eu morava lá em Brasília (FG, INQ. 3)

Na oração acima, a anteposição do objeto tem por objetivo colocar na posição de tópico uma informação relevante ao interlocutor. A necessidade pragmática de evidenciar a informação de somente ter visto a avó uma vez apresenta ao interlocutor uma situação única, singular da vida do locutor, adolescente na época. Essas condições só podem ser evidenciadas quando o objeto é realizado sintaticamente, uma vez que os Objetos Implícitos ocorrem, em geral, em posição à direita do verbo.

4.1.6. Critério 6: Tipos de Objetos Implícitos

Os Objetos Implícitos foram classificados em *Objetos Implícitos Definidos*, aqueles que possuem uma interpretação precisa do termo suprimido [3ª pessoa, + anafórica, + definida] *e Objetos Implícitos Indefinidos*, que possibilitam uma recuperação imprecisa do elemento omitido relativa a [3ª pessoa, +indefinida, +genérica]. Essa delimitação já foi utilizada por autores como Fillmore (1986), Allerton (1977) e García Velasco e Portero Muñoz (2002), como já apresentado no capítulo 2.

A delimitação dos Objetos Implícitos em categorias definidas e indefinidas se justifica pelo fato de que as informações veiculadas referem-se a uma alternância entre planos discursivos que evidenciam o modo como essas informações podem ser mais ou menos relevantes no discurso.

Esses planos informacionais são constituídos pelos conceitos de *figura* e *fundo*, que representam a alternância de informações novas e informações enciclopédicas, partilhadas pelos falantes. No plano gramatical, quanto mais definida for uma informação, como no caso dos objetos definidos, mais ela se aproxima da ideia de *figura*, pois traz para a cena discursiva novos conceitos, novos pontos de vista. Por outro lado, as informações já conhecidas pelos falantes são, em geral, dispostas de uma maneira menos evidente, embora isso não signifique que sejam informações irrelevantes.

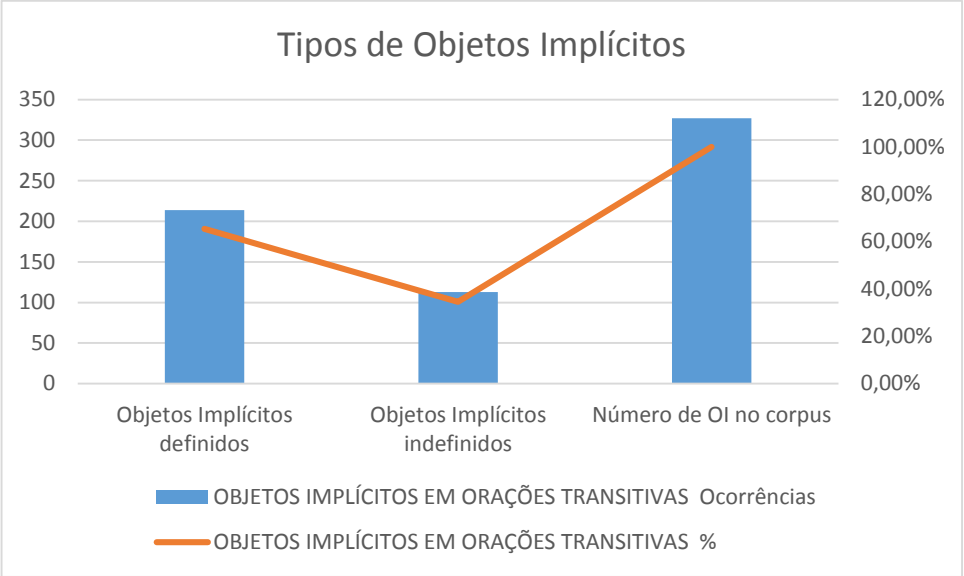
Considerando que o fenômeno de Objetos Implícitos decorre das manifestações transitivas das orações, estas estão também sujeitas às alterações discursivas propostas pelos falantes. Assim, podemos dizer que em planos hierarquicamente superiores de organização gramatical, as condições pragmático-discursivas determinam o modo como as informações são dispostas pelos falantes, o que, consequentemente, desencadeia todo o processamento sintático-semântico da Transitividade e dos objetos verbais.

Essas condições levaram à classificação dos tipos de Objetos Implícitos, a partir de Orações Transitivas Diretas do Português Goiano Falado:

OBJETOS IMPLÍCITOS EM ORAÇÕES TRANSITIVAS		
Tipos de Objetos Implícitos	**Ocorrências**	**%**
Objetos Implícitos definidos	214	65,45%
Objetos Implícitos indefinidos	113	34,55%
Número de OI no *corpus*	327	100%

Tabela 7 - *Objetos implícitos em orações transitivas no Português Goiano*

Das **327** ocorrências de objetos não realizados sintaticamente, **214** são de Objetos Implícitos Definidos, enquanto **113** são de Objetos Implícitos Indefinidos. Esses índices não constituem um número quantitativamente significativo, em relação ao número de orações transitivas do *corpus* (**1210** ocorrências), mas são significativos do ponto de vista qualitativo, uma vez que representam escolhas do falante ao omitir argumentos ou informações. Esses mesmos dados podem ser melhor visualizados no Gráfico 3 abaixo.



De forma geral, os Objetos Implícitos representam **27%** (327 ocorrências) do total das **1210** orações. Dessas **327** ocorrências de Objetos Implícitos, conforme Tabela 7, **65, 45%** (214 ocorrências) são de Objetos Implícitos Definidos; **34, 55%** (113 ocorrências) representam os Objetos Implícitos Indefinidos.

Esse índice era esperado, como apontam várias pesquisas sobre o comportamento de Objetos Implícitos no Português do Brasil (BLANCO, 2004; SCHWENTER, 2007), uma vez que a implicitação de uma informação é um recurso menos recorrente no exercício linguístico de explicitação de informações.

A partir dessas considerações, foram considerados os papéis semânticos dos Objetos Implícitos nas construções do Português Goiano Falado e chegou-se aos números, a seguir descritos.

4.1.7. Critério 7: Objetos Implícitos Definidos e Indefinidos

A partir dessa subseção, serão discutidas detalhadamente as ocorrências de Objetos Implícitos no *corpus*, mediante exemplos da fala goiana. O critério 7 pauta-se por uma subdivisão semântica dos tipos de Objetos Implícitos, segundo a qual a natureza do referente a que o objeto implícito se liga tende a ser específica, delimitada no contexto linguístico ou tende a ser menos específica e a apresentar uma referência mais imprecisa.

A Tabela **8**, indica a porcentagem de Objetos Implícitos Definidos e Indefinidos

encontrados, com base nas 327 ocorrências analisadas.

Tipos de Objetos Implícitos: Definidos e Indefinidos no *corpus*

Tipos de Objetos Implícitos	**Ocorrências**	**%**
Objetos definidos	214	65,45%
Objetos indefinidos	113	34,55%
Total de OI no *corpus*	327	100%

Tabela 8 – *Tipos de Objetos Implícitos no Português Goiano Falado*

Do total de ocorrências com Objetos Implícitos (327), 214 ocorrências constituem **Objetos Implícitos Definidos,** representando **65,45**% das ocorrências. **Os Objetos Implícitos Indefinidos** apresentam 113 ocorrências, correspondendo a **34,55**% dos casos.

O Gráfico 4 apresenta os índices relativos aos números apresentados:

Tipos de Objetos Implícitos no *Corpus*

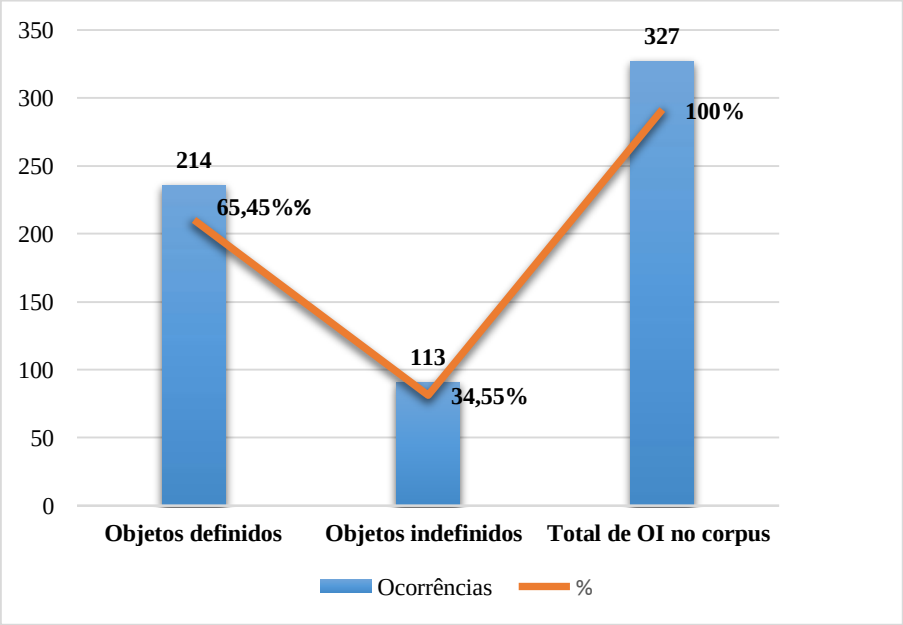


Gráfico 4 – *Tipos de Objetos Implícitos no Corpus*

Esses dados apontam uma tendência ao maior uso de OI que apresentam uma referêcia definida e contextualmente recuperável.

4.1.8. Critério 8: Tipos de Objetos Implícitos Definidos

Para refinar ainda mais a análise, os Objetos Implícitos Definidos foram subdivididos em *anafóricos* e *catafóricos*. Os índices encontrados foram de (**191**) ocorrências de OI definidos anafóricos e (**45**) ocorrências de OI definidos catafóricos, exemplificados na tabela e quadro seguintes:

Tipos de Objetos Definidos

Tipos de Objetos Implícitos Definidos	**Ocorrências**	**%**
Anafóricos	191	80, 9%
Catafóricos	45	19%
Total de Objetos Implícitos definidos	236	100%

Tabela 9 – *Tipos de Objetos Definidos no Português Goiano Falado*

Os dados anteriores demonstram que o falante goiano tende a estabelecer a referência para o Objeto Implícito por meio de um element nominal já mencionado no discurso, portanto, um SN anafórico.

O Gráfico 5, como os demais, apresenta uma outra perspectiva sobre os dados:

Tipos de Objetos Implícitos Definidos

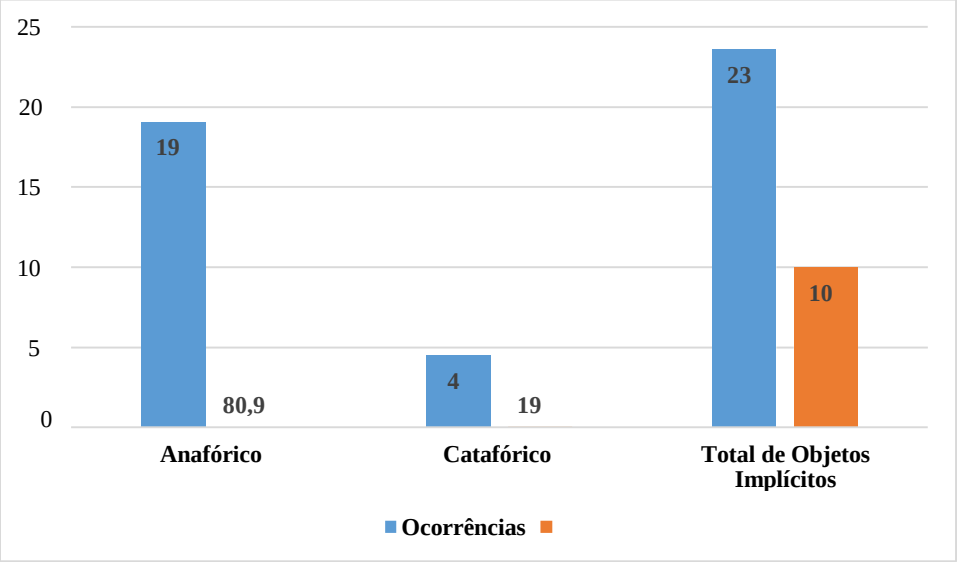


Gráfico 5 – *Tipos de Objetos Implícitos Definidos*

Como exposto anteriormente, os *Objetos Implícitos Definidos* possibilitam uma interpretação precisa que é reconhecida pelos interlocutores no âmbito discursivo por apresentar uma referência [+ específica, +lexical], ou seja, o Objeto Implícito Definido apresenta um referente no contexto linguístico imediato, estabelecendo-se então um processo de referência anafórica, o que possibilita a coesão temática no discurso.

O trecho da fala goiana, a seguir, exemplifica a situação de objetos de natureza definida, discutidos no parágrafo anterior. Nele, o falante relata uma situação envolvendo a compra de um terreno, cujo referente *terreno* (**REF.**) se localiza na oração anteriormente ao objeto suprimido do verbo *comprar*.

Se a análise recaísse apenas sobre a oração em negrito, provavelmente, a interpretação que seria dada ao Objeto Implícito seria uma interpretação genérica, indefinida. No entanto, o fato de ser considerado todo um episódio narrativo, observando- se o contexto de fala anterior e posterior, é permitido que a referência do objeto seja encontrada no próprio ambiente linguístico:

(43) Inf. Aí… quando foi na hora… um fii da muié qu/es tinha comprado o terreno **[REF.]** um dexô ela vendê… aí a gente **[Suj.ação.]** **comprô** [∅,**ODD, Anaf., Result**] mais longe… aí meu pai… passado dois anos… que nóis mo… tava morano nesse terreno… ele descobriu qu/era rolo… a escritura num… num era garantida… (FG, INQ. 7, JC, M, 72)

Trata-se de um Objeto Implícito Definido, de natureza anafórica, cujos traços sintático-semânticos envolvem a arregimentação de traços de intencionalidade no desencadeamento do evento, sobre o qual o sujeito exerce controle. O predicador *comprar* revela aspecto télico da ação e implica uma alteração no objeto (implícito, no caso) que passa de não adquirido > adquirido.

Para Fillmore (1976, p. 83), os processos anafóricos são processos gramaticais e discursivos oriundos do conhecimento partilhado entre os falantes. Esse autor ao subdividir os complementos verbais em definidos e indefinidos se baseia no fato de que os referentes desses objetos são dados pelo contexto, enquanto os complementos indefinidos têm uma identidade desconhecida ou indiferente para o falante.

Como se observou no exemplo (43), os Objetos Implícitos Definidos têm uma

interpretação contextual definida. O falante pode omitir o objeto, pois o contexto linguístico autoriza o interlocutor a reconstruir o sentido do elemento suprimido. A omissão desses objetos tem um caráter lexical, explicável linguisticamente. A recuperação do sentido de um Objeto Implícito Definido, se não for estabelecida no contexto linguístico imediato, poderá se dar por meio de outros termos sinônimos ou derivados semanticamente do referente original, como demonstra o exemplo (44):

> (44) Inf: minha mãe ficô… muito ruim da pressão… que quando ele engravidô ela ficô muito ruim da pressão né? vivia no médico… aí eu mais minha irmã dire:::to com esses irmão… cuidano deles ne? que minha irmã é mais véi aqu/eu dois ano… mais já sabia cuidá de casa né?… cuidá… aí ele num queria ajudá [**REF1**] minha mãe em nada… num **queria** [∅, S] … disse que o fiinum era DEle… que num **queria** **SN[∅, def., anaf., meta]**… (FG, Inq.1, F)

O fato de o Objeto Implícito Definido ter um referente lexical expresso linguisticamente evidencia que as relações anafóricas são cruciais para a compreensão dos enunciados. Os mecanismos de retomada garantem a manutenção da unidade temática no discurso.

De algum modo, no primeiro uso do verbo *querer*, a relação anafórica se estabelece com um referente formado por uma construção verbal "querer ajudar". No segundo uso, instaura-se uma ambiguidade em relação ao referente do Objeto Implícito, se ele se refere à construção *querer ajudar* ou ao SN [filho]. Se o referente for a construção verbal, mantém-se a ideia de referente anafórico. No entanto, se o referente for outro (filho) podemos dizer que há no segundo caso um processo de anáfora associativa, uma vez que o referente é distinto do primeiro.

Esse tipo de estabelecimento de referência explicita a gama de possibilidades de construção do significado das categorias implícitas e quais tipos de outros fenômenos linguísticos elas podem acionar. No Nível Semântico ou Representacional, esse tipo de fenômeno envolve relações de natureza metonímica, pois ao estabelecer a referência com a 'falta de ajuda' descrita pelo falante no texto, o interlocutor percebe que a falta de ajuda à mãe resvala também sobre o filho. Então, há uma relação de implicatura, a partir da qual o falante pode pressupor uma correlação entre os fatos relatados.

Segundo Neves (1990), no plano discursivo, a função ideacional (Cf. HALLIDAY, 1985), responsável por estabelecer as relações dialógicas, é evidenciada por relações semânticas que "ultrapassam as relações que se estabelecem pelo sistema de Transitividade" (NEVES, 1990, p. 86). Assim, a natureza das relações estabelecidas entre locutor/interlocutor implica a organização das informações em níveis distintos, manifestadas por processos e relações (como fazem os verbos), pelo papel desempenhado pelos falantes nesses processos, o que pode ser percebido no nível estrutural da gramática, assim como no nível macroestrutural, textual-discursivo.

Os dados expressos em tabelas e gráficos apenas atualizam uma parte do que ocorre de fato no uso linguístico. Essas relações de significação estabelecidas no interior das orações, são manifestações de relações interpessoais, num nível hierárquico superior da gramática. Relacionar os fenômenos que se correlacionam no interior da gramática é que pode, de fato, explicar como um simples apagamento de objeto pode desencadear processos de recuperação do sentido que vão, como afirma Neves (1990), além das fronteiras da Transitividade.

O Gráfico 5 (p. 140) indica a importância de se focalizar o papel da anáfora, não somente como um recurso da escrita, mas como mostram os dados, também como um recurso muito produtivo da fala. A distinção entre objetos definidos e indefinidos é importante para se delinear o papel da interpretação desses elementos implícitos pelo interlocutor.

Na interação, ao produzir um Objeto Implícito, o locator pressupõe que uma dada informação já seja conhecida pelo interlocutor ou então seja pouco relevante para a situação de fala. Entretanto, para o interlocutor, todas as pistas dadas pelo locutor são importantes, e a produção de uma categoria vazia desperta a necessidade de recuperar o sentido proposto.

Ao identificar o tipo de objeto suprimido, o interlocutor estabelece o tipo de referência envolvida e, no caso dos objetos definidos anafóricos, percebe sua configuração lexical e correferencial no contexto linguístico imediato. Nesse caso, recuperar o sentido exige menos esforço cognitivo do interlocutor, pois o referente do Objeto Implícito está próximo, anteposto ou posposto ao objeto.

No âmbito textual ou discursivo, por exemplo, são as relações anafóricas/catafóricas que permitem a manutenção do tópico discursivo, da coesão e da coerência da interação. Os falantes recorrem, aparentemente, a um mecanismo sintático de economia mas estabelecem relações complexas de referencialidade num nível mais alto de interação.

Os exemplos de Objetos Implícitos Definidos na fala goiana não fogem a esse

padrão. Os falantes goianos usam com propriedade essas relações de implicitação x recuperação da referência lexical dos objetos. Esses falantes utilizam estratégias de manutenção da atenção do interlocutor, de economia do conteúdo linguístico, de estratégias de relevo do conteúdo ou simplesmente de supressão de uma informação compartilhada. Da parte do interlocutor, essa implicitação diz respeito à importância que uma informação tem no discurso e como ela pode ser utilizada na manutenção da interação. São perspectivas diferentes que põem em relevância o jogo informacional nas estratégias comunicativas.

Os dados encontrados confirmam a análise de García Velasco e Portero Muñoz de que os Objetos Implícitos Definidos, por representarem informações advindas do mundo físico, são entidades de primeira ordem (Cf. DIK, 1989). Por isso, o referente lexical do objeto suprimido está presente no contexto linguístico, respeitando ao *Princípio de Iconicidade* (HAIMAN, 198O) e ao *Princípio de Relevância Cognitiva* (SPERBER e WILSON, 1995). Esses princípios defendem que a expressão linguística representa os fatos do mundo, conforme sua importância, e a estrutura linguística procura manter a correlação que o homem faz entre a linguagem e o mundo.

Há uma relação motivada entre a expressão linguística e sua representação cognitiva formulada pelos falantes diante do mundo exterior. Esse princípio indica que há um respeito ao modo como os fatos ocorrem e são representados linguisticamente.

A próxima seção pretende interpretar os dados quantitativos referentes dos Objetos Implícitos Indefinidos na fala goiana.

4.1.9. Critério 9: Objetos Implícitos Indefinidos

O emprego de Objetos Implícitos indefinidos é caracterizado por implicar um traço de vaguidade a todo o enunciado, demonstrando noções não específicas sobre o que é dito. Em princípio, os Objetos Implícitos indefinidos não apresentam um referente evocado no contexto discursivo.

> (45) Doc. Sei… I::: o senhor ficô lá … lá em Mossamedes?
> Inf. Di lá meu pai… mudô pra Mossamedes pra pô nóis na escola… mais eu tava com seis anos… i::: era o mais novo da famia… os outro SN[N[Suj., exp., def.] SV[V **aprendeu** SN**[**N **[**∅,**OD Ind, +gen. , result.,+ disc.**]]** mais… eu quase num aprendi nada… que quando interei nove ano meu pai mudô di lá pra

roça travez que num deu conta de sustenta nóis na escola lá (**INQ. 7, JC, M)**

A expressão de um Objeto Implícito Indefinido parece ser motivada por todo um contexto de natureza também indefinida, cuja referência imprecisa se dilui por todo o enunciado. O exemplo (45) é um caso que ainda mantém correlação com elementos discursivos presentes no fluxo comunicativo. Assim, não se pode entender que o verbo *aprender* em "os outro aprendeu ∅ mais" possa ser considerado um verbo intransitivizado. Nesse caso, o elemento ∅ se conecta com o traço de indefinitude do pronome 'nada', apresentado posteriormente. Ainda assim, para o interlocutor, a referência continua vaga, imprecisa. Cabe a ele estabelecer uma referência provável para esse ∅, e para isso, o interlocutor aciona por meio de inferência um referente possível para o Objeto Implícito.

Ao considerar todo o contexto discursivo, o falante depreende que, na oração, o verbo *aprender* está relacionado a uma situação vivenciada pelo locutor na infância e que este se encontrava numa escola. Logo, o Objeto Implícito de *aprender* deve se correlacionar àquilo que se apreende na escola - num sentido amplo, todos os conhecimentos formais relativos à escrita, leitura, matemática etc. Assim, pode o interlocutor reconhecer na voz do locutor a natureza de seu depoimento sobre a memória de sua infância, de seus desejos não realizados no que tange à dificuldade de aprendizagem na escola.

Para Furtado da Cunha, a recuperação do Objeto Implícito Indefinido está

> aberta para o interlocutor, pois há várias possibilidades de interpretação do objeto zero não mencionado no contexto discursivo. Ou seja, diferentes SN são candidatos potenciais à relação gramatical de OD, o que caracteriza o zero multirreferencial. Esse tipo de zero é um argumento que não pode ser relacionado (semântica, pragmática ou sintaticamente) a um único referente claro (FURTADO DA CUNHA, 2006, p. 6).

Muitos autores, inclusive Furtado da Cunha (2006), afirmam que o Objeto Indefinido é irrelevante pragmaticamente. Na verdade, a posição por mim adotada é claramente oposta à de Furtado da Cunha (op. cit.), porque, em princípio, nenhum conteúdo expresso ou implícito no discurso pode ser considerado irrelevante. Entendo que quando o falante opta por produzir um enunciado vago, este o faz com o propósito de apresentar uma ideia imprecisa, seja porque o falante pode não ter certeza sobre o que fala ou quer a participação do interlocutor para construírem juntos o sentido ou ainda porque quer conscientemente não ser preciso.

Talvez seja por isso mesmo que os Objetos Implícitos Indefinidos sejam tão reduzidos no *corpus*, como se afere nos dados apresentados a seguir. Ainda assim representam atos de fala plenos de informações que possibilitam depreender aspectos do conteúdo comunicado pelos falantes.

Os dados do *corpus Fala Goiana* apontam uma incidência pequena de objetos de natureza indefinida, sendo ao todo **113** ocorrências (34,55%) de um total de 327 Objetos Implícitos, como exposto anteriormente no Gráfico 4, 5 e Tabela 8.

Os Objetos Implícitos Indefinidos estão relacionados aos traços [+/- hum.,± anim., + abst., -refer., -def., + gen.], ou seja, o SN2 implicitado pode evidenciar um nome humano ou não, animado ou não, de natureza mais abstrata, menos referencial e indefinida, sendo, portanto, um nome genérico.

Os verbos que admitem Objetos Implícitos Indefinidos nos dados analisados se aproximam de algumas características apontadas por García Velasco e Portero Muñoz (2002), em sua análise, como casos de objetos indefinidos que levam à intransitivização do verbo, como em:

(46) Doc.Você falou que lá …

Inf. Ah ali eu acho que mais/ ali tudo marca (risos) ali quando cê acha qui você viu de tudu ai vai e aparece outro pió ali ingual se falô negócio de marca ali fica até dificiu de falá porque é tanta tragédia que a gente vê quando cê acha que um vai marcá chega outro e te marca de novo quanducê acha que viu de tudo vem outro pió quele trem ali tá é doido aquele trem num existe um lugá daquele ali não gente ali tudo qui num presta você vê ali gente de esfaquiamento baleado e igual eu falo ali num tem como nem SN[∅, Suj. exp. def.] SV[V[**falá** SN[N **[[**∅,**OD Ind, +gen., result., + disc.**] é tanta coisa que já viu lá qui num tem nem como quando cê acha qui alguma coisa tá marcandu vem outra pió ai dismarca tudo ai e isso ai é tragédia demais (**INQ. 6, CL.)**

Neste caso, o verbo *falar* apresenta-se com um Objeto Implícito, cuja referência está tão diluída que passa a enfatizar o processo de falar e não o conteúdo falado. Nesse sentido, pode-se dizer que o Objeto Implícito vai perdendo traços de definitude de tal maneira que, embora seja possível relacioná-lo a uma informação genérica, esta dá lugar à focalização do evento de fala, possibilitando uma leitura intransitiva do verbo neste

contexto. Esse é um recurso importante no processo de Transitividade pois altera fortemente o evento transitivo, de mais marcado para não marcado, ou seja, o evento considerado transitivo adquire uma moldura intransitiva de maneira que o interlocutor não sente falta do objeto.

Fillmore (1986: p. 104) defende que os Objetos Indefinidos parecem ocorrer em verbos de atividade que exibem um sentido de *autossuficiência*, como parece ser o caso de (33), a seguir. Assim como para García Velasco e Portero Muñoz (op. cit), verbos que apresentam esse sentido de autossuficiência selecionam e permitem Objetos Implícitos Indefinidos porque a atividade expressa denota o *foco* da oração, não apenas o objeto, como no caso de verbos do tipo de *comer, dirigir, pintar, ler*. Nesse caso, haveria uma mudança na estrutura do evento que passaria de atividade à realização, o que levaria o verbo a uma intransitivização, impedindo, portanto, o interlocutor de acessar o referente daquele objeto.

No entanto, nem todos os verbos que apresentam Objetos Indefinidos promovem a intransitivização de um verbo. Em algumas situações, o Objeto Implícito indefinido pode ser recuperado pelo interlocutor por meio de inferências, motivadas por pistas linguísticas como a natureza semântica do verbo, presente em sua constituição morfológica, o tema recorrente na interação, atualizado por meio de palavras correlatas que permitem depreender o sentido do objeto suprimido. Os exemplos abaixo representam tais casos:

(47) Inf. minha filha ta cum dois mesis, ta amamentandu in mim, é difícil às vezes SN[agenti ($_{\text{Suj., def., exp.}}$)] SV[$_{V}$[**conciliá**SN[$_{N}$ [[∅,**OD Ind, +gen., result. + disc.**]] tem qui leva pra iscola, às vezis u tempu é curtu, ela dependi muitu di mim, amamenta in mim, i eu tenhu qui insiná ele as tarefas di iscola (FG, **INQ. 1,F)**

A apresentação da amostra (47) tem por objetivo reforçar a ideia aqui defendida de que os Objetos Implícitos Indefinidos podem ser caracterizados mediante inferência e, mesmo assim, tomar como ponto de referência as informações correlacionadas ao possível referente do objeto. É uma espécie de associação, de generalização proposta pelo contexto de fala e que permite ao interlocutor depreender o sentido do objeto omitido. Ao usar o verbo *conciliar*, a mãe expressa a dificuldade de relacionar a situação de ter uma filha pequena com as atividades do filho mais velho.

O referente do objeto de *conciliar* é tão diluído que não se recupera um referente lexical, mas um elemento proposicional, que abarca todo um fato possível (FP). Pode-se afirmar que esse tipo de objeto ocorre num nível gramatical superior, o de conteúdos

proposicionais (X_i), cujos operadores proposicionais captam relações atitudinais do falante, de avaliação pessoal do falante sobre o fato relatado (Cf. HENGEVELD, 1989).

Trata-se de uma das estratégias de se apresentar um ponto de vista do locutor sobre uma situação posta, e a implicitação do objeto, no caso de *conciliar,* desencadeia no interlocutor a correlação com todo o conteúdo expresso pelo discurso relatado. A pressuposição que os falantes fazem sobre um dado conteúdo revela estratégias pragmáticas que permitem aos interlocutores se aproximarem dos intuitos discursive expostos na cena enunciativa, assim como apresentam dimensões informativas como tópico e foco, importantes para o tratamento da informação e desencadeamento de novos acarretamentos linguísticos.

A análise dos Objetos Implícitos Definidos e Indefinidos, no âmbito dos níveis sintático-semântico ou morfossintático/representacional, em termos de Hengeveld e Mackenzie (2008), tornam a investigação de fenômenos gramaticais mais próximas do uso real que os falantes podem fazer da língua.

De maneira sucinta, pode-se afirmar que há, portanto, dois tipos de Objetos Implícitos Indefinidos a se considerar:

1) Aqueles que são omitidos "definitivamente" da moldura verbal, ocasionando intransitivização ou incorporação do objeto pelo verbo (BAKER, 1988)

2) Aqueles que são omitidos da estrutura sintática, porém seu sentido pode ser depreendido de formas correlatas ou sinônimas presentes no discurso que, de certa maneira, representam a manutenção do tema selecionado para a interação.

É importante ressaltar que as alterações na transitividade de uma oração são circunstanciais e não categóricas. Por isso, a classificação de uma oração em transitiva ou intransitiva só pode ser dada a partir do contexto de uso.

A recuperação do sentido de tal tipo de objeto indefinido é possível porque o interlocutor, mediante *inferências* acerca do conteúdo informacional dado, busca retomar o sentido daquele elemento, quando este lhe parece necessário. Nesse sentido, é possível afirmar que alguns tipos de Objetos Implícitos Indefinidos podem ser recuperados na interação, quando o contexto discursivo permitir inferenciar a origem do elemento suprimido, diferentemente do que afirmam García Velasco e Portero Muñoz (2002).

A abordagem do fenômeno de implicitação de objetos no Português do Brasil, a partir

da fala goiana, pode ser melhor entendida a partir de considerações de natureza pragmático-discursivas que serão desenvolvidas no próximo capítulo, no qual apresento a segunda parte da análise, a partir do arcabouço da Gramática Discursivo-Funcional. Como salientado, anteriormente, a subdivisão dos capítulos de análise surgiu apenas para efeito didático-metodológico, uma vez que a Gramática é um sistema uno e seus níveis atuam conjuntamente na organização discursiva.

CAPÍTULO 5

Parte II – Critérios pragmático-discursivos na análise de Objetos Implícitos na fala goiana

5.1. Critérios Pragmático-discursivos

Como ditto anteriormente, este capítulo não se dissocia da discussão apresentada no Capítulo 4. Pelo contrário, é um desdobramento da análise que enfoca a natureza pragmática-discursiva do fenômeno de Objetos Implícitos que assume tal configuração nos Níveis Representacional, Morfossintático e Fonológico no Português do Brasil.

No âmbito da Gramática Funcional (DIK, 1989, 1997) e da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD E MACKENZIE, 2008), é possível caracterizar a análise dos Objetos Implícitos como determinada a partir dos propósitos comunicativos dos falantes, de modo que a análise dos dados aqui discutidos possam descrever e analisar como os níveis gramaticais se comportam em relação à produção e recepção de Objetos Implícitos.

A informação pragmática tem um papel relevante na implicitação de objetos e pode ser caracterizada por meio de três módulos: o *módulo pragmático,* responsável pela construção da realidade social e que aciona todos os domínios essenciais para a interação; o *módulo da mensagem,* de caráter metalinguístico e envolve o conteúdo discursivo expresso e o *módulo gramatical,* responsável pela articulação dos esquemas de predicado. A organização da gramática em níveis representa os meios pelos quais as configurações pragmáticas (da interação interpessoal) e semânticas (do plano representacional) se materializam em configurações morfossintáticas e fonológicas nas línguas. São esses processos de formulação e interpretação do conteúdo relativo aos Objetos Implícitos que são analisados conforme as abordagens funcionalistas apresentadas neste trabalho, incluindo aspectos do arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional.

Uma discussão que se faz importante nas teorias funcionalistas é como o interlocutor contribui para o preenchimento de lacunas existentes no discurso, o que mostra que ambos, locutor e interlocutor, cooperam para o sucesso de um ato de fala, como propôs Dik (1989, 1997). Trata-se de discutir, por exemplo, os implícitos em níveis mais altos, nas interfaces dos Níveis Morfossintático, Representacional e Textual, assim como

com no Nível pragmático-discursivo com o Componente Cognitivo, o que certamente contribuirá para a compreensão da produção/interpretação dos espaços não preenchidos nas línguas naturais.

É importante dizer que qualquer lacuna existente no texto, no discurso, é uma condição para que o interlocutor exerça seu papel na interação, procurando estabelecer um sentido apropriado à situação de fala. A estrutura argumental básica das línguas é formada por lacunas que podem ser ou não preenchidas pelos argumentos que se situam em torno dos predicadores e, já estão pré-definidos no nível cognitivo, pré-verbal, que, *a priori*, destinam-se ao preenchimento de algum conteúdo linguístico. Essa arquitetura constitui o fundamento da estrutura oracional. No processo de codificação morfossintática, o preenchimento dessas lacunas deve-se às condições pragmático-discursivas e semânticas estabelecidas conforme as intenções comunicativas e conforme condições gramaticais disponíveis para as línguas. Portanto, o surgimento de implícitos nas línguas naturais é um fenômeno previsto pelo sistema, assim como o preenchimento das estruturas argumentais também são naturais.

Da mesma maneira que o sistema linguístico prevê o preenchimento da estrutura argumental, elas podem não ser preenchidas. E seu não preenchimento está provavelmente condicionado por questões de ordem pragmática. O que pode diferenciar, por exemplo, uma língua que admite ou não objetos ou sujeitos implícitos, são as condições de preenchimento da estrutura argumental, submetidas às orientações pragmático-semânticas.

É importante salientar que, do ponto de vista funcionalista, as línguas podem exibir padrões que não se enquadram na perspectiva binária que envolve a presença x ausência de uma função sintática de sujeito ou objeto. No caso das chamadas línguas *pro- drop*[31], há casos em que podem apresentar o preenchimento de sujeito ou objeto, ora não, como, por exemplo, o Português do Brasil, que admite a omissão de sujeito como em "∅ Comprei um carro vermelho", e o Inglês, ao contrário, determina que o sujeito seja expresso: "I bought a red car".

A implicitação de argumento nas línguas pode evidenciar, muitas vezes, a interferência de fenômenos pragmáticos sobre o modo como a ordem de palavras, o licenciamento de sujeito e objeto tendem a se manifestar nas diferentes línguas. Condições

[31] A Gramática Gerativa postula que algumas línguas possuem elementos argumentais que não são realizados sintática e fonologicamente. Esse fenômeno produz *categorias vazias*, que podem ser aos pronomes **pro** e **PRO.** O primeiro, **pro,** pode ocupar tanto a posição de sujeito quanto a de objeto, enquanto **PRO** é licenciado para ocupar a posição de sujeito de orações infinitivas

como a relação entre informação nova e dada, graus de relevância parecem interferir muito. Nesse sentido, salientar que os fenômenos linguísticos têm uma motivação pragmática demonstra que o uso determina condições de regulamento da gramática. As forças pragmáticas são responsáveis por desencadear a formulação linguística e mantém ou não o padrão organizacional das línguas.

5.2. Planos discursivos de Figura/Fundo e Tópico/Foco

Considerando o exposto na seção anterior, é possível dizer que o discurso é organizado conforme a relevância das informações nele projetadas. Os planos discursivos podem ser classificados como mais centrais ou periféricos. As informações que revelam porções centrais do discurso, em geral, expressam alta Transitividade, pois apresentam o máximo de informação que podem conter. Furtado da Cunha, Costa e Cezário (2003) definem *figura* e *fundo* como

> a figura é aquela porção do texto narrativo que apresenta a sequência temporal de eventos concluídos, punctuais, afirmativos, realis, sob a responsabilidade de um agente, que constitui a comunicação central. Fundo, por outro lado, corresponde à descrição de ações e eventos simultâneos à cadeia da figura, além da descrição de estados, da localização dos participantes da narrativa e dos comentários avaliativos (FURTADO DA CUNHA, COSTA E CEZÁRIO, 2003, p. 39). [Adaptado].

Na interação face a face, os papéis de *figura* e *fundo* alternam-se na estrutura informacional, de acordo com os propósitos comunicativos dos falantes, manifestando a ordem dos acontecimentos, da percepção dos falantes sobre os fatos.

Givón (2011) entende que esses planos retratam um princípio geral de percepção conceptual sobre o modo como a informação é processada no discurso. As informações dispostas linearmente no texto ou no discurso recuperam a ordem dos eventos no mundo. Os parâmetros envolvidos na Transitividade (Cf. HOPPER e THOMPSON, 1980), por exemplo, delineiam também o modo como as informações são descritas discursivamente. O fato de um verbo ser télico reforça o valor da ação transitiva que incide sobre o objeto oracional, por exemplo, explicitando os detalhes envolvidos no evento transitivo.

A percepção cognitiva da realidade não parece ocorrer num plano linear. Pode-se apreender variações no modo como os objetos físicos ou abstratos são percebidos pelo homem e essa percepção apresenta graus variados. A delimitação de um objeto qualquer do mundo é

estabelecida por sua oposição a um *fundo*, uma espécie de dimensão contextual que acomoda esse objeto, estabelecendo distinções de função. No uso linguístico, *figura* e *fundo* constituem dimensões linguístico-cognitivas que ancoram as informações pragmáticas que dão forma às entidades linguísticas.

Segundo García (1996: p. 16), todo esquema que envolve os planos de figura e fundo é de natureza gestálticas e estão sujeitos a se envolverem em outros esquemas gestálticos. A separação entre os planos de figura e fundo se dá em termos de dimensões e sua delimitação depende do ponto de vista adotado. Para este autor (1996:p. 117), as funções são

> papeis gestálticos dentro da cena ou do marco (FIGURA, fronteira, $_{fundo}$, FIGURA, fronteira, $_{fundo}$); as categorias, por outro lado, são classes de palavras cujas características sintáticas e semânticas são especialmente indicadas para desempenhar alguns destes papeis, mas nunca de forma exclusiva. [32]

García usa um exemplo de um quadro para mostrar a alternância entre os planos de figura e fundo, considerando que o fundo é opcional, mas este pode ganhar relevância, dependendo das condições pragmático-discursivas, segundo as quais a descrição de um fundo num quadro ou numa fotografia pode ganhar relevo, como no caso de *A Monalisa*, de Da Vinci, cuja restauração tem motivado discussões acerca do ambiente em que ela é retratada, deixando, por um momento, a figura de *La Gioconda*, num segundo plano.

Em geral, a figura, em oposição ao fundo, surge na cena enunciativa como o elemento em destaque, enquanto o fundo tende a acomodar a informação mais relevante, contextualizando-a. No entanto, essa definição de papéis não é tão homogênea quanto parece. As línguas tendem a atualizar o conteúdo informacional de acordo com as necessidades interacionais dos falantes que podem alternar a importância de valor dessas informações. Assim, se num dado momento uma dada informação é posta em relevo (foco), num outro momento passa a constituir uma informação partilhada (dada). Essa alternância implica que na interação comunicativa, as informações são arregimentadas de acordo com o modo como os falantes pretendem ressaltá-las ou não.

Em relação à maneira como os Objetos Implícitos no Português do Brasil exibem as funções de figura e fundo, o estudo de Gonçalves (2008, p. 108) afirma que em relação a objetos incorporados – resultado de intransitivização – 56,3 % representam o plano de figura, enquanto 43,7% representam o plano de fundo, em relação a orações coordenadas. No caso de

[32] [...] las funciones son papeles gestálticos dentro de la escena o del marco (figura, frontera, fondo, figura, frontera, fondo); las categorias, en cambio, son clases especialmente indicadas para desempeñar alguno de estos papeles, pero nunca de forma exclusiva. (GARCÍA, 1996, p. 117)

orações subordinadas, o processo se inverte e 96,8% das orações representam fundo e 3,2% representam figura. Esses resultados revelam que, no plano discursivo em que há um enorme predomínio de informações de fundo, elas se referem a estruturas explicativas, a justificativas ou descrições de personagens, conforme atesta o autor.

A omissão de objetos, de acordo com a pesquisa de Gonçalves (2008), revela que nas orações coordenadas os Objetos Implícitos são menos frequentes por relevarem informações importantes para a manutenção da cena discursiva, enquanto nas orações subordinadas, o fato de essas informações já terem sido mencionadas, de alguma maneira na cena discursiva, passam a ser implicitadas. Nesse caso, está envolvido um mecanismo coesivo de economia linguística, como atestam vários outros estudos sobre a omissão de objetos.

Assim, no desenvolvimento discursivo, por exemplo, em gêneros narrativos, o plano da figura pode favorecer o desenvolvimento das sequências discursivas, enquanto o fundo compreende aspectos descritivos e referenciais, característicos da narratividade. Esses aspectos podem ser encontrados no *corpus* da fala goiana, uma vez que se trata de relatos de vida dos falantes, de modo que há um predomínio de sequências narrativas no *corpus*, como se evidencia no trecho a seguir:

> **(**48**) P2**: aí::: que nóis [$_{TOP}$] mudô qui pro município… um tii meu comprô aqui na… na Bom… Bom Jardim… aí… divisa com Bom Sucesso … era muito amigo do meu pai…onde meu pai tava… ele tava por ali trabaiano… aí ele comprô esse terreno aí **FOC** … e feis meu pai vim pa… morá com/ele e judá::: formá…era só mato… i:::
>
> **P1**. E o senhor tava com qual idade?
>
> **P2**. E quando nóis vei nói… eu tava com onze ano… foi em quarenta e dois… que nóis vei pra qui … dia vinte cin… quatro de setembro de mil novecentos e quarenta e dois que nóis puxô a mudança… passano no ( ) na serra **TOP** aí… naquela dificuldade medonha… subia… pra subi de lá pra cá subia bem…
>
> **P1**. Subia na Serra Dourada **FOC**?
>
> **P2**. É::: A Serra Dourada **TOP**… agora pra descê tinha que descê tinha… tinha tirá do animal e descê nas costas até descê em baxo aí torná pô ( ) aí::: grande dificuldade… nóis deu muitas viagem… pra levá a mudança… lá pra onde meu tii comprô… aí::: custumô lá… trabaiano lá… judano ele… formá pasto… i::: meu com… meu cunhado foi pra lá comprô um

> pedaço… que meu pai nunca mais viu o dinhero desses terreno lá… desse otro sitim qu/ele vendeu lá né? (I4FG, IM75)

O trecho do relato acima revela espaços bem definidos no modo como locutor/interlocutor se posicionam na cena enunciativa. O locutor relata sua vida junto à família que se mudava a fim de trabalhar em fazendas, passando por diversas regiões de Goiás. O fluxo narrativo estabelece uma alternância de posições entre o informante (locutor P1) e o documentador (interlocutor P2). Constata-se uma participação discursiva maior do locutor (P1), pois o gênero *entrevista* prevê que o documentador faça apenas pequenas interferências no processo comunicativo, uma vez que o objetivo principal é dar voz ao entrevistado e conferir como o falar goiano se constitui.

No trecho selecionado, que relata as mudanças da família até chegar à região da Cidade de Goiás, as informações vão sendo dispostas respeitando a alternância dos elementos topicalizados, representando informações relevantes, que acrescentam um maior grau de informatividade para o interlocutor, como é o caso do espaço definido e característico de Goiás, como a *Serra Dourada*. Esse sintagma põe em relevo a serra a qual o locutor se referia. Por outro lado, as informações descritivas do lugar e da situação correspondem ao plano focal, em que as informações atribuem dados e especificam as condições em que se deram as mudanças da família, como por exemplo, quando o locutor informa com que idade e em que ano se mudaram para Goiás:

> (49) **E quando nóis vei nói… eu tava com onze ano… foi em quarenta e dois… que nóis vei pra qui** … dia vinte cin… quatro de setembro de mil novecentos e quarenta e dois que nóis puxô a mudança…

No contexto de enunciação, as relações entre *tópico* e *foco*, por exemplo, assim como as concepções gestálticas de *figura* e *fundo*, estão articuladas em torno de ideias novas apresentadas, que contrastam com as informações já dadas. Essas funções são atribuídas a fim de se delimitar as porções discursivas informacionais antes vistas somente por meio das funções sintáticas de sujeito e objeto.

Assim, o *tópico* é o elemento sobre o qual algo é dito, apresenta um caráter discursivo que pode estar representado por uma função sintática, como a de sujeito, por exemplo. A oração, como salienta Neves (2004, p. 29), ressalta que a topicalidade instaura a manifestação sentencial, pois ocupa o topo da cadeia informacional. Já o *foco* evidencia a

informação importante veiculada na interação. Essas funções pragmáticas organizam os constituintes na oração, assim como definem de que modo a informação deve ser tratada, conforme os propósitos específicos dos falantes. Nesse sentido, instaura-se a coerência discursiva, de modo que as informações são relacionadas conforme sua relevância pragmática, estabelecendo a progressão temática das ideias.

Os trabalhos de García Velasco e Portero Muñoz (2002) e Blanco (2004) salientam que os Objetos Implícitos tendem a surgir no fluxo comunicativo, como elementos de *focalidade*, uma vez que se referem a subatos que portam informações novas ou que preenchem lacunas informacionais (*novo foco*) para o interlocutor, o que nos dados do Português Goiano Falado correspondem a uma característica predominante nas ocorrências dos Objetos Implícitos, que exibem a função Foco, uma vez que o objeto omitido pode ser recuperado no contexto discursive ou inferido pelo interlocutor.

Na sequência, alguns exemplos do *corpus*:

Tipos de Objetos Implícitos	**Ocorrências linguísticas (Foco)**
Definidos	**(**36**). P1**.: [...] os pais levava <u>as criança</u> REF. na igreja de… de reunião… i::: ali **batizava** ∅ e **crismava** ∅… fazia até consagração… (**I7, JC, M, 72)**
	(37**). P1**. aí eu conheci o <u>A</u>. Ref. ... assim que eu casei::: ... veio o choque... ele era totalmente:: fechado... <u>foi outra pessoa</u> que eu **conheci** ∅ ... intão... acho que foi::... minha vida é vivida de choques... ((risos)) (**I5, M, F, 35)**
Indefinidos	(38). **P1**.: Eu não saia... porque eu trabalhava o dia todo... e estudava a noite...[...]porque:: as vezes chegava muito cansada sabe... ficava muito em pé... era muito cansativo porque... além de você ter uma banquinha... você tem que:: **comprá** ∅... (I3, L, F, 48)

	(39**). Inf**.: Ah::: não… a história… eu sabia muito… mais eu misturo umas com a otra… num dô conta de…separá uma… contá não Inf. Inda vô vê se… Doc. História de coelho… de… da Festa do Céu… Tem várias outras né? Inf. É::: pois é… eu tenho história de coelho… mais num… eu misturo ela c/otra… entra macaco no mei… i::: Doc. Num tem portância não Inf. Que num sô capais de… de carreá… num lembro… Inf. De carreá elas toda direitim… agora é… história cê vem **suprendê** ∅

Quadro 18 – Ocorrências de Foco nos dados

Seja em relação aos Objetos Implícitos Definidos ou Indefinidos, há uma predominância desses objetos ocorrerem como foco, como já ditto, uma vez que se referem, em princípio, a informações dadas ou partilhadas com o interlocutor. No exemplo (38) do quadro 18, o verbo *comprar* ocorre com Objeto Implícito Indefinido, mas seu referente não está presente no ambiente linguístico imediato. Na verdade, o locator infere o sentido do OI, quando relaciona o relato do locator ao fato de ter trabalhado como camelô.

Para a Gramática Discursivo-Funcional, a atribuição de foco ocorre no nível interpessoal. Nessa configuração, num nível mais alto, encontra-se a menor unidade de representação do nível - o *move (movimento)*, que pode ser formado por mais de um ato discursivo. Este compreende uma ilocução (ILL), os participantes (P1 e P2) e um conteúdo comunicado (C). O conteúdo comunicado pode conter um ou mais subatos de atribuição ou referência. Dessa maneira, pelo fato de o Conteúdo Comunicado conter um ou mais subatos, em geral, um deles conterá a informação discursiva mais "saliente" e, portanto, será o foco da expressão. O foco, segundo Keiser e van Staden (2009), pode marcar a intenção do falante de que o interlocutor dê atenção especial ao ato discursivo, assinala uma nova informação ou apresenta aspectos distintos a respeito da informação disponível.

O nível interpessoal sustenta a interação e demonstra o modo pelo qual os falantes organizam discursivamente seus propósitos comunicativos em termos de figura e fundo. Assim, é o local em que as *funções retóricas* surgem e diz respeito às estratégias empreendidas pelo locutor ao tentar convencer seu par a respeito de sua visão acerca das coisas. Assim, em termos gramaticais, o nível interpessoal incide sobre unidades maiores como os *moves* e atos discursivos. É importante ressaltar que além da existência dessas unidades

maiores em cada camada linguística há também unidades menores, típicas de cada nível. No exemplo (III), o foco reside na relação entre o predicador *comprar* e seu OI.

5.3. A compreensão da noção de *Contexto* na Gramática Discursivo-Funcional

A comunicação, sob a perspectiva da Gramática Funcional (DIK, 1989, 1997), é sempre tomada num contexto. Para a Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008), a organização da gramática compreende a articulação do Componente Conceptual que se articula com o Componente Gramatical, estabelecendo uma relação estreita com o Componente Contextual. Esse componente exerce influência sobre o modo como se constitui o Componente Gramatical, mas não altera a constituição do Componente Conceptual. Após o Componente Gramatical contextualizar as formas gramaticais, é que elas estão prontas para assumirem sua configuração fonética no Componente Acústico, que expressa a forma fonética das línguas.

A Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008) assume também a existência de um Componente Contextual que se articula aos demais componentes, como esboça a figura 6, a seguir:

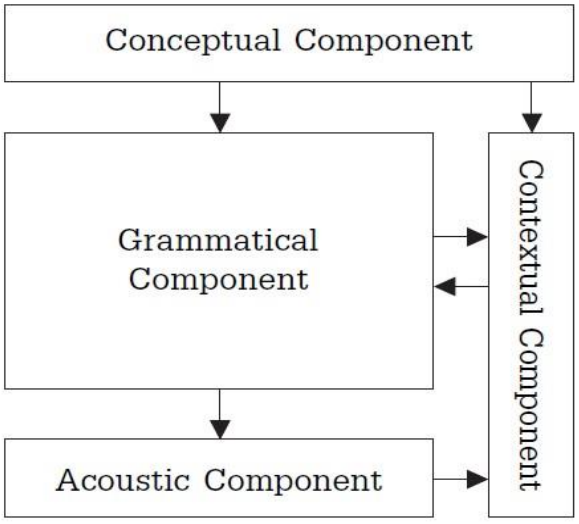


Figure 1 – Outline of FDG as proposed by Hengeveld (2005)

Quadro 19 – Perspectiva da GDF (Cf. Hengeveld (2005)). [Adaptado].

Connolly (2007) trata o contexto como um nível de descrição linguística. Nessa

perspectiva, o elemento básico é o Componente Gramatical. Há outros componentes, como já salientado neste texto, como o Componente Fonológico de Saída que é relacionado à articulação acústica da língua, o Componente Conceitual, relacionado à intenção comunicativa, e o Componente Contextual, o qual Dik (1997) relaciona à *informação pragmática,* responsável pelo desenvolvimento das intenções comunicativas dos falantes.

Segundo Connolly (2007, p. 13), *contexto* é tudo o que envolve o discurso e é relevante para a produção e interpretação dos fenômenos linguísticos. A natureza do contexto é abstrata e constitui um constructo mental. Apresenta também um caráter dinâmico, influenciando as formulações discursivas[33]. Como a gramática, o contexto pode ser estruturado, e, em sua análise, devem ser observadas as relações entre *contexto discursivo x contexto situacional, contexto físico x contexto sociocultural, contexto amplo x específico, contexto mental x contexto extra-mental.*

Neste trabalho, não foram considerados os aspectos relativos aos contextos socioculturais e históricos, tampouco os de natureza mental ou extra-mental, por motivos de recorte metodológico. No entanto, isso não significa que não sejam compreendidos como condições relevantes para o uso dos Objetos Implícitos.

A presente análise procurou focalizar questões relativas ao contexto discursivo e situacional, embora parte dos dados já possibilitem algumas inferências acerca do comportamento dos Objetos Implícitos, fomentado pelas condições que extrapolam o contexto linguístico.

Nesse sentido, o contexto situacional, como Connolly (2007, p. 14) destaca, pode ser definido como "parte do contexto que é externa ao discurso corrente (ou a qualquer outro), enquanto o 'contexto discursivo' encontra-se no discurso multimodal circundante (relevante), incluindo aspectos linguísticos e não verbais".

Assim como o contexto discursivo é dividido em *linguístico* e *não verbal* – expressando a relação entre formas linguísticas e imagens –, o contexto situacional é divido em *contexto físico* e *sociocultural*. Os primeiros contextos dizem respeito ao nível gramatical, enquanto os demais referem-se a uma representação do mundo exterior.

O contexto físico envolve aspectos materiais relacionados ao mundo como o

[33] É importante ressaltar a natureza multimodal do *discurso* que Connolly (2007) traz para o âmbito da Gramática Discursivo-Funcional. A análise das condições gramaticais não pode estar distante de uma ideia de integração dos diferentes tipos de discurso que envolvem e são motivados pela organização gramatical, o que já é considerado nas Ciências da Informação e Computação (Cf. Duque, 2011).

tempo e o espaço. Já o contexto sociocultural compreende os fatos históricos e ações convencionais produzidas pelo homem em relação ao modo como as culturas pensam e ordenam as categorias no mundo social. Essa abordagem contextual da língua envolve uma perspectiva de tratamento amplo dos fenômenos da linguagem que não ficam circunscritos apenas a uma abordagem abstrata dos fatos linguísticos em si, o que favorece a compreensão da gramática como meio de se entender os propósitos de interação e constituição do homem no meio.

A hierarquia contextual, proposta por Connolly (2007) e assimilada por Hengeveld e Mackenzie (2008), corrobora a premissa discursivo-funcional de que os componentes gramaticais são hierarquicamente estabelecidos, mas, sobretudo, que funcionam integrados a partir das motivações pragmático-discursivas. A inserção de contextos de natureza cognitiva aproxima a abordagem da gramática de processos mentais relevantes para a concepção de uma gramática funcionalista, que se propõe a analisar as inúmeras condições que favorecem o uso das línguas como são. Trata-se de uma aproximação entre o que é individual aos falantes e o que é coletivo, partilhado, pelos falantes em sua coletividade.

Para esta análise, a consideração do contexto é importante porque envolve a participação dos falantes, sob condições de uso linguístico específicos, o que claramente favorece os tipos de Objetos Implícitos analisados. A ocorrência de Objetos Implícitos, assim como sua interpretação, envolve dois campos importantes para o processamento da linguagem, pois revela as intenções com as quais os falantes produzem Objetos Implícitos e, ao mesmo tempo, motiva o interlocutor a participar da interação, dando sequência à natureza dinâmica do discurso.

No trecho, a seguir, pode-se perceber como características interacionais que expressam motivação e compreensão do tópico discursivo contribuem para impulsionar a interação em termos conversacionais:

> **(**50**) P2**. **Aí** meu… meu cunhado mudô pra lá e comprô… uma parte… disse qu/era do meu pai e ele… é::: de sociedade… i comprô… passô uns dois ano… ele adoeceu… e foi piciso vim pra cá… tratá… até eu mais compade Domingo sofreu muito que nóis era… ele tava com dezessete ano… i eu com do:::ze… i:::… i nóis tinha muita roça… quese cunhado meu prantô bastante e adoeceu… foi piciso nóis… limpá a roça dele tamém… passô muito… tempo trabaiano dia e noite…chegava em casa

dinoite… inda tinha que socá arrois na mão… pa… pa no otro dia tá faci pra minha mãe qu/ela era doente né?

P1. **É:::**

P2. **Aí** cedim nóis entrava naquela ropa moiada tamém… i::: i entrava foi… foi um ano que choveu muito… o inverno foi muito grande… que choveu cem dia… sem a gente vê o sol... é… choveu de otubro a março…

P1. **Muita coisa né?**

P2. **É**… sei que sem vê o sol foi cem dia im mil novecentos e quarenta e sete

P1. **Gente… ((risos))** (FG, IM75)

As marcas interlocutivas, em negrito, são usadas pelos falantes para dar sequenciamento discursivo como no caso de '**aí**', por parte de P1, e de **'é... ',** que indica um prolongamento de vogal e assentimento por parte do interlocutor em relação ao que lhe é ditto. Isso também ocorre com a interrogação **(**'muita gente, **né?'**) que demonstra o envolvimento de P2 ao que P1 narra. A interjeição proferida por P2: **"gente…"** apresenta um prolongamento silábico, o que detecta que no processo interativo, ambos os falantes estão extremamente conectados ao que é dito um ao outro.

Em relação aos propósitos comunicativos dos falantes, como já salientado no capítulo 4, a *inferência,* por ser um processo cognitivo importante para interação contínua, é também ressaltada na proposta de Connolly (2007) para a Gramática Discursivo-Funcional.

Para a Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2014, p. 2), o componente contextual "é dividido em quatro Estratos, cada um correspondendo a um nível do Componente Gramática. Cada estrato, por sua vez, corresponde a dois níveis de formulação, o Interpessoal e o Representacional. A informação discursiva está disponível em todos os quatro Estratos[34]". Embora as gramáticas das línguas apresentem um Componente Contextual, este pode ser diferente de língua para língua. A organização contextual das línguas

[34] (...) the Contextual Component is divided into four Strata, each Stratum corresponding to one of the Levels of the Grammatical Component.3 Each Stratum in turn covers either one or two kinds of information, Discoursal and Situational. Situational information is relevant at the Strata that correspond to the two Formulation levels,4 the Interpersonal and Representational Levels. Discoursal information is available at all four Strata. (HENGEVELD e MACKENZIE, 2014, p. 2).

pode variar, o que as determina individualmente.

Um aspecto importante, salientado por Hengeveld e Mackenzie (2014, p. 6) diz respeito ao fato de o armazenamento de informação permitir o estabelecimento da referência anafórica e catafórica. Os autores estabelecem uma clara distinção entre os tipos de informação discursiva: a *informação dada* que é armazenada no Componente Contextual e a *informação nova*, que é armazenada, por sua vez, no Componente Gramatical. Além dessas informações, os falantes contam com as informações de caráter enciclopédico também localizadas no Componente Contextual.

Os autores ainda afirmam que as inferências relativas às informações explícitas ou implícitas podem funcionar como gatilhos para determinados processos gramaticais. Para Hengeveld e Mackenzie (2014), os processos inferenciais ultrapassam os propósitos da Gramática Discursivo-Funcional, já que se localizam no Componente Cognitivo. Entretanto, é possível considerar a interação do Componente Contextual com a capacidade inferencial dos falantes, promovendo a interface dos Componentes Cognitivo-Gramatical-Contextual.

O que se pode depreender da interface desses components é que o Componente Contextual está intimamente ligado ao Componente Gramatical. O Componente Contextual recebe informação do discurso corrente, que é armazenada, possibilitando acessá-la posteriormente. A referência anafórica, por exemplo, pode ser estabelecida nos Níveis Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico, contribuindo para aspectos precedentes ao discurso, como demonstram os exemplos em (41), discutidos por Hengeveld e Mackenzie (2014, p. 7):

(51)**Nível Interpessoal**

Get out of here!

‘Saia daqui!’

(52) **Nível Representacional**

I didn´t notice *that*.

‘Eu não contei *o quê’*.

(53) **Nível Morfossintático**

I had *chuletas de cordero* last night.

'Eu fiz *chuletas de cordeiro* a noite passada'.

(54) **Nível Fonológico**

I had */tʃuletas#de#kordero/* last night.

'Eu fiz */tʃuletas#de#kordero/ a noite passada'.*

Os exemplos acima representam como um elemento anafórico pode ser classificado nos níveis gramaticais. As informações relativas ao contexto físico incluem também no Nível Interpessoal, a marca de interlocução que evidencia o contato dos falantes. No Nível Representacional, evidencial-se as relações de sentido que envolvem *that.* No Nível Morfossintático, a construção 'chuletas de cordero' enfatiza um prato espanhol, e, no Nível Fonológico, é expressa a representação fonológica da expressão 'chuletas de cordero' em Espanhol. Além disso, o sistema comunicativo expressa propriedades de tempo e lugar. A compreensão desse contexto inclui as manifestações linguísticas como estados de coisas, propriedades, indivíduos etc.

De uma maneira geral, pode-se descrever o Componente Contextual da seguinte maneira:

Aspectos do Componente Contextual

Contexto Situacional		**Contexto**			
Situação de Fala	**Mundo Físico**	**Interpessoal**	**Representacional**	**Morfossintático**	**Fonológico**
Participantes Momento de elocução e Lugar	Entidades percebidas, tais como indivíduos, eventos e propriedades	Atos apresentados no discurso prévio	Entidades denotadas no discurso prévio	Unidades gramaticais produzidas no discurso prévio	Unidades fonológicas produzidas no discurso

Quadro 20 - *Aspectos do Componente Contextual*

A Gramática Discursivo-Funcional defende que o Contexto tem um aspecto multidimensional e pode ser subdividido em contexto amplo e específico, relacionados ao que se chama de co-texto (efeitos de intratextualidade e intertextualidade) e intertexto (referência a outros textos), juntamente com aspectos multimodais. Outra distinção fundamental é a de Contexto Mental e Extra-Mental, segundo a qual uma parte do que se entende por contexto reside na mente do locutor e do interlocutor. O contexto extra-mental, por outro lado, parece pertencer a uma dimensão entre os conhecimentos sistematizados culturalmente em sociedade e acessados pelos falantes mediante a interação social.

Na interação, portanto, a apresentação de pontos de vista é fundamental para a localização individual dos falantes e das escolhas gramaticais que fazem ao apresentar sua opinião. E nesse processo interativo, são não somente expostos os pontos de vista dos falantes, como também o modo como acessam o conhecimento compartilhado. Por isso, a produção e recepção dos conteúdos comunicados, a maneira como as formas linguísticas são sistematizadas nas línguas revelam a complexidade do sistema de produção linguístico- interacional, que a partir de estímulos extralinguísticos, também de natureza cognitive, desencadeiam a variação no modo como as categorias linguísticas se comportam nas línguas. Não se pode fazer uma descrição e análise consistente dos fenômenos linguísticos sem entender o funcionamento dos variados níveis gramaticais.

A gramática, como sistema, apresenta linguisticamente as representações mentais que os falantes fazem dos diversos sistemas discursivos e socioculturais existentes. É possível verificar nas línguas o modo como cada povo constrói a percepção do mundo físico ou abstrato. É na interação que os falantes expõem não somente suas percepções particulares dos fatos, das ideias, mas também parte do conhecimento acumulado culturalmente. A gramática revela essas percepções com base no modo como os signos linguísticos se alinham, se ajustam, ressaltando ora certas propriedades, ora outras, como é o caso dos Objetos Implícitos.

Como afirmam Alturo, Keiser e Payrató, a língua só pode ser considerada a partir de seu uso, pois

> é funcional na medida em que pressupõe que a estrutura dos enunciados linguísticos não é arbitrária, mas motivada pela função comunicativa que essas estruturas cumprem. O discurso é orientado no sentido de que reconhece que a estrutura de enunciados pode ser sistematicamente influenciada pelo contexto comunicativo em que ocorre. É, em outras palavras, assumir que a gramática de uma língua não existe em um vácuo e só pode ser proveitosamente estudada como

> parte de uma teoria mais ampla da interação verbal[35]. (ALTURO, KEISER e PAYRATÓ, 2014, p. 185).

De uma maneira resumida, pode-se dizer que a organização *top-down* da Gramática Discursivo-Funcional é manifestada por um Componente Conceitual, de natureza pré-linguística, no qual a intenção comunicativa se manifesta, juntamente com outras representações mentais. Essas representações fazem parte do sistema de Formulação, cujas operações traduzem a intenção comunicativa em regras de formulação que, então, são direcionadas ao Componente Gramatical, que traduz essas formulações em Representações Pragmáticas (Nível Interpessoal) e Representações Semânticas (Nível Representacional). Uma vez que as intenções comunicativas são delimitadas semântica e pragmaticamente, passam por uma operação de Codificação Morfossintática (Nível Morfossintático) que, por sua vez, as representa em padrões morfossintáticos, e que, em seguida, também são traduzidos em padrões fonológicos (Nível Fonológico), até chegarem ao Componente de Saída, configurados foneticamente, conforme a natureza da língua em questão.

A esse respeito, Stassi-Sé (2012) afirma que

> os vários níveis de representação dentro da gramática alimentam o Componente Contextual, tornando possível subsequente referência a vários tipos de entidades relevantes introduzidas no discurso em cada um desses níveis. O Componente Contextual alimenta as operações de Formulação e Codificação, uma vez que disponibiliza antecedentes, referentes visíveis, e participantes do ato de fala que podem de alguma forma influenciar a composição do Ato Discursivo subsequente. Para criar uma especificação contextual, o Ouvinte precisa reconstruir todos os níveis de representação dentro da gramática com base no *componente de produção* real da gramática, isto é, no enunciado fonético. (STASSI-SÉ, 2012, p. 46)

Assim, a relação entre o Componente Gramatical e Contextual é estabelecida por meio da cognição. Nesse sentido, pode-se dizer que o Nível Pragmático é que materializa a relação entre a gramática e o contexto, pois orienta os papéis dos falantes na produção do sentido pretendido. Desse modo, como Alturo, Keiser e Payrató (2014) claramente expõem, para a Gramática Discursivo-Funcional, o Componente Contextual pertence ao Componente Discursivo o que implica que

---

[35] It is functional in that it assumes that the structure of linguistic utterances is not arbitrary but motivated by the communicative function these utterances fullfil. It is discourse-oriented in that it acknowledges that the structure of utterances can be systematically influenced by the communicative context in which they occur. It is, in other words, assumed that the grammar of a language does not exist in a vacuum and can only be fruitfully studied as part of a wider theory of verbal interaction.

> a informação que é formulada ou codificada no Componente Gramatical é encontrada no co-texto e no intertexto, e o contexto situacional (que geralmente é referido na literatura pragmática como contexto imediato), pertencem ao contexto extra-mental, percebido. As intenções comunicativas, pelo contrário, pertencem ao Componente Conceptual. Outros aspectos do contexto (conhecimento armazenado, relevância, contexto único, contexto de informação mental, inferências) parecem não pertencer a qualquer um desses componentes e podem ser pensados como pertencendo à interface dos Componentes Conceptual e Contextual[36]. (ALTURO, KEISER e PAYRATÓ, 2014, p.196)

A manifestação da informação no sistema gramatical envolve relações de ordenamento dessa informação, que é codificada pelos Níveis Morfossintático e Fonológico, que, por sua vez, determinam a forma final do processamento linguístico. Esse produto gramatical é também composto e determinado por condições contextuais sócio-físicas que amparam as condições de realização das entidades linguísticas no discurso e estabelecem pontos de aproximação entre os falantes, mediante o que é dito.

Na interlocução, os falantes recorrem a seus conhecimentos prévios, às pistas linguísticas disponíveis no discurso e estabelecem novas conexões de sentido, atualizando a gramática e promovendo os efeitos de sentido. Esse processo complexo é natural à interação e ao próprio funcionamento do aparato mental dos falantes (faculdade de linguagem), dedicado ao uso da língua.

Na Gramática Discursivo-Funcional, a interação (Nível Interpessoal) pressupõe a ocorrência de mais de um ato discursivo (central e subsidiários) produzidos pelo locutor e pelo interlocutor. O locutor inicia um ato discursivo de ação e o locutor desencadeia um outro ato discursivo de reação:

[36] (...) the information that has been formulated or encoded in the Grammatical Component and is found in the co-text and the inter-text) and situational context (i.e. what is generally referred to in pragmatics literature as immediate context), both of which belong to the extra-mental, perceived, context. Communicative intentions, by contrast, belong to the Conceptual Component. Other aspects of context (stored knowledge, relevance, single or joined context, context mental information, inferences) do not seem to belong to either of these components and could be thought of as being situated at the interface between the Conceptual and the Contextual Components.

Modelo de interação no Nível Interpessoal

A (*locutor*): ato discursivo central + ato discursivo subsidiário **B** (*interlocutor*): move de reação (pode ser formado por um único ato discursivo central ou por mais atos subsidiários)

Quadro 21– *Modelo de interação no Nível Interpessoal* **(KROON, 1997)**

Um ato de fala, por exemplo, de natureza sentencial, não pode ser confundido com um ato discursivo, localizado como unidade discursiva. Por isso, Kroon (1997) sugere que as estruturas discursivas sejam tratadas em módulos distintos, um se referindo à estrutura do discurso, formada por atos de troca linguística, que envolvem a produção de *moves* e atos discursivos.

O módulo referente à estrutura sentencial das línguas é formado por atos de fala, pelos conteúdos proposicionais e pelos estados de coisas. Mantém-se, assim, a organização gramatical em camadas, o estabelecimento hierárquico entre as unidades de cada nível, como idealizado por Dik (1989) e mantido na Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008).

Na sequência, o quadro 22 tem por objetivo exemplificar como os Objetos Implícitos Definidos e Indefinidos podem se localizar nos níveis gramaticais, considerando as condições interacionais apresentadas na fala goiana:

Manifestação de Objetos Implícitos nas camadas gramaticais

Camadas Gramaticais	**A produção de Objetos Implícitos**	**Interpretação de Objetos Implícitos**	**Estrutura interna dos níveis gramaticais**
	P1: Locutor	**P2: Interlocutor**	
Interpessoal	Produção do OI (Objeto Implícito), Atribuição de Funções de Tópico e Foco	Processo de interpretação do OI (necessidade de se recuperar a entidade referencial, se Definida ou indefinida)	*Move* > Ato Discursivo, Ilocução > Participantes > Conteúdo Comunicado > Subatos de Atribuição > Referência
Representacional	Atribuição de traços semânticos, de papéis temáticos. Tipos de objetos. Estabelecimento da referência anafórica e catafórica	Identificação dos traços semânticos envolvidos nos OI, os papéis temáticos, tipos de Objetos Implícitos (definido/indefinido), Identificação e interpretação de elementos anafóricos e catafóricos	Conteúdo proposicional > Episódio > Estado de Coisas > Contexto Situacional> Propriedades lexicais > Indivíduo > Locação > Tempo > Modo > Quantidade > Razão
Morfossintático	Atribuição de funções sintáticas (Sujeito/Objeto), ordem estrutural da oração, concordância	Identificação dos papéis sintáticos , identificação dos OI e demais aspectos oracionais envolvidos	Expressão linguística> Sentença> Sintagmas > Palavras
Fonológico	Supressão fonética do objeto, traç os prosódicos	Identificação do OI: ausência fonética do objeto	Enunciado > Sintagma Entonacional > Sintagma Fonológico > Palavra Fonológica > Sílaba

Quadro 22 - *Manifestação de Objetos Implícitos nas camadas gramaticais*

O quadro 22 expressa a configuração interna dos níveis gramaticais, conforme os níveis propostos pela Gramática Discursivo-Funcional. Esse quadro esboça alguns dos fenômenos

gramaticais relacionados à supressão de objeto na gramática, bem como o funcionamento dos níveis gramaticais e suas respectivas unidades composicionais.

5.4. Princípio da Transitividade na Gramática

Muitos fenômenos gramaticais são motivados ou desencadeados pela Transitividade nas línguas. A maneira como as línguas representam sua estrutura oracional tem relação direta com a manifestação da Transitividade. A atribuição de sujeito e objeto, a manifestação da ordem dos constituintes, a valência verbal e decorrem do modo como a Transitividade exerce seu poder sobre a organização oracional.

Se o modelo de interação verbal parte de uma concepção Segundo a qual a intenção comunicativa deflagra toda a manifestação gramatical nas línguas, é possível supor que a Transitividade seja um princípio norteador de toda a Gramática. Nesse sentido, o modo como as línguas configuram suas informações, argumentos, funções sintático-semântico-pragmáticas que são determinadas pela instauração do *Princípio de Transitividade*, segundo o qual a manifestação da função de objeto, nas orações, é motivada por um gatilho de natureza cognitiva, ancorado na intenção comunicativa dos falantes, que é implicitar um dado argumento (objeto verbal). Esse movimento é motivado por uma situação pragmática específica tal como ser mais econômico ou criar espaço para a manifestação do interlocutor.

Os níveis gramaticais se alinham de tal maneira que é possível que os processos de Formulação e Codificação interfiram e produzam uma estrutura tal como **SN_1 V SN_2** ∅. As funções sintáticas, semânticas e pragmáticas serão atribuídas, de acordo com a intenção deflagrada, assim como as condições de produção desse elemento vazio, exercerão efeitos de sentido sobre o interlocutor.

Nessa perspectiva, a Transitividade não é somente um fenômeno que atinge o verbo ou a oração, mas como afirma Halliday (1985, p. 111), a Transitividade se estende a vários tipos de processos gramaticais nos níveis de representação semântica e na manifestação de conteúdo (função ideacional), assim como a Transitividade autoriza, de certa maneira, a manutenção do fluxo interacional (função interpessoal) e estabelece vínculos entre a manifestação dos sentidos pretendidos, a partir das necessidades dos falantes, materializadas discursivamente (função textual).

A Transitividade é, assim, um princípio também de natureza *top-down*, originado por uma intenção pragmática que aciona a codificação nas gramáticas das línguas, de acordo

com os diversos parâmetros específicos a cada uma delas. Isso talvez justifique porque algumas línguas aceitam tão bem a implicitação de objetos, como o Português do Brasil, o Italiano, e outras apresentam uma forte tendência a explicitar os objetos oracionais, como o Inglês e o Francês, como mostram os exemplos de (55) a (58):

(55) Ana comeu *pasta* $_{i}$, mas não estava boa ∅.

(56) Ana ha mangiato *pasta*, pero no stava buona ∅ $_{i}$.

(57) Ann ate *the paste* but it´s$_{i}$ not good.

(58) Anne a mangée *les pâtes*, mais ils$_{i}$ n´etaient bonnes.

Em (55), o exemplo de OI, no Português do Brasil, permite que a referência anafórica seja estabelecida com o SN *pasta*, ao qual o objeto implícito se liga, assim como acontece no Italiano (56). No Inglês e no Francês (57-58), a ocorrência de um objeto implícito não é, geralmente, possível, uma vez que essas línguas exigem que os argumentos objetos sejam explícitos sintaticamente.

Na manifestação discursiva da Transitividade, o significado é parcialmente encontrado nas formas linguísticas, nos traços semânticos que os caracteriza. A participação do interlocutor auxilia no processo de construção de sentido, complementando o processo. A significação é resultado de um contrato firmado entre os interlocutores e está sujeito a restrições contextuais.

Para Furtado da Cunha e Costa (2006),

> a perspectiva cognitivista da linguagem propõe ainda que o pensamento é consequente da constituição corporal humana, apresentando características derivadas da estrutura e do movimento do corpo e da experiência física e social que os humanos vivenciam através dele. Além disso, o pensamento é imaginativo, o que significa dizer que, os humanos, conscientemente ou não, empregam metáforas e metonímias para nomear ou referir-se àquilo que não se pode ver ou sentir. Sendo assim, a sintaxe não é autônoma, mas subordinada a mecanismos semânticos que nossa mente processa durante a produção linguística em determinados contextos de uso. (FURTADO DA CUNHA e COSTA, 2006, p.64)

Assim a Transitividade deve ser entendida como um Princípio que direciona, nos níveis linguísticos, o modo como a oração se comporta nas línguas naturais, assim como os

argumentos. Esse Princípio atua simultaneamente nos níveis gramaticais, sobretudo, evidenciando alterações no Nível Representacional, diante das funções argumentais e traços semânticos que envolvem as funções sintáticas no Nível Morfossintático, caracterizando, por exemplo, a manifestação de Objetos Implícitos ou desencadeando, no Nível Fonológico, o apagamento dos traços fonológicos do objeto oracional.

Na investigação desenvolvida acerca dos Objetos Implícitos, no Português Goiano Falado, os parâmetros sintático-semânticos, propostos por Hopper e Thompson (1980), foram determinantes para a primeira análise desses objetos como manifestação da Transitividade. Foi constatado que os parâmetros apresentados pelos autores são fundamentais para a análise da Transitividade nas línguas, pois permitiram verificar como a Transitividade atua diante da supressão de objetos e se os casos de Objetos Implícitos seriam restritos apenas ao Nível Morfossintático.

A análise permitiu verificar que os objetos que têm traços [+ referenciais ou individuados] surgem em contextos de alta Transitividade, em geral. É verdade que a implicitação de objeto interfere no grau de Transitividade, que pode indicar, no *continuum*, um grau transitivo menor. No entanto, o fato de existir um Objeto Implícito não significa necessariamente que a Transitividade sofra uma mudança radical, em relação à supressão de objeto, principalmente, se se considerar que a Transitividade como gradiente. Assim, em casos com Objetos Implícitos definidos e individuados, a Transitividade se manifestou alta porque os objetos definidos apresentam um elemento referencial anafórico, a partir do qual é possível reestabelecer a referência, recuperando seu referente, o que caracteriza uma alta Transitividade.

Os parâmetros de Hopper e Thompson (1980) possibilitaram delimitar algumas das condições gramaticais que favorecem os Objetos Implícitos no Português Contemporâneo Faldo em Goiás:

1) A classificação de verbos em transitivos ou intransitivos revela uma condição circunstancial do verbo ou da oração. Contextualmente, pode-se falar em usos transitivos ou intransitivos, ou em uma tendência a uma dada oração/verbo se manifestar transitiva ou intransitivamente. Isso se justifica porque a Transitividade é gradiente, ou seja, há uma distribuição em graus que envolve os usos transitivos, manifestados por um *continuum*, que parte de formas [+ transitivas] a [- transitivas].

2) Como salientado por GARCÍA VELASCO E PORTERO MUÑOZ (2002); e FURTADO DA CUNHA (2003), alguns parâmetros de Transitividade se destacam em

relação a outros graus de Transitividade, tais como *individuação, afetamento do objeto, telicidade*, que caracterizam a Transitividade prototípica, revelando o modo como a transferência de ação transitiva incide sobre o objeto. Nesse sentido, quando os graus de Transitividade são menores, o verbo se localiza mais distante da forma prototípica no *continuum*. Os traços transitivos que envolvem ação vão se neutralizando e quanto mais distante da forma prototípica, maior tendência do verbo ser abstrato, metafórico.

A ideia de *continuum,* defendida por Hopper e Thompson (1980), explica a opcionalidade dos usos transitivos, reforçando a ideia de que o nível pragmático- discursivo deve ser incorporado à análise gramatical, pois toda e qualquer expressão linguística, explícita ou implícita, é desencadeada por processos pragmático-discursivos. Porém, em cada língua, em cada situação comunicativa, os fenômenos se manifestam de um modo.

Os casos de transitivização/intransitivização verbais representam arranjos de parâmetros sintático-semânticos e pragmáticos que determinam o modo de representação morfossintática dos objetos verbais nas línguas. O uso, a interação é que sacramentam como a gramática deve se comportar, mas, como um processo dialógico, a gramática apresenta, aos falantes, possibilidades múltiplas para realizarem seus propósitos comunicativos, e, inclusive, proporciona condições para subvertê-los.

5.5. Como os Objetos Implícitos Definidos e Indefinidos ocorrem na gramática

Os parâmetros sintáticos e semântico-pragmáticos considerados nesta análise tiveram por objetivo verificar que aspectos gramaticais contribuiam para a omissão de objeto (tipo de orações, papéis semânticos, tipos verbais, entre outros) e q u a i s seriam significativos para a produção e recepção de Objetos Implícitos. Como dito anteriormente, o objetivo primeiro da análise foi verificar como se apresentavam os graus de Transitividade no Português Goiano.

Em seguida, a análise delimitou o grupo de *Orações Transitivas Diretas* (orações simples) que apresentassem *Objetos Diretos realizados sintaticamente* e as que apresentassem *Objetos Implícitos*, ou seja, sem manifestação sintático-fonológica do objeto na estrutura oracional.

Neste capítulo, a análise voltou-se para as condições pragmático-semânticas que possibilitassem a produção e a interpretação dos Objetos Implícitos, a partir de pressupostos funcionalistas (Gramática Funcional: DIK (1989, 1997); Gramática Discursivo-Funcional

(HENGEVELD e MACKENZIE, 2008); VELASCO GARCIA E PORTERO MUÑOZ (2002); FURTADO DA CUNHA (1999; 2006)).

Como já exposto neste trabalho, a hipótese fundamental desta investigação consistiu em entender como os Objetos Implícitos podem configurar estratégias eficazes de estabelecimento de referência e como seriam interpretados na cena enunciativa. Como comprovar que os Objetos Implícitos representam mecanismos intencionais dos falantes, que expressam estratégias linguísticas como *adesão do interlocutor, manutenção do tópico discursivo, manipulação informacional*, dentre tantos outros.

O que se pode observar é que os Objetos Implícitos levam o interlocutor a focalizar o conteúdo implícito, quando necessário, o que promove a tentativa de o interlocutor recuperar o sentido desse OI, as intenções comunicativas do locutor, envolvidas no ato de omissão de objeto. Instaura-se assim um processo de omissão de objeto, licenciado pela gramática da língua e, por outro lado, estabelece-se um processo de interpretação do elemento implícito, quando este se torna necessário retomar no discurso.

Condições pragmático discursivas como *status informacional do objeto (informação nova e dada)* e apresentação da informação no plano discursivo (*figura* e *fundo*) foram fundamentais para se determinar que, no turno conversacional, o processo de focalização da informação transportada pelo objeto, mesmo em sua forma implícita pode ser importante discursivamente. O processo interacional alterna posicções e ponrtos de vista e, evidentemente, deter o conhecimento, recuperar uma a informação adequada ao momento de interação, dão ao falante um poder maior de persuasão.

A ideia que defendo, em relação a uma gramática de usos, é a de que os fatos de linguagem merecem ser abordados a partir de uma concepção pragmático-discursiva da gramática (DIK, 1989, 1997; NEVES, 1997, 2013; HENGEVELD e MACKENZIE, 2008), orientada pelo uso, e que o processo interacional pressupõe um papel ativo dos interlocutores. Nesse sentido, os falantes são igualmente participativos. O que distingue seus papéis na cena discursiva é o fato de alternarem os turnos linguísticos, estabelecendo uma interação dialógica e compartilhada. A recuperação de informação será sempre um objetivo dos falantes na interação, pois isso garante a vivacidade do processo interlocutivo.

Os dados do Português Goiano indicam que, os Objetos Implícitos, de interpretação Definida e Anafórica, apresentam Transitividade alta, pois envolvem recuperação anafórica, já os Objetos Implícitos indefinidos, tendem a surgir em contextos de baixa Transitividade.

Outro ponto que deve ser salientado é o fato de que, num *continuum*, os verbos se dispõem a partir de uma forma ± prototípica. Verbos que estão mais próximos do ponto inicial

do *continuum*, constituído por verbos de ação, tendem a ser mais transitivos. À medida em que se distanciam desse protótipo, e se configuram como eventos mais abstratos, apresentam maior tendência a implicitar os objetos:

Continuum 2

+ ação (+ concreto) > processo físico > processo cognitivo > v. psicológicos > **- ação** (- concreto)

Atropelar > encadernar > aprender > encorajar > ser

É importante ressaltar que boa parte dos verbos encontrados no *corpus* apresentam algum tipo de processo como em *alisar, carrear, garrar a receber, aprender, incentivar* etc. Alguns se referem a processos mais físicos como *alisar* (tornar algo liso), já outros envolvem processos cognitivos, psicológicos como *incentivar* (levar alguém a ser capaz de fazer algo):

(59) Doc. A peça… a panela de barro?

Inf. A vazia é… num pode… cê… fazê ela hoje… e dexá ela assim… começa n/outro dia… eu chego do serviço… ajudo minha mãe… cuido de casa… cuido de fii… Nossa Senhora é uma luta feia… mais vai ino… sempre eu **liso** assim… eu **liso** pra minha mãe… ela fais as peça pra mim né… repartee ...ela fais… aí ela mim dá um… uns pôco de vazia… ela fais metade pra ela… fais metade pra mim… quando dá pra fazê um… um tanto bão… ela fais… quando num dá ela fais mais pôco… mais tá mim ajudano né? (I5, FG, F, M, 35)

(60) Inf. eu fiz um feedback pra podê tá passando na semana que vem... sobre::... sobre a questão da conversa... de todas as metas que nós estamos projetando pra esse semestre... desenvolvimento tanto na parte:: de:: na parte que é da faculdade seria pedagógica de ensino... de **incentivá** ∅ ...

No Português Goiano, os Objetos Implícitos Definidos tendem a apresentar uma Transitividade alta ou média, pois contêm um referente linguístico em ambiente

circunvizinho. As relações anafóricas ou catafóricas, determinantes para a compreensão dos referentes de objetos suprimidos, favorecem a manutenção do tópico discursivo, permitindo aos falantes retomarem o assunto discutido, organizando coesivamente o discurso oral.

Nos casos de baixa Transitividade, embora ocorra também com Objetos Implícitos definidos, prevalecem orações que admitem Objetos Implícitos indefinidos, menos referenciais e genéricos. Isso ocorre devido ao fato de que a oração apresenta elementos mais genéricos, o que parece desencadear uma força inferencial maior por parte do interlocutor para acessar o sentido dos OI, uma vez que o referente não se encontra no contexto linguístico imediato. Os casos de Objetos Implícitos Indefinidos demonstram como é necessário um estudo mais amplo a respeito das relações entre processos gramaticais e cognitivos. Na interpretação de OI Indefinidos, o interlocutor aciona os níveis de formulação, o componente contextual e o componente cognitivo para tentar reconstruir o sentido dessa categoria.

Essas considerações acerca do comportamento dos Objetos Implícitos demonstra um movimento pendular no modo como as informações podem se organizar gramaticalmente. A manifestação diversa da Transitividade está relacionada aos propósitos comunicativos dos falantes, e a instabilidade do sistema de uso, marcado pela variação linguística, promove também efeitos de sentidos específicos para a atribuição de Objetos Implícitos Definidos e Indefinidos, por exemplo.

A co-ocorrência de objetos de natureza definida e indefinida, sua omissão, favorecem sobretudo estratégias informacionais do conteúdo comunicado, cujas propriedades e efeitos se estendem por toda a unidade linguística, da oração ao discurso.

Os tipos de Objetos Implícitos expressam os movimentos pendulares do sistema, mas não como uma manifestação insólita da linguagem. Pelo contrário, a implicitação de objetos parece ser uma propriedade inerente e natural à organização do sistema linguístico, sendo que algumas línguas permitem a supressão de objeto, outras permitem apenas uma supressão parcial.

Isso traz à tona uma discussão acerca dos tipos de língua *pro-drop*[37], que licenciariam,

[37] Para a Gramática Gerativa, as línguas caracterizadas como *pro-drop* (Cf. CHOMSKY, 1981, RIZZI, 1986, HUANG, 1989) permitem a omissão de um pronome em posição sujeito ou objeto, o qual pode ser inferido pragmaticamente ou a partir do contexto oracional. Em línguas como Japonês e Chinês, por exemplo, a ausência do pronome pode ocorrer em qualquer uma das posições argumentais. No caso do Português do Brasil, Kato (2000) defende que essa língua é uma língua semi *pro-drop*, pois licencia sujeitos nulos de 3ª pessoa, mas não de primeira. Em relação ao objeto nulo, por exemplo, essa categoria surge no Português Brasileiro porque os clíticos nulos tendem a desaparecer, conforme Cyrino (1994).

gramaticalmente, uma estrutura categorial vazia, exibindo sujeitos ou Objetos Implícitos que têm suas posições argumentais ocupadas por um pronome referencial foneticamente nulo. Do ponto de vista funcionalista, da interação, o contexto ou os processos cognitivos são capazes de permitir o acesso às informações omitidas, o que revela que a implicitação de objetos ocorre apenas no nível estrutural da gramática.

Os dados sobre Objetos Implícitos na fala goiana revelaram que, embora os casos de implicitação de objeto não sejam tão expressivos, os que revelam um caráter referencial e definido são fortemente marcados como processos de referenciação e de estabelecimento da coesão linguística. Os objetos de natureza indefinida, por outro lado, parecem ser resultado de um processo, que também envolve processos inferenciais, mas caracterizado por um conhecimento partilhado, diluído no discurso ou no conhecimento prévio dos falantes. Nesse sentido, o que defendo é que uma teoria linguística deve apresentar um arcabouço teórico flexível a ponto de se ajustar às condições pragmático-discursivas das línguas, em constante movimento, manifestadas no uso.

Os Objetos Implícitos são um claro exemplo de como a oscilação pendular do sistema gramatical gera efeitos de sentidos diversos, ao intervir na estrutura de predicados. São uma espécie de dimensão da Transitividade.

Os **Objetos Implícitos Definidos** normalmente apresentam uma referência anafórica, contextualizada no ambiente linguístico adjacente, o que permite ao interlocutor acessar os sentidos empreendidos e recuperar, quando necessário, o elemento referencial do objeto, no contexto discursivo.

No caso dos **Objetos Implícitos Indefinidos**, os eventos descritos envolvem uma situação discursiva mais abstrata, indefinida, diluída linguisticamente, uma vez que o contexto linguístico também torna-se mais fluido, genérico. Para acessar o sentido do Objeto Implícito, o interlocutor recorre à pressuposição ou inferência, buscando no conhecimento partilhado pistas do que aquela porção imprecisa de discurso pode representar. A indefinitude é um processo de abstratização que exige do interlocutor uma participação efetiva ao desvendar os efeitos de sentido empreendidos pelo locutor.

De um modo geral, o estabelecimento da referência é um processo fundamental para a articulação entre a produção de um Objeto Implícito e seu entendimento por parte do interlocutor. O fato de alguns Objetos Implícitos serem definidos os localiza na interface do Nível Morfossintático com o Representacional, pois são marcados por um processo

referencial que sustenta seus traços morfológicos, de concordância e, principalmente, estabelecendo coesão linguística. Mesmo sendo fortemente delimitados no Nível Morfossintático, eles também estabelecem uma interface com o Nível Interpessoal, uma vez que a coesão referencial é uma estratégia de coerência discursiva. A necessidade de a Gramática Discursivo-Funcional postular um Nível Textual, permitiria a explicação do estabelecimento de processos anafóricos e catafóricos e, consequentemente, da recuperação de sentido ou da instituição de novos sentidos na gramática. (Cf. KOCH e MARCUSCHI, 1998; SILVA, 2011)

O falante se baseia em processos cognitivos como *indução* e *dedução*[38] para estabelecer a interpretação de diversos fenômenos, inclusive o de Objetos Implícitos. A recuperação do sentido de Objetos Implícitos indefinidos, por exemplo, é de responsabilidade do interlocutor, o que corrobora a ideia de que, no processo de interação, tanto locutor como interlocutor exibem funções equipolentes no processo interacional.

As teorias linguísticas devem se voltar para o papel que o interlocutor desempenha nos processos linguísticos. A competência do interlocutor, no caso dos Objetos Implícitos Indefinidos, é especialmente acionada, pois recai sobre as condições sobre como o interlocutor desvenda os enredamentos de sentido, promovidos pelo locutor. Não se trata de eleger o interlocutor como elemento de maior primazia na interação, mas de reforçar a ideia de que a interação é mediada pela língua e os falantes a atualizam no momento de interlocução.

O contexto discursivo, que envolve a produção de Objetos Implícitos, esboça como a construção referencial, por meio de encadeamentos, é fundamental para a manutenção do tópico discursivo e, mesmo em ambientes de imprecisão linguística, o falante se esforça cognitivamente para se manter ativo na interação.

O exemplo (61), já apresentado anteriormente, foi retomado para explicitar um caso de Objeto Implícito indefinido:

> (61) Inf. Di lá meu pai… mudô pra Mossamedes pra pô nóis na escola… mais eu tava com seis anos… i::: era o mais novo da famia… osotro **aprendeu aprendeu [**∅**,OD Ind, +gen. , result.,+ disc.**]] mais… eu quase num aprendi nada (**Ref.**)… (**INQ. 7, JC, M)**

[38] São modos de raciocínio lógico que evidenciam uma conclusão geral ou específica. Na indução, tem-se um raciocínio que parte de fatos particulares e chega a uma conclusão geral. Na dedução, o raciocínio se desenvolve a partir de uma generalização até se chegar a um resultado específico.

Na amostra (61), o Objeto Implícito, caracterizado como indefinido, é decorrente de um processo de serialização verbal, cuja forma repetida do verbo *aprender* reforça a ideia de que a ação centra-se em si mesma, o que pode levar à interpretação de que, nessa situação, a implicitação do objeto pode ser resultado de um processo de intransitivização. Como todo o enunciado expressa o forte sentimento de o locutor não ter se saído bem nos estudos como seus irmãos, leva-o a se fixar no processo verbal como um todo, independentemente de a extensão de *aprender* ser relacionada a um tipo de conhecimento. A serialização, nesse caso, evidenciaria uma marca pragmática de ênfase sobre o evento.

Alguns dados como esses são recorrentes no *corpus* e, uma vez mais. sugerem que a Transitividade pode ser influenciada por questões pragmáticas que envolvem os participantes na interação.

5.6. Condições para a recuperação dos referentes de Objetos Implícitos

Quando se afirma que a Transitividade incide sobre o verbo, como núcleo oracional, pressupõe-se que toda manifestação transitiva ocorra sobre o verbo, predicador principal de uma oração. No entanto, a partir da consideração de dados de língua oral, especialmente, é possível notar que a extensão da Transitividade incide sobre contextos mais amplos, como a oração (Cf. Hopper e Thompson, 1980), mas também sobre porções maiores que a oração (Cf. HOPPER e THOMPSON, 2001; GARCÍA VELASCO e PORTERO MUÑOZ, 2002).

A relação estabelecida entre verbo e seus argumentos, na estrutura argumental, é fundamental e justifica todo o histórico de tratamento das relações transitivas entre verbos e complementos, circunscritos ao ambiente sintático. Entretanto, os fenômenos de implicitação de objetos não se restringem ao ambiente das relações sintagmáticas, apenas. Estendem-se por toda a gramática, pensando o fenômeno de Objetos Implícitos como produto da interação dos falantes.

Especialmente, na análise desenvolvida neste trabalho, enfatizou-se não somente as condições de produção que levam à implicitação de objetos, como também tentou-se estabelecer uma reflexão sobre o papel do interlocutor na interpretação dos Objetos Implícitos no Português Goiano Contemporâneo Falado.

A possibilidade de os Objetos Implícitos terem seus referentes recuperados, no contexto discursivo ou por meio de inferências, indicou que as relações de estabelecimento

referencial na interação são extremamente importantes e, por isso, a Transitividade é vista como um princípio determinante para a organização da gramática e da coerência textual.

Tratar a figura do interlocutor como elemento importante da interação trouxe à luz como o sistema gramatical permite ao interlocutor interpretar os fatos linguísticos. Os estudos empreendidos sobre o apagamento de objetos têm se organizado a partir da perspectiva de produção de Objetos Implícitos pelo locutor ou pelos parâmetros gramaticais que os licenciam.

Um ponto importante tratado nesta tese foi salientar a importância do interlocutor na cena enunciativa, pois é ele quem permite a continuidade da interação e a ênfase dada à sua participação no discurso possibilitou entender que os Objetos Implícitos são resultado de estratégias que vão além do Princípio de Economia Linguística, uma vez que os OI constituem estratégias interpessoais relativas ao domínio e à disseminação da informação na interação. Eles estabelecem pontos de conexão pragmático-semânticas e discursivas, dependendo da natureza da informação. Por isso, García Velasco e Portero Muñoz (2002), assinalam, com propriedade, a caracterização dos Objetos Implícitos segundo sua natureza: 1) definidos, lexicais e referenciais e 2) indefinidos, discursivos, de referência genérica.

A respeito da possibilidade de recuperação referencial dos Objetos Implícitos, retomo aqui o esquema proposto pelos autores, segundo o qual, a ideia de *continuum*, tão cara aos estudos funcionalistas, pode ser também atribuída às condições derecuperação do sentido dos Objetos Implícitos. O esquema 3, apresentado por García Velasco e PorteromMuñoz (2002), foi fundamental para que eu retomasse a discussão acerca de Objetos Implícitos.

Processo de Recuperação do sentido do Objeto

Disponibilidade do referente

Contexto linguístico imediato

Contexto extralinguístico imediato

Elemento inferido do contexto linguístico

Elemento inferido do contexto extralinguístico

Fácil de						**Difícil**
Recuperar	⇒	⇒	⇒	⇒	⇒	⇒ **de recuperar**

Esquema 3 (Adaptado de GARCÍA VELASCO e PORTERO MUÑOZ, 2002, p. 14)

O estabelecimento dos contextos de produção/recuperação de Objetos Implícitos favorece um diálogo próximo com a Linguística Textual (Cf. MARCUSCHI, 2005; KOCH, 1998, 2002; KOCH e MARCUSCHI, 1998), de modo que os processos referenciais, na oralidade, assim como na escrita, podem evidenciar estratégias de manutenção tópica do discurso, de retomada de referentes, o que contribui para a coerência da interação linguística.

Esses processos anafóricos indicam como fenômenos gramaticais, ocorridos no âmbito oracional, podem ser motivados e podem originar processos mais amplos por toda a gramática. Além disso, envolvem o processamento cognitivo da linguagem que, no caso dos Objetos Implícitos, parece apresentar graus distintos de recuperação e entendimento.

Quanto mais distante e abstrato forem os verbos e os traços semânticos dos sintagmas nominais que originam o apagamento de objeto, como é o caso dos indefinidos, mais esforço cognitivo o falante executará. E é importante destacar que nem sempre a recuperação do sentido de um elemento implícito estará disponível ou será desejado recuperar.

O uso dos implícitos é uma ferramenta de manipulação eficiente do discurso, pois pode agregar ou distanciar o interlocutor do processo interacional. São estratégias refinadas de manutenção ou interrupção do tópico discursivo, que pode ser mantido ou não, de acordo com os propósitos comunicativos dos falantes.

Considerando todas essas condições de realização e recepção dos Objetos

Implícitos no Português Contemporâneo Falado em Goiás, apresento algumas considerações finais e algumas propostas que procuram dialogar com as teorias funcionalista aqui mencionadas.

5.7. Algumas propostas

A Transitividade sempre foi um tema que despertou interesse nos estudos da linguagem, por representar um fenômeno de organização das partes do discurso. O fato de as línguas manifestarem ordens diferentes, tipos diferentes de sujeito e objeto deu origem a vários estudos, sob várias abordagens linguísticas.

Os objetos Implícitos também despertam interesse porque, normalmente, o falante não espera que o objeto verbal seja omitido da oração, uma vez que, do ponto de vista informacional, o objeto traz uma carga informacional mais detalhada.

Os estudos linguísticos funcionalistas contemporâneos têm tratado a Transitividade não mais como uma propriedade inerente ao verbo, mas como uma propriedade da oração.

A apresentação dos parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980) consolidaram essa perspectiva, que, amparou diversas análises sobre Transitividade nas línguas naturais. Esses autores ampliaram, como relatado no capítulo 2, a necessidade de se tratar a Transitividade em textos orais, atribuindo à Transitividade um caráter discursivo.

A mudança de perspectiva acerca da Transitividade incidiu consideravelmente sobre o modo como os Objetos Implícitos passaram a ser tratados. Como a Transitividade não era mais uma propriedade verbal e sim da oração, esses objetos passaram a suscitar inquietações acerca de seu papel na gramática. Com base nos argumentos e propostas teóricas apresentadas nos capítulos anteriores, a pesquisa que desenvolvi, a respeito dos Objetos Implícitos no Português Goiano Falado, permitiu-me chegar às seguintes conclusões:

1) A Transitividade é, antes de tudo, um Princípio organizador das relações gramaticais. Por esse motivo, a Transitividade pode ser relacionada à oração, pois os traços que envolvem a Transitividade, como salientam Hopper e Thompson (1980, 2001), têm incidência sobre sujeito-verbo-objeto. Sendo um Princípio, semelhantemente à perspectiva *top-down* da Gramática Discursivo-Funcional, a intenção comunicativa desencadeia a aplicação do *Princípio de Transitividade*, nos níveis gramaticais, que se manifesta na oração, de maneira

diferente nas línguas, codificando assim as informações pragmático-semânticas.

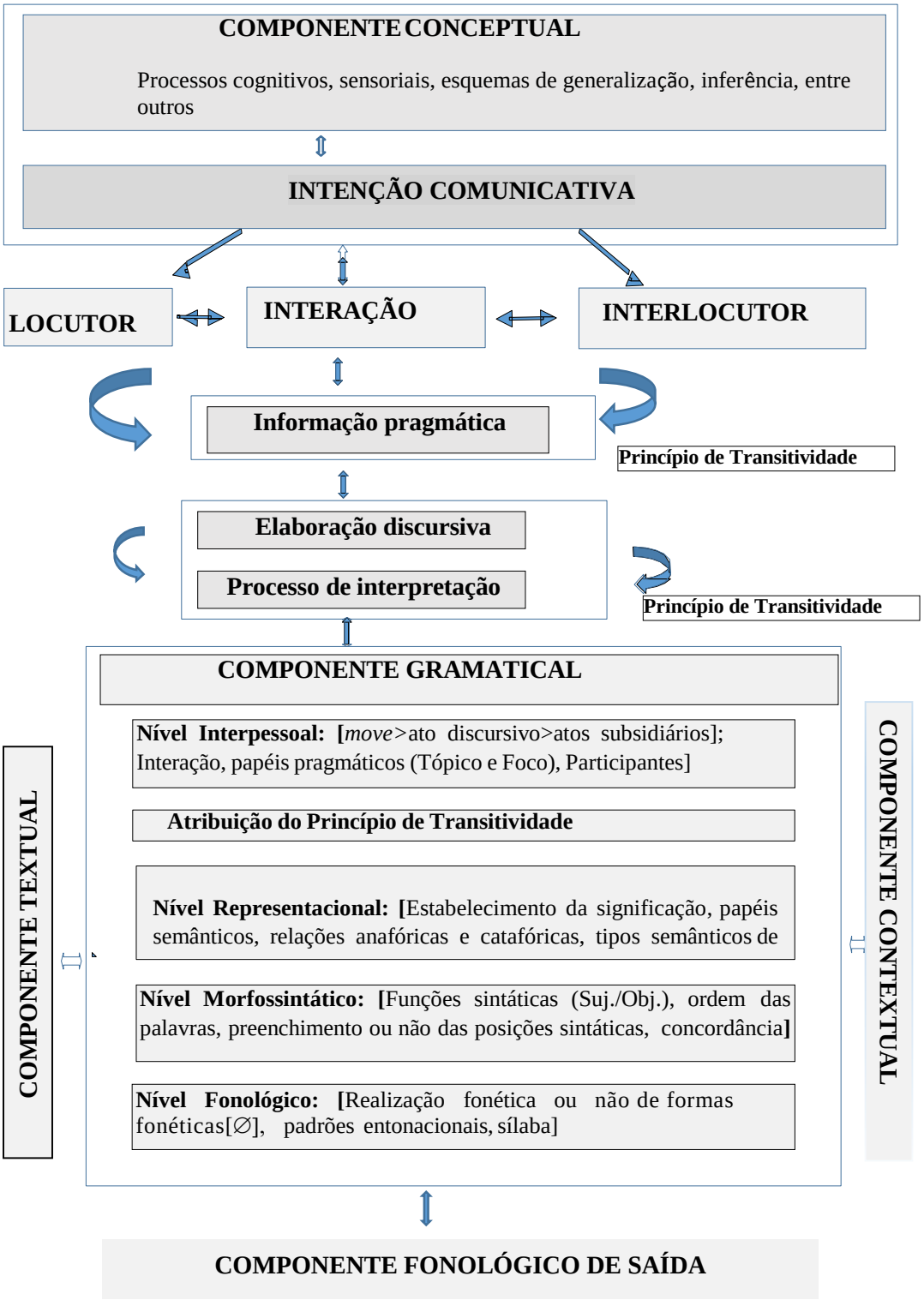
2) Consequentemente, os Objetos Implícitos são decorrentes de estratégias pragmático-discursivas e exercem papel fundamental no modo como as informações são utilizadas pelos falantes na interação. A implicitação de objetos pode representar economia linguística, em termos morfossintáticos, mas no que se refere às relações interpessoais, à interação, podem representar mecanismos de manipulação de informação, de processos de generalização, de direcionamento da atenção do interlocutor, entre outras.

3) É importante que se ressalte o papel do interlocutor nas teorias de linguagem que visam à interação linguística. Os processos de decodificação, de interpretação dos fatos linguísticos, por parte do interlocutor, traz à teoria linguística uma outra perspectiva acerca do modo como o sistema gramatical processa as relações referenciais e processos inferenciais, encontrados nos Objetos Implícitos, bem como possibilita apreender as condições de estabelecimento dos efeitos de sentido na interação.

4) Com base nas considerações acima realizadas, torna-se importante que no desenvolvimento da arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional sejam considerados o Princípio da Transitividade, como uma força que orienta as manifestações gramaticais, originado no Componente Cognitivo, sob uma forma mais genérica que se consolida morfossintáticas, semânticas e pragmáticas, à medida que o contexto sociolinguístico e interacional permita o licenciamento e a adequação de uma dada construção linguística.

Considerando que Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), é motivada discursivamente, reitero a proposta de Casseb-Galvão (2011), a respeito da necessidade de inclusão de um Componente Textual que compreenda as relações referenciais, de manutenção do tópico discursivo e da coerência global, por exemplo. Para isso, proponho uma configuração adicional ao modelo da Gramática Discursivo-Funcional:

Modelo de Organização *Top-down* da Gramática



Quadro 23 - Modelo de Organização *Top-down* da Gramática (baseado em HENGEVELD e MACKENZIE, 2008; DIK, 1989)

Esse modelo pretende esboçar de maneira muito breve a relação entre os níveis gramaticais, identificando a necessidade de se incorporar, por exemplo, princípios como o da Transitividade que atuam na gramática das línguas. A seguir, apresento as considerações finais deste trabalho.

Considerações finais

A análise dos Objetos Implícitos no Português Goiano foi amparada pelo arcabouço teórico funcionalista, especialmente da Gramática Funcional (DIK, 1989, 1997) e Discursivo Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008), os quais também sustentam a maioria dos trabalhos citados.

A organização dos capítulos teve por objetivo apresentar um histórico acerca dos estudos sobre Transitividade, pois é a partir desse fenômeno que a atribuição das funções sintáticas objeto se estabelecem. Além disso, a trajetória dos estudos funcionalistas sobre Transitividade e Objetos Implícitos permitiu avaliar como esse fenômeno ocorre no Português Goiano.

Nesse sentido, os capítulos 1 e 2 da tese referem-se à contextualização dos Objetos Implícitos, em relação à Gramática Funcional de Dik (1989, 1997), à Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008), bem como aos trabalhos de Hopper e Thompson (1980, 2001) e de García Velasco e Portero Muñoz (2002) que fundamentaram a análise desses objetos no Português Goiano Contemporâneo Falado. Além dessas referências, outros trabalhos funcionalistas como os de Furtado da Cunha (2003), Schwenter (2006, 2007), dentre outros, contribuíram para a reflexão teórica desta tese. No capítulo 1, foi apresentado o arcabouço teórico da Gramática Funcional e Gramática Discursivo-Funcional e os parâmetros de Hopper e Thompson (1980, 2001) acerca da Transitividade e, no Capítulo 2, foram abordados estudos gerativistas e funcionalistas que abordassem os Objetos Implícitos e permitissem depreender algumas conclusões acerca de seu funcionamento.

As reflexões acerca dos Objetos Implícitos no Português Goiano Falado se estendem também às demais variantes do Português Brasileiro, assim como às línguas naturais, em geral, pois procuram analisar o fenômeno de supressão de Objetos, a partir de uma concepção de língua em uso e, especificamente, a partir de parâmetros funcionalistas que possibilitam o tratamento desse fenômeno de maneira mais ampla e relacionada ao funcionamento da gramática como um todo.

Os Objetos Implícitos são fenômenos que têm projeção nos Níveis Morfossintático e Fonológico, como argumentos verbais, mas são oriundos de processos pragmático-discursivos que percorrem todos os níveis gramaticais até apresentarem a forma final elidida. Nesse sentido, é possível considerá-los como uma manifestação de intenções

pragmáticas que se manifestam também nos Níveis Interpessoal e Representacional.

Os Objetos Implícitos decorrem, portanto, de estratégias retóricas do falante para manter a atenção do interlocutor, evidenciando um processo de construção e reconstrução da cadeia referencial durante a interlocução. O estabelecimento de processos referenciais que envolvem diferentes tipos de informação apresentadas pelos falantes na interação são estabelecidas pela interface dos Componentes Cognitivo, Textual, Gramatical e Contextual. A intersecção entre eles é que constitui o Discurso na interação.

O Capítulo 3 contextualiza os critérios de seleção e composição do *corpus*, assim como contextualiza os fatores sócio-históricos a respeito da formação do dialeto goiano e da região de Goiás. No Capítulo 4, foram analisadas as manifestações transitivas no *corpus*, assim como são checados os traços de natureza pragmático-semântica envolvidos na implicitação de objeto. Por ultimo, o Capítulo 5 estabelece a análise das condições pragmático-discursivas que orientam a implicitação de objetos.

O tratamento pragmático-discursivo proposto para os Objetos Implícitos teve por objetivo salientar a necessidade de se tratar fenômenos linguísticos como as supressões de objeto, a partir de uma formulação das intenções comunicativas dos falantes.

Observou-se que os falantes goianos recorrem às relações de implicitação e recuperação da referência lexical dos objetos, como quaisquer outros falantes de língua portugesa ou de qualquer outra língua natural que permita tal fenômeno. Esse jogo de implicitação e explicitação de informação, por parte do locutor, revela o uso de estratégias de manutenção da atenção do interlocutor, de economia do conteúdo linguístico, bem como de estratégias de relevo do conteúdo ou ainda de omissão de uma informação compartilhada. Essa alternância no modo como as informações são dispostas no discurso depende de uma série de fatores interacionais, que exerce sobre o interlocutor efeitos de sentido específicos.

Da parte do interlocutor, a implicitação de uma informação, do Objeto Implícito, diz respeito à importância que uma dada informação tem no discurso e que pode ser ressaltada ou não pelo locator, assim como o modo pelo qual essa informação pode ser utilizada na manutenção da interação. As posições representadas pelos falantes na interação apresentam perspectivas diferentes que põem em relevância o jogo informacional nas estratégias comunicativas, não se restringindo apenas, no caso dos OI, a um princípio de economia de informação, embora também revele isso.

A supressão de objetos implica que, nos ambientes morfossintático e fonológicos, o conteúdo desse objeto seja omitido apenas da estrutura sintagmática. Entretanto, o sistema

promove, mediante processos de referenciação e inferência, condições para que o interlocutor seja capaz de reconstruir o sentido dos elementos implícitos, estabelecendo tipos de distintos de relações referenciais, envolvendo traços semânticos e morfológicos, assim como processamentos de inferências em graus distintos, como estratégias de processamento de informações, relacionadas e dispostas pelos falantes na interação.

Nesse sentido, é possível afirmar que no âmbito da gramática, há uma forte correlação entre as operações de Formulação dos objetos implícitos (Níveis Interpessoal e Representacional) e as operações de codificação, estabelecidas pelos Níveis Morfossintático e Fonológico. A intenção pragmática desencadeia esses processos que alteram, conforme o contexto de manifestação transitiva das orações, a configuração sintático-semântica dos Objetos Implícitos.

À medida que os Objetos Implícitos ganham dimensão interpessoal, influenciando o modo como os falantes tratam as informações, assumem também configurações textuais, estabelecidas mediante a correlação entre o objeto omitido e seus referentes localizados no discurso ou inferidos a partir dele. Por esse motivo, foi proposto que a Transitividade deve ser vista como um Princípio norteador da expressão de informações nos níveis gramaticais, muitas vezes manifestados implicitamente.

Considerando as motivações pragmáticas que envolvem os Objetos Implícitos e o modo como se realizam nas línguas, em especial, no Português do Brasil, é possível considerar que o tratamento desses objetos não fique restrito somente às camadas de codificação linguística, mas, principalmente, que sejam considerados como fenômenos de amplo espectro, envolvendo a articulação de camadas hierárquicas mais altas da gramática, como os Níveis Interpessoal e Representacional.

A possibilidade de recuperação do referente desses objetos é manifestada, por um lado, por meio de relações anafóricas no contexto linguístico e extralinguístico, o que origina a necessidade de se postular um Nível Textual, responsável por acomodar as relações pragmáticas de encadeamento referencial, como ilustrado nos exemplos do Português Goiano. Esse nível representaria uma instância a mais na descrição gramatical que envolvesse fenômenos de natureza textual-discursiva, tratadas na Gramática Discursivo-Funcional, como atos discursivos, provenientes da interação face a face. Um Nível Textual, compreendido pela Gramática, permitiria estabelecer correlações entre os Gomponentes Gramatical, Contextual e Cognitivo, no sentido de ampliar as condições de percepção dos fenômenos linguísticos no uso.

As unidades maiores da língua, como os Movimentos, tendem a evocar informações compartilhadas, caso dos Objetos Implícitos. Essas unidades linguísticas têm a função de dar prosseguimento ao discurso, muitas vezes ressaltando a informação e lembrando o interlocutor de atentar e resgatar informações que possam ser úteis à interação. Nesse sentido, as funções que regulamentam a interação se direcionam para o conteúdo a ser materializado discursivamente, organizando as informações, de modo que as funções que se voltam para a interação, a constituição das subjetividades dos falantes e do lugar de onde falam, buscam correlacionar a organização do conteúdo linguístico às condições que favorecem a comunicação, desde os propósitos do falante em iniciar o turno conversacional até as informações pragmáticas que o interlocutor possui e quais são relevantes para a manutenção da interação.

Considerando essas condições que licenciam o uso linguístico na gramática das línguas, é que se pode afirmar que no Português Goiano há uma incidência maior de Objetos Implícitos Definidos, de natureza anafórica, em relação à ocorrência de Objetos Implícitos Indefinidos, cuja natureza parece envolver processos inferenciais e, portanto, maior esforço cognitivo do interlocutor para tentar recuperar seu sentido. Essa variante do Português do Brasil apresenta comportamento semelhante às demais variantes dessa língua, destacando-se mais o caráter anafórico dos Objetos ImCplícitos Definidos, evidenciando a recuperação do sentido dos elementos suprimidos a partir de marcas anafóricas ou catafóricas presentes no discurso.

Os Objetos Implícitos Indefinidos, por outro lado, apresentam uma relação de recuperação do sentido do objeto bastante fluida, sendo possibilitada por termos também de natureza indefinida, presentes no discurso. Grande parte das ocorrências de objetos indefinidos, contanto, requerem do interlocutor um maior esforço inferencial, como já salientado anteriormente. São tipos diferentes de processos de recuperação de informação.

A cadeia referencial estabelecida no Nível Textual supre a aparente lacuna, relacionada ao objeto, presente no nível Morfossintático. Nesse sentido, os Objetos Implícitos representam uma violação do Nível Representacional, que é resolvida no Nível Textual, responsável por construir possíveis relações de representatividade, presentes nos objetos oracionais como a narratividade, a construção dos efeitos de sentido, o estabelecimento da coesão e coerência discursivas, entre outros processos envolvidos na interação.

A análise dos Objetos Implícitos no Português Contemporâneo Falado em Goiás

possibilitou delimitar, conforme os parâmetros de Hopper e Thompson (1980), condições gramaticais que favorecem a supressão de objetos não relacionada somente ao ambiente sintático e fonológico, mas, sobretudo, a uma determinação pragmática, do uso e dos propósitos interacionais dos falantes.

A compreensão do fenômeno de implicitação de objetos no Português Goiano pode ser aplicada às demais ocorrências de Objetos Implícitos no Português do Brasil.Trata-se de uma mudança na abordagem dos fatos linguísticos, que deixam de ser abordados sob uma perspectiva apenas formalista e passam a ser abordados em sua natureza functional.

As ocorrências de Objetos Implícitos no Português Goiano atestam a ideia de que não se pode estabelecer uma classificação dos verbos nas línguas apenas como Transitivos ou Intransitivos, porque essa distinção exclui os variados usos que um verbo pode revelar nas mais diversas circunstâncias. O papel do contexto é fundamental para qualquer teoria de linguagem, pois cabe a ele situar os falantes acerca do conteúdo vigente no discurso. Por isso, deve-se falar em usos transitivos ou intransitivos de um verbo ou oração ou então de uma tendência a determinados tipos verbais em manifestarem um dada transitividade. Essa compreensão é fundamental para o ensino de língua, pois traz à tona a ideia de que a língua é atualizada no momento da interação, é flexível e sujeita aos usos que os falantes fazem dela.

Nesse sentido, a ideia de *continuum*, defendida por Hopper e Thompson (1980) e presente na maioria dos textos acerca do fenômeno de Objetos Implícitos, apresentados neste trabalho, explica a manifestão diversa da transitividade assim como as condições de opcionalidade nos usos de alguns tipos verbais.

A organização da gramática, a partir de uma perspectiva pragmática, de forças interacionais regendo a construção linguística, revela princípios de natureza interacional moldando e adequando as regras morfossintáticas às necessidades de expressão do sentido, contextualizados num momento específico de fala. As regras que caracterizam as línguas formalmente estão sujeitas às interferências motivadas pelas condições de representação por parte dos falantes, que, ao longo do tempo, constroem modos diferentes para expressarem-se.

Os arranjos gramaticais, a partir de parâmetros sintático-semânticos e pragmáticos, são organizados nas línguas conforme a percepção dos seus falantes sobre o que querem dizer. O uso, a interação atestam a forma das gramáticas, que, por sua vez, revela o modo como cada sociedade representa o mundo. Compreender a gramática como uma interconexão dos níveis gramaticais abre espaço para novas percepções sobre o modo como os falantes usam a língua. No âmbito da Gramática Discursivo Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008), é

importante ampliar-se o escopo de descrição dos fatos linguísticos, incoporando dentre os níveis de análise linguística, o Nível Textual, como um nível de organização que compreende desde unidades menores de análise linguística até unidades maiores que os *moves.*

> Essa concepção já foi proposta por Casseb-Galvão (2011, p. 321), segundo a qual o Nível Interpessoal se constitui como espaço das subjetividades, dos graus de discursivização, originados pelas intenções pragmáticas dos falantes. O Nível Textual, assim, faria o intermédio entre as representações pragmático-cognitivas e as representações que o homem empreende do mundo físico, ao formalizar a interação em diversos níveis.

Os Objetos Implícitos parecem ser previamente sinalizados no Léxico, mediante a seleção de esquemas de predicados, que é feita pelos falantes, de acordo com suas necessidades de expor ou implicitar informações. Essa ideia também é partilhada pela Gramática de Construções, segundo a qual o falante, na aprendizagem de sua língua materna, apreende esquemas de construções, como por exemplo, esquemas relativos a Objetos Implícitos. Essa perspectiva de abordagem constitui uma outra perspectiva de descrição dos Objetos Implícitos e pode propiciar outras discussões acerca da interação dos Componentes Gramatical, Contextual e Cognitivo.

> A língua demonstra-se dinâmica quando torna perceptível as motivações interacionais que os falantes desencadeiam e que se manifestam na maneira como o sistema gramatical decodifica tais intenções comunicativas. Mais do que isso, constrói e reconstrói padrões de organização linguística que representam a compreensão que o homem tem de si em relação ao outro e ao mundo e que se manifesta na interação e na gramática de sua língua.

REFERÊNCIAS

ALLERTON, D.J. Deletion and Proform Reduction. **Journal of Linguistics**. N. 11, 1975, 213-237 pp.

ALTURO, N., KEISER, E. e PAYRATÓ, L. The interaction between Context and i
BAKER, Mark C. **Incorporation.** A theory of grammatical function changing. The University of Chicago Press, Chicago and London, 1988. viii-543.

ARRAIS, Telmo. Construções causativas em português. Alfa, N. 29. São Paulo, 1985, p. 41-58.

BAKER, Mark C. *Incorporation*: A theory of grammatical function changing, University of Chicago Press Chicago, 1988, 216-228 p.

BARROS, Déborah M. **Aspectos funcionais relativos ao (des) uso do reflexivo no dialeto goiano**. Dissertação de Mestrado. UFG: Goiânia, 2011, 215 pp.

BERTOQUE, Lennie A. D. P. **Elaborações de voz da fala goiana: o destaque ao argumento afetado**. Tese de Doutorado. UFG: Goiânia, 2014, 245 pp.

BLANCO, Marcela S. **As formas de expressão do segundo argumento em orações do português brasileiro falado:** perspectiva funcionalista. Dissertação de Mestrado: Unesp-São José do Rio Preto. São José do Rio Preto – SP: 2004, 99 fls.

BOLKESTEIN, A. Machtelt —Casper de Groot—J. Lachlan Mackenzie (eds.). *Syntax and pragmatics in Functional Grammar*. (Functional Grammar Series 1.) Dordrecht: Foris, 1985.

BOLKESTEIN, A. Machtelt., RISSELADA, Rodie. The pragmatic motivation of syntactic and semantic perspective. In: J. Verschueren—M. Bertuccelli-Papi (eds.), *The Pragmatic Perspective*. Amsterdam: John Benjamins, 1987, 497-512 pp.

CAMACHO, Roberto G. The argument structure of deverbal nouns in Brazilian Portuguese. **WPFG 81**. Mar., 2007. 1-34 pp.

CAMACHO, Roberto G. **Funcionalismo holandês**: da gramática funcional à gramática funcional do discurso. **Signótica Especial**, n. 2. Goiânia: 2006, p. 167-180.

CAMACHO, Roberto G. Uma reflexão crítica sobre a Sociolinguística. **D.E.L.T.A.**, Vol.26, n. 1. São Paulo, 2010, 141-162 pp.

CAMACHO, Roberto G. Estrutura argumental e funções semânticas. **Alfa**, 43. São Paulo, 1999, 145-199 ps.

CANÇADO, Márcia; GODOY, L. & AMARAL, L. **Catálogo de verbos do português brasileiro: classificação verbal segundo a decomposição de predicados**. Volume I:

verbos de mudança. Belo Horizonte: Editora UFMG, 404 p.

CANÇADO, Márcia. **Os papéis temáticos**. Manuscrito. UFMG: Belo Horizonte, 2013, 1-29 pp.

CANÇADO, Márcia. CANÇADO, Márcia et alli. A proposta de Franchi: teoria generalizada dos papéis temáticos. **Estudos Linguísticos**, N. 31. 2002, 1-8 pp.

CANÇADO, Márcia. O lugar da Semântica em uma Teoria Gramatical. **Estudos Linguísticos**, N. 29. 2000, 67-78 pp.

CASSEB-GALVÃO, Vânia C. Gramática discursivo-funcional e teoria da gramaticalização: revisitando os usos de [diski] no português brasileiro. In: **Filologia Linguística**. N. 13 (2). p. 305-335, 2011.

CASTILHO, Ataliba T. Estudos de Língua Falada: uma entrevista com Ataliba Teixeira de Castilho. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL**. Vol. 3, n. 4, março de 2005. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

CASTILHO, Ataliba T. **Nova Gramática do Português Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2010, 768 pp.

CHOI, JK. [-Person] Direct Object Drop: the genetic of a sintactic feature in Paraguayan Spanish. *Hispania.* Vol. 83, n. 3 (Sep., 2000), pp. 531-543.

CHOMSKY, N. **Aspectos da Teoria da Sintaxe**. Eduardo Raposo (org). 2ª. ed., Lisboa. Sucessor, 1965.

CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding**. 7ª. ed. Nova York, Mouton de Gruyter, 1981

CONNOLLY, John H. Context in discourse functional grammar. **Alfa**, n. 51 (2). São Paulo, 2007, 11-33 pp.

CYRINO, Sônia L. O objeto direto nulo no Português Brasileiro. In: **Estudos de Gramática Portuguesa**. GÄRTNER, E.; HUNDT, C. e SCHONBËRGER, A. (orgs). Vol. III. Frankfurt am Main, TFM, 2000, p. 61-73.

CYRINO, Sônia L. **O objeto nulo no português do Brasil**: um estudo sintático-diacrônico. Londrina: UEL, 1997.

CYRINO, Sônia L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: **Português brasileiro: uma viagem diacrônica.** ROBERTS, In: KATO, Mary (org.). Campinas: UNICAMP, 1996.

CYRINO, Sônia L. **O objeto nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico.** Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 1994, 217 pp.

DIK, Simon C. **The theory of functional grammar**. Dordrecht-Holland/Providence RI-USA: Foris Publications, 1989.

DIK, Simon C. **Theory of Functional Grammar. Complex and Derived Constructions. Part 2.** HENGEVELD, Kees. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 1997. 477 p.

DOWTY, David. Thematic Proto-roles and argument selection. **Language**, vol. 67, n. 3 (Set. 1991), pp. 547-619.

DUARTE, Maria Eugênia. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: **Fotografias sociolinguísticas**. TARALLO, Fernando (org.). Campinas: UNICAMP, 1989.

DUARTE, Maria Eugênia L. **Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil.** Dissertação de mestrado, PUC: São Paulo, 1986.

DU BOIS, John W. Argument structure, Grammar in use. In: **Preferred Argument Structure.** DU BOIS, J. W., KUMPF, L. E., ASHBY, W. J. (eds.). John Benjamins Publishing Company: Amsterdam/Philadelphia, 2003, 11-60 pp.

DUQUE, Cláudio Gottschalg (Org.). **Ciência da Informação Estudos e Práticas**. 1. ed. Brasília: Thesaurus, 2011. v. 1000,

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Ciências Sociais**. Trad. Inês D. Ferreira. São Paulo, DIFEL, 1975. EDUCAMP, 1989, 207-222 pp.

DURANTI, Alessandro. **Linguistic Anthropology**. Cambridge University Press, 1997. 398 pp.

FILETTI, Elisandra. Sobre a incorporação de objetos no Português do Brasil. **Parlatorium**, n. 1, jun. 2008. Belo Horizonte, 70-82 pp.

FILETTI, Elisandra. **Os Objetos Implícitos no Português do Brasil**. Belo Horizonte, 1999.. Dissertação de Mestrado em Letras – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). 187 pp.

FILETTI, Elisandra. Objetos nulos pro-arb no Português do Brasil.. In: *Anais do XXIX Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo* (GEL), Bauru, 2000, 549-553 pp.

FILLMORE, Charles J. The Case for Case. In: **Universals in Linguistic Theory**. Parte I BACH, E. e HARMS, R. T. (eds). London: Hold, Rinehard e Winston, 1968,1-25 pp.

FILLMORE, Charles J. **Form and meaning in language**. Chicago Press. Chicago, 2003: 21-119 pp.

FILLMORE, Charles J. The Mechanisms of "Construction Grammar". In: *Proceedings of the Fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*,1988, pp. 35-55.

FOLEY, William A. Semantic parameters and the unaccusative Split in the Austronesian language Family. **Studies in Language,** n. 29.2, 385-430 pp.

FOLEY, William A., and Robert D. Van Valin, Jr. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1984, xii, 416 p.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Manifestações Discursivas da Transitividade. In: *Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste (GELNE*).Disponível em: http://www.gelne.org.br/RevistaGelne/arquivos/artigos/art_872982b55429900ac4e9a4420dd8637d_17.pdf. (Acesso em 3 de out. 2013)

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Verbos transitivos diretos: estrutura argumental sintática e semântica. *XVI Semana de Humanidades*, Trabalho Completo. (2009). Disponível em: http:// sigaa.ufrn. br.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica F. *Verbos transitivos diretos: estrutura argumental sintática e semântica*. Disponível em: http://www.docstoc.com/docs/20334817/Verbos-transitivos-diretos-estrutura-argumental-sint. Acesso em: 18 mar. 2014.

FURTADO DA CUNHA, M. A. Funcionalismo. In: **Manual de linguística.** MARTELOTTA, M. E. (org.). São Paulo: Contexto, 2008.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. O objeto zero de verbos transitivos. **Revista Linguística**, Vol. 4, Número 1. UFRJ, junho 2008, 1-21 pp.

FURTADO DA CUNHA. Estrutura argumental e valência: a relação gramatical objeto direto. **Gragoatá**, n. 21, UFF: Niterói, 2006.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs). **Linguística funcional – teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Transitividade e passiva. **Revista de Estudos Linguísticos**, ano 5, vol. 1, n. 4. Belo Horizonte, jan/jun. 1996, 43-66 pp

GALVES, C. O Objeto Nulo no Português Brasileiro: Percurso de uma Pesquisa, **Cadernos de Estudos Linguísticos**,17: 65-90, 1989.

GARCÍA, A. L. *Gramática del español*. II. La oración simple. Arco/Libros: Madrid, 1996, 615 pp.

GARCIA VELASCO, Daniel, PORTERO MUÑOZ, Carmem. Understood Objects in Functional Grammar. n. 76. **Working Papers in Functional Grammar** (WPFG): Amsterdã, 2002, 25 pp.

GARCIA VELASCO, Daniel, HENGEVELD, Kees. Do we need predicate frames? In:

MAIRAL USÓN, Ricardo; PÉRES QUINTERO, María Jesús. **New perspectives on argument structure in Functional Grammar**. Vol. 25, Mounton de Gruyter: 2002, 95 pp.

GIVÓN, Talmy. **English Grammar**: a function-based introduction. Amsterdam/ Philadelphia. John Benjamins Publishing. 1993.
GIVÓN, Talmy. **Syntax** – a functional typological introduction. V. II. Philadelphia: John Benjamins, 1990.

GIVÓN, Talmy. **Compreendendo a gramática**. Trad. FURTADO da CUNHA, M. A.; MARTELOTTA, M. E.; ALBANI, F. Natal: EDUFRN, 2011 [1984].

GIVÓN, Talmy. 2001. Syntax: An Introduction, vol. I. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins. (new edition of Syntax: A functional-typological introduction, 1984

GUERRERO MEDINA, Pilar. Object Assignment in Dik´s Functional Grammar: Marginal Accessibility in English. **Odisea**, n. 4. 2003, 49-53 pp.

GOLDBERG, Adele. Constructions: **A construction grammar**. Grammar Approach to Argument structure. Chicago Press. Chicago, 1995, 265 pp.

GOLDBERG, Adele. **Constructions at work.** The nature of generalization in language. Oxford University Press, New York, 2006, 263 pp.

GOLDBERG, Adele. Constructions Grammars. Cognitive Grounding and theorical extensions. In: ÖSTMAN, J., FRIED, M. (eds.) John Benjamins Publishing: Amsterdam/Philadelphia, 2001, 1-303 pp.

GONÇALVES, Clézio Roberto. **Objeto incorporado nas narrativas orais do Português**: discurso e interação social. São Paulo: Annablume, 2008, 190 pp.

GREENBERG,J.H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: **Universals of Language**. GREENBER, J.H. (ed) (2ª ed), Cambridge, Mass: MIT Press, 1966.

HALLIDAY, M.A.K. "Categories of the theory of grammar". **Word 17**. Reprinted in MALMBERG, Bertil (ed.) 1972. **Readings in modern linguistics**, Stockholm, Läromedelsförlagen-Mouton, 1961, pp. 157-208

Halliday, M.A.K. & Ruqaiya Hasan. 1976. Cohesion in English,. Reviewed by R.D. Huddleston, **Lingua** 45. London: Longman, 1976, 333-54 pp.

HALLIDAY, Michael (1985**). An Introduction to Functional Grammar.** Revised by Christian M. I. M. Mathiessen. 4ª ed. London and New York, 2014 [1985].

HAYMAN, John. Hua: A Papuan Language of the Eastern Highlands of New Guinea. *Studies in Language Companion* Series, 5. Amsterdam: John Benjamins, 1980, 555 pp.

HENGEVELD, Kees e MACKENZIE, John L. Grammar and Context in Functional

Discourse Grammar. **Pragmática**, n. 24 (2), 2012, 203-227 pp.

HENGEVELD, Kees e MACKENZIE, John L. Alinhamento interpessoal, representacional e morfossintático na gramática discursivo-funcional. **D.E.L.T.A**., 25:1, 2009, 181-208 pp.

HENGEVELD, Kees. The architecture of a Functional Discourse Grammar. In: **A new architecture for Functional Grammar.** MACKENZIE, J. L; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (Ed.). Berlin: Mouton de Gruyter, 2004a. (Functional Grammar Series 24), 1-21 pp.

HENGEVELD, Kees e MACKENZIE, John Lachlan (2008). **Functional Discourse Grammar – a tipologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford Universit Press. 448pp.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John Lachlan. Functional Discourse Grammar. In: **The Oxford Handbook of Linguistic Analysis.** Heine, Bernd & Narrog, Heiko eds,. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, K. and J.L. MACKENZIE, 2005. Interpersonal functions, representational categories, and syntactic templates in Functional Discourse Grammar. In J.L. Mackenzie and M.Á. Gómez-González (eds), ***Studies in Functional Discourse Grammar*** (Linguistic Insights 26). Berne, Berlin, Brussels, Frankfurt a.M., New York, Oxford and Vienna: Peter Lang. 9-27.

HENGEVELD, Kees. *Layers and Operators in Functional Grammar*. Journal of Linguistics 25. 1989,127-157.

HESSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento**. São Paulo. Martins Fontes, 1999.

HOPPER, Paul John e THOMPSON, Sandra A. Transitivity in grammar and discourse. **Language**, Vol. 56, No. 2. Jun, 1980: 251-299 pp.

HOPPER, Paul John e THOMPSON, Sandra A. Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation. In: **Typological Studies in Language** BYBEE, Joan e HOPPER, Paul (eds).. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam, 2001, 27-60 pp.

HOPPER, P. J. AND TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge Textbooks in Linguistics, Cambridge University Press, 2003, 276 p.

HUANG, C. T. J. On the Distribution and Reference of the Empty Categories. **Linguistic Inquiry** 15: 531-574, 1984.

HYMES, D. 1974 "Toward Ethnographies of Communication". In **Foundations in Sociolinguistics**: an Ethnographic Approach, Londres, Tavistock, 1-35 pp.

Jackendoff, Ray. Semantic Structures, MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 1990.

JAKOBSON, Roman. A lingüística e suas relações com outras ciências. In:

JAKOBSON, Roman. Lingüística; poética; cinema. São Paulo: Perspectiva, 1970a, p. 11-64.

KATO, Mary A. A natureza do objeto nulo e do nome nulo no Português Europeu e no Português Brasileiro. **Revista Intercâmbio**, v. XXIII: 13-27, 2011. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X.

KATO, Mary A. e RAMOS, Jânia. Trinta anos de Sintaxe Gerativa no Brasil. **D.E.L.T.A**., Vol. 15, Número Especial, 1999, 105-146pp.

KEENAN, Edward L. (1976a) 'Towards a Universal Definition of 'Subject'', in: Charles N. Li (ed.) Subject and Topic New York: Academic Press, 303-333. KEISER, Evelyn, VAN STADEN, Miriam. The interpersonal level in functional discourse grammar. In: **Linguistics**, n. 47 (4), 2009, 799-824 pp.

KOCH, Ingedore G. V. *O texto e a construção dos sentidos.* 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore G. V; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. **D.E.L.T.A**., V. 14, Número Especial. São Paulo, 1998.

KOCH, Ingedore G. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

KROON, C. Discourse markers, discourse structure and functional grammar. In: CONOLLY, H. J. (Ed.). **Discourse and pragmatics in functional grammar**. New York: Mounton de Gruyter, 1997. p.17-32.

LABOV, William (1972). ***Sociolinguistic Patterns***. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. *Padrões Sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.]

LANGACKER, Ronald W. **A linguagem e sua estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1980.

LANGACKER, Ronald W. **Essentials of Cognitive Grammar**. Oxford University Press, 2013, 269 pp.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore et al. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. 217-258 pp.

MARTELOTTA, Mário Eduardo e ALCÂNTARA, F. *Discursivização na partícula né?*. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo, VOTRE, Sebastião José e CEZÁRIO, Maria Maura. (org.). *Gramaticalização no português do Brasil:* uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1996.

MITTWOCH, A. *Cognate objects as reflections of Davidsonian event arguments*. In: http://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-94-011-3969-4_13. Acesso em 25 mar. 2011. (Acesso em 15 jan. 2012)

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, M.H. M. *Gramática de Usos do Português*. Unesp, São Paulo, 2000, 1037 pp.

NEVES, Maria Helena de Moura. Uma visão geral da Gramática Funcional. **Alfa**, 38. São Paulo, 1994, 109-127 pp.

NEVES, Maria Helena de Moura. A Gramática de usos é uma gramática funcional. **Alfa**, N. 41. São Paulo, 1997: 15-24 pp.

NEVES, Maria Helena de Moura. Funcionalismo e descrição do Português. **Veredas**: Revista de Estudos Linguísticos, Vol.2, N. 3. Juiz de Fora, 1997: 69-75 pp.

NEVES, Maria Helena de Moura. Estudos funcionalistas no Brasil. **D.E.L.T.A**., Vol. 15, N. Especial. 1999, 70-104 pp.

NEVES, Maria Helena de Moura. (2000). **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. UNESP.

NEVES, Maria Helena de Moura. (2003). **Guia de uso do português**. Confrontando regras e usos. São Paulo: Ed. UNESP

NEVES, Maria Helena de Moura**. A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fonte, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. (2007). A gramática e suas interfaces. São Paulo: **Alfa**, n. 51 (1), 81-98 pp.

NOAILLY, M. Les Mistères de la Transitivité Invisible. **Langages**, n. 127. Larousse. Paris, 1997, 96-109 pp.

NUNES, Jairo. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. ROBERTS, Ian; KATO, Mary. Campinas: 1989.

OLIVEIRA, Mariângela Rios de. Padrões construcionais formados por pronomes locativos no Português Contemporâneo do Brasil. In: **Revista LinguíStica** / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 8, número 1, junho de 2012, 49-61 pp.

OLIVEIRA, José M. e. *Mapa da Província de Goiás.* Publicado em 1840. Cod. CCCXLII (17-130)I-4,4,125. Rio de Janeiro, 1840, p. 7.

OLSEN, Mari B. e RESNIK, Philip. Implicit objects constructions and the (in)transitivity continnum. Disponível em: http://www.umiacs.umd.edu/~resnik/pubs/cls-97.paper.pdf. Acesso em: 13 jun. 2011.

PERINI, Mário A. **Gramática Descritiva do Português.** São Paulo: Ática, 1995, 380 pp.

PEZZATTI, Erotilde Goreti. Uma abordagem funcionalista da ordem de palavras no português falado. **Alfa**, n. 38. São Paulo, 1994, 37-56 pp.

PEZZATTI, Erotilde Goreti. Constituintes Pragmáticos em posição inicial: distinção entre tema, tópico e foco. **Alfa**, n. 42. São Paulo, 1998, 133-150 pp.

Prefeitura Municipal de Pitangui – MG. *Estrada Real de Pintangui.* Disponível em: http://daquidepitangui.blogspot.com.br/2011/04/estrada-real-de-pitangui-em-breve.html. Acesso em: 4 ago. 2014.

RAPOSO, E. On the Null Object in European Portuguese. **Studies in Romance Linguistics**. In: JAEGLI, O. e Carmen Silva-Corvalán (eds). Dordrecht: Foris Publications, 1986.

RESNIK, Philip. 1996. Selectional constraints: An information-theoretic model and its computational realization. **Cognition**, 61:127–159.

RICE, Sally. Towards a transitive prototype: evidence from some atypical english passives. In: **Proceedings of the Thirteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**. Berkeley: Califórnia, 1997: 422-434 pp.

RIZZI, Luigi. Null Objects and the Theory of pro. Linguistic Inquiry 17: 501-558, 1986.
SCHWENTER, Scott A. Null objects across South America. In: **Selected Proceedings of the 8th Hispanic Linguistics Symposium,** ed. Timothy L. Face and Carol A. Klee, 1-
15. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2005.

SAID ALI, M. Gramática histórica da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1971.

SALLES, Heloísa M. L.; SCHERRE, Marta. M. P. (2003) Indirect Objects in Brazilian Portuguese and in English. In Núnez-Cedeno, R & L. L. Cameron (eds.) **A Romance Perspective on Language Knowledge and Us**e – Selected Papers from the 31st LSRL. Amsterdam/ Philadelphia: J. Benjamins. p. 151-165.

Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás. *Aniversário de 80 anos de uma jovem cidade: Goiânia.* N.8/13. Outubro de 2013. Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br/. Acesso: 4 ago. 2014

SCHER, Ana Paula. **As Construções com Dois Complementos no Inglês e no Português do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Unicamp: Campinas, 1996.

SCHWENTER, Scott A. Null objects in South America. In: *Selected Proceedings of the 8th Hispanic Linguistics Symposium.* Timothy L. Face and Carol A. Klee, 23-36. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2006.

SCHWENTER, Scott A. e ALAMILLO, Assela Reig. Null objects and the Neuter –lo: a Cross-dialectal Variationist Analysis. In: *Selected Proceedings of the Third Workshop*

on SpanishSociolinguistics, ed. Jonathan Holmquist et al., 113-121. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2007.

SCHWENTER, Scott A. Across South America. In: *Selected Proceedings of the 8th Hispanic Linguistics Symposium*, ed. Timothy L. Face and Carol A. Klee, 1-15. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2005.

SCHWENTER, Scott A., e SILVA, Gláucia. 2003. Anaphoric direct objects in spoken Brazilian Portuguese: semantics and pragmatics. Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana 2. 2003, p. 109-33.

SIEWIERSKA, A. Functional grammar. London: Routledge, 1991.

SILVA, Leosmar A. **As bases corporais da gramática: conceptualização e metaforização no Português Brasileiro.** Tese de doutorado. UFG: Goiânia, 2012, 284 pp.

STASSI-SÉ, Joceli C. **Subordinação discursiva no Português à luz da Gramática Discursivo-Funcional.** Tese de doutorado. UNESP: São José do Rio Preto, 2012, 194 pp.

SOUZA, Edson R. F. de. Gramática Funcional: da oração rumo ao discurso. **Revista eletrônica de Linguística**, n. 1, ano 2, 2008. Disponível em: www.dominiosdelinguagem.org.br. Acesso em: 02 fev. 2011.

PERINI, M. A. *Gramática do Português Brasileiro*. Parábola, São Paulo, 2010, 366 pp.

TAYLOR, John R. **Prototypes in Cognitive Linguistics**. Handbook of Cognitive Linguistics and SLA. 39-65 pp.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins. *XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões*. UFG: Goiânia, 18pp.

THOMPSON, Sandra A., COUPER-KUHLEN, E. The clause is a locus of grammar and interaction. **Discourse studies**, N. 7 (4-5), 481-505 pp.

THOMPSON, Sandra. "Object complements" and conversation towards a realistic account. **Studies in language**: 26:1. John Benjamins Publishing Company: Amsterdam, 2002: 125-164 pp.

TOMASELLO, Michael. **Origins of Human Communication**. MIT Press, Cambridge, Massachussets, London, England, 2008. 392 pp.

TOMASELLO, Michael. **The Cultural Origins of Human Cognition**. MIT Press, Cambridge, Massachussets, London, England, 1999. 248 pp.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. On the Rise of Epistemic Meaning in English: an Example of Subjectification in Semantic Change. Language 65. 1989, p. 31-55.

WEBER; Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa: Editora Universidade de Brasília, 1991.v.1.